

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

MARINA ZOPPAS DE ALBUQUERQUE

ENTRE AS REDES SOCIAIS DIGITAIS E AS RUAS: PROCESSOS
COMUNICACIONAIS NOS COLETIVOS *DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E*
BLOCO DE LUTAS

SÃO LEOPOLDO

2018

Marina Zoppas de Albuquerque

ENTRE AS REDES SOCIAIS DIGITAIS E AS RUAS:

Processos comunicacionais dos coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas*

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Ciências da Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin

São Leopoldo

2018

A345e Albuquerque, Marina Zoppas de.
Entre as redes sociais digitais e as ruas : processos comunicacionais dos coletivos Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas / Marina Zoppas de Albuquerque. – 2018.
343 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2018.
“Orientadora: Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin.”

1. Movimentos sociais. 2. Facebook (Recurso eletrônico) – Aspectos sociais. 3. Mídia social – Aspectos políticos. 4. Facebook (Rede social on-line). I. Título.

CDU 316.77

MARINA ZOPPAS DE ALBUQUERQUE

**ENTRE AS REDES SOCIAIS DIGITAIS E AS RUAS: PROCESSOS
COMUNICACIONAIS NOS COLETIVOS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E BLOCO
DE LUTAS**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, pelo Programa
de Pós-Graduação em Ciências da
Comunicação da Universidade do Vale do Rio
dos Sinos - UNISINOS.

APROVADA EM 28 DE MARÇO DE 2018.

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR. RICHARD ROMANCINI – USP
PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA




PROF. DR. SOLON EDUARDO ANNES VIOLA – UNISINOS



PROF. DR. ALBERTO EFENDY MALDONADO GÓMEZ DE LA TORRE - UNISINOS



PROF. DR. ANDRES KALIKOSKE TEIXEIRA - UNISINOS



PROFA. DRA. JIANI ADRIANA BONIN

A Tese é dedicada a todas e todos que lutam, nas diferentes dimensões de ser sujeito, para as transformações sociopolíticas, culturais e comunicacionais para uma sociedade mais justa, digna e solidária.

AGRADECIMENTOS

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto. Me ha dado el
sonido del abecedario. Con él las palabras que pienso y
declaro. Madre, amigo, Hermano y luz alumbrando, la ruta
del alma del que estoy amando
Violeta Parra – Gracias a la vida*

Fazer uma pesquisa não é um processo individual e solitário. É um processo em que precisamos dos encontros, desconfortos e provocações, resultado das conversas, trocas, leituras, idas ao campo, transformações internas e externas dos nossos contextos e como ser humano. Ao longo desses quatro anos, as transformações foram intensas desde o fazer pesquisa, no forjar sujeita-pesquisadora, muitas pessoas estiveram presentes, contribuindo de diversas formas. Por essa razão, é preciso reconhecer e agradecer de forma especial.

Agradeço ao Professor Doutor Paulo Peixoto de Albuquerque por ser referência, e presença, essencial na minha formação como sujeita-pesquisadora nessa jornada acadêmica e científica.

À minha orientadora Professora Doutora Jiani Adriana Bonin por fazer desse processo denso, um lugar de trocas com o fazer ciência. Obrigada por compartilhar não só os conhecimentos acadêmicos, mas as sensibilidades, experiências e vivências que nos tornam mais humanas, solidárias e generosas nas trilhas que percorremos juntas!

Aos colegas do Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM e aos companheiros da Rede AMLAT, por contribuírem de diferentes formas não só com a pesquisa, mas para o meu desenvolvimento como sujeita. Em especial, ao Professor Doutor Efendy Maldonado e à Professora Doutora Nísia Martins do Rosário, pelos ensinamentos e aventuras partilhados nesta caminhada.

Aos sujeitos comunicantes que se disponibilizaram e participaram da pesquisa. Vocês contribuíram não só para chegar ao fim desse processo, mas na construção do conhecimento científico através da realidade vivenciada pelos movimentos sociais em Porto Alegre.

À minha grande família: Zoppas, Albuquerque e Sarria: parte essencial de inspiração, renovação das energias, incentivo para as descobertas e amor. Agradeço à família que se formou com a chegada do Pedro. A vida se tornou mais leve, equilibrada, alegre e cheia de amor no dia a dia.

Agradeço à Fernanda Hartmann por possibilitar as condições de passar pelo doutoramento, mantendo minha saúde mental em dia para que eu chegasse ao fim dessa trilha bem e tranquila, comigo e com todo o processo.

Ao Marcelo e à Tabita: pessoas essenciais da caminhada acadêmica e afetiva, com as quais pude compartilhar diversas dimensões daquilo que nos compõe como pesquisadorxs e sujeitxs. À família CCR que foi fonte de alegrias, incentivos, amparo e apoio nas muitas transformações ao longo desses quatro anos. Em especial à Milca, à Berna, à Thaís, ao Renato, à Maria Júlia, ao Lucas, à Judite e ao “seu” Giba. Dos afetos que nos nutrem, agradeço às amigas Vera, Lara, Tami, Vivian, Simone e Yvets por estarem sempre por perto, mesmo quando longe geograficamente. Por nutrirem as dimensões da Marina-mulher-amiga-companheira de lutas, e assim, possibilitaram que a minha caminhada fosse firme, alegre, leve, amorosa e generosa.

As professoras e professores, colegas e demais funcionárias do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Unisinos, pelos conhecimentos compartilhados, dedicação e oportunidades para o caminhar no crescimento acadêmico, profissional e humano. Por fim, mas não menos importante, à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por me apoiar financeiramente e me permitir realizar o doutorado em um programa de excelência, com a possibilidade de dedicação exclusiva.

RESUMO

A Tese busca compreender os usos e as apropriações do *Facebook* realizados por sujeitos comunicantes dos movimentos sociocomunicacionais *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* e suas articulações com outras práticas comunicativas, relacionadas às ações coletivas junto aos espaços públicos e a suas vinculações na perspectiva da cidadania comunicativa. A concepção epistêmica da pesquisa é a transmetodologia, na qual o desenvolvimento metodológico-teórico-empírico, a elaboração do objeto-problema e as realizações concretas da investigação se deram através de movimentos de articulação dos processos midiáticos digitais, da cidadania comunicativa e dos movimentos sociais contemporâneos, entendidos em uma dinâmica de atravessamentos por todos os momentos da investigação. Buscamos nos movimentos de análises apreender elementos das processualidades investigativas. Na fase exploratória, mapeamos os ambientes digitais, observamos e participamos das ações coletivas, a fim de delinear e nos aproximarmos das ações concretas de cada coletivo. Entrevistamos quatro sujeitos comunicantes, considerando as experiências de cada um. Na fase sistemática, acompanhamos e aprofundamos nossas observações e descrição das páginas no *Facebook*, das ações coletivas e entrevistamos sete sujeitos comunicantes dos dois coletivos investigados. A análise apontou que os sujeitos comunicantes e os movimentos sociocomunicacionais usam e se apropriam do *Facebook* a partir da compreensão de que este é: a) espaço de compartilhar e comunicar informações vinculadas as demandas e objetivos das lutas, vinculadas às ações coletivas; b) espaço de empoderamento sociopolítico, cultural e comunicacional simbólico que constrói e reconstrói modos de atuação, mediação e participação pública; c) de produção de sentidos que questionam o *status quo*; e d) expressão das táticas sociopolíticas de acordo com as configurações que cada coletivo cria de si. As páginas no *Facebook* são, em síntese, espaços potenciais, que permitem a participação democrática dos atores sociais nas lutas pelo direito à cidade.

Palavras-chave: Movimentos sociocomunicacionais; Cidadania comunicativa; Usos e apropriações do *Facebook*; Processos midiáticos digitais.

RESUMEN

La Tesis busca comprender los usos y las apropiaciones del *Facebook* realizados por sujetos comunicantes de los movimientos sociocomunicacionales *Defensa Pública de la Alegría* y *Bloque de Luchas* y sus articulaciones con otras prácticas comunicativas, relacionadas a las acciones colectivas junto a los espacios públicos y a sus vinculaciones en la perspectiva de la ciudadanía comunicativa. La concepción epistémica de la investigación es la transmetodología, en la cual el desarrollo metodológico-teórico-empírico, la elaboración del objeto problema y las realizaciones concretas de la investigación se dieron a través de movimientos de articulación de los procesos mediáticos digitales, de la ciudadanía comunicativa y de los movimientos sociales contemporáneos, entendidos en una dinámica que atraviesa todos los momentos de la investigación. Buscamos en los movimientos de análisis captar elementos de los procesos de investigación. En la fase exploratoria, mapeamos los ambientes digitales, observamos y participamos de las acciones colectivas, a fin de delinear y aproximarnos de las acciones concretas de cada colectivo. Entrevistamos cuatro sujetos comunicantes, considerando las experiencias de cada uno. En la fase sistemática acompañamos y profundizamos nuestras observaciones y descripción de las páginas en *Facebook* de las acciones colectivas y entrevistamos siete sujetos comunicantes, siendo cuatro de la fase exploratoria. El análisis apuntó que los sujetos comunicantes y los movimientos sociocomunicacionales usan y se apropian del *Facebook* a partir de la comprensión de que éste es: a) espacio de compartir y comunicar informaciones vinculadas a las demandas y objetivos de las luchas, vinculadas a las acciones colectivas; b) espacio de empoderamiento sociopolítico, cultural y comunicacional simbólico que construye modos de actuación, mediación y participación pública; c) de producción de sentidos que cuestionan el status quo; y d) expresión de las tácticas sociopolíticas de acuerdo con las configuraciones que cada colectivo crea de sí mismo. Las páginas de *Facebook* son, en síntesis, espacios potenciales que permiten la participación democrática de los actores sociales en las luchas por el derecho a la ciudad.

Palabras clave: Movimientos sociocomunicacionales; Ciudadanía comunicativa; Usos y apropiaciones del *Facebook*; Procesos mediáticos digitales.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Publicações na página do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	165
Figura 2 – Publicações na página do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	166
Figura 3 – Publicações na página do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	168
Figura 4 – Publicações na página do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	170
Figura 5 – Publicações na página do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	171
Figura 6 – Publicações na página do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	172
Figura 7 – Publicações na página do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	175
Figura 8 – Publicação na página do <i>Bloco de Lutas</i>	182
Figura 9 – Comentários na postagem do <i>Bloco de Lutas</i>	183
Figura 10 – Publicações na página do <i>Bloco de Lutas</i>	185
Figura 11 – Publicações na página do <i>Bloco de Lutas</i>	187
Figura 12 – Publicações na página do <i>Bloco de Lutas</i>	188
Figura 13 – Comentários na postagem <i>Bloco de Lutas</i>	191
Figura 14 – Publicações na página do <i>Bloco de Lutas</i>	192
Figura 15 – Publicações na página do <i>Bloco de Lutas</i>	193
Figura 16 – Escracho por um Cais Mauá público – ato <i>Defesa Pública da Alegria</i>	195
Figura 17 – Escracho Cais Mauá de Todos – faixas.....	196
Figura 18 – Desabraço à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.....	198
Figura 19 – Ato do <i>Bloco de Lutas</i>	200
Figura 20 – Ato do <i>Bloco de Lutas</i>	201
Figura 21 – Ato do <i>Bloco de Lutas</i>	202
Figura 22 – Ato do <i>Bloco de Lutas</i>	203
Figura 23 – Representação Organizativa do <i>Bloco de Lutas</i>	264

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mapa dos espaços digitais utilizados pelos coletivos.....	51
Tabela 2 – Classificação das organizações sociopolíticas nas páginas dos coletivos.....	56
Tabela 3 – Tipo de publicações, por ano, do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	159
Tabela 4 – Temáticas, por ano, do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	164
Tabela 5 – Interações, por ano, do <i>Defesa Pública da Alegria</i>	175
Tabela 6 – Tipo de publicação, por ano, do <i>Bloco de Lutas</i>	180
Tabela 7 – Temáticas, por ano, do <i>Bloco de Lutas</i>	183
Tabela 8 – Interações, por ano, do <i>Bloco de Lutas</i>	189

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA TRILHA INVESTIGATIVA.....	12
1.1 O PROBLEMA/OBJETO DA PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	24
1.2.1 Geral.....	24
1.2.2 Específicos.....	25
1.3 JUSTIFICATIVA.....	25
2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS NO PERCURSO INVESTIGATIVO.....	29
2.1 PRESSUPOSTOS ORIENTADORES DO FAZER CIENTÍFICO.....	29
2.2 TRANSMETODOLOGIA: PERSPECTIVAS PARA PENSAR DIMENSÕES E PROCESSUALIDADES DA INVESTIGAÇÃO.....	33
2.3 PROCESSOS INVESTIGATIVOS: O CAMINHO SE FAZ AO ANDAR.....	37
2.3.1 Percursos na reconstrução dos contextos.....	37
2.3.2 Forjando o caminho na pesquisa de pesquisas.....	44
2.3.3 Nas sendas das explorações empíricas.....	48
2.3.4 A caminhada investigativa sistemática.....	70
3 PROCESSOS DIGITAIS, MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS E CIDADANIA COMUNICATIVA.....	76
3.1 ASPECTOS DO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO DE PORTO ALEGRE PARA PENSAR OS MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS.....	76
3.2 PERSPECTIVAS PARA PENSAR OS USOS E APROPRIAÇÕES DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS POR MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS.....	93
3.2.1 Processos midiáticos digitais.....	99
3.2.2 As redes sociais digitais.....	109
3.2.3 O <i>Facebook</i>, características e potencialidades para os movimentos sociocomunicacionais.....	114
3.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS.....	118
3.3.1 Aproximações teóricas para compreender os movimentos sociais.....	119
3.3.2 Os movimentos sociocomunicacionais investigados.....	132
3.3.2.1 O <i>Defesa Pública da Alegria</i>	132
3.3.2.2 O <i>Bloco de Lutas pelo Transporte Público</i>	136
3.4 A CIDADANIA E OS PROCESSOS MIDIÁTICOS DIGITAIS.....	139
3.4.1 Sociedade e indivíduo para pensar a cidadania.....	140

3.4.2 Cidadania comunicativa.....	148
4 PROCESSOS COMUNICACIONAIS DIGITAIS E AS AÇÕES COLETIVAS NO DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E NO BLOCO DE LUTAS.....	157
4.1 PROCESSOS COMUNICACIONAIS DOS COLETIVOS NAS PÁGINAS NO FACEBOOK.....	158
4.1.1 Defesa Pública da Alegria.....	158
4.1.2 Bloco de Lutas pelo Transporte Público.....	178
4.2 PROCESSOS COMUNICACIONAIS PRESENCIAIS E AÇÕES COLETIVAS.....	195
4.2.1 Defesa Pública da Alegria.....	196
4.2.2 Bloco de Lutas.....	201
5 SUJEITOS COMUNICANTES DO DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E DO BLOCO DE LUTAS: TRAJETÓRIAS, PRÁTICAS E CONCEPÇÕES.....	217
5.1 OS SUJEITOS COMUNICANTES.....	217
5.1.1 Defesa Pública da Alegria.....	217
5.1.2 Bloco de Lutas pelo Transporte Público.....	229
5.2 OS MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS COMUNICANTES.....	240
5.2.1 Defesa Pública da Alegria.....	240
5.2.2 Bloco de Lutas pelo Transporte Público.....	259
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	280
REFERÊNCIAS.....	294
ANEXO A – PANFLETO “ESCRACHO POR UM CAIS MAUÁ PÚBLICO!”.....	308
ANEXO B – MANIFESTAÇÃO ABSOLVIÇÃO DOS SEIS INTEGRANTES DO BLOCO DE LUTAS.....	309
APÊNDICE A – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PÁGINAS DOS COLETIVOS.....	311
APÊNDICE B – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PÁGINAS DOS COLETIVOS.....	319
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – FASE EXPLORATÓRIA.....	336
APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – FASE SISTEMÁTICA.....	338
APÊNDICE E – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÕES DOS ESPAÇOS PRESENCIAIS / AÇÕES COLETIVAS – FASE SISTEMÁTICA.....	343
APÊNDICE F – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DAS PÁGINAS DO FACEBOOK DOS MS – FASE SISTEMÁTICA.....	344

1 INTRODUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DA TRILHA INVESTIGATIVA

Na investigação “Entre as redes sociais digitais e as ruas: processos comunicacionais dos coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas*”, analisamos os processos comunicacionais digitais, na vinculação com outras práticas comunicativas por meio dos sujeitos comunicantes que são parte e integram as ações coletivas nos espaços públicos de Porto Alegre. Problematizamos, no percurso, os usos e apropriações do *Facebook* e as vinculações na perspectiva da constituição de uma cidadania comunicativa.

A partir das dimensões sociopolítico, cultural e comunicacional, buscamos compreender os contextos, as lutas e as resistências de cada um dos coletivos que surgem entre 2012 e 2013, em Porto Alegre, e se tornam forças que fomentam transformações no ir e vir da cidade e dos sujeitos que os compõem. Nessa perspectiva, procuramos compreender o papel que as redes sociais digitais tiveram na construção das ações coletivas, bem como, em outras dimensões e mediações que nos apoiam no processo da pesquisa.

A pesquisa proposta traz para a discussão componentes que nos permitiram avaliar como os processos comunicacionais, a partir dos sujeitos comunicantes, contribuem para o exercício da cidadania comunicativa, permitindo uma organização dinâmica, de resistência, de luta e de articulação com a participação e a ocupação do espaço público. Os usos e as apropriações das páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* possibilitam aos sujeitos comunicantes formas de produção dos processos comunicacionais mais horizontais, participativos e autônomos na perspectiva de ação coletiva e de construção dos sujeitos políticos, permitindo que estes se reconheçam e sejam reconhecidos, respeitados e reproduzidos nas relações sociais.

Compomos essa Tese em seis capítulos, sendo o primeiro a *Introdução*, na qual apresentamos a síntese, a construção do problema-objeto, as perguntas que nos nortearam na busca da construção do conhecimento, objetivos e a justificativa da investigação.

No segundo Capítulo, *Estratégias metodológicas no percurso investigativo*, refletimos, dialogamos e apresentamos a concepção epistemológica que perpassa toda a investigação – a *Transmetodologia*. Foi a partir da pesquisa e dos movimentos necessários para estudar, analisar, refletir, delinear, confrontar dimensões e elementos, na elaboração e constituição do objeto-problema que desenvolvemos as estratégias investigativas, de modo vivo e que nos possibilitasse a ação de pesquisar.

Buscamos na confluência de métodos o que havia de melhor para nos inspirar e desenvolver processualidades metodológicas durante a trilha. Nos aproximamos da *Etnografia* para melhor delinear nossa mirada nas observações e na descrição densa para os ambientes digitais e presenciais. Realizamos entrevistas semiestruturadas para conhecermos mais os sujeitos comunicantes e os movimentos sociocomunicacionais. É importante dizer que foram movimentos metodológicos de ir e vir, na perspectiva da combinação de processos *multimetodológicos*, através de mapeamentos, estratégias e lógicas para os tensionamentos e problematização das contribuições teóricas-empíricas desta pesquisa.

Também é o momento em que expomos nossas estratégias metodológicas adotadas durante a trilha, como a *pesquisa da pesquisa* em bancos de teses e dissertações, artigos, entre outros; a *pesquisa de contexto*, que nos possibilitou aproximações com diversos atores sociais, (re)dimensionar as alterações nos contextos sociopolíticos vivenciados no dia a dia nas lutas e resistências e, como estes alteram os processos comunicacionais; a *pesquisa exploratória*, movimento essencial, por possibilitar o contato com o concreto, aproximações, delineamentos e definição dos objetos concretos para a elaboração do objeto-empírico.

No Capítulo 3, *Processos digitais, movimentos sociocomunicacionais e cidadania comunicativa*, buscamos apresentar as dimensões sociopolíticas e culturais que possibilitaram o surgimento dos movimentos sociocomunicacionais investigados. Também desenvolvemos as perspectivas teóricas a partir do direito à cidade e da participação popular, apoiados em autores como Harvey (2013), Maricato et al. (2013), Chauí (2008) e Alfonsin (2010), entre outros; sobre a crise de representatividade (e das instituições políticas), amparados em Santos (2008, 2016), Maria da Glória Gohn (2010, 2012, 2014), Lima (2013), entre outros. Para pensar os espaços públicos e as ações coletivas, autores como Hannah Arendt (1999), Araújo (2008) e Foucault (1979, 1995, 2008) foram convocados, entre outros. Nessas dimensões, constatamos a repressão e a criminalização dos movimentos sociais e, por isso, a cultura da violência fez parte da problematização; aqui nos amparamos nas produções de Sérgio Adorno (2002), Costa (2005), Santos (2008), Giddens (1991) e Braga (2013), entre outros. A construção das dimensões sociopolíticas e culturais e comunicacionais do contexto da pesquisa nos possibilitou chegarmos às dimensões teóricas e problematizarmos o comunicacional do fenômeno investigado.

Dessa forma, desenvolvemos argumentos que assumem que a sociedade está em processo de midiatização, por entendermos que essa é atravessada pela cultura das mídias configurando os sujeitos (e os movimentos sociais) em múltiplas dimensões. Para isso, nos apoiamos em Maldonado (2008, 2013), Martín-Barbero (2009), Sodré (2002), Mata (1999), Santaella (2003), Lacerda (2012), entre outros. Vinculamos essas transformações da sociedade em processo de midiatização com o desenvolvimento dos processos midiáticos digitais por meio das diversas expressões de indignação, de luta e resistência a partir da ocupação do espaço público e no uso das redes sociais digitais. Nossas reflexões, diálogos e tensionamentos foram amparados em autores como Castells (1999, 2010, 2013), Alves (2012), Druetta (2009), Maldonado (2002), entre outros.

Problematizamos os ambientes digitais como espaços de luta ao compreendermos que estes também são espaços que configuram, controlam e vigiam os sujeitos comunicantes e movimentos sociocomunicacionais, por meio de autores como Silveira (2015, 2010, 2008), Scolari (2008), Malini e Antoun (2013), Mattelart (2007), Mattelart e Vitalis (2015), entre outros. Nessa perspectiva, buscamos pensar as redes sociais digitais não só no campo significativo da produção dos acontecimentos e processos de lutas sociopolíticas e culturais, mas também no entrelaçamento de narrativas, ideias, estruturas, configurações e algoritmos. Para tanto, buscamos dialogar com pesquisadores como Recuero (2009, 2012, 2013, 2014), Marteleto (2001), Castells (2013), Brignol (2010), Malini e Antoun (2013), Boyd e Elisson (2007), Benevenuto, Almeida e Silva (2011), Silveira (2015), Pariser (2012), entre outros.

A reflexão nos direcionou para a necessidade de compreensão dos modos de atuar, comunicar, construir redes, articulações, informações e conhecimento na *práxis* dos atores sociais envolvidos na investigação: os movimentos sociais. Revisitamos vários pontos de vista através de autores como Touraine (1977, 1995), Santos (2008), Warren (1999, 2006), Gohn (2002, 2010, 2014), Castells (2013), entre outros, no intuito de elaborar uma noção de *movimentos sociocomunicacionais* na perspectiva de um conceito que pudesse ser relacionado aos processos midiáticos digitais que explicasse e diferenciasses nosso objeto empírico. Dessa forma, buscamos apresentar o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* na sua constituição, de seus contextos, configurações, lutas e os sujeitos comunicantes que os compõem.

O processo investigativo nos direcionou para a compreensão da cidadania, construída no debate com Elias (1994), Cortina (2005), Dagnino (2006), García-Canclini (2001), Santos (2002), entre outros, e na vinculação com os processos midiáticos a partir

de contribuições de Mata (2006), Martín-Barbero (2009), Garretón (1995), Maldonado (2002, 2014), entre outros. Essas reflexões foram essenciais para discutirmos dimensões para a elaboração da nossa compreensão de cidadania (e sua trajetória ao longo de anos de pesquisa) e compreendê-la diante de tensões e conflitos de uma sociedade em processo de midiatização. Diante disso, a cidadania passa a ser tensionada junto aos meios de comunicação hegemônicos que modelam processos, comportamentos, funcionamentos de sistemas de produção do conhecimento e que nos informam e dizem quem somos nos diferentes graus de ser cidadão na sociedade contemporânea (MATA, 2006; MALDONADO, 2002).

Nesse sentido, a necessidade de estar presente nos ambientes digitais atende a uma perspectiva de apropriação dos meios para o acesso à informação e a comunicação, ainda que esta tenha limites. Busca-se, na democratização dos meios, um tipo de participação na esfera pública, na luta e para a conquista de direitos e cidadania. Apontamos a noção da cidadania comunicativa como dimensão capaz de potencializar os processos midiáticos digitais, vinculados a outras práticas comunicativas dos movimentos sociocomunicacionais investigados, por dar potência à capacidade de desenvolvimento de valores, oportunidades, participação e solidariedade na produção de conhecimento destes.

Os usos e as apropriações das redes sociais digitais nos demandaram problematizar a cidadania comunicativa porque esses processos requerem o envolvimento dos sujeitos comunicantes de modo colaborativo, participativo, habilidades e competências, adotando como táticas de lutas a construção de ações coletivas. Também porque esses processos comunicacionais abriram brechas de atuação com expressividade diante de estruturas sociopolíticas culturais complexas.

Assim, chegamos ao Capítulo 4, *Processos comunicacionais digitais e as ações coletivas no Defesa Pública da Alegria e no Bloco de Lutas*, no qual apresentamos as observações, mapeamentos, acompanhamentos, na tentativa de uma descrição densa dos usos e apropriações das páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* a partir das configurações e estruturas dispostas no ambiente digital. Também buscamos, na observação e no acompanhamento das ações coletivas, perceber as dimensões relevantes para a construção das lutas, para formas de ocupação dos espaços públicos e de fazer a resistência.

As entrevistas semiestruturadas com os sujeitos comunicantes foram essenciais para compreendermos, além do que foi observado e descrito, as lógicas e perspectivas

dos coletivos a partir das suas configurações, alterações junto aos contextos, as lutas e as práticas comunicacionais e digitais, além de possibilitar traçarmos um perfil dos sujeitos sociopolíticos e culturais que compuseram o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas*. É nesse momento que dialogamos, refletimos e tensionamos as teorias e metodologias para chegarmos as nossas percepções, elaborações e análises e compormos o Capítulo 5, *Sujeitos comunicantes do Defesa Pública da Alegria e do Bloco de Lutas: trajetórias, práticas e concepções*.

Por fim, as *Considerações finais* são nossas elaborações sínteses, geradas a partir do processo de análise da pesquisa, no qual apontamos os aspectos de fechamento da Tese. No entanto, sabemos que os objetos de pesquisa são vivos, complexos e se modificam, por isso, entendemos esse momento como um lugar flexível que nos promete outras reflexões e aberturas. A pesquisa, nesse sentido, buscou contribuir para o campo das Ciências da Comunicação, a partir dos processos midiáticos, articulados com a cidadania, tecnologias da comunicação e cultura, bem como no diálogo com outros campos de pesquisas em investigações que possam ser realizadas.

1.1 O PROBLEMA/OBJETO DA PESQUISA

Quando em 2007, é anunciado pela FIFA que o Brasil seria a sede do campeonato mundial de futebol – Copa do Mundo –, o governo brasileiro assumiu o compromisso de adaptar, ou fazer as mudanças estruturais necessárias em suas cidades-sedes, de modo a acolher os jogos e todas as pessoas envolvidas no megaevento esportivo. Isso permitiu ao governo implementar reformas urbanas, viárias e aeroviárias, pois as obras seriam o legado deixado nas cidades e no país.

Em Porto Alegre, uma das doze cidades-sede, grandes obras foram executadas, tanto pelo Governo Federal, quanto em âmbitos Estadual e Municipal, como a ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, a duplicação de avenidas, a construção de novas vias, a reforma no Estádio Beira-Rio (investimento público-privado), remoções habitacionais, entre outras. Ocorreu um grande investimento empresarial em diversos setores, na perspectiva de uma renovação urbana, principalmente na zona central da cidade. A Prefeitura Municipal passou a ceder espaços públicos, como jardins e praças, para o setor privado com a finalidade de serem “revitalizados”, passando pela interdição de atividades comerciais, principalmente dos vendedores ambulantes, e de apresentações artísticas e culturais. Essa revitalização e renovação da cidade também puderam ser

percebidas por meio de uma higienização sociocultural, quando há o encerramento de atividades de bares populares no bairro Cidade Baixa (uma das zonas boêmias da capital) e o aumento da vigilância e policiamento nas ruas (MUHALE, 2014).

Nesse processo, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre concedeu à Coca-Cola o Largo Glênio Peres, a fim de revitalizá-lo e modernizá-lo. O espaço ganhou uma reforma e, quando liberado, passou a ser usado como estacionamento de automóveis. Nele, foi instalado um boneco inflável do *tatu-bola* (o *Fuleco*, mascote da Copa do Mundo 2014) com aproximadamente sete metros de altura. O projeto ainda abrigava a instalação de um chafariz e de rede *wi-fi* gratuita. Essa ação provocou uma comoção, indignação e revolta de diversos sujeitos e coletivos, pois foi proibido o uso do espaço, por exemplo, para a Feira de Economia Solidária, feita anualmente no local, bem como realizada a interdição das demais atividades que faziam parte do cotidiano daquele espaço público.

Em outubro de 2012, foi convocado um ato chamado *Defesa Pública da Alegria* através de panfletos e da ferramenta “eventos” da rede social digital *Facebook*, que rapidamente se tornou assunto de muitas rodas de conversas. Levava como imagem a mascote da Copa, com as inscrições “Fortunati não cola”. O ato ocorreu em 06 de outubro de 2012, em frente ao prédio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, na Praça Montevideu, e constitui-se numa ação coletiva onde os diversos sujeitos poderiam se expressar contra a gestão da coisa pública. Esse ato ficou conhecido como “a derrubada do tatu”, um dos mais violentos por parte da ação da polícia. O ato, que era para ser pontual, tornou-se sistemático, ocorrendo outros durante os meses que se seguiram.

Durante os atos, palavras de ordem foram pronunciadas a centenas de pessoas, numa mobilização coletiva, organizada, articulada em uma contestação pública transformada em uma luta política e de reivindicação por direitos coletivos. Os manifestantes eram contra o fechamento de espaços de cultura e lazer, a privatização de espaços públicos, a derrubada de árvores para a realização de obras de acesso ao estádio da Copa, que ocorreria em 2014, entre outras pautas.

Esse acontecimento trouxe alterações no cenário político, cultural e social dos diversos coletivos e sujeitos, e principalmente, nas suas configurações. O *Defesa Pública da Alegria*¹, que era para ser um ato, constituiu-se como um coletivo autônomo, autogestionário, horizontal, de ação política-cultural, a partir de pautas permanentes como

¹ Conforme: https://www.facebook.com/defesadaalegria/info?tab=page_info. Último acesso em: 04 de setembro de 2015.

o direito à cidade e à cultura. Por sua vez, as manifestações se tornaram organizadas e sistemáticas durante este período.

O *Defesa Pública da Alegria* colocou em marcha diversas táticas para reivindicar seus direitos. Durante o período de outubro de 2012 a janeiro de 2013, reuniram-se com frequência para debates sobre o rumo das manifestações e ocupações dos espaços públicos em assembleias abertas.

Também, nesse mesmo período, outros atores sociais de Porto Alegre, que assumiram com uma orientação política de esquerda, fortaleceram-se através de uma articulação em uma frente de luta, no primeiro momento, por causa da criminalização e judicialização dos movimentos sociais. Num segundo momento, “com o objetivo de fazer atos maiores e mais expressivos articulados inicialmente em torno da luta contra o aumento das passagens de ônibus [...]” (MUHALE, 2014, p.32). A luta não se restringiu apenas à contestação ao aumento da passagem, foi estendida a diversas esferas.

Essa articulação compõe o *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*. O pesquisador aponta para o *Bloco de Lutas* como uma unidade de ação, não sem disputas internas, estabelecida por diversos coletivos com um conjunto de ideologias e práticas, que se destaca pelo caráter autônomo dos processos político-sociais de esquerda. Durante os meses de fevereiro, março e abril de 2013, seus integrantes mobilizaram, reivindicaram e conseguiram frear o aumento das passagens e ampliar os direitos da gratuidade do transporte coletivo. Nesse sentido, nos perguntamos: Como se constituem as práticas e as táticas sócio-políticas-culturais desses coletivos? Como constroem as inter-relações entre os diversos coletivos? E como compreendem essa unidade de ação?

Quando em junho de 2013, ocorreu, em 12 capitais do Brasil e em muitas cidades no interior dos estados, uma onda de manifestações populares com a ocupação de diversos espaços públicos, muitos cartazes e dizeres apontavam as experiências de Porto Alegre. As manifestações se espalharam e se transformaram em revolta de massa. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia e Fortaleza foram as cidades com mais intensidade de protestos. Estima-se que cerca de 2 milhões de pessoas saíram às ruas.

As manifestações iniciaram em relação aos aumentos das tarifas do transporte coletivo, convertendo-se em uma indignação coletiva referente à conjuntura política e às estruturas de governo, às prioridades e aos feitos das políticas econômicas. Na visão de Gohn,

[...] os manifestantes, ao rejeitarem a forma como está sendo feita a política institucional, demonstram que é possível fazer política de outra maneira, não formal, nas ruas, com as vozes e corpos presentes e suas ressonâncias. Agindo assim, eles quebram o silêncio da aparente apatia e imobilidade sociopolítica (GOHN, 2014, p.14).

Em outras palavras, foram “vozes” públicas das pessoas que participaram das manifestações por não se sentirem representadas. Essa questão está vinculada à crise da representação política e partidária, apontando a necessidade de uma reforma política, uma das principais agendas das ruas. Gritos como “sem partido” e “não nos representam” eram instaurados quando alguns sujeitos ligados aos partidos políticos queriam se juntar às marchas e carregavam bandeiras de partidos políticos.

Muitas dessas pessoas que participaram das manifestações atuavam em coletivos não hierárquicos e descentralizados. Eles são parte de movimentos com valores, princípios e formas de organização diferentes de movimentos sociais vinculados a sindicatos, bem como dos movimentos sociais identitários (mulheres, quilombolas, LGBT, entre outros). Em Porto Alegre, uma multidão² chamada pelo *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* se juntou para reivindicar direitos, paralisando as cidades diante dos acontecimentos (GOHN, 2014).

Depois de junho de 2013, aconteceram novas manifestações, em todo o país, com características diferentes, que foram desaparecendo aos poucos como manifestações de massa. Em sua maioria, terminaram com confrontos com a polícia e prisões. Maria da Glória Gohn explicita que as manifestações de junho de 2013 foram um dos maiores eventos políticos do país em 2013, impactando tanto a sociedade quanto os governos (Federal e Estaduais), que ela vê como “uma força sociopolítica semioculta, que se despertou e poderá voltar à ação a qualquer momento, especialmente no cenário sociopolítico e econômico de 2014” (GOHN, 2013, p. 11).

² Antonio Negri e Michel Hardt, em seu livro *Multidão* (2005), argumentam que o termo pode ser visto como uma rede aberta e em expansão, no qual todas as diferenças podem ser expressas livre e igualmente. Essa rede proporciona os meios de convergência para que possamos trabalhar e viver em comum. Devemos distinguir a multidão de outras noções de sujeitos sociais. A multidão é múltipla, é composta de inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única, ou seja é uma multiplicidade de todas as diferenças singulares (culturas, raças, etnias, gêneros, etc.). Na multidão, as diferenças sociais permanecem diferentes, o desafio é fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente. A multidão também é um conceito aberto e abrangente que tenta apreender a importância das recorrentes mudanças na economia global. A multidão se compõe de todas as diferentes configurações da produção social.

Os coletivos³ de Porto Alegre, que compõem o objeto empírico de referência na investigação, *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas*, vivenciaram e participaram das diversas manifestações de rua e foram laboratórios de experimentação sobre novas formas de operar a política. Como aponta Gohn (2014), em relação às manifestações de 2013, expressam uma nova forma de fazer movimento social. Tais coletivos se caracterizam, entre outros fatores, por seus integrantes “serem jovens, escolarizados, com predominância da classe média, organizados horizontalmente, conectados por e em redes [sociais] digitais, críticos das formas tradicionais da política” (GOHN, 2014, p. 12). Destacamos que as formas de fazer política também estão relacionadas com os modos com que os sujeitos compõem os coletivos, se relacionam com a sociedade e, principalmente, se comunicam.

Nesse sentido, observamos e acompanhamos as ocupações dos espaços públicos e seus modos de convocar as pessoas no decorrer de 2013, 2014, 2015 e recentemente em 2016. Em sua maioria, essa convocação se realizou através das redes sociais digitais. Os espaços urbanos e o espaço das redes sociais digitais se configuraram como lugares de múltiplos tempos e espaços em atravessamento. Os sujeitos estabeleceram uma experimentação, na qual o espaço urbano parece ter se constituído como lugar da visibilidade, do enfrentamento, e as redes sociais digitais como modos de registro, de convocação, do compartilhamento de informações, da conexão ao vivo, da transmissão da ação das ruas, num modo de contrapor a performance do capital, como propõe Silva (2014). Questões como o acesso às tecnologias (seus limites e possibilidades), na vinculação com as práticas e táticas sociopolíticas culturais dos coletivos, são base para formular processos comunicacionais digitais potencialmente mais democráticos, com potência na ação coletiva e mostram-se como desafios, principalmente por serem compostos por sujeitos diversos.

A internet pode possibilitar a apropriação das mídias digitais⁴ que fomenta uma ação de ativismo digital ou ciberativismo. O ciberativismo é uma forma de ativismo pela internet, o qual se dá como estratégia para mudança da agenda pública, com a inclusão de

³ Usamos os termos *coletivo* ou *movimento social* como sinônimos. Maria da Glória Gohn (2010) nos ajuda a compreendê-lo ao considerá-lo tanto como categoria empírica, como um segmento, a exemplo dos movimentos de mulheres, ou como categoria conceitual, numa forma de estruturação/organização de relações sociais. Este conceito é discutido no Capítulo 3, sobre os movimentos sociais.

⁴ Em movimentos exploratórios e de acompanhamento nas redes sociais digitais, percebemos que há uma aderência a esse espaço, no qual os coletivos pesquisados compartilham informações, notícias, entre outras produções multimídias, referentes às lutas e pautas relacionadas ao direito à cidade. Um exemplo disso é a Ocupação Pandorga, com a *fanpage* criada em 18 de julho de 2015.

um novo tema na ordem do dia, na difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” (UGARTE, 2007). Os coletivos fazem uso das redes digitais num movimento de reapropriação da cultura ciberativista, como estratégia de comunicação a fim de fomentar turbulências, desvios, resistência e invenções ao traçarem objetivos comuns, constroem cenários culturais e constituem-se por meio da solidariedade através das formas de articulações e das identidades individuais e coletivas (CASTELLS, 2013; MALINI; ANTOUN, 2013).

Compreendemos, assim, que há uma potência nos processos midiáticos, por meio das redes sociais digitais e do ativismo digital, para que os coletivos (re)construam um espaço público, político, de diálogo, e a própria política em outras bases, a fim de transformar as instituições sociopolíticas e culturais. Nesse sentido, uma questão relevante para essa pesquisa é: como as apropriações comunicacionais são realizadas nos ambientes digitais das redes sociais pelos coletivos e seus sujeitos participantes?

Ao questionarmos os usos e apropriações dos ambientes das redes sociais digitais por coletivos, buscamos, nos processos midiáticos digitais propostos por esses sujeitos e coletivos, interrogar se são capazes de exercer uma resistência com potencial de reflexão, proposição de uma agenda pública e de ações coletivas na ocupação do espaço público de modo participativo. Interrogamos se, ao fazerem uso das redes sociais digitais, os coletivos estão propondo um modo de comunicação política que possibilita a sensibilização e a intervenção das pessoas para a ocupação do espaço público. Os usos e apropriações das redes sociais digitais podem provocar rupturas na produção do pensamento coletivo e, assim, possibilitar espaços críticos para multiplicar, articular lutas e produzir sentidos relativos à compreensão da sociedade, da democracia, da participação e da cidadania?

Através das redes sociais digitais, podemos relativizar as informações da mídia hegemônica e horizontalizar a comunicação e a troca de informações. Para Castells (2013, p. 18-19), “as redes sociais oferecem a possibilidade de deliberar sobre e coordenar ações de forma amplamente desimpedida”. Contudo, é preciso problematizar o seu uso. Ainda que esses espaços tenham a potencialidade de resistência, reflexões, desvios que constroem cenários sociopolíticos culturais e que contribuem para a ampliação do direito à comunicação por meio dos usos e apropriações das redes sociais digitais, também podem ser considerados como um lugar de controle e vigilância.

Precisamos considerar os termos de uso dos meios digitais, suas restrições, modos de utilização de informações confidenciais, direitos autorais, que têm permitido a

empresas e corporações de comunicação, como o *Facebook*, recolher, armazenar e tratar de diversas informações dos sujeitos que ali estão inseridos; informações estas que possibilitam traçar perfis de comportamentos, posturas e gostos mediante um forte e rígido controle (MATTELART, 2009; SILVEIRA, 2015).

Atentamos para o fato de que as plataformas mais usadas são propriedades de registro privado, empresas de comunicação (*Twitter* e *Facebook*), o que também tensiona o entendimento de uma comunicação livre, horizontal e plena. O *software* livre e de código aberto, a criptografia, que poderiam dar apoio a uma comunicação mais horizontal aos movimentos sociais, ainda são pouco usados.

Diante disso, nos interessa problematizar também como essas formas de vigilância e controle afetam as práticas comunicacionais dos sujeitos que participam dos coletivos no seu cotidiano. Precisamos analisar como os coletivos desenvolvem táticas⁵ comunicativas e ações coletivas para driblar essa vigilância e tentativa de controle por parte dos poderes.

Entendemos que os sujeitos inseridos nos coletivos se reconhecem de algum modo como cidadãos e cidadãs de direitos, pertencentes a um grupo, motivados a trabalhar por e com ele (CORTINA, 2005). Suas bases constitutivas apontam para formas de exercício da cidadania, de luta por direitos, no processo de reconhecimento do direito a ter direitos (SANTOS, 2008) e na participação daquilo que é público. Reivindicam a ampliação dos direitos e das políticas públicas ao lado de outros atores sociais, sujeitos comunicantes e sociopolíticos ligados a causas difusas, como os direitos humanos, o direito à cidade, o direito à cultura, entre outros (CORTINA, 2005). Garretón (1995) aponta para a necessidade de considerarmos as formas de organização para conquistar essa cidadania, pois ela muda, bem como as demandas são multidimensionais e desdobram-se entre o acesso e a qualidade.

Um de nossos pressupostos é que os sujeitos que integram os coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* buscam trabalhar para melhorar uma situação

⁵ Entendemos *tática* e *estratégia* a partir de Michel De Certeau, conforme nos explica: “Tática se estabelece no lugar do outro, há uma ausência do próprio, não se mantém sobre si mesma, aproveita a ocasião, não existe “per se” e depende do tempo para jogar os acontecimentos, para transformá-los em ocasião aproveitável. O que ela ganha não conserva, utiliza as falhas da conjuntura para se mover, é astúcia. A estratégia é aquilo que está formalizado, é calculado em meio às relações de forças e pode ser isolado em um sujeito de querer e poder, tanto que a palavra tem origem militar. O gesto aqui é cartesiano, calculado, onde se distingue o campo e o próprio” (DE CERTEAU, 2013, p. 45). E acrescenta, “as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gosto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que se apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (DE CERTEAU, 2013, p. 96).

sociopolítica cultural não só para si, mas para as pessoas que ali vivem, numa perspectiva de projeto de luta em relação a uma situação de oposição, de exclusão social, cultural e política, voltada para a participação social na esfera pública.

É importante dizer que esses coletivos se articulam em redes e permitem formas de atuação e organização que incluem alcances, relações de apoio a grupos identitários, conforme a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou que possibilitam não só a partilha de valores e aspirações, como também a circulação de informações, de conhecimento para ações coletivas. Assim, os processos midiáticos digitais podem potencializar a cidadania numa participação tanto nos espaços públicos como nos modos comunicativos. Os processos midiáticos são fundantes para a cidadania por possibilitarem, entre outros elementos, a existência pública dos diferentes sujeitos e permitirem a estes, por vezes, representarem a si ou a um coletivo, como propõe Mata (2006).

A apropriação das redes sociais pelos coletivos e seus sujeitos que ocupam os espaços públicos nos provoca a refletir, a partir dos processos midiáticos digitais e da cidadania comunicativa, sobre como o papel que estes produzem na comunicação é (re)situado, envolvendo recepção, circulação, produção comunicativa e uso dessas tecnologias para a democratização da comunicação e da sociedade. Principalmente no âmbito das diferentes competências comunicativas enquanto participação, questão que nos parece fundamental para a democratização dos meios “e que não consiste somente com relação ao controle, mas também da democratização dos seus usos” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 302).

Nosso problema-objeto se constrói na relação entre as ruas e as redes sociais digitais. As ruas são compreendidas como o espaço público onde os coletivos podem produzir as ações concretas de luta, onde as coisas acontecem. Nas redes sociais digitais, se desenvolve um complexo processo midiático que visibiliza o enfrentamento de ideias e lutas e mobiliza os sujeitos comunicantes por meio da produção, circulação e mediação. Assim, como pergunta central do problema-objeto interrogamos:

- Como se constituem os usos e as apropriações das redes sociais digitais, e suas vinculações com outras práticas comunicativas, pelos coletivos *Bloco de Lutas e Defesa Pública da Alegria* e seus sujeitos comunicantes na relação com a participação e a cidadania comunicativa?

Outros questionamentos que fazemos, constituídos em torno de dimensões específicas que interessam à pesquisa, são os seguintes:

- Que usos e apropriações do *Facebook* são realizadas pelos coletivos e sujeitos que deles participam?
- Como os objetivos, as formas de organização, demandas, práticas, manifestações e táticas comunicativas dos coletivos se vinculam com os usos e as apropriações realizados nos ambientes digitais?
- Como as culturas comunicativas/midiáticas/digitais, política e de cidadania dos sujeitos inseridos nos coletivos configuram suas práticas nos cenários das redes sociais digitais e demais manifestações comunicacionais?
- Como as práticas comunicacionais digitais contribuem para os processos de democratização da comunicação e da sociedade, principalmente no âmbito da competência comunicativa enquanto participação e da cidadania comunicativa?

O que se destaca para nós é a atuação destes coletivos, tendo as manifestações públicas como um marco significativo nas suas *práxis*. Estas são parte do contexto sociopolítico, focalizadas nas ações do presente, nas questões comunicacionais digitais, nas redes sociais digitais dos coletivos e dos sujeitos comunicantes.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Geral

Investigar os usos e apropriações das redes sociais digitais realizados pelos movimentos sociocomunicacionais *Bloco de Lutas e Defesa Pública da Alegria* e seus sujeitos comunicantes, em articulação com outras práticas comunicativas relacionadas às ações coletivas junto aos espaços públicos na perspectiva da constituição da cidadania comunicativa.

1.2.2 Específicos

a) Contextualizar aspectos relativos às transformações das práticas comunicacionais dos movimentos sociais vinculados à comunicação digital e ao cenário das manifestações de Porto Alegre a partir das dimensões sócio-política-comunicacional;

- b) Observar e analisar os usos e apropriações da comunicação digital realizados pelos movimentos sociocomunicacionais e sujeitos investigados na constituição de redes sociais digitais;
- c) Analisar as vinculações dos usos da comunicação digital com formas de estruturação, objetivos, demandas, práticas e táticas comunicacionais realizadas pelos movimentos sociocomunicacionais;
- d) Compreender como se relacionam as culturas comunicacionais/digitais e políticas dos sujeitos comunicantes com suas formas de vinculação, atuação e participação nos espaços dos movimentos sociocomunicacionais;
- e) Analisar concretizações, possibilidades e limites que os processos de usos e apropriações das redes sociais digitais, em articulação com os outros processos comunicacionais nesses movimentos sociocomunicacionais, oferecem para a construção da cidadania comunicativa.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com as transformações da sociedade capitalista provocadas pela globalização, ou globalizações (SANTOS, 2008), os sujeitos sociopolíticos e culturais enfrentaram novos desafios no que se refere às ações coletivas de lutas e movimentos sociais, principalmente, na maneira de se comunicar e relacionar com/nas redes de movimentos sociais.

Os processos comunicacionais contemporâneos, por sua vez, são tensionados por mudanças aceleradas pelas transformações tecnológicas, onde a comunicação digital possibilita modos de produção de bens simbólicos (MALDONADO, 2013) que configuram e atravessam os sujeitos comunicantes e os movimentos sociais. As tecnologias da informação e comunicação configuram fluxos e conexões, formas de interações nas quais os meios deixam de ser apenas mediação, para serem integrados reconfigurando a relação entre tempo e espaço e as culturas (MATA, 1999).

Passa a ser importante entender a dinâmica cultural constituída pelos movimentos sociocomunicacionais e os sujeitos comunicantes que são geradores de culturas comunicacionais midiáticas que, para nós, principalmente nos ambientes digitais, possibilitam relações e processos de fabricação sociocultural (MALDONADO, 2008) na inter-relação com as manifestações e os atos públicos.

A pesquisa pretende mover-se na busca de apreensão do contexto de dimensões sociais, políticas, culturais e comunicacionais importantes que determinam uma perspectiva da realidade dos coletivos, nos quais, pelos sistemas de contrapoder exercido através destes, reivindicam e lutam por valores, interesses e direitos que são individuais, mas também, coletivos. Propomos diferentes ângulos para entendermos as mudanças que vêm acontecendo nos modos de agir dos movimentos sociais e da política articulados pelos processos midiáticos, conectados às redes sociais digitais e em construção com outros processos de cidadania.

É importante, para nós, compreender como os processos midiáticos digitais se relacionam com os modos de comunicar desses movimentos sociocomunicacionais e esses se vinculam com a construção da cidadania comunicativa nestes coletivos e sujeitos comunicantes. Entendemos como uma questão relevante por evidenciar processos comunicacionais, práticas, usos, estratégias e táticas que podem indicar novos sentidos na construção dos processos comunicacionais midiáticos.

Entendemos ser relevante mapear outras mediações comunicacionais / políticas / culturais que agem e incidem nessa construção de significações, bem como nas apropriações dos espaços digitais, pois os processos comunicativos não podem ser concebidos fora do contexto no qual ocorrem. Dessa forma, a realidade, em suas diversas dimensões, é percebida por nós como aspecto pertinente e configurador dos contextos sociais e comunicacionais das relações contemporâneas e da formação, reconhecimento e legitimidade dos coletivos investigados.

Pensamos, também, que a noção de cidadania comunicativa, enquanto dimensão teórica e política, torna-se pertinente para refletir e problematizar as dimensões que constituem os sujeitos comunicantes e os coletivos que participam nos vínculos dos processos comunicacionais e na democratização dos meios nas relações contemporâneas. Principalmente, ao pôr em perspectiva o modo como as redes sociais digitais podem ser um componente da construção de outra realidade e do espaço público e a maneira como esta incide nas demandas e necessidades dos sujeitos comunicantes, diferente daquela trazida pelos meios hegemônicos.

Essa perspectiva busca analisar as configurações midiáticas que se constroem com os usos e apropriações das redes sociais digitais em diálogo com as visões de mundo e relações sociais dos sujeitos, observando-os como participantes do contexto sociopolítico e midiático. Nesse sentido, é possível observar, registrar, descrever e analisar elementos relativos aos contextos, estratégias e práticas que são priorizadas pelos coletivos e sujeitos

comunicantes que contribuam para a construção de conhecimentos qualificados, ampliados e produtivos sobre a questão.

As reflexões que emergiram desta investigação têm relevância, ainda, na medida em que podem fortalecer os coletivos de Porto Alegre que reivindicam uma sociedade mais equivalente e justa. Ao dar a ver os sujeitos comunicantes e as suas práticas no contexto das redes sociais digitais, a pesquisa traz à cena sociopolítica comunicacional informações sobre a constituição das relações de poder entre sujeitos comunicantes, exercícios de solidariedade e processos de mobilização social.

É importante dizer que a pesquisa que se desenvolveu no processo de doutoramento, a partir de muitas das nossas inquietações pessoais, é permeada pelo fazer científico junto à nossa caminhada como docente e profissional da comunicação, na relação com os movimentos sociais. A pesquisa do mestrado⁶ já foi marcada pelas observações, escutas e experiências como profissional da área de comunicação junto aos movimentos sociais de direitos humanos, problematizados por meio dos processos midiáticos digitais, na relação com a comunicação alternativa, e da cidadania comunicativa.

Por fazer uso das redes sociais digitais, acompanhamos os coletivos que são parte do objeto de referência, na circulação de ideias disponibilizadas nos espaços digitais, bem como das diversas ações coletivas nos espaços públicos entre 2012 e 2013, nas ruas de Porto Alegre. Parecia-nos um novo momento de efervescência sociopolítica, cultural e comunicacional da cidade, bem como outra forma de configuração dos movimentos sociais e dos processos midiáticos.

Pensamos que nossa pesquisa pode contribuir para as Ciências da Comunicação por buscar avançar nas teorias próprias da área e provocar movimentos ao apresentar elaborações teórico-metodológicas. Além disso, somando-se aos resultados de outras investigações que também refletem sobre este tema, abrem-se possibilidades de contribuir para a ressignificação de experiências e sentidos das diversas lutas por direitos coletivos e individuais.

⁶ Defendida em 2012, com o título “A Comunicação Cidadã na Mídia Digital: Concepções e Realizações dos *sites* MNDH, DH Net e Conectas”, buscou compreender as concepções e as estruturas dos *sites* dos movimentos de direitos humanos, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), o DH Net - Rede de Direitos Humanos e Cultura e a Conectas Direitos Humanos e suas inter-relações com os *internautas/cidadãos* nos processos de comunicação para o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos.

2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS NO PERCURSO INVESTIGATIVO

Esta pesquisa passou por reflexões, tensionamentos e reelaborações, durante os quatro anos de investigação, que buscaremos expor neste capítulo, dedicado à concepção epistemológica e às estratégias metodológicas desenvolvidas na trilha investigativa. Iniciamos o capítulo refletindo sobre a dimensão teórico-metodológica do fazer científico, construídas a partir das leituras, elaborações, relações, diálogos e tensionamentos sobre metodologias, na medida em que avançamos na construção do nosso problema-objeto. Também buscamos explicitar os processos metodológicos, as escolhas, decisões e percursos percorridos na construção desta pesquisa.

2.1 PRESSUPOSTOS ORIENTADORES DO FAZER CIENTÍFICO

O processo de construção desta pesquisa passou por diversos e constantes movimentos que sustentaram a sua construção e provocaram-nos a refletir sobre o fazer científico, no qual nos deparamos constantemente, ao longo da trilha, a cada movimento, com transformações e necessidade de reelaborações. Estes movimentos são atravessados pelo trabalho e pela vida, em diálogos e tensionamentos entre elementos e dimensões para a construção do pensamento crítico, a fim de compreendermos a complexidade da problemática aqui investigada.

Nesse sentido, a investigação demanda-nos movimentos criativos, reflexões e reformulações de lógicas que são reelaboradas no decorrer da nossa própria trajetória por trabalharmos com fenômenos comunicacionais complexos. Bachelard (1971, p. 36) nos ajuda a pensar no método como “uma astúcia de aquisição” que possibilita desenvolver processualidades que dão sentido à construção do conhecimento, como possibilidades de rotas e acessos. Machado (2013) aponta para a necessidade de compreendermos o método como um processo a ser desenvolvido para cada problema-objeto, pois este exige formulações próprias que se “conjugam entre o teórico e o empírico para construir o objeto e vice-versa” (p. 168).

O método é compreendido por nós como processualidade presente em cada movimento da investigação: dinâmicas, fluxos e refluxos no campo, na escrita, na construção do sujeito-pesquisador, no que se perceber em constante processo de formação e (re)formulação (MACHADO, 2013). Em outras palavras, o método se constitui num processo que vai se estabelecendo na relação com o problema-objeto, no contexto, na

práxis e no sujeito-pesquisador, estabelecendo que a investigação acontece com os atravessamentos, cruzamentos e conexões dessas dimensões durante o processo.

É na presença da dúvida que construímos nossos objetos de investigação. Bachelard (1971) nos provoca a seguir pela trilha num processo não apenas de descobertas, mas de criatividade e experimentação, ao superarmos a mera aplicação de conceitos. Ele nos sugere buscar, em nossas problematizações, alargar e reformular conceitos e noções que nos permitam avançar na construção de compreensões sobre o problema-objeto investigado. Desse modo, a investigação é marcada pela inquietação constante do pensamento na luta por construir o problema-objeto.

A construção do problema-objeto não se faz ao acaso, nem está dada. É necessário se distanciar da “sedução da primeira escolha” (BACHELARD, 1971), reforçar a objetividade científica crítica, conceber o objeto da investigação como algo que é elaborado. É importante reconhecer que, no fazer ciência, a realidade, o concreto, quando tensionado em relação ao teórico-metodológico, cria “um conhecimento novo e autônomo em confronto com o senso comum, se esse conhecimento não se destinar a se transformar nele” (SANTOS, 1999, p.147).

A construção do objeto de pesquisa se realiza através do diálogo, da reflexão, da problematização, num processo que se movimenta entre o abstrato e o concreto, na “convergência entre os polos (abstratos/concretos)” (BONIN, 2011, p.32). Como observa Luce Giard, é uma relação “em adequação ao seu objeto concreto [...] em um incessante vaivém do teórico para o concreto, e depois do particular e do circunstancial ao geral” (1994, p. 21). Entendemos esse concreto como uma realidade dinâmica, sendo necessário observá-la sob diversos ângulos. Por isso, cada investigação necessitará dinâmicas distintas que serão construídas levando em consideração as particularidades e especificidades do problema-objeto.

É na elaboração do objeto científico, na ruptura, que um fenômeno é perspectivado e conceituado, sabendo que esse processo se dá a partir de um determinado ponto de vista teórico que determinará possíveis sistemas, relações, tensionamentos, dialéticas (MARRE, 1991). Assim, é preciso assumir a investigação como um processo que toma o problema-objeto como ponto de partida e a relação entre teoria e método para problematizar o concreto, o contexto, a dinâmica da realidade, a vida, as culturas, a existência, e que se encontra em constante movimento. Nesse sentido, o problema-objeto é atravessado por outras (e novas) questões, desafiando o pesquisador a um olhar sensível e atento para as (re)elaborações constantes na trilha.

Entendemos que, no processo do fazer científico, precisamos praticar a reflexão epistemológica na construção de cada pormenor investigativo, de modo a realizar escolhas conscientes que permitam melhor construir conhecimento para o objeto pesquisado (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999; BACHELARD, 1971). Entre outras razões, também porque o pesquisador faz parte do objeto investigado; em seu labor científico, tem papel fundamental na construção do problema-objeto e “necessita ter consciência de que ele próprio faz parte do objeto pesquisado, uma vez que ele mesmo é sujeito (ator) social” (FOLETTTO, 2011, p. 193).

Dessa forma, precisamos questionar nossas próprias ideias, cuidar com as proximidades e familiaridades em relação ao objeto e problematizar as práticas em que nos inserimos e que construímos como sujeito pesquisador da investigação. O fazer científico está relacionado à condição do pensamento crítico, como uma força geradora, com lógicas diversas essenciais para a problematização dos nossos objetos de pesquisa (BACHELARD, 1971).

Assim, entendemos que o fazer científico é uma constante construção, a trilha é traçada e desenvolvida a partir de tensionamentos, problematizações, diálogos e reflexões que vinculam o teórico com o empírico, por meio de estratégias, técnicas e táticas metodológicas, nas quais as micros e macros processualidades da pesquisa se inter-relacionam. Dessa forma, cada problema-objeto de investigação necessita de estratégias específicas que serão elaboradas nas processualidades, nos procedimentos, nos caminhos a serem percorridos, nas aproximações, no estabelecimento de critérios, delimitando os movimentos investigativos em vínculo com as concepções teóricas e com as particularidades e lógicas do empírico investigado. É nesse processo que o pesquisador opera como um “artesão intelectual” (MILLS, 1975).

Importa que as escolhas teóricas, assim como as metodológicas, articulem-se numa epistemologia que permita o trânsito dinâmico, criativo e inventivo. Essas articulações não são rituais ou procedimentos repetitivos, mecânicos, que são tomados como práticas, como manuais ou receituários a serem seguidos. Cada problema-objeto, cada investigação, demanda e solicita determinados procedimentos de experimentação, registro, testes, sistematização de informações e dados, segundo a sua problemática (MALDONADO, 2006; MARTÍN-BARBERO, 2006).

Bachelard (1971, p.116) afirma que “uma das características mais recentes da epistemologia contemporânea é o fato das diferentes abordagens experimentais do real que se revelam solidárias de uma modificação axiomática das organizações teóricas”. Já

Bourdieu et al. (2006) afirmam que é preciso relacionar o problema-objeto da comunicação com os outros campos de saber, para pensarmos uma epistemologia que problematize as técnicas, o pensar, o construir e os modos de configurar e reconfigurar a investigação. Dessa forma, a prática investigativa se dá nos movimentos, na dinâmica de contato, de convivência e de experimentações que o pesquisador constrói. Para essas dinâmicas, são necessários os momentos de reflexão e análise na relação pesquisador-pesquisador, elaborando e definindo as trajetórias, conforme os métodos eleitos.

É preciso conceber os problemas comunicacionais como atravessados por diversas lógicas, com o auxílio da conversão de epistemologias, dos diversos campos do conhecimento, de vários métodos, por entender que os objetos das Ciências da Comunicação são dinâmicos, fluídos, multidimensionais, solicitando ao pesquisador trabalhar diversos aspectos para os quais as construções metodológicas precisam realizar reformulações e configurações múltiplas (MALDONADO, 2011, p. 38).

Para o desenvolvimento da nossa investigação, buscamos na concepção *transmetodológica* um importante lugar epistêmico para não só pensar a problemática e a construção do problema-objeto, mas também os fundamentos da investigação: a contextualização do problema-objeto, a pesquisa empírica como recurso metodológico e a *práxis* teórica como meio de nos movimentarmos entre as teorias, buscando um modo criativo e renovador (MALDONADO, 2013). A seguir apresentamos essa perspectiva que atravessa a investigação e que nos apoiou na construção e desenvolvimento desta pesquisa.

2.2 TRANSMETODOLOGIA: PERSPECTIVAS PARA PENSAR DIMENSÕES E PROCESSUALIDADES DA INVESTIGAÇÃO

Na escolha pela *transmetodologia* para o desenvolvimento desta pesquisa, consideramos a complexidade de nossa problemática, que inclui dimensões sociopolíticas culturais e comunicacionais dos movimentos sociocomunicacionais e de seus sujeitos comunicantes na inter-relação com a cidadania comunicativa. Nosso problema-objeto para ser pesquisado, exigiu diversas abordagens, procedimentos e entrelaçamento de métodos. A perspectiva transmetodológica possibilita a convergência de diferentes experiências, saberes, tecnologias, estratégias metodológicas para a construção da investigação. Ela pode ser entendida como:

[...] uma vertente epistemológica que afirma a necessidade de confluências e confrontações entre vários métodos, realizando processos de atravessamento lógico, desconstrução estrutural, reconstrução de estratégias e problematizações redefinidas, em cada empreendimento/projeto de investigação iniciado (MALDONADO, 2012, p. 31).

A transmetodologia busca, no processo de formação e elaboração da pesquisa, a confluência metodológica e transdisciplinar para o desenvolvimento científico, a partir de teorias e metodologias que, tensionadas e articuladas pelo objeto empírico, permitam compreender determinado fenômeno comunicacional, a fim de fundamentar as processualidades para a busca de respostas do problema-objeto.

O pesquisador Alberto Efendy Maldonado acrescenta que “a práxis científica exige realizar pesquisas concretas, problematizadas em profundo vínculo com o real, situando tanto o teórico quanto o empírico como problema a construir e não como repetição de fórmulas ou preceitos generalistas e vácuos” (MALDONADO, 2002, p. 214). Para tanto, fundamenta a perspectiva epistêmica, em diálogo com conhecimentos científicos produzidos, em premissas fundamentais que aqui recuperaremos de modo a evidenciar por onde nossas construções também passaram para a elaboração da pesquisa, desde as escolhas de estratégias que se deram, processualidades assumidas e revistas, bem como nosso posicionamento como sujeita-pesquisadora em constante ato de transformação.

A transmetodologia desafia o pesquisador a colocar-se à frente no processo de construção do conhecimento, uma vez que não há modelos nem percursos previamente determinados. Significa dizer que é preciso *situar o ser humano como elemento central da pesquisa*, a fim de desenvolver uma *ecologia de científica* (MALDONADO, 2013). Essa primeira premissa permite entendermos que é necessário promover o diálogo entre os saberes científico e humanístico, a fim de que a pesquisa não apenas explique um determinado fenômeno ou realidade, mas que possa transformá-lo, ao confrontá-lo com outros e diversos/novos conhecimentos.

O conhecimento passa a ser compreendido como um movimento progressivo, que estabelece interações, conexões, experimentações, numa postura científica aberta (segunda premissa), reconhecendo as fronteiras como dinâmicas e a necessidade de confluência e de atravessamentos de métodos que valorize a subjetividade dos sujeitos, em constante diálogo e reconhecimento dos diferentes saberes científicos.

As processualidades metodológicas nos possibilitaram escolhas, reflexões, desconstruções, em movimentos de significação e ressignificação de valores, crenças e compreensões da pesquisa e do pesquisador. São abordagens multiléticas⁷ que permitem observações, delineamentos, acompanhamentos, reflexões, aproximações e experimentações na relação com o concreto, no vai e vem teórico-metodológico.

Nessa perspectiva, cabe a cada pesquisador criar os seus movimentos de aproximação ao objeto empírico que possam testar, dialogar e vivenciar as processualidades teórico-metodológicas e as particularidades dos fenômenos investigados. Buscamos, através da transmetodologia, estabelecer estratégias e táticas para conhecer o contexto, as dimensões políticas, sociais, culturais, midiáticas e suas inter-relações com os movimentos sociocomunicacionais e os sujeitos comunicantes da nossa investigação.

O sujeito-pesquisador, com uma visão epistêmica abrangente, realiza a investigação como uma *práxis* fundamentada em saberes heterogêneos combinados (MALDONADO, 2006, 2008), na qual há atravessamentos de conhecimentos, que provocam criações, renovações, reconhecimentos e autorreconhecimento, sendo o desafio romper com saberes centralizadores no constante processo de investigação (terceira premissa). Diante disso, é necessário ter uma postura construtivista transdisciplinar que permita as confluências científicas que aprimoraram as formulações teórico-metodológicas. Nesta quarta premissa, nos é apresentada a necessidade de uma metodologia das confluências, de diálogos e combinações entre as várias lógicas e processualidades da investigação, de metodologias renovadoras que considerem a multidimensionalidade e multicontextualidade dos processos midiáticos.

Maldonado (2008) aponta a necessidade de nutrir as práticas investigativas e *fazer os sentidos científicos fluírem* ao explorar outras dimensões do conhecimento, como os bons sentidos culturais – quinta premissa – na qual o autor nos lembra de que a “ruptura com o senso comum não pode confundir-se com a ruptura com os bons sentidos” (MALDONADO, 2013, p. 42). Nossa tentativa é buscar o conhecimento gerado nos

⁷ Na concepção de Maldonado, multiléticas “refere-se à compreensão de processos, fenômenos e *práxis* de inter-relacionamentos dialéticos múltiplos, que expressam a densidade e riqueza do concreto em movimento. Contradições, conflitos, nexos e inter-relações, nesta perspectiva, não têm formatos nem dicotômicos, nem triádicos, nem finitos. As possibilidades são múltiplas na fenomenologia dos problemas e objetos simples/complexos e nas mentalidades mais esclarecidas; os arranjos, dinâmicas fluxos, configurações, estruturações e expressões qualitativas (que marcam distinção transformadora) realizam-se em confluência e exclusões de caráter inventivo, diverso, intenso (poético/ético denso) e amplo” (2008, p.36).

processos coletivos dos grupos e comunidades para o desenvolvimento de estratégias, noções e percepções para o agir transmetodológico, assim sustentando nossa investigação com informações e conhecimentos socioculturais.

Nesse sentido, as relações, reflexões e tensionamentos teórico-metodológicos em vínculo com o problema-objeto são fundamentais para a construção do conhecimento científico e se colocam como um dos desafios dessa investigação. Para isso, é preciso um trabalho de elaboração de problemas-objetos comunicacionais – sexta premissa. Ao questionar “quais são as problemáticas pertinentes, os problemas-objetos, os projetos de pesquisa que garantem a ênfase, um foco, uma crucialidade e uma centralidade comunicacional?”, Maldonado (2013, p. 43) nos provoca a refletir sobre como construímos o problema-objeto da investigação, apontando a necessidade de ir além da ação e da estrutura dos sistemas midiáticos; de compreendermos os processos para, então, entender as estruturas. Ou seja, é preciso o desenvolvimento de uma problemática que investigue não só o objeto, mas os próprios processos relacionados a ele.

Dessa forma, chegamos à sétima premissa, que aponta para a necessidade de assumirmos configurações metodológicas diversas, em um movimento de “confluência lógica e conceitual de vários métodos, de acordo com as necessidades estabelecidas por cada problema-objeto” (MALDONADO, 2013, p. 43). Maldonado (2008, p.44) considera “o caráter múltiplo das concepções, estratégias, desenhos, configurações, propostas e modelos de método; tanto na sua pertinência ao campo científico, no qual se configuram, quanto na sua estruturação nos problemas-objetos que constroem”. Cada pesquisa necessitará diferentes abordagens para desenvolver estratégias específicas capazes de apoiar a investigação de maneira única.

Nessa perspectiva, buscamos aportes em nosso campo e, também, no que “há de melhor” em outras áreas de conhecimento, o que demanda uma aproximação sutil, entendendo que os saberes são extremamente amplos para serem dominados plenamente. Ao mesmo tempo, faz-se necessário o específico para dar conta da pesquisa em comunicação. A produção do conhecimento precisa realizar-se com abordagens metodológicas múltiplas, que contemplem a complexidade das formas de vida, das culturas envolvidas, bem como dos processos comunicacionais que nos solicitam a criação de estratégias, concepções, táticas e processualidades transmetodológicas (MALDONADO, 2008).

O compromisso do pesquisador com o trabalho científico e com a produção do conhecimento precisa ter um sentido ético, filosófico profundo que signifique um

“compromisso com a humanidade, a vida, as culturas, as transformações sociais e o bem-estar com o mundo” (MALDONADO, 2008, p. 38), sendo esta a oitava premissa. O pensamento epistemológico crítico (MACHADO, 2013) nos provoca a pensar não só em como construímos o conhecimento científico, mas como retornamos para a sociedade a pesquisa, como nos vinculamos aos sujeitos comunicantes e aos grupos sociais que são parte fundamental para o fazer a nossa investigação. Também, que estas relações estabelecidas entre o objeto empírico, as teorias e metodologias nos atravessam durante todo o processo de fazer a Tese e nos constituem como sujeito(a) pesquisador(a).

Entendemos, também, que a epistemologia, dentro da dimensão teórica, deve ser percebida como parte do movimento que acompanha todo o processo de investigação ou, como bem define Bachelard (1971), a epistemologia está permanentemente em ato. Assim, o processo de investigação, do fazer científico e da construção do conhecimento não é compreendido como um trabalho terminado por completo, mas como processo em constante transformação e reflexão.

Isso se deve à necessidade de construção do objeto empírico a ser investigado, pois esse não está dado, é resultado de conexões, inter-relações, diálogos e tensionamentos de teorias e metodologias, sendo a nona premissa. Maldonado afirma que o objeto precisa “ser reconstruído em termos de observação ou experimentação sistemáticas, com métodos, para obter *objetos empíricos*, descritos, detalhados [...]. Precisa da mediação do pensamento [...] no movimento integral da sua processualidade” (2008, p. 39). Essa percepção exige-nos como pesquisadora propor uma *multilética* que combina a *práxis* teórica e empírica no processo de gerações e concepções de conhecimentos. Significa dizer que “não é possível avançar na dimensão teórica sem ter estratégias de pesquisa, incluídas as empíricas, que permitam uma grande concentração de energias na elaboração dos argumentos, hipóteses, fundamentos e configurações” (MALDONADO, 2008, p.39). Por essa razão, a dimensão empírica se faz necessária na experiência adquirida na prática.

Nesse processo de elaboração do pensar e fazer a pesquisa científica em comunicação, chegamos à décima premissa, última, mas não menos importante, porque diz respeito à própria formação do sujeito-pesquisador: a transmetodologia busca formar sujeitos pesquisadores, cientistas que cultivem, nos desafios, a aventura, a arte, o rigor e a disciplina teórico-metodológica, a crítica e a inventividade para os processos transformadores do mundo e da vida (MALADONADO, 2013).

Dessa forma, na construção do nosso problema-objeto, através do pensar transmetodológico, desenvolvemos arranjos, processualidades metodológicas de aproximação e de abordagem aos sujeitos comunicantes e aos movimentos sociocomunicacionais da investigação, considerando suas características e pluralidades.

As reflexões apresentadas até o momento apontam para pressupostos que nos desafiaram no fazer científico e na construção do conhecimento, bem como no nosso crescimento como pesquisadora. Além disso, estes pressupostos nos permitiram miradas multidimensionais sobre o problema-objeto por meio da construção de processualidades metodológicas que se dão no movimento (de reelaboração constante) da pesquisa e na transformação da nossa vida cotidiana.

2.3 PROCESSOS INVESTIGATIVOS: O CAMINHO SE FAZ AO ANDAR

A concepção epistemológica da pesquisa orienta a construção de teorias e práticas que colocam a investigação em movimento. Nesse processo, a escolha de um encaminhamento metodológico não deve ser reduzida a uma opção de caráter apenas instrumental e técnico; deve se dar como uma estratégia analítica que se diferencia ao permitir múltiplas abordagens metodológicas para dar conta do caráter multifacetado das relações sociais. Seus movimentos devem ser problematizados, elaborados, reelaborados, dialogados, refletidos constantemente.

Na sequência, importa refletir sobre as processualidades metodológicas desenvolvidas no processo de construção da pesquisa e em aproximações, delineamentos e delimitações, realizados no campo empírico, que apontaram, a partir da *fase exploratória*, novos movimentos para a *fase sistemática* da investigação.

2.3.1 Percursos na reconstrução dos contextos

No processo de construção desta pesquisa, entendemos ser necessário um movimento importante para compor a investigação: a *pesquisa de contextualização*, para compreender aspectos da realidade concreta em que cada movimento sociocomunicacional estava inserido e era configurado. Maldonado (2011) considera importante formular e construir os múltiplos contextos constitutivos da problemática, os contextos midiáticos e comunicacionais que constituem as particularidades da pesquisa.

Para isso, é preciso planejar e empreender estratégias e ações que possibilitem a construção de múltiplos contextos que desenham as dinâmicas do fenômeno pesquisado.

A *pesquisa de contextualização* é um processo de reflexão, aprofundamento e sistematização que nos permite perceber aspectos do contexto sócio-histórico-cultural e científico nos quais as investigações estão inseridas. Ela nos proporciona aproximações à realidade que podem ser experimentadas, vivenciadas e reconstruídas por meio da pesquisa teórica relacionada a reflexões, análises e sistematizações das dimensões contextuais que constituem o objeto-problema (BONIN, 2011). Em nossa pesquisa, nos levou a incluir aspectos relativos ao complexo estrutural sociopolítico e cultural dos movimentos sociocomunicacionais e dos sujeitos comunicantes da investigação, na inter-relação com o contexto comunicativo e midiático em que estão inseridos.

Para a realização da contextualização desta investigação, a disciplina *Comunicação, Sociedade e Política*⁸ foi fundamental por nos colocar em contato com teorias e pensadores de outros campos – como das Ciências Políticas e Ciências Sociais, por exemplo. Visualizamos dimensões-chaves do contexto para serem problematizadas, relativas ao cenário sócio-político-cultural das manifestações e ocupações na inter-relação entre o espaço-público (ARENDETT, 1999), o poder (FOUCAULT, 1979), e relativas aos indivíduos e à sociedade (ELIAS, 1994; GIDDENS, 1991).

Também foi importante a busca de informações, análises sociais e políticas do momento em que os movimentos sociocomunicacionais se formaram, bem como da conjuntura do Brasil e de Porto Alegre, que nos permitiram estabelecer relações dos acontecimentos entre as ruas e as redes sociais digitais. Consideramos os aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e comunicacionais encontrados, também, em notícias ou reportagens jornalísticas para problematizarmos o contexto.

A pesquisa de contextualização nos permitiu reconhecer dimensões histórico-político-sociais e culturais de Porto Alegre que possibilitaram um tipo de articulação e organização de movimentos sociais (MS) como os que fazem parte da nossa pesquisa. Nesse sentido, dois eventos importantes para os MS aconteceram em Porto Alegre no primeiro semestre de 2016, mobilizando, produzindo ações, modificando a cidade, reorganizando e mudando as formas de entender a realidade local. Em janeiro de 2016, foram celebrados os 15 anos do *Fórum Social Mundial* (FSM). Em Porto Alegre, entre os

⁸ Realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS), ministrada pela Profa. Dra. Maria Helena Weber, no período de 2014/02.

dias 19 e 23 de janeiro, com uma programação que contava com diversas atividades autogestionárias, ocorreu o *Fórum Social Temático* (FST), como uma atividade preparatória ao FSM que se realizou em agosto, em Montreal, no Canadá.

Nos painéis principais, que aconteceram no Auditório Araújo Viana, nas tendas no Parque da Redenção, na Assembleia Legislativa, entre outros lugares, diversos movimentos sociais, ONGs, universidades, entre outros atores sociais nacionais e internacionais, fizeram um balanço das lutas anticapitalistas, discutiram sobre os desafios das classes populares e as perspectivas da luta altermundista. Porto Alegre voltou a vivenciar as energias de “um outro mundo possível”.

Sobre a nossa participação, destacamos dois momentos importantes que perpassam o contexto da pesquisa. O primeiro foi na *Assembleia dos Movimentos Sociais*, realizada no dia 23 de janeiro de 2016, no Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre. Reuniram-se diferentes e diversos MS que afirmaram a necessidade do trabalho articulado entre as lutas como estratégia de resistência e transformação social. Entre as questões discutidas a partir das lutas, apontaram a necessidade de defesa da manutenção dos mandatos dos governantes eleitos democraticamente, tanto no Brasil como em outros países da América Latina. Havia uma preocupação, de modo geral, com as perdas de direitos conquistados pelas populações mais pobres com o fortalecimento da direita conservadora e reacionária que avançou no Brasil.

Durante a assembleia, foi aprovada uma *Carta de Compromisso dos Movimentos Sociais* com a análise do momento político e econômico, apontando a exigência de unidade de luta. Para estes MS, o sistema capitalista encontra-se numa crise que se agrava em medidas desproporcionais, ampliando desigualdades e suprimindo direitos. Um dos destaques está na dimensão do mundo do trabalho e dos direitos relacionados, com a ameaça de supressão de direitos e de precarização do trabalho que podem se intensificar nos próximos anos.

Boaventura de Souza Santos esteve presente em muitas atividades políticas e culturais. Avaliou como importante a realização do FST em Porto Alegre, frente à conjuntura global, que aponta para uma necessidade de forte rearticulação e posicionamento diante dos desafios que se apresentam. Para ele, 2001 era um tempo de esperança, de lutas ofensivas em contraponto ao Fórum de Davos. “Estávamos no único continente onde era possível se falar em socialismo no século 21” (SANTOS, 2016, s/p), referindo-se aos governos progressistas eleitos na América Latina. O FSM possibilitou a articulação e sustentação a muitos MS que foram a base política para pensar as políticas

governamentais nesses países. No entanto, em 2016, “fazemos lutas defensivas” porque muitos MS descansaram por participarem das instâncias de poder e por ter amigos nos governos. Para o sociólogo, é preciso que os governos não os esqueçam, nem que os próprios MS sejam esquecidos por si; ele defendeu uma retomada a partir da base, com ações coletivas por meio dos MS, de modo ofensivo contra as forças conservadoras nas diferentes realidades dos países da América Latina. Como avaliação das diversas atividades do FST, Santos (2016, s/p) afirma “saímos daqui com muito mais força. Mais seguros dessa força. Mais conscientes dos perigos e das dificuldades, dos obstáculos e dos inimigos contra quem temos que lutar”⁹.

O segundo momento que destacamos foi a mesa *Direitos Humanos e Educação Popular* com a presença da então ministra das *Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos*¹⁰, Nilma Lino Gomes, e do pesquisador Boaventura de Souza Santos. O pesquisador “cobrou” posições do governo em relação a políticas de direitos humanos que foram vetadas pela Presidenta Dilma, como o projeto de lei que previa ampliar o ensino de língua indígena nas escolas de ensino fundamental.

A ministra, na época, apontou que os avanços conquistados nessas pautas vinham com muita dificuldade, com luta, principalmente, em se tratando do momento político difícil que era vivenciado pelo segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff. Segundo a ex-ministra, o Ministério ainda estava se estruturando, mas compreendia que era preciso defender e manter os direitos conquistados acima dos interesses de mercado e do acirramento fundamentalista.

Baltasar Garzón, jurista espanhol, que também compunha a mesa problematizou, a partir da noção dos direitos humanos, uma cidadania mais participativa, protagonista, reflexiva diante da realidade e das dinâmicas sociais. Para ele, é preciso formar, através da educação popular, lideranças sociais de base, numa “ação constante e contínua da sociedade, com a participação, com seu compromisso e responsabilidade”.

Nos dias 01 e 02 de abril, muitos comunicadores e ativistas dos diversos MS se reuniram no espaço cultural Vila Flores, em Porto Alegre, para o *Conexões Globais* –

⁹ Conforme <http://forumsocialportoalegre.org.br/2016/01/23/fsm-saimos-com-mais-forca-mais-seguros-e-mais-conscientes>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2016.

¹⁰ Em reforma ministerial, a Presidenta Dilma Rousseff criou, em 2015, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Este era a fusão das Secretarias de Direitos Humanos, Políticas de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres. O Ministério foi extinto recentemente pelo Presidente interino, Michel Temer.

Cidades Democráticas. Os temas discutidos aludiram ao espaço público, manifestações sociais em rede, diversidade sexual e de gênero nas cidades democráticas.

Os sujeitos presentes discutiram, a partir dos problemas estruturais das cidades, como transporte público, moradia, acesso à cultura e lazer, a percepção de que há uma captura e um esvaziamento dos espaços de participação. Apontaram que esse processo de enfraquecimento se dá fundamentalmente naqueles espaços construídos na trajetória dentro das estruturas institucionais que estão abandonadas e perderam o poder de decisão em Porto Alegre.

Das diversas mesas, destacamos que os múltiplos atores sociais presentes entendem que as articulações na rede potencializam os MS a viabilizar novas estratégias e possibilidades para as diversas lutas. No entanto, as lutas não podem estar subsumidas aos ambientes digitais.

Esses dias foram importantes para conversarmos e nos aproximarmos de sujeitos de diversos movimentos sociais, a exemplo de Glória, do *Bloco de Lutas*. Evidenciamos que esses eventos foram fundamentais para nos apoiar na formulação de uma estrutura de contextos múltiplos que estão presentes na problemática, bem como na composição do contexto que perpassa toda a nossa investigação.

No ano de 2017, voltamos a participar do *Fórum Social das Resistências* (FSR) com o tema *Democracia, Direito dos Povos e do Planeta*, entre os dias 17 a 21 de janeiro. O FSR foi considerado um dos principais encontros dos MS desde 2001, devido à conjuntura nacional, da América Latina e mundial. Porto Alegre, durante cinco dias, voltou a ser a capital da democracia e da participação popular, assumindo as *resistências* como a forma de defesa da democracia, da participação popular, da defesa dos direitos humanos. Resistências foi escolhido para problematizar toda a conjuntura sociopolítica e econômica vivenciada no Brasil, durante o ano de 2016, com a consolidação do golpe presidencial.

Em 2017, o encontro dos diversos movimentos sociais debateu os rumos destes, visto que o cenário que se apresenta é de ascensão da direita, da miséria e de avanço do imperialismo. As resistências foram tomadas nesse encontro como o lugar de buscar energia para as próximas ações coletivas. A resistência também foi percebida na manutenção do caráter livre dos espaços, rejeitando todas as propostas advindas do governo do RS em financiar o encontro. As resistências se deram nos encontros, nas reflexões, nas análises de conjuntura nacional e internacional, principalmente pensando

na América Latina, nos debates e, também, nos desabafos dos diversos e diferentes sujeitos políticos e sociais.

Os próximos anos reservam e exigem muita luta e resistência. Resistir antes de avançar. Resistir para avançar. Nos debates, nas mesas, nas reuniões, no compartilhamento de experiências percebemos a necessidade de confluência das resistências nos diversos espaços: nas ruas, nas escolas e universidades, no campo. Também a necessidade de construir os processos de organização das ações de forma mais coletiva, através de frentes.

Em conversas informais, alguns militantes apontaram a necessidade de diálogo entre os diferentes sujeitos (desde os movimentos sociais históricos às novas formas de organização) e as diferentes linguagens para subverter o sistema. Nesse sentido, esse foi um dos diferenciais que encontramos no ano de 2017 em relação a 2016, a presença de novos sujeitos: os jovens do hip hop e do rap, além de ex-presidiários, puderam contar suas experiências e o abandono, nos painéis principais. Participaram, ativamente e de forma organizada na luta e na resistência, estudantes secundaristas que ocuparam as escolas. Também os participantes do movimento negro, dos movimentos LGBT, de mulheres, dos povos e comunidades de religião afro, de economia solidária, dos movimentos urbanos e rurais tradicionais.

Destacamos nas falas dos painéis principais e das atividades autogestionárias (uma característica do FSM) a preocupação com as reformas que são apontadas pelo governo federal na inter-relação com a dimensão econômica do capitalismo como uma realidade futura: a ameaça de supressão de direitos e de precarização do trabalho que pode se intensificar nos próximos anos, o avanço da miséria e da pobreza no país. Essa dimensão se torna fundamental quando pensamos nos MS investigados que problematizam o direito e o acesso à cidade (pensando nas dimensões simbólicas: sociais, culturais e políticas) e a mobilidade urbana, bem como os bens públicos.

Outro evento importante de reflexão e debate foi o seminário *Democracia e Movimentos Sociais*, que aconteceu em Porto Alegre, no dia 12 de maio de 2017, no auditório da sede do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA). O primeiro tema foi a criminalização dos movimentos sociais e o segundo, a necessidade da formação de uma frente das esquerdas para o fortalecimento das lutas e as resistências. Foi um momento importante por visualizarmos um diálogo e aproximação dos diferentes sujeitos sociopolíticos culturais, pois estavam na mesa principal representantes do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, do *Movimento dos Sem Terra* (MST) e do *Movimento dos*

Trabalhadores Sem Teto (MTST). O público era formado por militantes, ativistas e atores políticos de diferentes organizações da sociedade civil: partidos de esquerda, sindicatos, organizações não governamentais, estudantes secundaristas, entre outros. O auditório estava cheio e a atividade durou aproximadamente três horas e meia.

Nas falas de João Pedro Stédile (MST), Guilherme Boulos (MTST) e outros sujeitos que fizeram intervenções naquela noite, percebemos que a atuação do Estado tem sido de tipificar as condutas dos movimentos sociais, inscrevendo suas ações coletivas como delitos, delineados na lei conforme interessa àqueles que detêm o poder, considerando-os como caso de polícia. Apontaram para a necessidade de resistências, de intervenções e ações coletivas conjuntas, nos espaços urbanos, no espaço público, como lugares de liberdade, onde as lutas são travadas para a garantia de direitos e o exercício da cidadania. Também da organização de uma frente das esquerdas para pensar o processo eleitoral de 2018, visto que as reformas trabalhistas e previdenciárias retiram direitos. Afirmam que o Estado tem criminalizado os movimentos sociais através do seu aparato repressivo e muitas vezes, violento, com o apoio da opinião pública.

Da nossa experiência de participação nesse seminário, entendemos que o Estado tem se utilizado da criminalização como uma “ferramenta” para administrar os conflitos junto aos movimentos sociais e sujeitos que deles participam, na tentativa de dar respostas aos grupos conservadores da sociedade, que querem manter os privilégios, e à opinião pública. Essa temática passou a ser de fundamental compreensão para nós, visto que seis sujeitos que participam do *Bloco de Lutas* respondem a processo judicial, acusados de associação criminosa armada para a destruição do patrimônio qualificado, explosão, furto, em concurso material e de pessoas e cometimento de lesão corporal a um policial militar.

Entendemos que as ações coletivas dos movimentos sociais questionam o *status quo*, a ordem pública e que não se deve segregar seus integrantes, não cabendo negar o conflito e a existência de problemas. Lembramos Marilena Chauí ao afirmar que “democracia, mais que respeito às leis estabelecidas, é conflito”¹¹ (2006, s/p).

A atividade contribuiu significativamente para pensarmos o contexto que estes movimentos sociais vêm enfrentando, principalmente pela criminalização e judicialização na relação com o cenário político. A ênfase na luta e nas resistências implica considerar que as forças estão no encontro entre os opressores e os oprimidos na

¹¹ Conforme reportagem: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2508200615.htm>. Último acesso em: 23 de janeiro de 2018.

busca da libertação destes. Assim, a sociedade tem como cenário um contexto em que está posto um conflito entre as classes, a depender dos processos sociopolíticos e culturais. Entendemos que os atravessamentos da macro política social interferem nos processos dos movimentos sociais locais e são constitutivos também do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*.

Evidenciamos que o contexto sociopolítico da cidade de Porto Alegre reflete as possibilidades de articulação e ação coletiva destes: a) as lutas empreendidas se dão contra as forças do capital que se impõem no processo de urbanização a populações que não terão acesso aos bens públicos, políticos e culturais; b) o poder político procura reorganizar as estruturas da cidade de um modo que mantenha as populações insatisfeitas sob controle; c) a cidade funciona como um lugar importante de ação sociopolítica e cultural, no qual cada espaço físico, ou de representação, e os modos de organização sociocultural podem ser considerados meios para as lutas políticas.

Durante muitos anos, Porto Alegre foi uma referência nacional e internacional de democracia participativa e das formas de gestão das políticas públicas com o Orçamento Participativo e com a própria realização das diversas edições do FSM. Nos últimos 12 anos, há retrocesso e estagnação nas políticas públicas, resultado da falta de participação direta na tomada de decisões. Ao sediar o FST e FSR, com essa dimensão, a cidade retoma um espírito de militância de esquerda, com posições políticas críticas aos temas da sociedade capitalista. Percebemos nos processos de organização do próprio fórum a necessidade de uma participação mais horizontal junto aos MS e sujeitos comunicantes, entre outros.

Nesse sentido, as falas realizadas nas diversas mesas e nos painéis do FST, FSR, *Conexões Globais* e do seminário *Democracia e Movimentos Sociais* apontaram para uma prática da cidadania que pode se realizar em espaços coletivos e participativos, onde as motivações pessoais se articulam com os diversos níveis de experimentação, participação, numa construção e num engajamento coletivo.

2.3.2 Forjando o caminho na pesquisa de pesquisas

Nossos primeiros movimentos para a reelaboração do projeto de pesquisa foram realizados no primeiro semestre de 2014, na disciplina de *Pesquisa Avançada em Comunicação*, quando desenvolvemos movimentos de *pesquisa da pesquisa*. Consideramos esta uma processualidade importante para a construção e reelaboração do

problema-objeto, buscando ir além do que muitos compreendem como *estado da arte*, num movimento de revisão, de modo reflexivo e interpretativo, de pesquisas relacionadas à temática investigada, que pudesse contribuir na elaboração de novos questionamentos e perspectivas para a investigação.

O trabalho envolveu a desconstrução dos processos construídos em outras pesquisas relacionadas ao tema, a fim de refletir sobre as opções, realizações, possibilidades e limites vinculados ao conhecimento produzido; também a reconstrução e reflexão das práticas que colocaram determinados objetos de pesquisa em movimento. A pesquisa da pesquisa exigiu ações táticas e operativas de levantamento de pesquisas que nos permitiram apropriações, reformulações, novos horizontes em diversos níveis, ao dialogar com o conhecimento e a experiência proveniente das práticas investigativas anteriores (BONIN, 2011). Esta processualidade metodológica foi constante no nosso processo de investigação e nos permitiu diversas buscas, mapeamentos e processos, nos alimentando para a construção do nosso problema-objeto em vários âmbitos.

Na realização dos levantamentos bibliográficos de pesquisas, iniciamos por uma seleção de palavras-chave¹² e privilegiamos os bancos de informações disponíveis na internet, com abrangência em relação à quantidade de trabalhos armazenados e temporalidade das publicações para que pudessem iluminar o atual processo de desenvolvimento do tema. Iniciamos o mapeamento por meio do Banco de Teses e Dissertações do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Nos primeiros movimentos de pesquisa da pesquisa, destacamos duas investigações, em nível de mestrado, realizadas nos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Sergipe¹³ e da Universidade Federal de Santa Maria¹⁴. No processo de desconstrução, visualizamos subsídios para

¹² Buscamos as teses e dissertações através das seguintes palavras-chave: movimentos sociais, coletivos, militantes, democracia, cidadania, cidadania comunicativa, internet, comunicação digital, ativismo, ativismo em rede, ciberativismo, redes sociais.

¹³ Defendida em 2014, da Mestra Carole Ferreira da Cruz, orientada pela Dra. Sonia Aguiar Lopes, intitulase “Ativismo Anti-Homofobia: Embates políticos-midiáticos da rede LGBT na Internet”, buscou compreender a utilização das ferramentas de comunicação e informação disponíveis na internet para o fortalecimento do ativismo político dos movimentos LGBT, mais especificamente da Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Transsexuais (ABGLT).

¹⁴ Defendida em 2015, pelo acadêmico Tainan Tomazetti, orientada pela Profa. Dra. Liliane Brignol, intitulada “Movimentos sociais em rede e a construção de identidades: a Marcha das Vadias em SM e a experiência do feminismo em redes de comunicação”, pesquisou o movimento social, Marcha das Vadias e a construção das identidades nas redes sociais digitais.

articular uma rede de conceitos e autores que poderiam nos apoiar na fundamentação do nosso problema-objeto.

Visualizamos os paradigmas dos novos movimentos sociais amparados em pesquisadoras como Maria da Glória Gohn (2002, 2010, 2014) e Ilse Scherer-Warren (1999, 2012, 2014), e pesquisadores como Manuel Castells (2013, 2016), Alain Touraine (2006) e Alberto Melucci (2001), para as problematizações, reflexões, tensionamentos, diante das realidades sociopolíticas relativas ao problema-objeto das investigações. Ainda, a reflexão sobre os movimentos em redes e as redes de movimentos a partir de autores como Manuel Castells, (1999), Ilse Scherer-Warren (2014) e Ugarte (2007). Ao desenvolverem as noções de redes sociais digitais, encontramos como referências teóricas Raquel Recuero (2009, 2012, 2013), Boyd e Ellison (2007) e Benevenuto, Almeida e Silva (2011).

Uma terceira¹⁵ pesquisa, do PPG de Antropologia Social da UFRGS, foi importante para compreendermos parte do contexto sócio-político de Porto Alegre no período de 2012 e 2013. A investigação se propôs a debater as formas de produção da política a partir do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* em seu contexto histórico e social. A construção da pesquisa empírica foi realizada através da Etnografia. Esse contexto fez parte da elaboração da problemática da pesquisa para os textos do Seminário de Tese e do Exame de Qualificação. Contudo, no processo de desconstrução da dissertação e com o desenvolvimento de outras processualidades metodológicas concomitantes (pesquisa de contexto e exploratória de campo) foi possível identificarmos os limites no modo de entender o movimento sociocomunicacional investigado. Dessa forma, para além de tentar encaixá-lo num conceito, buscamos desenvolver uma noção que pudesse dar conta do nosso problema-objeto.

Em novos movimentos de investigação, durante o período de 2015/2016, destacamos duas pesquisas importantes nesse processo. A primeira do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS¹⁶. No processo de leitura e desconstrução destas pesquisas, encontramos o tema dos movimentos sociais relacionados à ocupação dos espaços públicos como estratégia de resistência. A pesquisa

¹⁵ Pesquisa intitulada “Lutar, criar poder popular: Uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre/RS” defendida em 2014, do acadêmico Miguel Joaquim Justino Muhale, orientado por Profa. Dra. Patrice Schuch.

¹⁶ Defendida em 2015, a pesquisa intitulada “Política na rua: modos de subjetivação e resistência nos movimentos de ocupação dos espaços públicos”, da acadêmica Lúcia Karam Tietboehl, orientada pela Profa. Dra. Jaqueline Tittoni.

articula os movimentos sociais com as práticas políticas dos fenômenos urbanos, os quais são potencializados nos processos de ocupação como uma expressão das subjetividades e da ética do cuidado de si. A construção teórica apoia-se em Michel Foucault. O problema-objeto da pesquisa está contextualizado na cidade de Porto Alegre e nas experiências que a pesquisadora e também militante dos movimentos sociais urbanos tem com os mesmos. A construção metodológica apoia-se no tensionamento do lugar do pesquisador-pesquisa, na linha da ocupação do espaço público como militante e os modos de ocupação de si. Para isso, ampara-se em Deleuze e Guattari.

Nesse sentido, destacamos que esse processo de desconstrução nos interrogou sobre as nossas práticas e posições investigativas como pesquisadora e militante de concepções políticas de esquerda. Num primeiro momento, nos fez refletir sobre um lugar de militância menos ativa. No entanto, avançamos no entendimento de que através do fazer científico, da construção do conhecimento, é possível respeitar e fortalecer os processos os quais nos propusemos a investigar e, ainda assim, nos constituir como militante. Também, de que essa relação de sujeita-cidadã-pesquisadora-militante não é algo que possa nos limitar. Ao contrário, impulsiona movimentos que alteram os modos como nos relacionamos com as várias dimensões da vida, permitindo um fortalecimento, uma transformação que busca práticas criativas para a investigação.

Nas duas pesquisas dos PPGs da UFRGS, os processos comunicacionais e digitais não são mencionados, nem apontados como configuradores do contexto. Percebemos a necessidade de problematizarmos os modos de fazer política, as *práxis* dos movimentos, os sujeitos comunicantes e os contextos sociopolíticos e culturais que se constituem numa sociedade midiaticizada.

A segunda pesquisa que destacamos foi defendida pelo colega de linha, Alexandre Haubrich¹⁷. A pesquisa analisou, através das experiências de sujeitos comunicadores vinculados a cinco meios de comunicação alternativos de Porto Alegre, seus processos comunicacionais no contexto de midiaticização digital e a relação com a cidadania comunicativa. Um dos meios de comunicação alternativa foi o *Manifesto POA*, inicialmente delimitado como um dos cenários empíricos de investigação. A leitura da dissertação nos provocou a pensar sobre o nosso entendimento do *Manifesto POA* como movimento social, o que se tornou fundamental para a nossa imersão nos conceitos sobre os movimentos sociais e, assim, problematizarmos as elaborações de uma conceituação

¹⁷ Com o título “Mídias alternativas em Porto Alegre: processos comunicativos, midiaticização digital e cidadania na perspectiva de seus comunicadores”, orientado pela Profa. Dra. Jiani Adriana Bonin.

própria para a investigação. Também nos levou, na elaboração do nosso roteiro de entrevista para a pesquisa de campo exploratória, a desenvolver questionamentos referentes aos modos de compreensão dos movimentos sociocomunicacionais sobre si.

Em portais *online*¹⁸, encontramos inúmeras publicações apresentadas nos eventos anuais, revistas científicas, entre outros. No conjunto de artigos estudados¹⁹, podemos dizer que as pesquisas buscaram problematizar a relação entre meios de comunicação e lutas sociais na contemporaneidade. O uso das tecnologias da comunicação e informação e o uso dos espaços digitais (principalmente o *Twitter*) pelos movimentos sociais parecem estar inseridos num olhar mais tecnicista, preocupando-se pouco com o sujeito comunicante que faz o processo comunicacional acontecer. A presença desse tipo de abordagem nas pesquisas apontou para o potencial de investigarmos e aprofundarmos a compreensão do papel dos sujeitos comunicantes nos processos midiáticos digitais nos movimentos sociocomunicacionais e, também, para a necessidade de elaborarmos uma problematização sobre a cidadania comunicativa para pensar os processos midiáticos digitais.

2.3.3 Nas sendas das explorações empíricas

A *fase exploratória* de nossa pesquisa contou com diversos movimentos para a construção e elaboração do problema-objeto. Fundamentalmente porque mostrou-se necessário, para nós, o contato com a realidade concreta dos movimentos sociocomunicacionais em diferentes angulações.

Nesse sentido, entendemos que a *pesquisa exploratória* é uma processualidade importante para esse contato com a realidade concreta, “um movimento de aproximação ao fenômeno concreto a ser investigado buscando perceber seus contornos, suas especificidades, suas singularidades” (BONIN, 2011, p. 39). Suas ações são compostas de “planejamento, construção e realização de sucessivas aproximações ao concreto empírico a partir das várias angulações possíveis que interessam ao problema-objeto em construção” (Ibidem). Em nosso caso, ela nos auxiliou na reelaboração de vários aspectos do nosso problema-objeto, como detalharemos na sequência.

¹⁸ Como o da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e do congresso anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS), *Google Acadêmico*, ABCiber, revistas acadêmicas como Scielo, entre outros. Para essas buscas, mantivemos as mesmas palavras-chave usadas anteriormente.

¹⁹ Cerca de 30 artigos foram estudados nesta fase.

Esse movimento de aproximação aos cenários empíricos de interesse para a pesquisa foi necessário porque nossos objetos de investigação, no campo da comunicação, têm natureza “multidimensional e multicontextual” (MALDONADO, 2008, p. 35) e devem ser constituídos por arranjos teórico-metodológicos em diálogo com o empírico. Diante da natureza complexa do nosso problema-objeto, buscamos delimitar nossa mirada, a fim de “experimentar, vivenciar, testar métodos e procedimentos para compor e construir arranjos metodológicos sensíveis às demandas da problemática das lógicas dos objetos empíricos” (BONIN, 2012, p.53). A pesquisa exploratória foi, também, um movimento norteador para a elaboração do problema-objeto, na medida em que possibilitou observações, aproximações, delineamentos, reelaborações e novas reflexões, a partir do contexto concreto da investigação, com o intuito da melhor elaboração da problemática da pesquisa.

O movimento exploratório oportunizou-nos experimentar, vivenciar e testar procedimentos que compuseram os arranjos metodológicos, a partir das demandas e lógicas percebidas do objeto empírico e, assim, auxiliaram na elaboração de amostras ou *corpus* da investigação. Entendemos como um movimento fundamental para a pesquisa, visto que possibilitou conexões, diálogos, tensionamentos e problematizações a partir das lógicas que o campo empírico nos apresentou.

Em nossa investigação, os primeiros movimentos da pesquisa exploratória se deram *nos ambientes digitais*. A observação destes ambientes se constituiu em uma das estratégias metodológicas nesse momento da pesquisa, com inspiração em fundamentos da Etnografia (GEERTZ, 1989) e da Netnografia (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011) ou Etnografia Virtual (HINE, 2000), na qual buscamos visualizar modos de construir uma abordagem própria para poder observar estes ambientes.

Como método, a *Etnografia*²⁰ pode ser entendida como uma forma específica de agir, no qual o investigador coloca-se em contato com a realidade vivida pelos pesquisados para compartilhar aspectos das suas culturas, num exercício de relações de trocas, de confrontação de representações, a fim de construir um entendimento sobre estas culturas. Os ambientes digitais compõem um campo de observação e pesquisa em

²⁰ Compreendemos que a Etnografia se baseia nos seus modos de abordar a riqueza e a complexidade da vida, não oferecendo fórmulas ou receituários prontos ao pesquisador para encontrar seus resultados. Há a forte presença do trabalho de campo por meio da observação e da alteridade. Como método, demanda práticas metodológicas em relação ao objeto investigado, perpassadas por detalhes, descobertas e imprevistos. Nos relatos dos etnógrafos, percebemos sutilezas que a experiência do trabalho de campo possibilita como etapa fundamental de cada investigação.

desenvolvimento, com suas contradições e especificidades, que permitem diferentes estratégias metodológicas. Nessa perspectiva, Hine (2000) e Fragoso, Amaral e Recuero (2011) apontam que a internet²¹ pode ser objeto de estudo enquanto cultura ou artefato cultural; assim o espaço digital pode ser tomado como “campo” para o etnógrafo.

Cada olhar sobre a internet sugere diferentes abordagens metodológicas e um conjunto de possibilidades e limitações (HINE, 2000). Para nós, seria produtivo compreender as possibilidades que a internet oferece para a pesquisa a partir da noção de artefato cultural, na medida em que favorece a percepção da rede como elemento da cultura, pela integração dos espaços presenciais e os espaços digitais, como um elemento da vida cotidiana: “a ideia de artefato cultural compreende que existem diferentes significados culturais em diferentes contextos e usos. O objeto internet não é único, mas sim multifacetado e passível de apropriações” (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2011, p. 42).

É importante dizer que, ao vincularmos o entendimento das dinâmicas em ambientes digitais às práticas comunicacionais mediadas por computadores, dispositivos móveis, entre outros, identificamos a necessidade de compreender este espaço em suas próprias configurações e estruturas, ampliando os conceitos etnográficos para o ambiente digital, de forma que estes deem conta de explicar a realidade a ser analisada.

A etnografia implica o mover-se de lugar de forma concreta. Quando o objeto concreto está na internet, o movimento se dá no deslocamento de um *site* a outro, de uma comunidade a outra, na sala do pesquisador, “viaja-se olhando, lendo, criando imagens e imaginando” (apud HINE, 2000, p.60). Esse mover-se pode facilitar e dar maior agilidade no migrar e no observar sem ser percebido pelos sujeitos pesquisados.

Hine (2000) afirma que a etnografia virtual pode ser usada para desenvolver a percepção do sentido da tecnologia e dos espaços socioculturais que são por ela estudados. Em outras palavras, tem espaço assegurado nas pesquisas onde os objetivos incluem saber o que as pessoas estão realmente fazendo com a tecnologia. A apropriação do olhar etnográfico se concentra nos modos de negociação do acesso à informação, observando as interações e comunicando-se com os participantes.

²¹ A internet pode ser compreendida como cultura, como um espaço diferente do presencial, no qual o foco dos estudos está no contexto cultural dos fenômenos que acontecem nas comunidades/grupos/tribos e/ou mundos digitais. Essa abordagem, segundo Hine (2000, p.18), considera “funções e formações sociais, organizações em conflitos, cooperações, fortalecimento de comunidades virtuais, entre os diferentes tipos de narrativas possibilitadas pelas redes digitais”.

Nosso primeiro movimento exploratório para encontrar coletivos se deu no primeiro ano de doutoramento, em 2014, através da ferramenta de busca do *Google*. Buscamos e selecionamos notícias e vídeos disponíveis, para percebermos rastros deixados no ciberespaço, mas, principalmente, para localizar os movimentos sociais que ocuparam os espaços públicos através de manifestações desde meados de 2012, em Porto Alegre. Encontramos diversos meios de comunicação que noticiaram as manifestações, especialmente, empresas de jornalismo das mídias hegemônicas, como *GI*²², *Click RBS – Gaúcha*²³, *Zero Hora*²⁴, entre outros. Estes, de modo geral, trataram os diversos movimentos de forma similar, não os identificando e muitas vezes criminalizando as ações coletivas. Já as mídias contra-hegemônicas, que se propõem a fazer um jornalismo alternativo, como *Jornalismo B*²⁵, *Sul 21*, *Coletivo Catarse*²⁶, entre outros, trouxeram a perspectiva das lutas e reivindicações, a partir das vozes dos movimentos. Nessa primeira busca, identificamos alguns movimentos e fomos buscá-los no *Facebook* e/ou no *Twitter*.

Nosso movimento exploratório nos direcionou para uma maior aproximação aos ambientes digitais de cada um deles, no qual nosso objetivo foi: 1) mapear e descrever os espaços digitais existentes de cada coletivo; 2) descrever configurações estruturais e funcionais de cada plataforma digital; 3) identificar as principais temáticas presentes nos ambientes digitais; e 4) mapear (se possível) a relação com outros coletivos. Na tabela seguinte, podemos ver os espaços digitais que estes coletivos se encontravam entre o período de 2014/2015.

Tabela 1 – Mapa dos espaços digitais utilizados pelos coletivos.

<i>Coletivo</i>	<i>Espaços digitais</i>		
	<i>Facebook</i>	<i>Twitter</i>	<i>Blog / site</i>
<i>Defesa Pública</i>	X		
<i>Manifesto POA</i>	X	X	
<i>Bloco de Lutas</i>	X	X	X

Fonte: Elaborado pela autora.

²²<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2013/06/apos-vandalismo-manifestacao-tem-mais-de-40-detidos-em-porto-alegre.html>

²³<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/manifestacao-em-porto-alegre-termina-com-atos-de-vandalismo-6203.html>

²⁴<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/06/inspirados-em-porto-alegre-protestos-em-serie-contrareajustes-na-tarifa-de-onibus-se-espalham-pelo-pais-4171189.html>

²⁵ <http://jornalismob.com/2013/06/20/nota-do-bloco-de-lutas-pelo-transporte-100-publico-196/>

²⁶ <http://coletivocatarse.com.br/home/manifestacao-em-porto-alegre-17-de-junho-de-2013/>

Ao identificarmos os espaços digitais em que esses coletivos estavam presentes, buscamos observar suas configurações estruturais e funcionais. Na sequência, importa descrever alguns aspectos panorâmicos relativos aos usos destes ambientes digitais:

a) *Twitter*

Identificamos a existência do perfil no *Twitter* do *Bloco de Lutas* e do *Manifesto POA*, cujos aspectos de uso descrevemos a seguir. Sobre o *Bloco de Lutas* (@blocodeluta), seu primeiro *twitte* é registrado em 14 de janeiro de 2013, e a última postagem no dia 22 de julho de 2014. É seguido por 703 usuários e segue 126. Publicou 459 *twittes*. Possui conta no *Twitter* vinculada com a página no *Facebook*.

Em relação ao *Manifesto POA* (@ManifestoPOARS; @ManifestoPOA), há duas contas que utilizam o nome de usuário como Manifesto POA, porém não há vinculação de nenhuma delas com a página no *Facebook*. O usuário @ManifestoPOARS tem 73 seguidores e segue 139 pessoas. Identifica-se como o espaço para informar onde ocorrem as manifestações públicas em Porto Alegre. Possui somente uma publicação datada de 10 de julho de 2013. A outra, @ManifestoPOA, segue 21 usuários e é seguido por 32. Fez dois *twittes*, sendo o primeiro em 15 de outubro de 2013 e o segundo, em 25 de janeiro de 2014. Não foi possível percebermos relações entre as duas contas.

b) *Site / Blog*

Entre os coletivos que fizeram parte do *corpus* dessa *fase exploratória*, o *Bloco de Lutas*, é o único que apresenta um *site/blog*. Observamos que a estrutura é acessível para os sujeitos que buscam informações sobre o coletivo. Encontramos, à direita da tela, “os tópicos recentes”, não sendo organizado por mês da publicação, como ocorre em outras plataformas de *blogs*, a exemplo do *Blogger*. Nesse espaço digital, o coletivo publicou um total de 13 textos, no período que abrange os dias 11 de julho de 2013 e 16 de julho de 2014. As publicações são compostas por textos, sendo que apenas em três há imagens, e em duas o uso de *links* para que os usuários acompanhassem a ocupação da *Câmara de Vereadores de Porto Alegre*. As pessoas que buscam informações no *site* podem comentar as postagens, contudo é preciso cadastrar um e-mail. O moderador autoriza os comentários. Nos textos publicados pelo coletivo, não há comentários. No decorrer do ano de 2016, o *blog* saiu do ar.

c) *Facebook*

A partir do perfil da pesquisadora, selecionamos a função “ver primeiro” nas três páginas. Assim a cada nova publicação seríamos alertadas no nosso “*Feed* de Notícias”. Nessa fase inicial da pesquisa exploratória, não tínhamos muito claro quais seriam os aspectos observados, queríamos primeiro compreender o que e como essa plataforma era usada a partir das funcionalidades disponíveis em cada página e como os coletivos se apropriavam deste ambiente. Buscamos em cada uma das funcionalidades disponíveis (e perceptíveis aos curtidores/seguidores das páginas) observar o que era disponibilizado (como vídeos, álbum de fotos, eventos, sobre, entre outros). Desenvolvemos uma nova tabela que buscou organizar as informações preliminares publicadas nas *timelines*, como data da publicação, tipo de publicação (texto, texto e *link*, texto e vídeo, texto e imagem), tema da publicação, número de comentários, número de curtidas e número de compartilhamentos.

Passamos, então, a acompanhar as postagens daqueles que se faziam presentes no *Facebook*, visto que era a única plataforma que se mantinha atualizada. Esse direcionamento se deu também pela movimentação que as páginas tinham, por identificarmos e percebermos as articulações a que cada um desses coletivos se propunham nos ambientes digitais e nos espaços presenciais. Por meio das páginas no *Facebook*, foi possível perceber as redes que podem se estabelecer através da ferramenta disponibilizada no próprio *site* na função “Curtir”. Nesse levantamento inicial, encontramos mais de 100 grupos ou coletivos que estavam inter-relacionados entre as suas páginas. Poucos apresentaram outros espaços digitais, como *blogs*, *sites*, portais ou perfis no *Twitter*. Visualizamos a possibilidade de que muitas das ações coletivas tenham sido midiaticizadas a partir dos perfis pessoais dos sujeitos comunicantes que faziam parte dos movimentos durante as diversas ocupações dos espaços públicos.

A fim de definirmos quais coletivos que seriam observados, elaboramos os seguintes critérios: a) ter uma *página* no *Facebook* e, ou perfil no *Twitter*; b) identificar-se como um movimento social de Porto Alegre; c) participar de ações coletivas em Porto Alegre, anteriores a junho de 2013; d) atuar por meio de ações coletivas organizadas entre as ruas e as redes sociais digitais.

Esses critérios foram elaborados a partir das leituras sobre os novos movimentos sociais e as interrogações que nos provocavam destes com a inter-relação nos processos midiáticos digitais no contexto sociopolítico e cultural de Porto Alegre, visto que o uso das redes sociais digitais como instrumento das lutas passa a ser apontada a partir de 2011,

com a *primavera árabe*, entre outros conflitos sociopolíticos e econômicos no mundo. Diante disso, os critérios foram elaborados para encontrarmos os coletivos que produzissem e mediassem os seus processos midiáticos nas redes sociais digitais, nos quais as lutas e ações coletivas, mesmo sendo globais, tivessem um âmbito local, para que pudéssemos observar e acompanhar as configurações, articulações, narrativas produzidas, entre outros.

A partir desses critérios, selecionamos para observação as páginas do *Defesa Pública da Alegria*, do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* e do *Manifesto POA*. Estes coletivos, no decorrer de 2012, 2013 e 2014, foram protagonistas nas ações coletivas em Porto Alegre, possibilitando que as lutas sobre o direito à cidade ocupassem a agenda do debate público. Também se tornaram referência como articuladores sociopolíticos, culturais e comunicacionais, ao mobilizarem diferentes atores individuais e coletivos para as ações de ocupação dos espaços públicos. O *Manifesto POA*, no entanto, com o desenvolvimento da pesquisa exploratória deixou de fazer parte da investigação por ser considerada uma mídia alternativa e não um movimento social ou um coletivo. O *Bloco de Lutas*, como aprofundaremos noções e conceitos no Capítulo 3, é um movimento social formado por diferentes atores sociais, compondo uma frente de lutas. O *Defesa Pública da Alegria* é um movimento composto por sujeitos sociopolíticos e culturais que se identificaram com uma luta social e tem um fluxo orgânico horizontal. Ambos demonstravam usos e apropriações do *Facebook* para as disputas e lutas para a composição das ações coletivas de intervenção urbana no espaço público.

Durante o período de janeiro a dezembro de 2015, aprofundamos nossas observações e acompanhamento nas páginas do *Facebook* e organizamos as publicações, a fim de perceber o uso das funcionalidades e configurações e identificar temáticas das lutas de cada movimento sociocomunicacional. Mantivemos a seleção “ver primeiro” a partir do nosso perfil e atualizamos as informações a cada nova publicação nas páginas. Na sistematização, selecionamos a partir das publicações e separamos por cores para visualizar as temáticas, as funcionalidades usadas, os tipos de publicações, as periodicidades, compreender as conversações (interações). Acompanhamos os comentários e as respostas entre os seguidores/curtidore a fim de perceber como o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* se posicionavam diante dos conflitos, negociações, entre outros. Fizemos *prints* de cada uma das publicações para que, após o mapeamento, pudéssemos, sempre que necessário, voltar para a publicação sem que fosse preciso rolar pela *timeline* das páginas. Esse processo se deu de forma gradual, manual e em confronto

com as teorias. Solicitou-nos como pesquisadoras que nos mantivéssemos atualizadas sobre os contextos e conflitos sociopolíticos de Porto Alegre para que (re)elaborássemos as processualidades metodológicas necessárias para a plataforma, visto que esta apresenta não só dinâmicas e fluxos contínuos, mas é modificada pela modelagem de recebimento de informações (algoritmos) em um ritmo diferente da investigação.

Identificamos que o *Facebook* era o ambiente em que o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* estavam efetivamente presentes e ativos no cenário digital. O *Bloco de Lutas* também manteve ativo um grupo fechado no *Facebook* durante o ano de 2013. Desde 2014, ele se tornou um espaço amplo de discussão de diversas lutas e passou a ser aberto, perdendo seu caráter de discussão sobre a mobilidade urbana e de transporte 100% público. Também tinha um perfil no *Twitter*, porém estava desatualizado e sem uso desde 2014. O *Bloco de Lutas* também manteve um *blog* durante o período da ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, em 2013. Essas diferentes presenças nos inquietaram, principalmente, porque percebíamos um afastamento dos mesmos a partir de 2014, apontando para a necessidade de uma maior aproximação com os sujeitos comunicantes a fim de compreender como se davam os processos comunicacionais do *Bloco de Lutas*.

Os dados coletados permitiram ver que a temática central das lutas do *Defesa Pública da Alegria* se vincula ao direito à cidade, à privatização dos espaços públicos e à violência policial. Enquanto do *Bloco de Lutas* se vincula à luta pelo não aumento da passagem e a necessidade de um transporte 100% público.

Outro movimento de exploração nas páginas do *Facebook* foi perceber a *relação dos coletivos que fazem parte da pesquisa com outros coletivos*. O mapeamento se deu através da funcionalidade presente nas páginas do *Facebook* que relaciona outras páginas de coletivos, grupos e movimentos sociais, meios de comunicação alternativa, entre outras organizações da sociedade civil, disponíveis em “curtidas nessa página”. No *Bloco de Lutas*, encontramos 31 organizações e, no *Defesa Pública*, mais de 60. Classificamos²⁷ essas organizações do seguinte modo:

²⁷ Nossa classificação baseia-se no mapeamento realizado por Gohn (2010). A pesquisadora desenvolve o cenário dos movimentos sociais na atualidade brasileira, considerando-os em um primeiro momento como categoria empírica. Por essa razão, apresenta-os em eixos temáticas, sendo que alguns podem se dividir em subtemas e se desdobram em áreas. Ela aponta que alguns eixos temáticos são pouco pesquisados, por isso, apenas cita as ações coletivas e alguns desdobramentos. Mais informações em: GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

Tabela 2 – Classificação das organizações sociopolíticas nas páginas dos coletivos.

Eixo Temático	<i>Defesa Pública da Alegria</i>	<i>Bloco de Lutas</i>
Setor da Comunicação (mídia alternativa)	Agência Pública de Jornalismo Investigativo, Jornalismo B, Sul 21, Jornal Tamandaré, Manifesto POA, Ocupa Mídia, Mídia Ninja e Coletivo Catarse, EA Periódico de Análisis, Revista Bastião, Traja Branca Filmes, La diária Uruguay, Revista Salve os Muro, Verso de Pé Quebrado, Arquitetura da Gentrificação;	Brasil de Fato, A voz do Morro, Revista La Jornada, Mídia Ninja, Rede de Informações Anarquistas, Coletivo Catarse, Jornalismo B, Telesur, Ocupa Mídia, Sul 21, Agência Pública, Jornal Tamandaré,
Questão Urbana	Passo Livre SP, Fora do Eixo, Centro Cultural Literário da Azenha, Associação dos Usuários do Transporte Coletivo e Mobilidade Urbana de Gravataí, Utopia a Luta, <i>Bloco de Lutas pelo Transporte Público</i> , Ocupação Pandorga, Despejo Zero, Ocupação Saraí, ONG Cidade, Solidariedade e Resistência Popular, Loteamento São Luiz, Na rua São Léo, Massa Crítica Porto Alegre, Cais Mauá de Todos, Ocupa Cais Mauá, Território Livre, Direitos Urbanos, MTST, Resiste Estelita, Movimento Pedalista, Largo Vivo, Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, Levanta Favela, Ocupa Árvores, Vai de Bici, Tarifa Zero BH, Minha Bici, Porto Alegre cecê, Coletivo A cidade que queremos, Floresta Memória;	Comitê Popular Rio Copa olimpíadas, POA invisível, <i>Defesa Pública da Alegria</i> , Black Bloc POA/RS, Comunidade 7 de Setembro, Movimento Nacional da população de Rua – RS
Setor da Educação	UFRGS, DCE UFRGS, Editora Deriva, Movimento Somos Infinitas Mensalidades, Casa do Caos;	Coletivo Educação Popular, Escolinha Comunitária Resistência Popular, Editora Deriva, DAFA UFRGS,
Identitários e culturais: gênero, etnia e gerações	Levante Popular da Juventude, Eu acuso, La Digna Rabia, Oveja Negra, Comitê Latino-Americano, Violeta – Casa de Cultura Popular, Os guarani Mbyá, Porto História PH, Sapamá, Farabute, Associação dos Músicos da Cidade Baixa, Bloco da Laje, Solidariedade à resistência popular curda, Kuna Literária;	A mulher negra e o feminismo, Frente Quilombola, La Digna rabia, Fora do Eixo, Eu acuso, Centro de Cultura Libertária da Azenha;
Movimentos Rurais	MST	
Área do Direito	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul, Committe on US – Latin American relations, Comitê das Lutas Sociais, AVAAZ, RS Paradesporto, Movimento Pró Corrupção, Federação Anarquista Gaúcha – FAG,	Federação Anarquista Gaúcha – FAG, Anonymous Brasil,

	Comitê das Lutas Sociais, Sociedade Sem Prisões, Conexões Globais, Ocupação Mulheres Mirabal, CPERS Sindicato, Ateneu Libertário;	
Meio Ambiente: urbano e rural	Ingá – Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais, Organicci.	
Área do Trabalho		Apoio Mútuo Cooperativa de Costura

Fonte: Tabela organizada pela autora, baseada no mapeamento realizado nas páginas do Facebook do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*.

Esse mapeamento e classificação nos permitiu visualizarmos as demandas das lutas a que cada um dos movimentos se aproxima, as possíveis articulações em redes de mobilizações e quais são os sujeitos sociopolíticos e culturais que estão envolvidos, em que territórios estão situados, entre outros. Encontramos tanto o *Defesa Pública da Alegria* quanto o *Bloco de Lutas* presentes um na página do outro, no “curtidas nesta página” e com referências de publicações entre si.

Esses movimentos exploratórios foram essenciais para que, na *fase sistemática*, pudéssemos aprofundar e compreender lógicas, dinâmicas, fluxos, estratégias e táticas comunicacionais e para que desenvolvêssemos um *protocolo de observação* que orientasse nossa mirada, de forma mais efetiva, para as dimensões relevantes de serem acompanhadas para melhor atender à problemática da investigação.

Na *fase sistemática*, percebemos que são a partir dessas curtidas/relações que os movimentos sociocomunicacionais investigados compartilham informações e notícias. Ainda, ao voltarmos às páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*, percebemos que algumas das páginas que eram curtidas não constavam mais ou tinham sido acrescidas de outras no nosso mapeamento da *fase exploratória*. Dessa forma, evidenciando que tentar organizar e compreender as articulações, rede de redes e de mobilizações a partir da plataforma digital nos aponta uma fragilidade, pois, a perspectiva desses movimentos sociocomunicacionais é dinâmica e está em constante transformação, recriando sua realidade, articulações e relações.

Diante disso, para a *fase sistemática*, nossa observação passou a se inspirar e a integrar a noção da *descrição densa*, e na busca da apreensão das estruturas implicadas nos processos comunicacionais. Nossa aproximação junto à proposta de descrição densa, conforme Geertz (1989), está fundamentada no conceito de cultura, no qual a ideia é o de “estar lá” e do investigador enquanto autor. Para o antropólogo, a cultura é um entrelaçamento de significados constituído pelo indivíduo, sendo ele mesmo implicado:

“Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise” (GEERTZ, 1989, p.15).

Para Geertz (1989), a análise cultural (e para nós, os processos comunicacionais no ambiente digital) é uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias. Ela não se dá apenas de uma forma técnica e estrutural, mas é a interpretação e a elaboração de uma leitura da leitura. Em outras palavras, a descrição densa está no ato de o pesquisador coletar os fatos e esclarecer o que ocorre para reduzir a perplexidade que dá origem aos atos não familiares que surgem em ambientes desconhecidos. É na descrição densa que é possível perceber os fluxos do comportamento – da ação social – e que as formas culturais encontram articulação – que estão em diferentes artefatos e estados de consciência. Dessa forma, ganhamos acesso ao empírico inspecionando aos acontecimentos. No entanto, é preciso dizer que trabalhamos com o observado, com aquilo que não pode ser considerado “o discurso social bruto ao qual não somos atores, não temos acesso direto a não ser marginalmente, ou muito especialmente, mas apenas aquela pequena parte dele que os nossos informantes nos podem levar a compreender”(GEERTZ, 1989, p.16). A descrição densa está amparada em três características: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida, consciente em tentar salvar o “dito” num discurso da possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis. E acrescenta: ela é microscópica.

Diante disso, pesquisar determinado elemento da cultura (comunicacional) no ambiente digital implica, em nossa pesquisa, observar os usos e apropriações das redes sociais como uma das ações para responder ao problema-objeto, que só poderão ser entendidos a partir da sua realização no contexto em que ocorrem. Isto é, buscamos nas observações e, através da descrição densa, compreender como os usos e apropriações da plataforma do *Facebook* pelo *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* possibilitam o exercício do contrapoder (CASTELLS, 2013) para gerar intervenções no espaço público na inter-relação com a cidadania comunicativa.

Outro movimento importante de *pesquisa exploratória* se deu na nossa entrada em campo, para observar e registrar as ações coletivas e entrevistar sujeitos comunicantes do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*. Buscamos neste momento observar as dinâmicas que compõem a rede de ações (BAUER; GASKELL, 2000) de forma aberta, sem definição de um roteiro fechado de observação, a fim de permitir a descoberta, como

num andar curioso, sem rigores metodológicos, mas que pudéssemos apreender relações pertinentes à problemática investigada.

Em nossas observações, inspiradas em pressupostos da *Etnografia*, buscamos participar das ações dos coletivos, articuladas ao contexto sociopolítico cultural investigado. Entendíamos que, ao fazermos parte desse contexto interagindo, teríamos a oportunidade de apreender melhor esses processos e de interatuar com os sujeitos comunicantes. Essa processualidade metodológica se justifica, também, pelo fato das ações coletivas serem motivadas por dimensões de contexto e relacionais (MELUCCI, 2001). Esta percepção se articula com noção de Maldonado (2008) ao pensar os fenômenos comunicacionais contemporâneos que são cada vez mais multifacetados e dinâmicos e nos exigem estratégias metodológicas sensíveis à sua complexidade.

Durante o período da *fase exploratória*, ocorrida entre novembro de 2015 e abril de 2016, realizamos vários movimentos para aproximação dos coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* e para identificação dos sujeitos comunicantes que deles participam. Também, observamos e participamos das atividades convocadas através do *Facebook* que circularam por meio das suas páginas, conforme relatamos na sequência.

No dia 21 de novembro de 2015, participamos do “Ato Anarquista de 20 anos da FAG” (Federação Anarquista Gaúcha), no Teatro de Cia de Artes, no centro de Porto Alegre. A atividade foi marcada pela participação de diversos movimentos sociais anarquistas da América Latina, como Colômbia, Argentina e Uruguai, além de grupos da Itália, Bélgica e França. Os discursos ressaltaram a importância da FAG na conjuntura sociopolítica brasileira, latino-americana e mundial. As falas trouxeram os desafios e posicionamentos frente aos obstáculos políticos e a necessidade de ultrapassá-los para a construção de uma sociedade mais igualitária. A atividade teve duração de aproximadamente três horas.

Para a investigação, foi importante reconhecermos sujeitos que fizeram e fazem parte das ações coletivas em Porto Alegre, bem como identificar aqueles que integram os movimentos sociocomunicacionais investigados, principalmente no *Bloco de Lutas*. Em conversa com estas pessoas, surgiu a possibilidade de diálogos sobre os processos de organização, mobilização e outras estratégias de lutas.

Também em novembro de 2015, participamos da ação coletiva organizada pela *Marcha das Vadias* com o tema o *Fim da Violência Sexual e reprodutiva contra mulheres*, no intuito de identificarmos sujeitos comunicantes dos outros MS. O ato de concentração e preparação para a caminhada ocorreu no Monumento do Expedicionário, no Parque da

Redenção, em Porto Alegre. A atividade, que normalmente ocorre entre abril, fez parte dos *16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher*. Começou às 15h e foi até às 16h30, mulheres pintaram seus corpos, faixas e cartazes. Na tarde de calor de domingo, muitas mulheres ocuparam as ruas de Porto Alegre, gritando palavras de ordem como “o Cunha sai, a pílula fica” e “pra nossa vida melhorar, o Cunha vamos derrubar. Se a mulherada se unir, o Cunha vai cair, vai cair, vai cair!”. O trajeto seguiu para o centro de Porto Alegre, ocupando a frente do Palácio Piratini (sede do Governo Estadual) e a Catedral Metropolitana.

As falas criticaram a imposição da igreja frente aos corpos das mulheres e seus direitos reprodutivos, bem como vaiaram o Governo Estadual, que extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2015. Após caminhada pela Praça Matriz, o ato dispersou em frente ao Theatro São Pedro. Nesse ato, não conseguimos identificar sujeitos dos coletivos pesquisados, ou que nos apoiassem na aproximação necessária. Percebemos nas falas e sujeitos presentes a força dos movimentos sociais feministas.

O Fórum Social Mundial Temático (FST) de Porto Alegre, em 2016, parecia-nos um lugar importante de participar e que nos possibilitaria novas aproximações junto aos coletivos da investigação. Buscamos, na programação do evento, painéis, mesas, oficinas, entre outros, através do tema da cidade (mobilidade urbana, privatização dos espaços públicos) ou mais amplos (globalização, crise civilizatória, juventude – resistência e luta, entre outros) para participar do maior número de atividades possíveis. A dificuldade se deu no grande número de atividades concomitantes, em lugares diferentes e com certa distância (espacial) entre eles. Naquela ocasião, não foi possível identificar, nem mapear sujeitos comunicantes dos movimentos sociocomunicacionais investigados.

As atividades chamadas pelo *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas*, por meio das suas páginas no *Facebook*, serão explicitadas e analisadas no Capítulo 6, juntamente com as ações coletivas das quais participamos durante a *fase sistemática*. É preciso dizer que nossos registros se deram através do diário de campo em áudio, das observações nas assembleias e nos atos públicos do *Bloco de Lutas*. Não definimos protocolos de observação na *fase exploratória*, mas observamos os participantes, os procedimentos organizativos, as formas comunicativas, as pautas e discussões realizadas, as negociações, os conflitos, entre outros aspectos.

As participações como observadora nas assembleias do *Bloco de Lutas*, durante a *fase exploratória*, nos possibilitaram: a) conhecer alguns sujeitos envolvidos nos coletivos investigados; b) visualizar os modos de negociar as ações coletivas. Conforme

o que era deliberado e decidido, eram encaminhados às comissões para sua realização. As disputas internas se davam fundamentalmente entre as organizações para garantir que a luta pelo transporte público não fosse instrumentalizada pelos partidos políticos presentes no *Bloco de Lutas*; c) perceber propostas de processos sociocomunicacionais que não eram levados às redes sociais digitais: como a necessidade de conversar com a população, aulas públicas, uso de carros de som, panfletagem como formas de sensibilizar e buscar o vínculo com as pessoas junto à luta; d) identificar redes de movimentos na inter-relação entre o tema do direito à cidade com temáticas como as ocupações urbanas, ao mapearmos coletivos como o Lanceiros Negros (moradia), SEPERGS (educação), entre outros.

Sobre o *Defesa Pública da Alegria*, a partir das nossas observações, foi possível apreender que uma das estratégias para sensibilizar as pessoas que não são militantes, ou que estão engajadas nas lutas sociopolíticas, culturais ou comunicacionais, é através de atividades culturais como a música, o teatro, as aulas públicas, entre outras.

Essa estratégia é assumida pelo *Defesa Pública da Alegria* e aponta para outras formas de apropriação do espaço público para se fazer um ato sociopolítico. Para o *Defesa Pública da Alegria*, assim como para o *Bloco de Lutas*, as relações entre os grupos e movimentos sociais se apresentam de forma muito mais ampla, articuladas e engajadas aos ambientes presenciais, onde a diversidade de falas dos sujeitos sociopolíticos que participam das ações é facilmente visualizada, diferentemente do ambiente digital. Identificamos, no processo de pesquisa exploratória, que esse foi um dos limites do ambiente digital, visto que nele não era possível perceber as negociações, os conflitos, as mediações, entre os sujeitos que compõem os movimentos sociocomunicacionais.

As ações coletivas passam a ter maior relevância para nós, visto que podem ser consideradas como dimensões constituintes da cidadania comunicativa por entendermos que, para a existência delas (as ações), foi preciso juntar interesses, reunir e compartilhar indignações e necessidades e canalizá-las para a vontade de transformação para que esses sujeitos se pronunciassem publicamente. A ação coletiva passa a ser parte dos processos comunicacionais, nos quais há apropriação de meios para manifestação pública, e se realiza através das palavras de ordem, dos discursos, das pichações, das faixas e cartazes, das publicações no *Facebook*, assim potencializando vozes, lutas e resistências (MATA, 2010).

Nosso terceiro movimento da pesquisa exploratória no campo se deu através da realização de entrevistas com sujeitos comunicantes dos movimentos sociocomunicacionais investigados.

Entendemos que havia a necessidade de colher dados sobre o fenômeno pesquisado numa angulação que permitisse ir além das observações dos ambientes digitais e das ações coletivas propriamente, e incluir as visões dos sujeitos participantes. Percebendo a necessidade de estabelecer um diálogo, uma inter-relação entre entrevistado e entrevistador, optamos pela entrevista por ser uma técnica de interação social, interpretação, que busca nas relações humanas, na qual os “partícipes do jogo da entrevista interagem, se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios” (MEDINA, 1986, p.8). Corroborando com a afirmação de Medina, percebemos que, com as entrevistas, transformamos a coleta de informações numa experiência humana da própria investigação, proporcionando ao sujeito investigador perceber desde o interior dos sujeitos, tomando uma dupla posição de construção: a de investigador e a de próprio ator social.

A entrevista, tal como a concebemos, é uma abordagem flexível que permite ao entrevistado expressar seus termos nas respostas e ao entrevistador ajustar as perguntas. Procura a intensidade nas respostas. Adotar a entrevista como uma processualidade estratégica para compreender e analisar a percepção da realidade a partir dos sujeitos comunicantes do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* nos exigiu, para além da técnica, trabalhar a capacidade do pesquisador para a procura de sentidos, solicitando uma atitude antropológica para escutar e promover a exposição das experiências e vivências de cada sujeito comunicante. Concebemos que estes sujeitos não são meros informantes, são parte da construção da investigação. Diante disso, os dados são construtos complexos, resultado dos processos e procedimentos metodológicos, das interações gnosiológicas entre sujeitos investigador e partícipes da investigação e da interpretação e reconstrução, em diálogo inteligente e crítico com a realidade (DEMO, 2010; BONIN, 2011; MALDONADO, 2011).

Procuramos, assim, promover condições para que os sujeitos pudessem desenvolver seus relatos com a maior profundidade possível, deixando-os à vontade para responder, comentar, questionar, criticar, sugerir, enfim, interagir de acordo com suas ações, posicionamentos, crenças e valores. Bauer e Gaskell (2010, p. 73) afirmam que “toda pesquisa com entrevista é um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Dessa forma, a relação que se estabelece entre entrevistado e entrevistador envolve a produção do conhecimento, com suas complexidades e dinâmicas.

Para a coleta de dados na *fase exploratória*, optamos pela entrevista norteada por um roteiro semiestruturado de questões abertas com quatro blocos de questões. O objetivo era obter dados sobre a constituição, a organização, as práticas, os fluxos comunicacionais e o perfil dos sujeitos comunicantes que compõem cada um dos coletivos investigados.

O primeiro bloco, denominado *Coletivos*, procurava apreender informações sobre a constituição, composição, organização das ações coletivas, bem como sobre os modos como aconteciam os processos comunicacionais de mediação e interação interna entre os sujeitos comunicantes. Também buscamos apreender as dinâmicas de deliberações presenciais e digitais, a definição das lutas, a relação com outros coletivos e como cada um dos movimentos sociocomunicacionais se auto definiam. O segundo bloco, denominado *fluxos comunicacionais*, buscou saber sobre as percepções dos sujeitos comunicantes a partir das perspectivas das estratégias dos processos comunicacionais, das formas de produção dos conteúdos, dos sentidos empreendidos nas redes sociais digitais e na relação com outros coletivos. No terceiro bloco, chamado *Ocupação / manifestações públicas*, buscamos apreender sobre a importância da ocupação dos espaços públicos, como se dão os processos de avaliação das ações coletivas e quais são as lutas que articulam e possibilitam a formação de rede de redes. O quarto e último bloco buscou conhecer aspectos dos sujeitos comunicantes entrevistados que compõem o *Defesa Pública da Alegria*. Denominamos *sujeitos comunicantes* e as perguntas buscaram saber sobre dimensões das trajetórias educacional, política, social e cultural de cada um dos entrevistados. Também buscamos acessar os hábitos de consumo midiático, principalmente no que se referia as mídias digitais e *sites* de redes sociais.

No processo de coleta junto aos sujeitos, trabalhamos com o roteiro de modo flexível, adaptando-o conforme as respostas dos entrevistados e as necessidades de aprofundamento de temáticas relevantes para a nossa pesquisa. As entrevistas exploratórias individuais aconteceram conforme a disponibilidade de tempo dos sujeitos comunicantes, bem como nos locais escolhidos por eles. Encontramo-nos com os sujeitos que concordaram em participar da pesquisa. Explicávamos inicialmente o sentido da investigação, pois entendemos ser um direito dos sujeitos e uma ação necessária para estabelecer uma relação de confiança entre as partes.

A seleção das pessoas para as entrevistas se deu, num primeiro momento, a partir de estratégias de acercamento aos sujeitos dos coletivos, incluindo a via digital e a manifestação de disponibilidade dos sujeitos para participarem da pesquisa. Ao participarmos das ações coletivas, identificamos alguns sujeitos e conversamos com

alguns participantes. Buscamos mapeá-los por meio dos seus perfis pessoais no *Facebook* e enviamos uma mensagem direta para alguns deles (Açucena e Luz) e para a *página* do *Defesa Pública da Alegria*. Na mensagem apresentávamos, em linhas gerais, o perfil da pesquisadora e a perspectiva da investigação.

Não tivemos retorno na mensagem enviada através da *página*. Alguns dias depois do envio, Açucena, do *Defesa Pública da Alegria*, respondeu confirmando sua disposição para conversarmos. Agendamos e reagendamos nosso primeiro encontro algumas vezes até que, no dia 26 de janeiro, numa tarde de verão, conversamos no pátio do Museu Joaquim José Felizardo. Em nosso diálogo, combinamos de manter contatos através dos ambientes digitais (*Facebook* e *WhatsApp*).

Açucena comprometeu-se em conversar com os participantes do *Defesa Pública da Alegria* e indicar novas pessoas para serem entrevistadas para a etapa exploratória. Também conversamos sobre a minha participação nas reuniões presenciais do coletivo. Açucena nos alertou que, pelo fato de diversas pessoas estarem em período de férias, o coletivo retomaria seus encontros presenciais após o Carnaval. Ficamos de conversar após esse período de recesso. Dias depois da entrevista, Açucena nos passou o contato de e-mail de Luz e, assim, iniciamos um diálogo para que pudéssemos nos encontrar. Luz se mostrou bastante receptiva à pesquisa. Conversamos no dia 16 de março, no Café Magestic, na Casa de Cultura Mário Quintana, no centro histórico de Porto Alegre. Durante mais de duas horas, Luz falou sobre o *Defesa Pública da Alegria*, as ações coletivas, processos comunicacionais e suas percepções e hábitos midiáticos.

Açucena e Luz participam do *Defesa Pública da Alegria* desde a sua formação em 2012. Afirmaram que o movimento sociocomunicacional é muito dinâmico, que as pessoas se engajam nas lutas conforme seus interesses e motivações. A organicidade do movimento se dá de forma fluída, horizontal, sem funções definidas. As próprias pautas de lutas emergem daquilo que mais afeta cada um dos indivíduos que compõem o *Defesa*. A luta está apoiada no direito à cidade.

As entrevistadas apontaram que o trabalho articulado e organizado com outros grupos e movimentos sociais fortaleceu o *Defesa Pública da Alegria*, ao ampliar a sua rede, entendendo que estão em constante construção conjunta. Também, que apoiam e contribuem para a formação de outros grupos e coletivos, para chamar mais apoiadores e ampliar o espectro das ações coletivas, bem como de informação em circulação. O Ocupa Saraí foi um dos exemplos dados.

Sobre os processos comunicacionais/midiáticos do *Defesa Pública*, as entrevistadas afirmaram que o único meio é a página no *Facebook*. Relataram que todos os membros do coletivo são responsáveis e podem publicar de forma autônoma, sem passar por um “conselho editorial” ou por todos os participantes. Isso se deve, segundo elas, porque passaram por um processo de reflexão e tentativa de criar uma linguagem própria, adotada como uma estratégia para a produção das postagens: elas devem ter imagens e um texto que provoque a reflexão dos curtidores/seguidores e usuários do *Facebook*. Algumas pessoas têm mais facilidade com as questões de linguagem, por isso acabam, naturalmente, assumindo mais esse compromisso.

Os integrantes do MS, segundo elas, discutem com frequência a produção de conteúdos e entendem que é importante o anonimato dos seus participantes para quem os lê, a fim de afirmar uma posição de identidade coletiva. Não interessa identificar seus representantes, e sim, o que pensam, pelo que lutam, o que reivindicam e como problematizam as questões da cidade. Afirmam que as mobilizações e sensibilizações para as pessoas participarem das ações coletivas foram através do *Facebook*. Relatam que não há a preocupação de manter uma conversação com as pessoas que comentam as postagens. Como não tem uma equipe ou pessoa responsável pelas publicações, os comentários ficam a cargo de quem do MS vê. Não há uma diretriz ou dinâmica estabelecida no MS para os processos comunicacionais digitais. Comentários conservadores ou xingamentos não são respondidos, mas permanecem na página. As respostas também são dadas conforme o tipo de questionamento. Em alguns casos, antes de responder, o questionamento é compartilhado entre os membros no grupo de e-mail do coletivo, como consulta de posicionamento. Açucena avalia que essa dinâmica, às vezes, pode ser mais lenta, conforme o interesse de todas as pessoas.

Também, através das entrevistas com Açucena e Luz, começamos a pensar e problematizar o perfil dos sujeitos comunicantes que atuam no *Defesa Pública da Alegria*. Elas indicaram que são jovens, de classe média, estudantes de diferentes áreas formação acadêmica, advindos da universidade pública, sem posicionamento político definido, em processo de construção nas questões políticas na relação da vida diária de cada sujeito inserido no coletivo.

As entrevistas exploratórias com as participantes do *Defesa Pública da Alegria* nos assinalaram alguns posicionamentos sociopolíticos e nos permitiram uma aproximação com os modos de organização da produção comunicacional midiática digital e das ações coletivas. Ainda, foi possível rever certas lacunas no roteiro semiestruturado,

fundamentalmente em relação à necessidade de termos mais claro o perfil dos entrevistados, a exemplo da formação política e das motivações individuais em participar do MS. Também de compreender a vinculação dos processos comunicacionais com os processos digitais. As dificuldades sentidas nos primeiros contatos com o campo apontaram para a necessidade de outras formas de agir diante de determinados obstáculos operativos, como no mapeamento e identificação dos sujeitos comunicantes dos coletivos que pudessem contribuir com a pesquisa exploratória, visto que nossas tentativas através do *Facebook* e de nossa participação nas ações coletivas não possibilitaram de fato uma aproximação junto a estes. Assim, alguns procedimentos foram reorganizados e reorientados de modo que pudessem ser observados e sistematizados (WINKIN, 1998).

Em nossa rede de relações com outros coletivos e meios de comunicação alternativa, buscamos pessoas que pudessem nos auxiliarem na mediação para nos apresentar a sujeitos que participam do *Bloco de Lutas*. Pessoas que fazem parte de nossos contatos e relações pessoais falaram da nossa pesquisa e do nosso interesse em conversar com sujeitos que integram o *Bloco de Lutas*. Colocaram-nos em contato, inicialmente, através do *Facebook*. A partir disso, nos apresentamos e combinamos encontros presenciais. Dessa forma, conhecemos Jorge e Glória, do *Bloco de Lutas*.

Nossa conversa com Jorge aconteceu no dia 07 de abril de 2016, numa sala de reuniões, na empresa onde trabalha. Ele relata que passou a se envolver mais ativamente nas ações coletivas na cidade em 2012, como autonomista, e foi dessa forma que ingressou, em 2013, no *Bloco de Lutas*, integrando a Comissão de Comunicação. Chegamos ao nome de Glória a partir de pessoas amigas que militam em diferentes frentes de movimentos sociais (feministas, anarquistas e de moradores de rua). Esta foi apontada como uma figura importante para as lutas do campo e da cidade. Conversamos pessoalmente (pois a vimos nas diversas assembleias do *Bloco de Lutas* em 2016), no dia 02 de abril, no evento *Conexões Globais Cidades Democráticas*, quando ela fez parte de uma das mesas. Lá conversamos brevemente sobre a pesquisa, trocamos contatos e combinamos de nos encontrar na semana seguinte. Foram várias mensagens por *WhatsApp* para que, enfim, nos encontrássemos. No dia 14 de abril, pela manhã, conversamos por mais de três horas sobre o *Bloco de Lutas*.

Jorge e Glória participam do coletivo de Porto Alegre desde 2012, quando uma nova formação, como frente de lutas se deu. Sobre o *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, na *fase exploratória*, identificamos uma de suas características: ser constituído por diversos atores sociais, de diferentes vertentes de esquerda, alguns populares, outros

mais estruturados, como sindicatos e partidos políticos. As ações coletivas são propostas nas assembleias públicas e organizadas pelas comissões de trabalho. As assembleias são os espaços de reflexão, discussão, enfrentamentos e disputas, em que se redefinem e reestruturam os modos de concepção, as ações, as agendas e as articulações políticas.

Para Jorge, suas motivações para participar dos movimentos e das ações coletivas se dão por entender que há muita desigualdade social e que, como sujeito, somente no coletivo é que tem condições de transformar a sociedade. Foi esse sentimento que o motivou criar e manter o *Manifesto POA*, para que pudesse ser um meio de denúncia, de divulgação dos movimentos sociais, um meio contra-hegemônico. Define-se como anarquista, militante de esquerda.

Glória afirma, sobre as motivações para estar vinculada aos movimentos sociais, inicialmente, foi por necessidade, de forma pontual, na questão da moradia. Foi a partir disso que as reflexões avançaram, questionando o fato de ser “injusto tantas pessoas que tem onde morar e esse terreno que não tem ninguém e essa gente toda que precisa estar aí assim...”. Diante disso, passou a gostar de viver no movimento social. Acrescenta: “acho extremamente justa a ocupação de terras, a ocupação urbana, as mobilizações sociais. Causa indignação a desigualdade social” (GLÓRIA, 2016).

Quando questionada sobre as suas contribuições para o MS e para as mudanças sociais, a reflexão da entrevistada aponta para um ser humano inacabado, atravessado pelas diversas experiências e vivências da vida, dos dramas, que recorrem a vários limites e possibilidades. Aponta que contribui para uma construção coletiva; que sem os demais sua existência não faria diferença.

A importância do coletivo se dá, para Glória, na possibilidade de potência como pessoa para a luta ser concretizada, vinculada à capacidade crítica. As mudanças se dão nas práticas diárias, na reflexão, no aprofundamento da crítica e autocrítica. Glória destaca a necessidade de empatia em relação aos processos de reflexão pois, se dentro de uma organização já é difícil romper com ideias e convicções, o indivíduo fora desses espaços não consegue fazer as mudanças necessárias. “A contribuição é para a vida, se dá no processo de luta” (GLÓRIA, 2016).

Jorge e Glória usam a internet para se informar através de *sites* e *blogs*, muitos indicados por amigos e companheiros dos movimentos sociais. Como exemplos, citam

*União da Juventude Rebelião*²⁸, *Rede Anarquista*²⁹, *Aporrea*³⁰, *IHU*³¹, *Estratégia e Análise*.³². O *Facebook* também é um ambiente no qual os entrevistados apontam que buscam informações, principalmente aquelas vinculadas aos círculos de amigos com perfil semelhante ao deles. Contudo, Glória entende que este ambiente digital é moldado conforme os interesses de cada indivíduo, compondo um mosaico de informações dispersas. Jorge, por sua vez, entende que esse mapeamento que o *Facebook* faz pode facilitar os seus usos, e diz que acaba sendo uma das principais formas de se informar e fazer publicações. Afirma “tu já pega a informação de uma pessoa que tens confiança, que é o teu amigo. A partir disso vais indo pra tais caminhos. Se, por exemplo vejo alguma coisa que um amigo botou e segue aquilo que acredito, eu já compartilho na hora, boto meu posicionamento, escrevo alguma coisinha” (JORGE, 2016).

Das diversas redes sociais digitais, Jorge usa o *Facebook*. Glória usa o *Facebook* e o *Instagram*. No *Facebook*, usa um pseudônimo. As publicações dos entrevistados são compartilhamentos de notícias dos meios de comunicação alternativos, contra-hegemônicos, com posicionamentos de esquerda. Segundo ambos os entrevistados, eles pouco postam sobre coisas pessoais. Glória produz conteúdos de opinião, análise de conjuntura, entre outros, vinculados à organização que participa. Contribui para o *site* e para outros meios da organização. Jorge produz para o *Manifesto POA* e contribui na Comissão de Comunicação do *Bloco de Lutas*. Ambos afirmam não produzirem produtos comunicacionais individuais.

Glória tem o hábito de ouvir as rádios FM Cultura e Unisinos. Os entrevistados afirmam não assistirem TV com frequência, principalmente porque não compactuam com nenhuma opinião das emissoras hoje. Jorge diz que eventualmente acompanha alguns telejornais porque entende ser importante saber o que a mídia hegemônica diz para, então, fazer a crítica. Glória assiste, eventualmente, a programação cultural da TV Brasil, mais para filmes, documentários ou algum musical.

Com as entrevistas de Jorge e Glória, foi possível traçar percepções dos sujeitos comunicantes em relação ao *Bloco de Lutas* que nos auxiliaram no desenvolvimento e na compreensão dos vínculos, comprometimento, práticas, entre outras questões. Também, tais movimentos auxiliaram a acionar determinados aspectos que surgiram durante as

²⁸ <http://www.rebeliao.org/>

²⁹ <http://www.anarquista.net/>

³⁰ <http://www.aporrea.org/>

³¹ <http://www.ihu.unisinos.br/>

³² <https://estrategiaeanaliseblog.wordpress.com/>

ações e percursos, inclusive, na reformulação do problema-objeto. É preciso dizer que os perfis de consumo midiático também nos ajudaram a refletir sobre os modos de usos e apropriações do *Bloco de Lutas*, bem como a reelaborar nosso roteiro para a *fase sistemática*.

Foi-nos demandada flexibilidade para nos adaptarmos aos estilos de cada sujeito comunicante entrevistado. Essa flexibilidade se deu não só na disponibilidade de locais, dias e horários, mas na ordem das perguntas, para contemplar as reflexões, os tensionamentos e problematizações trazidos por cada um dos sujeitos comunicantes. Entendemos que era importante permitir que os entrevistados falassem na medida em que se sentissem mais confortáveis e seguros sobre cada um dos blocos de questões. Na *fase sistemática*, essa flexibilização e aprofundamento das questões norteadoras foram mantidos para que as dimensões fossem enriquecidas.

Ficou evidente, para nós, no processo exploratório, que os movimentos sociocomunicacionais investigados apontavam, em seus modos de articulação, organização e constituição, a necessidade de ações coletivas que evidenciem o conflito através da mobilização, com participação desde o planejamento, debates e no compromisso de manter as decisões. Todos os sujeitos comunicantes apontaram para a necessidade de uma ação combativa como uma das formas de alertar as pessoas para as decisões que os inimigos tomam.

As entrevistas também demonstraram dinâmicas próprias de cada movimento que configuram os modos de organização, de existência, de fazer política e que são marcadas no comportamento e nas ações por meio dos sujeitos comunicantes que os constituem, que deveriam ser aprofundadas na *fase sistemática* da pesquisa.

É importante dizer que a pesquisa exploratória, composta de diferentes movimentos, foi relevante para o processo da investigação por permitir diálogos com os sujeitos comunicantes, aproximação, delineamento e descrição do objeto concreto, estabelecendo relações, conexões e novas reelaborações e tensionamentos diante do objeto/problema. Também possibilitou experimentar procedimentos, assim como obter dados e pistas que permitiram construir processos metodológicos da *fase sistemática* da pesquisa mais afinados com as especificidades dos coletivos e dos sujeitos e melhor delineados para aprofundar aspectos e dimensões relevantes da investigação.

2.3.4 A caminhada investigativa sistemática

Na *fase sistemática* da pesquisa, para aprofundar a investigação dos cenários digitais dos coletivos, elaboramos um roteiro de observação para orientar a coleta de dados relativos às páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* no *Facebook*. O roteiro teve como objetivo orientar e sistematizar nossas observações num movimento constante de interpretação do que estávamos vendo, ouvindo e lendo. Destacamos que buscamos nessa processualidade trazer observações mais qualitativas e detalhadas do que apenas informações quantitativas. O roteiro incluiu as seguintes dimensões de observação:

a) os fluxos de informações: buscamos apreender e analisar a partir das práticas dos processos comunicacionais mediados nas páginas as ações, curadoria e criação das informações. O foco está centrado transformado numa plataforma de comunicação (RECUERO et al., 2015). Para isso, observamos as temporalidades das postagens, a produção de conteúdos vinculados às funcionalidades do *Facebook* utilizadas, as publicações mais curtidas e/ou compartilhadas;

b) as temáticas, são entendidas por nós as lutas em que os movimentos sociocomunicacionais envolveram-se para a realização das ações coletivas, ou aquelas que há identificação, articulação, apoio, mobilização, participação de rede de redes. Também envolvem as ações coletivas propostas pelos coletivos e/ou como se vinculam com as suas lutas;

c) as linguagens midiáticas têm a ver com os recursos que cada movimento sociocomunicacional produz para as suas postagens, ou seja, buscamos nos recursos técnicos (texto, imagens, vídeos, entre outros) perceber os tipos de sentidos produzidos nos conteúdos que os movimentos sociocomunicacionais recorrem para possibilitar o acesso às informações, as ações coletivas, conforme a rede é construída e os conteúdos são compartilhados, na tentativa de multiplicar as realidades que encontramos na sociedade.

d) os fluxos de interação: buscamos observar as características dos processos de interação nas postagens produzidas nas páginas dos movimentos sociocomunicacionais com seus curtidores/seguidores. Observamos as conversações, as negociações e as mediações que interferem na amplificação das conexões entre os atores sociais.

A observação sistemática das páginas dos movimentos sociocomunicacionais se deu durante todo o ano de 2016 e primeiro semestre de 2017. O período definido para o desenvolvimento da pesquisa se deu por entendermos que buscávamos apreender um processo comunicacional mais amplo e complexo, por mais que pudessemos recuperar o

período anterior a 2015 (*fase exploratória*), 2016/2017 (*fase sistemática*), através das linhas do tempo das páginas, não conseguiríamos perceber determinadas dimensões que configuram o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas*. Essas dimensões estão relacionadas aos contextos, às articulações e desarticulações que os mesmos vivenciam, bem como aos sujeitos comunicantes que deles participam. Nas entrevistas na *fase exploratória*, já foi possível identificar essas características que são fundantes para a existência desses na sociedade. Para a coleta das informações, na *fase sistemática*, voltamos a trabalhar com a tabela desenvolvida na *fase exploratória*, conforme enunciamos na página 26 desse capítulo.

Para o aprofundamento da pesquisa com os sujeitos comunicantes na *fase sistemática*, foram construímos dois roteiros de entrevista, levando em conta a experiência desenvolvida durante a pesquisa exploratória. Estes roteiros podem ser conferidos no Apêndice D, roteiros 1 e 2.

Dos sete sujeitos comunicantes entrevistados na *fase sistemática*, quatro fizeram parte da *fase exploratória*. Na *fase sistemática*, procuramos aprofundar algumas questões, principalmente aquelas voltadas para as mudanças das configurações do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* no decorrer dos últimos anos, sobre as práticas comunicacionais e a inter-relação com as digitais. No decorrer da investigação, os contextos sociopolíticos e culturais alteraram não só os usos e apropriações dos ambientes digitais, como também as configurações dos movimentos sociocomunicacionais e as formas de participação de cada sujeito comunicante. Entendemos que seria impossível que esses cenários se mantivessem inalterados em quatro anos. O que nos levou aos diversos movimentos metodológicos elaborados, desenvolvidos e reformulados a partir das demandas do próprio problema-objeto.

Para a primeira entrevista, dedicada aos *coletivos*, desenvolvemos um roteiro que buscava aprofundar nosso conhecimento sobre eles. Este foi configurado em blocos que apontam as dimensões envolvidas nas experiências em cada um dos coletivos, no qual buscamos conhecer seus modos de ser, existir e comunicar.

O primeiro bloco, *Configuração do coletivo*, buscou elementos da trajetória, da constituição, dos processos organizativos e relacionados à identidade, aos objetivos, às lutas e aos adversários dos grupos. O segundo bloco buscou investigar as *Ações coletivas* a partir dos seus tipos, participantes, finalidades e sentidos, fundamentos, modos de organização, de ocupação do espaço público e de como são avaliadas. O terceiro bloco dedicou-se a compreender os coletivos na *Relação com outros coletivos*, os tipos de lutas

que os aglutina e como se dão essas relações.

Os blocos quatro e cinco pesquisavam aspectos dos processos comunicacionais / digitais. No bloco quatro, chamado de *Práticas de comunicação*, buscamos compreender as estratégias e táticas comunicativas e seus sentidos. Também, como se dão os processos de comunicação, interação e mediação interna, as formas de organização da produção comunicacional, as avaliações dos resultados sociocomunicacionais e o acompanhamento das mídias hegemônicas sobre suas ações coletivas e lutas. O bloco cinco está relacionado com elementos da dimensão da *Prática de comunicação digital*, no qual buscamos apreender os usos dos ambientes digitais, as estratégias, as finalidades, os vínculos com as ações coletivas e outras práticas comunicativas, na compreensão e no sentido do uso dos *sites* de redes sociais, nos processos de interação nos ambientes digitais e no *Facebook*.

No segundo roteiro de entrevista, nossa busca foi dedicada a colher elementos sobre os sujeitos comunicantes que participam dos movimentos sociocomunicacionais investigados. O roteiro apresenta cinco blocos, sendo o primeiro chamado *Formação* e nele buscamos conhecer o sujeito comunicante a partir da sua trajetória educacional formal e informal e como esta se vincula à sua atuação no movimento sociocomunicacional e na relação da vida cotidiana. O bloco dois, *Trajetória política/militante*, buscou investigar a relação do sujeito com outros movimentos sociais, partidos políticos, funções e papéis desempenhados em movimentos sociais, temporalidades e sentidos das lutas. O bloco três, *Relações com o coletivo investigado*, procurou explorar as motivações, as formas de participação, os sentidos, as funções, a temporalidade, a contribuição pessoal e o papel social do sujeito na sua relação com o movimento sociocomunicacional investigado. O *Trajetória e consumo midiático*, bloco quatro, objetivou conhecer as mídias/digitais consumidas, suas temporalidades, frequências, conteúdos, tipos de *sites*, redes sociais, produção de conteúdos e estratégias de segurança para o uso dos ambientes digitais. O bloco cinco, último, mas não menos importante, objetivou explorar os *Aspectos culturais* dos sujeitos comunicantes. Este bloco abordou as experiências de viver (ou não) em outras cidades, as rotinas cotidianas, os cenários sociais e os grupos de convivência.

Diferente da *fase exploratória*, na qual não tínhamos definido anteriormente critérios mais específicos para a seleção dos sujeitos a serem entrevistados, para a *fase sistemática* desenvolvemos quatro critérios para orientar esta seleção, a partir da aproximação do perfil dos sujeitos comunicantes e com os próprios movimentos

sociocomunicacionais investigados. São eles: a) inserção e participação nos espaços presenciais; b) inserção e participação nas ações coletivas desenvolvidas; c) inserção e participação nos processos comunicacionais/digitais do coletivo; e d) ser sujeito sociopolítico, cultural e comunicacional de referência no *Defesa Pública da Alegria / Bloco de Lutas*. Esses critérios foram elaborados, reelaborados e delineados conforme avançamos na investigação e fomos compreendendo as configurações e constituições de cada movimento sociocomunicacional.

Foi fundamental, no desenvolvimento das entrevistas nessa fase, a relação desenvolvida com os sujeitos comunicantes na *fase exploratória*. Mantivemos estes sujeitos na *fase sistemática*, dado que sua participação foi qualificada e que respondiam aos critérios definidos para esta nova fase. Eles também nos ajudaram a encontrar outros sujeitos que pudessem compor as entrevistas. Esse foi um dos nossos maiores desafios, diante das características desses coletivos partícipes de movimentos sociocomunicacionais: eles se articulam e desarticulam com a mesma intensidade e aqueles que participam de um determinado processo de agrupamento, não necessariamente estarão presentes em outros momentos. Açucena e Luz apontaram Pedro como um sujeito importante para conversarmos sobre o *Defesa Pública da Alegria*. Contudo, a mediação com Pedro foi realizada por um sujeito das nossas relações pessoais, por trabalhar na área da comunicação e estar muito próximo dos movimentos sociocomunicacionais investigados.

O mesmo aconteceu com Camila e Zaki, que foram apontados pelos sujeitos comunicantes entrevistados como pessoas que compunham o *Bloco de Lutas* e que atendiam aos critérios elaborados, mas a mediação ocorreu através de nossas relações pessoais. Os contatos com Camila, Zaki e Pedro foram realizados através de conversa *inbox* no *Facebook*. Até a concretização dos encontros nos dias, horários e lugares desejados pelos sujeitos comunicantes, foram muitas conversas. Açucena, Luz, Glória, Pedro e Camila nos receberam em suas casas. Zaki no campus da UFRGS, na Faculdade de Direito. Jorge, novamente, em seu ambiente de trabalho.

Nos encontros, no desenvolvimento das entrevistas, não seguimos a ordem das questões dos roteiros das entrevistas, visto que uma pergunta desencadeava muitas reflexões, histórias, lembranças e posições sociopolíticas, culturais e comunicacionais sobre as lutas e a própria trajetória dos sujeitos comunicantes. Também alternamos a ordem dos roteiros, dependendo da disponibilidade de tempo de cada sujeito. As entrevistas, em média, duraram duas horas para cada sujeito comunicante.

Os encontros para as entrevistas aconteceram conforme dia e horário marcados pelos sujeitos comunicantes. Afinar as agendas foi a maior dificuldade percebida. Mais de uma vez foi preciso remarcar a entrevista porque um ou outro sujeito comunicante alterou a agenda de trabalho.

As conversas fluíram de forma muito espontânea, num clima de confiança entre a pesquisadora e os sujeitos comunicantes. Todos nos pareceram receptivos a investigação, contribuindo não só com as informações solicitadas durante a entrevista, mas com conversas que seguiram após o fim de cada encontro. Percebemos que todos os sujeitos comunicantes, tanto aqueles que nos conheciam da *fase exploratória*, quanto os que estávamos sendo apresentadas na *fase sistemática*, por termos a mediação inicial através da nossa rede de relações pessoais, nos pareceram à vontade para expor suas ideias, perspectivas, leituras de mundo e da realidade, a partir das dimensões sociopolíticas, culturais e comunicacionais das lutas.

É importante apontar que os sujeitos comunicantes que participaram das entrevistas se mostraram disponíveis e sensíveis às questões da investigação, bem como à importância de pesquisar movimentos sociocomunicacionais contemporâneos na inter-relação com os seus processos midiáticos, principalmente por apontar outras perspectivas de diálogos entre os participantes e com a sociedade, construções de relações de poder e percepções diferentes daquelas apresentadas pela mídia hegemônica.

Como sujeita-pesquisadora, essas perspectivas passaram a nos atravessar e problematizar os contextos sociopolíticos, culturais e comunicacionais, ampliando nossos questionamentos em relação aos usos e apropriações das redes sociais digitais para as ações coletivas, bem como para o nosso papel como sujeita-política que está inserida num espaço universitário e de educação. As lutas e resistências coletivas podem ser levadas e ampliadas no espaço universitário que deve se apresentar libertário, oxigenador e múltiplo para que as diversas realidades possam ser experimentadas.

Não transcrevemos todas as entrevistas da *fase sistemática* na íntegra, mas trabalhamos com elas através de uma escuta interessada em relação aos aspectos relevantes para a sistematização e a análise. Organizamos as escutas, as informações e as análises a partir dos blocos dos roteiros e do momento dos encontros com cada um dos sujeitos comunicantes. Os resultados da *fase sistemática* com os sete sujeitos comunicantes são recuperados e analisados no Capítulo 5.

3 PROCESSOS DIGITAIS, MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS E CIDADANIA COMUNICATIVA

Este capítulo é dedicado à construção contextual e teórica da Tese. Nossos movimentos para a compreensão do problema-objeto nos levam, primeiramente, à exploração de dimensões dos contextos sociopolíticos e culturais de Porto Alegre, articulados a dimensões do Brasil e do mundo, para, então, chegarmos às configurações e constituição das lutas e resistências que compõem os movimentos sociocomunicacionais investigados. A reconstrução empreendida busca dar conta de aspectos relevantes do contexto midiático e comunicativo que configuram o fenômeno comunicacional da investigação.

Nas problematizações teóricas aqui reunidas, pensamos os processos midiáticos, a vinculação com os processos midiáticos digitais e a articulação com as redes sociais digitais como um lugar que potencializa as ações coletivas e de luta, ao mesmo tempo em que possibilita controle e vigilância dos movimentos sociais. Problematizamos os movimentos sociais e estabelecemos suas especificidades, modos de organização e constituição. Discutimos, também, noções de cidadania, apontando perspectivas para a análise das práticas comunicacionais e dos sujeitos no contexto empírico que observamos. Buscamos valorizar o lugar dos sujeitos comunicantes nos movimentos sociocomunicacionais como um espaço para a constituição e experimentação de novas dimensões subjetivas.

3.1 ASPECTOS DO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO DE PORTO ALEGRE PARA PENSAR OS MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS

Durante muitos anos, Porto Alegre constitui uma experiência significativa de democratização e de participação cidadã com a criação do Orçamento Participativo (OP). Através deste instrumento, a população compartilhava a responsabilidade de decidir como os recursos públicos seriam investidos na cidade. O OP foi viabilizado com base nas organizações populares, propiciando densidade e diversidade significativa na qualidade do processo de cogestão da cidade. A participação podia se dar de forma individual ou por meio de representação por organização coletiva como, por exemplo, através das associações de moradores, mas também, por meio de movimentos sociais,

ONGs, clube de mães, entre outros (FEDOZZI, 2008). Muitas cidades se inspiraram nessa experiência e modelo, nacional e internacionalmente.

No contexto de Porto Alegre, há um número significativo de movimentos sociais e de ONGs que atuam de forma expressiva em diversas áreas dos direitos fundamentais, de identidade e gênero, raciais, entre outros. A cidade tornou-se referência num ambiente de exercício de cidadania e participação política, o que possibilitou a realização do *Fórum Social Mundial*³³ (FSM) que articula diversos movimentos locais, globais e transnacionais, atuando em rede. Essa realidade local demonstrava elementos importantes, como a organização e participação de movimentos sociais, de atores sociais articulados que compunham ações no cotidiano da cidade.

Pesquisas realizadas sobre o OP apontam que, apesar da sua importância em qualidade de participação, o público jovem estava pouco inserido. Perguntavam-se como a cidade, os processos de participação e democracia estariam em 20 anos, sem esse público tão importante para o seu futuro (FEDOZZI, 2008).

Não foi necessário passar 20 anos para descobrirmos que os jovens, que para muitos estavam dispersos e pouco se interessavam pela coisa pública, sabiam organizar-se de uma maneira independente na construção de espaços amplos e participativos, em movimentos sociais que, a partir das ações coletivas, utilizam a ocupação do espaço público como estratégia de resistência e luta.

Desde 2012, inúmeras foram as ocupações do espaço público de Porto Alegre por movimentos sociais. Essas ocupações tornaram públicas as insatisfações e os desejos de mudança em relação ao modo de se viver na cidade. Reivindicam o direito à cidade através da mobilidade urbana, atrelada a outras pautas constitutivas da questão urbana, vinculadas ao tema da Copa do Mundo e às suas lógicas de limpeza social. O foco é a cidade, o que determinou como tática a ocupação da rua em ações coletivas criativas, de resistência, de expressão, na busca de um outro modo de viver, de articular e de vivenciar os espaços sociais. Contudo, não se restringem a ela.

Sabemos que esta tática de luta não é inédita. No entanto, as estratégias com que as ocupações se dão na relação com os usos e as apropriações dos processos midiáticos e

³³ Entre os anos de 2001, 2002, 2003 e 2005, Porto Alegre sediou o FSM, viabilizando ações coletivas sociopolíticas, culturais e comunicacionais, e reiterando sua vocação cidadã e participativa de respeito a diversidade, pluralismo e democracia. Também, a ideia de se reunir em Porto Alegre foi o modo de contrapor o *Fórum Econômico Mundial de Davos*, que defende políticas neoliberais em todo o mundo. O FSM é organizado e composto por organizações como movimentos sociais, ONGs, entre outros. As atividades são organizadas de modo autogestionário pelas organizações participantes do Fórum.

digitais, os movimentos sociocomunicacionais que as impulsionam, os fluxos e refluxos destes, tomam visibilidade e importância, configurando-se como uma expressão própria deste tempo.

Nesse sentido, percebemos que há alguns fatores que se constituem como fundantes para os movimentos sociocomunicacionais ocuparem as ruas e praças como uma expressão de fazer política de revolta, indignação e resistência, pois estão afastados dos processos decisórios e de cidadania. Ocupar os espaços públicos é uma decisão sobre seus próprios destinos porque esta é feita com seus corpos por meio da ação direta (HARVEY, 2013). As formas de organização e organicidade dos movimentos socioculturais apontam para outros modos de fazer política na perspectiva de renovação das práticas, de experimentar estruturas e organizações mais horizontais e com menor representação.

Isso se deve, entre outros fatores, à crise dos fundamentos da democracia representativa, marcada pela ausência de participação popular efetiva nos rumos da vida pública e, de certa forma, representa uma crítica ao sistema capitalista.

Diante da crítica do autor, apontamos que muitos dos conflitos sociais são fruto do conjunto de ações dos poderes públicos ao não transformarem os direitos fundamentais em políticas públicas que deem conta das necessidades sociais. A cultura democrática necessita do funcionamento de instituições que sejam interlocutoras da sociedade, atendendo às demandas e propiciando modos de participação política. Marilena Chauí (2008, p. 67), ao caracterizar a democracia, toma-a como forma sociopolítica, a define como princípio da isonomia (igualdade dos cidadãos perante a lei) e da liberdade de expressão na perspectiva de que todos têm o direito de expor em público suas opiniões, “vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público”. Isso se deve à compreensão de que todos são igualmente livres, pois “ninguém está sob o poder de outro. Todos obedecem às mesmas leis das quais são autores”, entendendo que todos somos autores diretamente, quando vivemos em uma democracia participativa, e indiretamente, quando em uma democracia representativa.

A crise da democracia representativa se vincula com a crise de representatividade, que alcança desde os partidos políticos a outras organizações intermediárias. Há um esgotamento das instituições tradicionais e de suas práticas, apontando para a necessidade de serem revistas e avançarem para formas mais colaborativas e de participação democráticas.

Entendemos que um dos motivos para a crise de representatividade tem relação com o fato de que os políticos não conseguem dar as respostas à sociedade. Os partidos políticos são sistematicamente repudiados em muitas ações coletivas, porque a busca das soluções das demandas sociais nas esferas de governo não se dá em debate com a sociedade. Entre os elementos que parecem motivar os sujeitos comunicantes a se integrarem aos movimentos sociocomunicacionais estão a indignação contra as formas tradicionais de representação, a conjuntura política e social, as prioridades das administrações públicas em favor das empresas/capital e as políticas econômicas (GOHN, 2014) por não alterarem de fato o *status quo*, porque mantêm a mesma maneira de atuar e a população sob controle.

A crise de representatividade pode ser percebida, no último período, como resultado da crescente concentração da riqueza e do poder nas cidades. O processo com o acirramento do conflito de classes no Brasil, diante do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, também constitui elementos para o contexto sociopolítico e cultural na disputa pelo território urbano e pelo direito à cidade.

Vivenciamos uma sociedade de classes, típica do modelo capitalista, e mudanças sociais concretas, no sentido de diminuição da desigualdade e da construção de um Estado efetivamente voltado à questão social, somente ocorrerão se for evidenciado o conflito entre o trabalho e o capital, de modo a corrigir várias distorções dos meios de produção e do modo de exploração do trabalho, que, na nossa realidade, têm alimentado a lógica da má distribuição da renda produzida gerando segregação e precarização, além do grave descompromisso com as repercussões públicas e sociais do processo de produção (MAIOR, 2013, p. 84).

Esse processo de acirramento das classes ficou mais evidente após Michel Temer, em 31 de agosto de 2016, assumir a presidência, numa articulação dos grandes interesses econômicos nacionais e estrangeiros com o parlamento, o judiciário e a mídia hegemônica. Os avanços sociais e políticos conquistados no período dos governos Lula e Dilma, ainda que insuficientes, provocaram uma reação do grande capital que engendrou um golpe de estado, retirando da Presidência a primeira mulher eleita democraticamente com 54 milhões de votos. A justificativa jurídica foram as chamadas “pedaladas fiscais”³⁴.

³⁴ Conforme o El País: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/27/politica/1467040634_118457.html. Último acesso em: 30 de novembro de 2017. Segundo a perícia do Senado, a presidenta Dilma Rousseff

As medidas de desmonte da soberania nacional, através das políticas de governo nas áreas sociais, trabalhistas e nos espaços de democracia e participação foram radicais por parte do governo Temer, desde o congresso ao judiciário desde então. A chamada PEC 55, conhecida como *PEC da Morte*, congelou os gastos e investimentos em políticas nas áreas de educação e saúde por 20 anos, em dezembro de 2016. Tem provocado um efeito de precarização em políticas públicas, que já sofrem com falta de recursos, como o fechamento de leitos em hospitais públicos, a precarização do ensino público, visto a diminuição e, recentemente, o fim de bolsas na iniciação científica, a diminuição do acesso ao financiamento do ensino em universidades privadas – Fundo de Financiamento ao Ensino Superior (FIES)³⁵, entre outros.

A aprovação da reforma trabalhista retrocedeu em direitos conquistados desde a promulgação da CLT, de 1943. Essa é criticada por diversas áreas, desde a jurídica às sociais. Ela não foi construída ou dialogada com a população. Utiliza-se de fórmulas de flexibilização trabalhistas quanto à negociação empregador-empregado, sem problematizar o lugar do poder nessa relação. Um exemplo disso é a possibilidade de contratação denominada *intermitente* – na qual o trabalhador recebe por hora, sem qualquer vínculo com o local de trabalho. Essa modalidade tende a precarizar as relações e condições de trabalho, além de empobrecer o trabalhador.

Esse conjunto de medidas e outras associadas aumentaram as tensões políticas e sociais e ampliaram a crise econômica. Esse contexto de crise política e instabilidade geraram um impacto nas cidades e nos conflitos urbanos.

Ao ser questionado sobre a crise de representatividade e a relação com a situação política vivenciada no Brasil, devido ao processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff (PT), Boaventura de Souza Santos³⁶ (2016) apontou para a necessidade de reinvenção das formas políticas, numa articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa. Nessa perspectiva, argumentou que os partidos de esquerda seriam repensados ou extintos. A participação estaria na base, na qual a articulação entre cidadãos e assembleias de cidadãos deliberariam as políticas, escolheriam os políticos e tomariam decisões. Para o pesquisador, “é a única maneira capaz de impedir que o

não cometeu crime de responsabilidade fiscal: <http://www.controversia.com.br/blog/2017/02/28/pericia-conclui-que-dilma-nao-participou-de-pedaladas-fiscais/>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

³⁵ De acordo com informações do portal Gaúcha ZH: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2018/02/principais-universidades-particulares-do-rs-nao-aderem-ao-novo-fies-cjdaqy3ic075u01phqyn7zz20.html>. Último acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

³⁶ Conforme entrevista: <http://outraspalavras.net/brasil/boaventura-chegou-a-hora-de-uma-nova-esquerda/>. Último acesso em: 10 de maio de 2016.

dinheiro domine as decisões político-partidárias e torne a corrupção endêmica” (2016, s/p).

Essa crise tem relação, também, com uma cultura política que vem sendo construída no Brasil (desde o final da ditadura militar) pelas mídias hegemônicas, caracterizada por uma permanente desqualificação da política e de seus atores sociais (principalmente dos diversos movimentos sociais, onde podemos perceber uma criminalização). Lima (2013) aponta que esta desqualificação, a partir dos discursos das mídias hegemônicas e de conglomerados empresariais monopolistas, tem riscos para a democracia: “um aspecto sempre presente na cultura política do país – a desconfiança arraigada em relação à política e aos políticos – pode reforçar a descrença sobre a própria estrutura de representação partidária-parlamentar” (LIMA, 2013, p.100). A insistência na pauta da corrupção, da não participação popular, distancia ainda mais os partidos e políticos em relação à população.

Contudo, entendemos que a crise de representação não é apenas relativa aos partidos políticos. Também está nos modos de fazer política nos espaços dos movimentos sociais. Os movimentos sociocomunicacionais, focalizados nesta investigação, podem ser considerados laboratórios, ao proporem espaços de debate para o fortalecimento de ideias conjuntas, convivência política baseada em esforços de unidade de luta e ação, negociando e mantendo acordos e deliberações que fortaleçam o conjunto de vozes e os sujeitos participantes dos processos.

Nesse sentido, os espaços de participação sociopolítica de Porto Alegre se reconhecem na democracia brasileira em que os direitos civis – o direito à liberdade pessoal – e os direitos políticos – na garantia do voto e da representação – são consolidados. Entretanto, o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* apontam para a necessidade de avanço e ampliação dos direitos sociais – o direito à cidade, à mobilidade urbana, bem como a necessidade de se repensar os modos de participação, colaboração e exercício da cidadania nos espaços públicos.

Esses movimentos sociocomunicacionais produzem no espaço urbano ações coletivas que afetam as diversas dimensões econômicas e administrativas, que passam a ter sentido para atingirem a população de modo a sensibilizar, difundir ideias, discutir e debater as demandas populares. Para Hannah Arendt (1999), o espaço público é o lugar onde as pessoas podem se reconhecer, partilhar um destino comum, num sentido de participação cidadã. Lugar no qual a ação e o discurso de cada um podem ganhar sentido na construção de um mundo comum – que articula as pessoas numa trama feita de eventos

e fatos que se realiza na comunicação através das opiniões e julgamentos que se formam e, assim, fazem a experiência da realidade.

As ações coletivas constituem tentativas de transformação que apontam as injustiças sociais, associando-se em redes de apoio e solidariedade, denunciando os abusos. Entendemos que essas ações podem ser compreendidas como acontecimentos sociopolíticos (ARAÚJO, 2008), nos quais, por meio da elaboração da denúncia pública, o fato ganha uma dimensão política que se torna uma causa.

Corroborando com essa ideia, em entrevista ainda na *fase exploratória* da investigação, a militante do coletivo *Defesa Pública da Alegria*, Luz, afirmou que as ações coletivas no espaço urbano chamam a atenção tanto do poder público, quanto da iniciativa privada. Porém, “a função mais importante e mais potente”, segundo ela, “é chamar as pessoas que estão indiferentes, para que possam assumir sua responsabilidade para a coisa pública, para a cidade”. E que também remete e pode reformular a crise de representatividade ao potencializar a rua como um espaço de debate e livre participação, na qual não é preciso estar inserido em instituições formais para se discutir a cidade: “Tu podes estar na rua. Tu podes estar na cidade discutindo sobre isso” (LUZ, 2016).

Nesse cenário, a própria relação com os meios de comunicação pode ser tensionada para compreendermos o contexto sociopolítico de Porto Alegre. É através das ações coletivas que as pessoas podem ser sensibilizadas, mas também, por meio dos processos midiáticos, passam a perceber que alguma coisa está acontecendo. No entanto, as mídias hegemônicas trazem a perspectiva como algo relacionado ao vandalismo, criminalizando aqueles que participam das ações coletivas. Buscam descaracterizar as reivindicações, geram dúvidas e medo no público com imagens e relatos de conflitos. Geram na opinião pública críticas à realidade trazida nas ruas, principalmente, porque esta mídia hegemônica busca representar e assegurar “a continuidade de uma determinada ordem social, preservando o controle, consolidando um amplo consenso de valores” (MCQUAIL, 2012, p.248).

Entendemos que a mídia hegemônica é composta por grupos e corporações empresarias que controlam a comunicação de massa e que podem usá-la para marginalizar, criminalizar e contestar quem faz oposição a ela. É através dos meios que aprendemos as formas de realizar as liberdades, igualdades e qualidade de vida reconhecidas, mesmo sendo controladores de diversas formas de poder. Para esses grupos e corporações, os participantes romperam com a ordem (o equilíbrio) relacionada ao controle e à solidariedade (MCQUAIL, 2012).

Muito foi visto e lido nas coberturas jornalísticas³⁷, na busca dessa ordem, sobre “vandalismo” e “deprecação” realizados pelos manifestantes, quando foi “necessária” uma atuação “mais dura da polícia”. A mídia tornou públicas imagens – “muitas vezes registradas atrás das linhas policiais, por profissionais protegidos por elas, ou por cinegrafistas em helicópteros distantes do que acontecia” (SILVA, 2014, p. 23), enquanto as redes sociais digitais traziam registros, publicações, imagens, áudios que contradiziam as versões mais frequentes das manifestações.

O uso da internet por manifestantes trouxe outras realidades vivenciadas nas ações, ao produzirem vídeos, imagens, textos e fazerem-nas circular, compartilhando-as nas redes sociais digitais (*Facebook* e *Twitter*). O que evidencia um conflito, apontado pela pesquisadora, entre o discurso midiático e o do Estado (incluindo a polícia), acerca da violência, que são confrontados com outros discursos que ressignificam os atos públicos como forma legítima de ação política.

Também percebemos uma criminalização junto aos movimentos sociais que “naturaliza” uma violência contra os movimentos sociocomunicacionais e os sujeitos que participam das ações coletivas. É possível dizer que a ação da polícia na “tentativa de garantir a integridade” dos espaços públicos e privados, alvejou homens e mulheres com balas de borracha e bombas de efeito moral, agindo de forma perversa, antidemocrática e violenta³⁸. Entendemos, assim, que são posicionamentos que evidenciam o poder da polícia de agir como melhor entender, “fazendo com que o próprio comando considere aceitável declarar, publicamente, que não se responsabiliza pelas ações da tropa, como se a polícia não precisasse prestar contas de suas ações” (CUBAS; NATAL, 2013, s/p).

Cabe destacar que a criminalização e a violência contra os movimentos sociais no Brasil e, especificamente, no Rio Grande do Sul, apresentam inúmeros casos de violação dos direitos humanos³⁹. Em Porto Alegre, acompanhamos o caso do *Bloco de Lutas*. Em abril de 2013, foi instaurado inquérito contra seis jovens integrantes do coletivo, que

³⁷ Notícia veiculada no jornal Bom Dia Rio Grande: <https://www.youtube.com/watch?v=nHe8hhgMxb4>; Chamada do Jornal da Record sobre manifestação contra o corte das árvores: https://www.youtube.com/watch?v=etFeIOss_M8.

³⁸ Conforme vídeos: <https://www.youtube.com/watch?v=AnuSB-R6H3g>; A queda do Tatu: https://www.youtube.com/watch?v=3nFVJ45-_BA; Ato em Defesa da Alegria, após derrubada do Tatu: <https://www.youtube.com/watch?v=5XDV3aGGV54>; Repressão policial antes da Copa do Mundo: <https://www.youtube.com/watch?v=n8ntvQBd6KA>.

³⁹ Muitos dos casos de violação de direitos humanos podem ser acompanhados na Comissão de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa do RS. Estes são organizados em publicação anual, denominada Relatório Azul. A última versão disponível na internet é de 2015. Conforme: http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repdcp_m505/CCDH/Relat%C3%B3rio%20Azul%202015.pdf. Último acesso em: 15 de janeiro de 2018.

respondem à acusação de formação e associação criminosa armada para prática de dano ao patrimônio qualificado, explosão, furto, em concurso material e de pessoas e cometimento de lesão corporal a um policial militar⁴⁰.

Entre 2013 e 2014, sedes de organizações políticas foram vasculhadas pela polícia, residências foram invadidas e houve a apreensão de livros e materiais políticos. Em 16 de maio de 2014, foi aceita a denúncia do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra seis ativistas do *Bloco de Lutas*. Até o momento, o julgamento segue sem conclusão. Desde 2016, o coletivo desenvolveu uma campanha no *Facebook*, chamando seus seguidores/curtidore, atores sociais de Porto Alegre e região, para os apoiarem: *Os 6 de Porto Alegre são inocentes*.

Outro episódio que marcou a escalada de violência e repressão política aos movimentos sociais em Porto Alegre, foi a desocupação violenta, na madrugada mais fria de inverno, na noite de 13 de junho, no centro histórico de Porto Alegre, da Ocupação Lanceiros Negros. 150 pessoas, sendo 42 famílias, incluindo grávidas e crianças, foram despejadas a força sem nenhuma alternativa, para local de moradia, dada pelo Governo do Estado do RS. Ainda em outubro de 2017, a sede do Ateneu Libertário, movimento cultural-anarquista, de Porto Alegre, foi invadida pela Polícia Civil, apreendendo livros e computadores, com a alegação de estar investigando uma organização criminosa. Em ambos os casos, integrantes do *Bloco de Lutas* são residentes.

Mais recentemente, em janeiro de 2018, durante as manifestações contra a condenação de Lula pelo TRF 4, em Porto Alegre, 26 jovens foram presos por policiais à paisana, quando voltavam para casa, com a alegação de que haviam queimado pneus. Entre esses jovens, havia um menor, de 17 anos, que foi levado à Delegacia da Criança e do Adolescente – DECA, e 16 mulheres, que permaneceram presas, por três dias, no Presídio Madre Pelitier. Os jovens eram integrantes do Levante Popular da Juventude, da Mídia Ninja, do Movimento dos Sem Terra – MST, e do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Além da prisão arbitrária, a casa de um deles foi invadida e revistada pela polícia e teve pertences levados, sem mandado. Nenhum dos policiais da operação estava identificado.

Diante desses exemplos, percebemos que há uma institucionalização da violência, ou uma cultura da violência que banaliza a ação da polícia junto aos movimentos sociais e permite a ela ser repressora. Michaud (1989) argumenta que a violência é aquilo que as

⁴⁰ Essas informações estão disponíveis na página do *Bloco de Lutas*.

sociedades consideram. Pode variar de uma cultura para outra, bem como seu contexto histórico e social. Sorel (1993) defende a ideia do direito das pessoas em resistir contra um Estado preocupado apenas em garantir o interesse privado dos grupos dominantes ou, então, de um Estado opressor das populações a ele submetidas. Para Márcia Regina da Costa (1999, s/p),

A violência, além de responder aos processos estruturais, também se nutre de especificidades, das fragmentações locais, moleculares. Esse processo acompanhou o avanço da desagregação e transformação dos laços sociais e culturais, transformações na estrutura de emprego, nos benefícios sociais, entre outras alterações, em decorrência de mudanças que se aceleraram no sistema capitalista.

Sérgio Adorno (2002), pesquisador e membro do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo – USP⁴¹, considera a violência urbana fruto do crescimento do sentimento de medo e de insegurança, devido à possibilidade de qualquer cidadão ser vítima de uma violência. O mapa da violência aponta que “o alvo preferencial dessas mortes são adolescentes e jovens adultos masculinos, em especial procedentes das chamadas classes populares urbanas” (ADORNO, 2002, p. 1). Nesse contexto, há as violações de direitos humanos, entre as quais as praticadas por policiais em confronto com civis. O autor afirma que, entre outras explicações, a desigualdade socioeconômica e a segregação urbana são fatores fundamentais para a violência.

A tese que sustentava relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência está hoje bastante contestada em inúmeros estudos. No entanto, não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal (ADORNO, 2002, s/p).

A reflexão nos permite perceber que a violência policial empregada junto aos movimentos sociais é um fenômeno recorrente, documentado, midiaticizado e conta com o apoio de uma parcela da população. A polícia agiu com violência, o que resultou em dezenas de pessoas feridas, prisões, apreensão e destruição de máquinas fotográficas, celulares, etc.. Podemos dizer que a polícia não conseguiu encontrar o equilíbrio entre

⁴¹ Conforme: <http://www.nevusp.org/downloads/down115.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

“garantir a ordem”, respeitar a lei e, principalmente, as pessoas que exercem sua cidadania.

O ódio ao outro, a negação do outro, o prazer em destruir o semelhante, presentes em muitas das violências contemporâneas podem não ser ideológicas apenas em um sentido restrito ao termo. Esses atos desnudam a face sombria presente nessas sociedades em que a solidariedade e a identificação com o outro ser humano estão em constante perigo (COSTA, 1999, s/p).

A reflexão de Costa aponta para um tipo de pensamento conservador e reacionário, no qual movimentos homofóbicos, neonazistas, xenofóbicos produzem violências diversas contra populações que podem se encontrar em situação de vulnerabilidade. Boaventura de Souza Santos (2008) nos fala de um fascismo social inserido no Estado-democrático e que pode atuar do local para o global. Constitui-se como um conjunto de processos nos quais populações são mantidas excluídas do contrato social. Assim, para combater o fascismo social, são os movimentos sociais que sustentam e possibilitam novas formas de sociabilidades, subjetividades e que poderão apontar caminhos para atuar na sociedade, na busca de direitos e do direito a ter direitos (SANTOS, 2008).

Nesse sentido, a questão da efetivação e ampliação dos direitos sociais pode ser uma chave para entendermos as ações coletivas. Os direitos sociais, transformados em políticas públicas, garantem o acesso aos bens públicos, o direito individual e características dos grupos específicos numa condição de igualdade democrática. Os diversos movimentos sociais lutaram para que estes estivessem presentes na Constituição de 1988.

As demandas trazidas pelo *Defesa Pública da Alegria* e pelo *Bloco de Lutas* são problemas enfrentados pelas populações urbanas, consequências de um modelo de desenvolvimento econômico-social de exploração do trabalho e de concentração de renda que desfavorece a classe trabalhadora, deprecia os bens públicos e os privatiza.

Desde os anos de 1950, a população brasileira trabalhadora é precarizada nas suas relações de trabalho e se mobiliza para a conquista e ampliação dos seus direitos. Os trabalhadores têm capacidade de transitar rapidamente para a intensa reivindicação por direitos. Para Anthony Giddens (1991), ao associar a modernidade ao capitalismo e/ou ao industrialismo, o movimento trabalhista é o movimento social por excelência que:

[...] teve um aspecto transformador apenas nas fases iniciais do desenvolvimento de uma ordem industrial, tornando-se posteriormente um grupo de interesses entre outros. Seguramente, o capitalismo permanece um sistema de classe, e as lutas dos movimentos trabalhistas ainda são relevantes para o que possa estar “além” dele [...]. Outros movimentos sociais também são importantes e podem ser vinculados ao caráter multidimensional da modernidade [...]. Os movimentos trabalhistas são associações contestatórias cujas origens e campo de ação estão ligados à difusão do empreendimento capitalista. Reformistas ou revolucionários, eles têm suas raízes na ordem econômica do capitalismo, especificamente em tentativas de conseguir controle defensivo do local de trabalho através do sindicalismo e influenciar ou apoderar-se do poder de estado através da organização política socialista. Em particular durante as fases relativamente iniciais do desenvolvimento das instituições modernas, os movimentos trabalhistas tendiam a ser importantes veículos de apelos por liberdade de expressão e direitos democráticos (GIDDENS, 1991, p. 140-141).

Os Governos Lula e Dilma – do Partido dos Trabalhadores (PT), que tem sua origem nos movimentos sindicais, grevistas e movimentos sociais, com perfil socialista e de esquerda – não avançaram em novos direitos aos trabalhadores; contudo, equipararam os direitos trabalhistas para as empregadas domésticas, por exemplo. Estar no governo deu ao PT, num sentido mais amplo, a possibilidade de conseguir que, em determinadas áreas, as coisas fossem feitas, com políticas emancipatórias para a vida das pessoas. Entretanto, não sem a necessidade de negociações com os partidos aliados, o que expressa que “a solidariedade para com as aflições dos oprimidos é integral a todas as formas de política emancipatória, mas alcançar as metas envolvidas depende com frequência da intervenção da influência dos privilegiados” (GIDDENS, 1991, p.143).

Esses governos aumentaram o investimento na área social; o mesmo não pode ser dito para a área da saúde, “embora tenham crescido em termos absolutos devido ao bom desempenho da economia, declinaram em termos relativos” (BRAGA, 2013, p. 88). Ruy Braga (2013) afirma que, com o intuito de responder à população, o Governo, mesmo sem modificar profundamente a estrutura dos gastos com encargos da dívida pública, buscou estabelecer um diálogo para a melhoria dos serviços do Estado.

Entendemos que há a necessidade permanente de debater os direitos humanos – principalmente aqueles transformados em leis – para que todas as pessoas tenham acesso às políticas públicas –, cumprindo efetivamente as necessidades de inclusão social – e a serviços de qualidade de forma igualitária, concebendo todas as pessoas como sujeitos de direitos. Podemos estar diante de um processo de mobilização de pessoas em defesa tanto

dos seus direitos à educação pública e de qualidade e à saúde, quanto da ampliação de seu direito à cidade.

Nesse sentido, percebemos que as razões objetivas das ações coletivas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* estão relacionadas ao direito à cidade. São nas cidades que se dão a produção e as relações de trabalho e sociais. Os movimentos sociocomunicacionais apontam para um modo de perceber a vida urbana de forma alternativa, mais significativa e criativa, em meio aos conflitos e dialéticas junto aos embates sociais. São sensibilidades que surgem das ruas devido à derrubada de árvores, remoção de famílias, alterando bairros inteiros. Estes [movimentos] ajudam a moldar reivindicações políticas e culturais. Propõem outra lógica quando o capital assume a forma do fetichismo de mercadoria, nichos de mercado e consumo cultural urbano. (HARVEY, 2014).

Entretanto, pensar em condições de vida plena nas cidades exige políticas públicas urbanas relativas a transporte, moradia, saneamento, iluminação pública, coleta de lixo, educação, saúde, lazer, cultura. A cidade, como propõe Maricato (2013), não é apenas um lugar para a reprodução social, e sua forma faz diferença para as realizações. A autora nos ajuda a compreender a formação das cidades ao propor que estas, em sua maioria, são constituídas por moradores de áreas ocupadas ou adquiridas de loteamentos ilegais, muitas em locais frágeis. Para a construção desses bairros, não houve observação de planos diretores da cidade, legislação urbana ou quaisquer outras leis. Durante muito tempo, essas pessoas foram consideradas força de trabalho barata, excluída. A melhoria desses bairros, muitas vezes, aconteceu através de troca de votos para a pavimentação das ruas, iluminação pública, entre outros.

O território brasileiro tem passado por enormes transformações, dinâmicas demográficas, urbanas e ambientais, bem como, socioeconômicas. Há um movimento de urbanização no interior e no campo:

[...] terras indígenas, quilombolas, florestas amplamente derrubadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criminalizado e lideranças, inclusive religiosas – que defendem comunidades locais e o meio ambiente além de mudanças na legislação a respeito dos agrotóxicos, dos transgênicos, e da mudança do Código Florestal (MARICATO, 2013, p. 23).

Contudo, movimentos sociais, ONGs, pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, assistentes sociais, entre outros profissionais, constituem uma Plataforma

para a Reforma Urbana, e alguns governos democráticos-populares implementaram novas práticas urbanas, buscando, na participação social, a urbanização da cidade que era considerada invisível. Na reflexão de Maricato (2013), esse movimento criou condições para as cidades pensarem/proporem as políticas fundiárias, de habitação, de saneamento, de resíduos sólidos e de mobilidade.

A pesquisadora afirma que, entre os Governos Lula (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma (2011-2014), muito se avançou para se pensar as cidades, o que se materializou na criação do Ministério das Cidades (2003), na realização de conferências nacionais e do *Estatuto das Cidades* (lei nº 10.257), nos investimentos em habitação e saneamento em escalas significativas a partir de 2009, na criação do *Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (Pronaf), no *Programa Luz para Todos*, no *Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – I e II* – entre os anos 2008 e 2009, voltados para o investimento em obras de infraestrutura econômica e social e no programa habitacional, *Minha Casa, Minha vida* (2011).

Nesse contexto, as lutas da reforma urbana e fundiária foram esquecidas e muitos movimentos sociais acomodaram-se. No entanto, com o *boom* imobiliário, a disputa por terras urbanas se acirrou, associada aos interesses do capital imobiliário, e os preços dos imóveis aumentaram vertiginosamente. Os despejos violentos voltaram a acontecer, favelas sofreram incêndios, e grandes eventos, como a *Copa do Mundo* (2014) e as *Olímpiadas* (em 2016, no Rio de Janeiro), deixaram inúmeras pessoas sem casas. Mas é a má condição da mobilidade urbana que requer da população sacrifícios, principalmente das pessoas de renda mais baixa.

Segundo especialistas em mobilidade urbana, há mais subsídio para a circulação de automóveis do que para o transporte coletivo. A prioridade ao transporte individual é completada pelas obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis. Verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além de ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas (MARICATO, 2013, p. 27).

O contexto de Porto Alegre não é diferente desse cenário pensado até aqui: a organização de ações coletivas contra o fechamento de espaços públicos de cultura e lazer, o aumento das passagens do transporte coletivo, a derrubada de árvores para a

realização das obras nas avenidas de acesso ao estádio que recebeu os jogos da Copa do Mundo da Fifa de 2014, entre outras, se encontram em plena atividade na cidade.

Todas essas ações coletivas reivindicaram o direito à cidade, ao direito a ter direitos, e se intensificaram na medida em que os espaços urbanos se tornaram moeda para as parcerias público-privadas, adotadas pela gestão municipal dos últimos anos. É importante dizer que o direito à cidade, para nós, se dá com o apoio necessário dos movimentos sociais no sentido de assumir a dimensão urbana. Betânia Alfonsin (2010), ao analisar os processos vividos em Porto Alegre, argumenta que as diferentes privatizações dos espaços da cidade propiciaram um declínio dos espaços de participação, como o OP. Por outro lado, percebe-se a emergência de espaços de resistência contra-hegemônica de combate às privatizações, num repúdio às vinculações entre o capital e a gestão pública.

A autora afirma que o que legitima esta forma de gestão dos espaços públicos é o estabelecimento de contrapartidas, como um modo de demonstrar os investimentos em espaços que são de uso público e que deveriam ser utilizados por todas as pessoas da cidade que a habitam. A questão que se levanta aqui é que estas contrapartidas não são discutidas nos espaços de participação popular. Assim, a avaliação e negociação ficam a cargo dos governos, que não necessariamente estão preocupados com as necessidades da maioria das pessoas. Há uma sobreposição de interesses nessas parcerias público-privadas que as tornam desvantajosas para a população, pois criam relações de troca de favores, financiamento de campanhas eleitorais, entre outras.

Em Porto Alegre, essas parcerias público-privadas são evidentes com a destinação de espaços públicos, como o Largo Glênio Peres e a orla do Guaíba (próximo à Usina do Gasômetro), para serem transformados em espaços de suporte para a publicidade de marcas de produtos de consumo. Também há a entrega de espaços comuns de valor histórico, cultural e simbólico, para o uso de determinadas empresas e públicos, sujeitando-os para comércio e eventos privados. Um exemplo disso é o Auditório Araújo Vianna. Este ficou fora de funcionamento entre os anos 2000 e 2012, quando foi reintegrado à sociedade porto-alegrense como “Oi Araújo Vianna”. A obra de “revitalização” foi financiada por empresas de telefonia, uma multinacional de refrigerantes e uma rede de supermercados. A gestão do espaço está por conta da *Produtora Opus*, que tem prioridade de uso do espaço com relação à Secretaria Municipal da Cultura. O espaço raramente é usado para a promoção de eventos gratuitos e populares e boa parte da programação é

composta por artistas do circuito midiático com altos valores de ingressos. Dessa forma, evidenciamos que há uma restrição ao acesso à cultura, pois há uma seleção de públicos.

Outro exemplo que aponta para esse processo de privatização e das parceiras público-privadas é a situação do Cais Mauá. O Cais Porto Mauá situa-se no centro histórico de Porto Alegre, sob a gestão do Governo Estadual. Na gestão de Yeda Crusius (PSDB), foi aprovada a construção de um *shopping center*, um centro de negócios, um hotel de alto padrão e estacionamento para aproximadamente 4000 veículos. Diversos movimentos sociais, entre eles, o *Defesa Pública da Alegria*, defendem que este seja mantido sob a gestão do poder público, com a construção de um centro cultural para que toda a população possa acessá-lo.

A relação entre a privatização dos espaços públicos, bem como as parcerias público-privadas, propiciam um tipo de existência na sociedade onde o indivíduo, para ser considerado cidadão, é aquele que está vinculado à lógica do mercado, do capital. O gestor público, ao abrir mão dos direitos do que é comum, para, de alguma forma, oferecer tais bens, retira a responsabilidade de si sobre a vida coletiva e da cidade, legitimando um modo de existir na sociedade em que os sujeitos vinculados às lógicas da produção e consumo são os mais adequados.

Articulado a isso, ainda que menos radical em relação aos processos de privatização, o fechamento dos bares e pontos de cultura da região central de Porto Alegre segue sendo objeto de reivindicações do *Defesa Pública da Alegria*. Com o fechamento dos pontos de cultura, surgem como alternativas o uso de praças como espaços de confraternização e diversão. Nesse processo, também há o fortalecimento de coletivos que problematizam a mobilidade urbana, a estrutura das cidades, porque evidenciam as questões espaciais de como são habitados, propondo meios de locomoção alternativos, como a bicicleta.

As diferentes pautas refletidas dizem respeito ao redesenho do espaço público, aos modos de vivenciar a cidade e às novas práticas que insurgem dos movimentos sociais. Também apontam para a necessidade de movimentos sociais com pautas que os unam em lutas específicas, que sua força esteja no modo de atuar por meio dos conhecimentos acumulados das diversas experiências sociais, agregando diferentes indivíduos. As lutas vivenciadas nos últimos anos em Porto Alegre apontam para a formação de diferentes pensamentos políticos, em tentativas de articulação mais plurais e de resistências, formando coletivos de coletivos. “A própria luta pelo direito à cidade parece ser uma expressão de novas agregações, pois a busca por um acesso igualitário aos bens e espaços

pressupõe que a cidade se enriquece com o que difere e não na homogeneidade” (TIETBOEHL, 2015, p.66). O *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* é um ponto de convergência, e nos parece ser um dos coletivos que melhor expressa esta noção de “coletivo de coletivos”.

Para essa pesquisa, é importante considerar que a rua é o lugar de reivindicação e resistência popular, no qual as ações coletivas se constituem como espaço de política, evidenciando um tipo de modernidade reflexiva que se caracteriza pela autonomia dos sujeitos múltiplos e diversos. Reflexividade propiciada e, ao mesmo tempo, exigida pela sociedade atual. Assim, as decisões de participar das ações coletivas na rua podem parecer seguir modelos de comportamento que resultam de um contexto mais amplo.

Por isso, as ações coletivas em Porto Alegre, desde 2012, podem ser percebidas, nesse contexto, como o compartilhar de significações, nas quais cada participante pode ser reconhecido para a construção de um acontecimento comum, num registro de participação política e social de reconhecimento de opinião, um espaço politicamente organizado e de relações de poder. Essa forma de compreender as práticas sociais e de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele (FOUCAULT, 1995).

Em vínculo com as ações coletivas, a rua também é o lugar onde os sujeitos comunicantes, mesmo com restrições de uso, operam na produção, circulação, mediação e interação nos processos comunicativos, a fim de agregar e acolher ideias, sujeitos, propostas. Lugar, ainda, em que o uso e a apropriação da comunicação digital se tornam potência para a construção de uma outra realidade social, integrando espaços geográficos a espaços das redes sociais. Dessa forma, os processos midiáticos digitais podem ser tensionados a partir da compreensão de que os movimentos sociocomunicacionais *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* têm como base a multiplicação do conhecimento produzido para ser apropriado pelo bem comum. Os sujeitos comunicantes produzem informações e conhecimentos para os assuntos serem discutidos.

A reflexividade da vida social moderna (GIDDENS, 1991), na qual as práticas sociais estão constantemente sendo reexaminadas e reformuladas, à luz de informação e comunicação, podem alterar seu caráter. Para evitar que as ações coletivas sejam consideradas apenas como resultado de um ambiente de ideologia, em que a democracia possa ser entendida apenas como lugar para o diálogo, e não como espaço político social de disputa pelo poder, apresentamos elementos que nos permitem compreender que, nas

nuances do cotidiano e de um contexto sociopolítico relatado, podem estar, também, os processos midiáticos, cujo entendimento discutiremos na sequência.

3.2 PERSPECTIVAS PARA PENSAR OS USOS E APROPRIAÇÕES DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS POR MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS

Investigar um fenômeno sociopolítico cultural (os movimentos sociais que ocupam e manifestam-se no espaço público de Porto Alegre), a partir da perspectiva do comunicacional (usos e apropriações das redes sociais digitais, vinculados a outras práticas comunicacionais na construção da cidadania comunicativa), solicita que este seja problematizado, articulado, relacionado e tensionado, por meio de construções teóricas vinculadas aos processos de midiaticização. Requer compreendê-lo na sociedade contemporânea, atravessada pelos processos midiáticos e as transformações ocorridas nos modos de produzir, circular e apropriar-se da comunicação, ou seja, na maneira de viver e ler o mundo.

Para Maldonado (2008), a estruturação do campo dos meios de comunicação social é constitutiva das formações socioculturais, solicitando processos organizadores em diferentes componentes e inter-relações dinâmicas. Os processos midiáticos estão vinculados a uma perspectiva histórica da sociedade, e os meios de comunicação são um marco decisivo para os processos comunicacionais, principalmente por serem mediadores e constitutivos dos diferentes campos sociais. Em outras palavras, são nos processos comunicacionais que há possibilidade de visibilidade, de legitimidade, de produção de sentidos das diversas vozes que constituem os períodos históricos (TRAQUINA, 1999; BERGER e LUCKMANN, 1998).

Entendemos que não há consenso entre os pesquisadores e teóricos do campo da comunicação no que tange à configuração da sociedade contemporânea e sua complexidade em relação aos processos comunicacionais. Nessa pesquisa, assumimos a perspectiva de que a sociedade está em processo de midiaticização, por entendermos que é atravessada por transformações, expansões, modificações, penetrada pela cultura das mídias. Esse processo não se dá de uma forma linear e homogênea. Pelo contrário, acontece especialmente nas sociedades industrializadas, de modo concentrado, localizado, recebendo investimentos estratégicos (SODRÉ, 2002).

Nesse sentido, Maldonado (2008) nos ajuda a compreender a sociedade em processo de midiaticização quando fala-nos do atravessamento estrutural das mídias que modifica as culturas e que:

[...] configuram modos de vida expressivos de um novo dinamismo cultural, gerador de culturas comunicacionais multimidiáticas que estão abertas para a germinação de possibilidades de produção de múltiplas relações e processos de significação e fabricação sociocultural (MALDONADO, 2008, p. 30).

Ou seja, as maneiras de comunicar-se na contemporaneidade estão associadas aos modos de vida midiaticizado e às formas de produção dos bens simbólicos que configuram as múltiplas dimensões dos sujeitos (MALDONADO, 2013). Como observa Mata (1999), é preciso reconhecer a capacidade configuradora das tecnologias e linguagens, pois nos possibilita superar percepções que reduzem os meios a uma dimensão “transportadora” de significados.

A cultura midiática está relacionada com as lógicas dos meios de comunicação e como se articula com outros fenômenos que emergem dos processos culturais. Expande-se na relação das mídias entre si e possibilita aos sujeitos escolhas entre os produtos simbólicos alternativos (SANTAELLA, 2003). Em outras palavras, cada sociedade será atravessada pelas lógicas das mídias a partir de diferentes compreensões, modificando cenários sociais, tensionados pelos elementos significantes de uma conjuntura cultural e dos sujeitos.

Mata (1999) aponta que a cultura midiática é uma noção importante para pensarmos os modos de produção de significados; ela se insere, atravessa, penetra e configura as pessoas nos seus estilos, jeitos, táticas, costumes, formatos e modos de produção simbólica midiática (MALDONADO, 2008) em constante transformação.

Nesse sentido, Martín-Barbero (2009) nos ajuda a compreender que a cultura muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser instrumental para converter-se em estrutural, remetendo a novos modos de percepção, linguagem, sensibilidades e escritas. Entendemos que esse processo aprofundado em tempos de midiaticização digital, possibilita transformações que levam à criação de estruturas e relações entre sujeitos como produtores-consumidores de informação.

A midiaticização pressupõe a mediação da técnica na relação entre os sujeitos, instituições e campos sociais. Esse processo é atrelado ao desenvolvimento tecnológico (gerando novas ambiências), às intervenções humanas (e nas suas distintas formas de

inteligibilidade social) e, principalmente, à circulação que possui características particularizadas. Dessa forma, a circulação passa a ser importante para problematizar as pesquisas sobre os usos e apropriações, por perpassar dimensões simbólicas.

No entanto, se quisermos entender o processo de midiatização por meio da interação será necessária outra forma de fluxo, reconhecendo sua complexidade como um processo gerador de sentidos que redimensiona os modos de produção e recepção que se interpelam. A circulação é entendida como uma esfera de articulação, lugar constituinte da relação, no processo de comunicação.

A circulação deixa de ser um elemento “invisível” ou “insondável” e, graças a um trabalho complexo de linguagem e técnica, segundo operações de dispositivos, explicita sua “atividade construcionista”, gerando pistas, instituindo novos objetos e, ao mesmo tempo, procedimentos analíticos que ensejem a inteligibilidade do seu funcionamento e dos seus efeitos (FAUSTO NETO, 2006, p. 2).

Nesse sentido, a circulação pode ser uma dimensão para observar a sociedade em processo de midiatização, pois possibilita percebermos como os sujeitos e seus discursos se movimentam ao circular, gerar efeitos, interpretações, ativar circuitos, entre outros processos. Com a mediação ocorre o mesmo, no qual o movimento é circulação de significados em fluxos. Ou seja, não há processos lineares entre produção e recepção. O que há são diferentes formas de mediação, significações e sentidos que não podem ser apreendidos na totalidade.

No processo de produção de sentidos, reintegra-se o reconhecimento como interpelação que problematiza a composição dos sujeitos (individuais e coletivos) e fortalece a sociabilidade (MARTÍN-BARBERO, 2009). Dessa forma, a mediação não pode ser entendida como pertencente a uma só pessoa. Refere-se ao trabalho de instituições, grupos, coletivos (produz relações de poder), relacionados ao social, ao simbólico (implica a compreensão intersubjetiva e atribuição de sentido ao mundo), na formação dos hábitos que possibilitam a direção e a especialização das atividades, os indivíduos caminham para a institucionalização das ações habituais (BERGER & LUCKMANN, 1998).

Percebemos que há uma mudança significativa nos processos de produção e recepção (que perpassam efeitos e sentidos dos discursos) com o acesso às tecnologias de informação e comunicação, bem como de seus dispositivos. Assim, nos atentamos aos usos que o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* fazem do ambiente digital no

Facebook, dialogando com Jesús Martín-Barbero (2009) ao abordar as lógicas dos usos e, diferenciando da proposta de análise dos “usos e gratificações”, ressitua a problemática no campo da cultura: “dos conflitos articulados pela cultura, das *mestiçagens* que tecem os anacronismos que a sustentam e, por fim do modo com que hegemonia trabalha e as resistências que ela mobiliza, do resgate, portanto dos modos de apropriação e réplica das classes subalternas” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 302).

Compreendemos que as lógicas dos usos estão nas formas de articular as diferenças sociais, os modos de leitura de mundo, de manifestar-se, da organização do tempo e do espaço cotidiano. Para o autor, os usos também estão relacionados com a competência cultural dos grupos que atravessam as classes, que configuram os sujeitos comunicantes – como sujeitos políticos, culturais e com determinadas lógicas das práticas comunicacionais, principalmente com tantos desafios a partir das mudanças tecnológicas – o uso dos ambientes digitais de modo colaborativo e participativo – à democratização da sociedade –, ainda que percebamos que há controles e vigilâncias.

Também passa a ser fundamental às apropriações, que se referem aos usos e finalidades que nos possibilitam ver o consumo como um lugar de disputa, de produção de sentidos, forma social a esses mesmos objetos “e nos quais se inscrevem demandas e dispositivos de ação provenientes de diversas competências culturais” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 302).

As redes sociais digitais disponibilizam uma série de funcionalidades com finalidades propostas pelo sistema. O objetivo dado pelos movimentos sociocomunicacionais investigados possui uma finalidade distinta. Essa apropriação é entendida por nós como uma ação que está além das questões técnicas e instrumentais, voltando-se para os interesses dos processos comunicacionais do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*. Lacerda e Maziviero (2011) contribuem para nossa compreensão sobre os usos e as apropriações ao afirmar que

Há uma dialética dos usos e das formas de uso constituídas como formas de apropriação. Assim há uma trama, ligação, pacto, tensões e disputas entre aquilo que é da ordem do uso – o que é proposto, embutido, pré-determinado, codificado e estabelecido como finalidade para os produtos midiáticos, textos, mensagens e, em nosso caso, tecnologias de informação e comunicação – e o que é da (des)ordem da apropriação – formas de uso marginal, margens de manobra, astúcias, bricolagens, maneiras de empregar, formas desviantes, etc. (LACERDA & MAZIVIERO, 2011, p.7).

Por isso, para fins dessa Tese, assumimos a compreensão de “uso” como o lugar de uma tecnologia como uma aplicação de algo de acordo com a sua finalidade, segundo o conjunto de regras e procedimentos para o uso. Nesse sentido, passa a ser importante para nós os usos das funcionalidades das páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* no *Facebook*, suas aplicabilidades, no entendimento de quem, em que momento, com que critérios, decide o que é produzível.

A noção de “apropriação” é entendida como toda a forma de resistência, de ressignificação das práticas, de tecnologias, de estruturas que produzem a contracultura pelos sujeitos comunicantes. Ou seja, acontece pelas competências dos sujeitos comunicantes, nos modos de ativação da participação, criação, táticas e estratégias comunicacionais de transformação do ambiente digital como um espaço de resistência e luta.

É importante dizer que os sujeitos são complexos e estão inseridos em contextos sociais, em que os processos comunicacionais estão cada vez mais acelerados e complexos também. Dessa forma, os processos de recepção, circulação e mediação, vinculados aos sujeitos, podem ser problematizados a partir da ampliação do acesso da internet, redes sociais digitais, entre outros. Possibilitam uma reconfiguração nas interações e conversações entre os sujeitos e a mediação de informações por meios das práticas sociais.

Essa perspectiva é vinculada, para nós, com a noção de *bios midiático*. Para Muniz Sodré (2002), a sociedade contemporânea é regida pela midiatização. Constitui-se nos processos comunicacionais e está inter-relacionada com os dispositivos tecnológicos e os fluxos nos quais se insere. O *bios* representa a existência do sujeito no ambiente tecnocultural, através das técnicas digitais nas dinâmicas nos grupos, para as relações entre este [sujeito] com a sociedade, refletindo no consumo, no trabalho, no lazer, entre outros afazeres cotidianos. Ou seja, os hábitos, os costumes, os valores, as relações se modificam e alteram o ser humano nos modos de ser e viver para, enfim, chegar a um *ethos midiatizado*.

Nesse sentido, é possível afirmar que os usos e as apropriações que os sujeitos comunicantes e os movimentos sociocomunicacionais fazem dos dispositivos é parte importante para os processos de midiatização. Um determinado dispositivo, ao ser inserido em um contexto, pode ser entendido como múltiplo e diversificado, gerando formas distintas de usos (VERÓN, 1997). É importante dizer que o sujeito/MS vem se capacitando, ao longo de gerações da cultura popular dos meios (século XIX, XX), a

consumir, se apropriar, significar, inovar, criar brechas, ajustando ao seu modo e necessidade, para, então, chegar ao século XXI, com habilidades e competências nos usos das tecnologias da comunicação e nos ambientes digitais (WOLTON, 2004; MALDONADO, 2002).

Nessa investigação, consideramos os sujeitos (indivíduos e coletivo) com potencialidades de realizações midiático-digitais. Entendemos que há uma inter-relação entre os processos de informação e o poder para a produção dos bens simbólicos na cultura e nas identidades coletivas, a fim de articular mentes, criar significado e contestar o poder (CASTELLS, 1999, 2013). Os processos midiáticos digitais possibilitam pontos de fuga de dentro de um poder estabelecido, “na direção” de um empoderamento que, antes desses processos, não existia. Assim, os sujeitos coletivos, compreendidos aqui como constituintes de movimentos sociocomunicacionais, apropriam-se do espaço digital para produzir um espaço político, cultural, econômico, na tentativa de compartilhar bens simbólicos, dar voz a aspectos da realidade social, demarcando resistências, visibilidades, leituras de mundo.

Levamos em conta os coletivos da investigação em seus vínculos com os processos midiáticos, a partir dos usos e apropriações das redes sociais digitais, que podem apontar para formas e processos sociopolíticos e culturais. Assim, tensionamos e buscamos compreender o *modus operandi* de ser desses coletivos na sociedade midiaticizada, bem como a mediação dos bens simbólicos, experiências, modos de viver, de ler o mundo dos sujeitos e coletivos que ocupam o espaço público de Porto Alegre.

De outra forma, nossa pesquisa sobre o *Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas pelo Transporte Público* considera os processos midiáticos digitais e a vinculação com outras práticas comunicativas fatores de transformação da sociedade, que surgem das experiências comunicacionais, “no desordenamento da vida urbana, no desajuste entre comportamentos e crenças, na confusão entre realidade e simulacro” (FOLETTTO, 2012, p. 61). Desse modo, entendemos ser necessária uma epistemologia que aponte essas mudanças para compreendermos a nossa época, os processos midiáticos em seu cotidiano, seus sistemas, fluxos, formas de interação, conversação, apontando novas aproximações e conectividades.

3.2.1 Processos midiáticos digitais

Com as transformações da sociedade no sistema capitalista e a relação com as tecnologias da informação e da comunicação, percebemos que outras mudanças são potencializadas nos processos midiáticos, ao visibilizar e circular diferentes realidades. Nicolás Lorite (2010, p. 20) afirma que “no todos contemplamos la realidad de la misma manera”, pois os processos comunicacionais realizados pelas empresas de comunicação hegemônica trazem a realidade a partir de sua perspectiva, amparada nas linhas editoriais e tendências ideológicas econômicas e políticas. Essa realidade é adaptada a um determinado prisma com alto nível de impactos visuais e sonoros. Esse modo de produzir comunicação e informação pode ser entendido como limitado, marcado por uma sociedade sedenta por espetáculos audiovisuais “cada vez más alejado del compromiso social y por lo tanto de modelos informativos didácticos, éticos y defensores de valores sócio-culturales integradores e interculturales” (LORITE, 2010, p. 20).

As mudanças também ocorrem nos próprios movimentos sociocomunicacionais, nas práticas, na noção dos processos comunicativos e de formação. Essas práticas e maneiras de atuar estão relacionadas ao modo de se construir e relacionar com o mundo, entrar em contato com o seu contexto. As *práxis* advêm das experiências individuais que são retroalimentadas nas coletivas, somando-se aos outros sujeitos, compondo histórias com significados sociopolíticos, comunicacionais e culturais (PAVAN; VELOSO, 2011).

Nesse sentido, desde 2011, diferentes cidades e sociedades têm sido palco de expressões de indignação, provocadas por reivindicações diversas, confrontadas com violência. Desde os países árabes do norte da África, com a primavera árabe, até a crise econômica na Europa, com o movimento dos *indignados* ou *15M* (Espanha), a *geração à rasca* (Portugal). Nos Estados Unidos, o *Occupy Wall Street* surge sob a bandeira “Unidos pela Mudança Global”, reivindicaram justiça social e democracia ao mobilizar 951 cidades de 82 países (CASTELLS, 2013). Grande parte dos autores que refletiram sobre o tema aponta que esses movimentos são deflagrados a partir da crise econômica de 2008, por ter atingido países e continentes de diversas formas, mas principalmente, por ela ter atingido o núcleo orgânico do capitalismo e dar as condições a um comportamento político desempenhado pelas classes médias e populares (ALVES, 2012).

No Brasil, até 2012, as expressões de luta transcorriam de forma tradicional: chamadas por centrais sindicais, movimentos sociais, como o MST, mulheres camponesas, entre outros. Eram planejadas, organizadas e muitas vezes convocadas nas

portas de fábricas, com infraestrutura aos participantes (GOHN, 2014). Desde 2013, presenciamos no Brasil outras formas de expressões, com outros atores sociais e coletivos que se diferenciam daqueles já institucionalizados, apontando outros modos de convocação e mobilização popular.

Duas características que se apresentam, nesses movimentos internacionais e no Brasil, são: *a ocupação do espaço público*, em especial as ruas e as praças, como estratégia popular de luta e resistência, e *os processos midiáticos digitais*, principalmente por meio das redes sociais digitais, em redes de comunicação multimídia para a construção simbólica de significados em diversidade.

Passa a ser relevante para essa pesquisa entendermos os processos midiáticos a partir da perspectiva do digital e dos movimentos possíveis que a cultura da internet possibilita aos sujeitos coletivos. A internet comporta uma diversidade de ideias, integra modalidades multimídias (linguagens escrita, oral e audiovisual), interage de pontos múltiplos (em tempo real, ou não) e muda, fundamentalmente, os modos de comunicação. A comunicação molda a cultura, pois nos permite ter uma perspectiva da realidade relacionada às nossas linguagens. Assim, a cultura é mediada e determinada pela comunicação, as culturas em seus sistemas de códigos e crenças produzidas são transformadas pelo sistema tecnológico (CASTELLS, 1999).

Desde o seu surgimento, a internet tem como proposta ser um espaço de difusão de informação global, que possibilita a criação de ambientes que ofereçam diversas maneiras de comunicar, transmitir, fixar, criar, inovar, transformar sociabilidades, reconfigurar práticas, formas de expressar valores e crenças, entre muitas outras (CASTELLS, 1999). Ela permite acesso a diferentes conteúdos em diferentes ambientes, possibilitando associações livres e simultâneas, reconhecidas como hipertextuais. Essa dinâmica de atravessamentos, confluências, diversidade de leitura de mundo, tem como potencialidade espaços mais participativos, democráticos e expressam uma multiplicidade de percepções.

Nessa perspectiva, Castells (1999) aponta para as transformações intensas que a sociedade vem passando, principalmente as econômicas com a globalização. Estas se evidenciaram com as aproximações, as combinações e os choques culturais. Geraram mudanças determinantes nos processos comunicacionais, especialmente com as tecnologias da comunicação e informação.

A passagem dos meios de comunicação de massa para os ambientes digitais, em torno da internet, produziu novos comportamentos na cultura, tornando-se uma dimensão

essencial da realidade cotidiana para os indivíduos. Druetta (2009) afirma que, ao entendermos a internet como um meio de comunicação complexo e diferente dos seus antecessores, com particularidades, devemos ter em mente a existência de duas funções combinadas que precisam ser consideradas nas análises sobre os processos midiáticos digitais: a primeira, ser um canal de distribuição para os meios tradicionais e a segunda, um espaço de expressão para os indivíduos nas suas diversidades.

Relacionado a isso, a internet tem como potencialidade a ampliação do acesso à produção de informação, antes restrito apenas às empresas de comunicação. Apontamos como potencialidade porque a produção de informações e as estratégias de comunicação dependerão mais das “competências intelectuais, científicas, técnicas e artísticas” dos sujeitos que podem romper com pontos de vista e lógicas dos oligopólios, monopólios e conglomerados de comunicação (MALDONADO, 2002), e também está relacionado à capacidade econômica de pagar por esse acesso (DRUETTA, 2009). Nesse sentido, o acesso à internet ainda não é possibilitado para todas as pessoas de maneira igualitária e democrática. É restrita a um conjunto de pessoas que tem disponibilidade econômica (investir em pacotes de dados móveis ou fixos, dispositivos tecnológicos) e que possui certa alfabetização digital, pois solicita um manuseio dos recursos hipertextuais para, então, poder construir seus conteúdos e fontes informativas.

É importante dizer que as mudanças sociais, culturais e comunicacionais apontam, também, para conflitos políticos e que estes estão relacionados às formas de compreender o papel do Estado no sistema capitalista, porque “os mesmos instrumentos de comunicação e cultura que estabelecem modalidades, também permitem resistências” (MOGLEN, 2012, p. 72) que se voltam contra a burguesia (que sustenta e mantém o Estado e o sistema capitalista), dando condições sociais às estruturas de antagonismo de classes.

Carlos Scolari (2008) nos fala das mudanças provocadas pelas tecnologias da informação e comunicação, ao afetarem nossos sistemas de significação cultural. Exemplo disso é o entendimento de público/privado. Para o pesquisador, o sistema político do ocidente está dividido entre o público – o Estado, a praça, o mercado – e o privado – a casa, a família. Essas dimensões foram modificadas, onde as fronteiras passam a ser permeáveis, permitindo que os processos comunicacionais se desloquem do privado ao público, sobrepondo espaços individuais e coletivos.

Com a crise econômica de 2008, o modelo capitalista, como via de organização social e econômica, entrou em um colapso agudo. Esta crise afetou países que pareciam

“inatingíveis” em relação às mazelas, principalmente as classes médias, reforçando e visibilizando os modos como operam as desigualdades econômicas. Estas formas de operar a desigualdade econômica e social nos parecem ser um dos principais fatores que desencadeiam as críticas produzidas por movimentos sociais a partir de 2011. Entendemos que a questão econômica se movimenta em diferentes continentes e de diferentes formas, contudo se constituiu como um dos centros das reivindicações ouvidas nas ruas. Mesmos nos países árabes, nos quais se colocou de maneira muito significativa a necessidade de maior participação política, é impossível desvincular isto da questão econômica. Nesse sentido, as vozes das ruas se voltam ao poder público e às esferas dos processos políticos. A exigência está na dinâmica desempenhada pelo Estado em proteger seus cidadãos e, por vezes, sua própria soberania frente às investidas do mercado.

Os ambientes digitais tornaram-se espaços disputados na expressão dos protestos e conflitos sociopolíticos. A apropriação das redes sociais digitais nos movimentos, como os *Indignados* (Espanha), é estruturante da própria mediação, numa dinâmica de concepção e articulação de estratégias comunicativas (CASTELLS, 2013). Essa apropriação permite aos movimentos sociais a mobilização para as ações coletivas que buscam transformar valores, instituições, culturas, e que se manifestam na e pela internet.

Nesse sentido, os processos midiáticos digitais operam como chave de acesso para o poder “ser e fazer”, no qual os usos e as apropriações nos importam porque são realizados pelos movimentos sociocomunicacionais e seus sujeitos nos ambientes digitais, ao demonstrarem competências comunicativas, culturais, políticas e de cidadania.

Castells (2003) afirma que, desde meados da década de 1990, movimentos sociais já se manifestavam na internet. A apropriação da internet vem de uma cultura ativista desde os anos de 1960, a qual pensava a informação como indispensável para a construção de conhecimento, engajamento social e político. Exemplo disso é o movimento *hacker* que reúne experiências de movimentos sociais organizados que produzem processos comunicacionais comunitários e populares, afirmando-se como alternativa e antagonista frente aos conglomerados empresariais da mídia. As experiências do movimento *midialivrisimo ciberativista* aponta para a construção de dispositivos digitais, tecnologias e processos compartilhados de comunicação, por meio da colaboração em rede e tecnologias da informação, baseado na produção livre (MALINI; ANTOUN, 2013).

O uso das tecnologias da informação e comunicação possibilitou um trabalho articulado por meio da rede, sendo marcado pela solidariedade, reciprocidade e que

fomentou certa horizontalidade dos processos comunicacionais. Percebemos que as ferramentas, como listas de discussão, fóruns, e-mails e grupos de e-mails, aplicativos para dispositivos móveis e as redes sociais digitais, possibilitaram uma expansão nas estratégias comunicacionais e organizativas. As práticas cotidianas nos movimentos sociais são integradas pelos ambientes digitais e auxiliam na expansão da mobilização, alcance, troca de conteúdos, qualificação dos seus membros, formação de outras redes, tomada de decisões, entre outras (WARREN, 2006).

Dessa forma, uma característica particular, presente nos processos midiáticos digitais dos movimentos sociais, relacionada ao ativismo é *se coletivo em redes*. Coletivo em rede pode ser entendido pelas conexões estabelecidas através dos processos comunicacionais, de vários atores sociais, que buscam criar redes comunicacionais solidárias, apoios, articulações ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjuntas. Coletivos em rede pode ser a instrumentalização das redes de movimentos, digital ou não, sendo propulsoras de movimentos específicos. Não definem por si um movimento social, mas é parte constitutiva do mesmo (WARREN, 2006).

Nesse sentido, entendemos que os coletivos em rede, ao se apropriarem dos ambientes digitais, estabelecem relações, articulações, mediações que potencializam as ações coletivas e suas práticas democráticas por: a) aglutinar interesses, interpretar a própria situação em relação a outros grupos e construir identidades coletivas; b) constituir esfera pública (extensão do diálogo e da troca de argumentos para listas de discussão e fóruns virtuais); c) promover ativismo político, embates institucionais e partilha de poder; d) estabelecer e acompanhar processos de prestação de contas (MAIA, 2008).

Um movimento social de grande significado no entendimento do ativismo digital em rede é o Movimento Zapatista em Chiapas, no México, que utilizou a internet em um esforço de organizar movimentos sociais, conexões com as mídias numa estrutura descentralizada em redes de solidariedade, contra o neoliberalismo. Castells (1999) afirma que a internet não pode ser entendida apenas como um instrumento útil para ser usado. Ela evidencia outras características básicas para os movimentos sociais: a organização, novas possibilidades de trocas, o compartilhamento de valores culturais.

O uso da internet para a ação coletiva contribui para as inovações sociopolíticas, renovando processos democráticos, uma vez que os movimentos sociocomunicacionais⁴² ressignificam a cultura ciberativista, ao desenvolver novas estratégias de comunicação

⁴² A noção de movimentos sociocomunicacionais para esta Tese será tensionada, problematizada e desenvolvida no Capítulo 3, no subtítulo 3.3.1..

por meio das redes sociais digitais. Há um ambiente favorável ao ciberativismo, pois a forma como os grupos usam a rede pode comprometer as empresas de comunicação quanto à produção das informações e o apoio ao uso da violência (policial) contra os manifestantes, como foi possível acompanharmos nas ocupações ocorridas em Porto Alegre.

Com a possibilidade de mediatizar as lutas, há uma aderência às redes sociais digitais, propondo formas de usos e apropriações, numa ação de ativismo digital, ou ciberativismo, no qual “o ciberespaço traz novas possibilidades, que estão começando a ser utilizadas e cujos efeitos estão começando a aparecer” (MEDEIROS, 2011, p. 14). O ciberativismo é uma forma de ativismo pela internet, na qual sua principal utilização acontece na divulgação de causas, reivindicações e na organização de mobilizações.

Na relação com as redes sociais digitais, as lutas são potencializadas a partir do uso dos dispositivos móveis, como os *smartphones*, pois não dependem das conexões fixas, permitindo uma ressignificação da percepção de proximidade, presença e mobilidade. As ações coletivas compostas por ocupações dos espaços públicos e privados, como lugares consolidados na sociedade, passaram a ter outros sentidos. Scolari (2008) avalia que essa disponibilidade de transformação possibilita uma outra forma de gestão das atividades e a regulação do ciclo social. Dessa forma, os movimentos sociocomunicacionais produzem narrativas sobre os acontecimentos sociopolíticos culturais que são dissonantes dos editoriais dos jornais, programas de televisão e rádio dos grandes conglomerados da mídia. Geram uma ruptura, dispendo de uma visão múltipla, conflitiva, subjetiva, sob a perspectiva dos acontecimentos passados e desdobramentos dos fatos.

Os processos midiáticos digitais propostos pelos movimentos sociais podem ser os potencializadores pela propagação das mobilizações e das emoções associados a elas, pois, quanto mais rápido e interativo for o processo comunicacional, maior a probabilidade de formação de uma ação coletiva.

As características do processo de comunicação e indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero (CASTELLS, 2013, p. 20).

Nesse contexto, compreendemos a importância das redes sociais digitais como mediadoras desses encontros, pois através delas é possível horizontalizar a comunicação e mobilizar diferentes indivíduos para as manifestações e ocupações dos espaços públicos, ou seja, a composição e articulação de coletivos através do uso das redes de comunicação digital para a ação coletiva na ocupação das ruas. No entanto, é preciso problematizar esses ambientes digitais por entendermos que não há só um processo integrador, mas também de controle e vigilância.

Sérgio Amadeu da Silveira (2010) nos explica que o gerenciamento das redes é protocolar e expressa a sociedade do controle. Para os processos midiáticos digitais acontecerem, é preciso aceitar protocolos, acatar regras, procedimentos e arquiteturas. A mesma rede que garante a liberdade de comunicação, também a controla. Para o pesquisador, o controle é um modo técnico de garantir a distribuição e interatividade do processo comunicacional. “São os protocolos TCP/IP e seu sistema verticalizado de organização de domínios, o DNS (Domain Name System), que definem uma série de limites e de possibilidades de comunicação em rede” (SILVEIRA, 2010, p. 77).

É preciso considerar que a comunicação nas redes digitais faz parte de ideais de seus criadores, que permitem que as redes existam. A tecnologia informacional, aparentemente neutra, é constituída de códigos, protocolos, *softwares*, centrados nas regras de operação da rede, em uma arquitetura que se traduz em meios de viabilizar os processos comunicacionais. Os protocolos configuram e definem a operação da rede, ou como bem elucida Silveira (2010, p. 65) “o modo como a internet funciona não é e não era o único modo possível de organizar a comunicação digital”. Ressalta, ainda, que:

[...] a tensão entre o fluxo de informações sem bloqueios ou sem filtros nacionais e a regulamentação legislativa realizada em cada país é ampliada pelo interesse de grandes corporações que buscam limitar as práticas comunicacionais e as criações tecnológicas, uma vez que acreditam que as redes digitais distribuídas podem fulminar seus modelos de negócios baseados na aceitação da propriedade intelectual que estava consolidada no mundo industrial (SILVEIRA, 2010, p. 69).

Diante disso, percebemos que uma das formas de controle será a capacidade de cerceamento da produção da linguagem – ou nas narrativas que cada movimento sociocomunicacional produz – na rede. O bloqueio não se dá nas páginas ou perfis inseridos nas redes sociais digitais, mas no controle do compartilhamento – ou por onde as brechas vazam as narrativas das lutas sociopolíticas e culturais. Em outras palavras, o

controle pode se dar no “enclausuramento” da produção coletiva, ao evitar um processo comunicacional autônomo e participativo (MALINI; AUNTON, 2013) a partir dos filtros “invisíveis” estabelecidos pelos algoritmos.

O *Facebook*, por exemplo, armazena e gerencia a inteligência coletiva ao mesmo tempo em que captura e controla o trabalho, ou seja, há uma regulação pela empresa que administra a vida dentro de inúmeras redes e mídias sociais. Observamos que a apropriação e o uso das redes sociais digitais por coletivos, como o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas*, se dão dentro de um contexto de regras, protocolos, configurações, que podem limitar as informações que são colocadas em circulação, embora representem uma forma de contrapoder ao hegemônico na sociedade.

Os dois coletivos, ao entenderem como um dos seus adversários⁴³ os grupos hegemônicos de comunicação, fazem uso da lógica do compartilhamento por meio do *Facebook* que têm suas configurações e ferramentas disponíveis. Embora organizado numa dinâmica midiática sociocomunicacional, este é atravessado com pressupostos institucionais, econômicos e políticos que permeiam o capital, tornando-se igualmente hegemônico à medida em que acumula poder diante do uso social (ALZAMORA; ARCE; UTSCHE, 2014).

Ao gerir esse compartilhamento, esse capitalismo não trata de comandar a produção, mas controlar a circulação, gerir o tempo da socialização do conhecimento, do saber, da criação. Isso porque o valor que se extrai mais do tempo de trabalho necessário, mas do controle do tempo de difusão da informação da inovação, seja ela fabricada na empresa ou na fábrica social. “O que você está pensando agora?”, diz o lema do *Facebook*, que explicita a violenta concorrência entre corporações 2.0, sedentas pelo controle geral da vida, não se importando se uma revolução social possa atravessar o Facebook, senão ficando atenta com qualquer ameaça que possa criar um êxodo dessas máquinas 2.0 que são os mecanismos de controle da mobilização [...] (MALINI; AUNTON, 2013, p. 200).

O *Facebook*, entendido como um ambiente de comunicação posto a serviço cotidiano, também pode ser uma ferramenta de vigilância e controle, pois em seus termos de uso, restrições, utilização de informações confidenciais, direitos autorais, permite o armazenamento e tratamento de informações dos usuários. Consideramos que essas informações, abertas ou não, possibilitam traçar perfis de comportamentos, posturas e

⁴³ A compreensão de adversário é desenvolvida no Capítulo 4 desta Tese.

gostos. Ou seja, o controle está nos mecanismos de gestão social, de controle flexível, rotação rápida e em fluxos.

A vigilância é proposta através de novos tipos de controle, de maneiras indiretas, que não exigem a participação direta dos indivíduos. Trata-se de tomar decisões e vigiar a partir das informações e imagens dispostas pelo próprio usuário (MATTELART, 2007; SILVEIRA, 2010, 2015). Esse conjunto de disputas e conflitos, relacionados ao controle e à vigilância, nos remete ao que Foucault (2008) fala sobre a arte de governar a liberdade dos sujeitos: o biopoder.

Este governo está na arte de operar com mecanismos que têm por função “produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um ‘a mais’ de liberdade por um ‘a mais’ de controle e de intervenção” (p. 92). O biopoder pode ser considerado desde a forma de governar, ao meio ambiente, a comunicação, a produção do conhecimento, os afetos, através da incessante sensação de risco. O risco é entendido aqui como aquele que serve para limitar a ação, disseminando o medo e aceitando os discursos e práticas de segurança (controle). A segurança pode ser vista como a produtora de guetos, que dilui o comum e valoriza o indivíduo, com discursos de “credibilidade da informação” em oposição a outros pontos de vista, produzidos sobre os acontecimentos sociais, por sujeitos em rede.

A vigilância pode ser compreendida como uma liberdade regulada por leis e direitos autorais e propriedade intelectual que permite que as corporações das mídias sociais se tornem uma grande fábrica de monitoramento das atividades *online*, capazes de mobilizar um biopoder que produz discursos, práticas cotidianas, atitudes e processos de aprendizado nas plataformas participativas. Dessa forma, a cultura e os processos midiáticos digitais estabelecidos pelo capital, são ameaçados pelos códigos *copyright*, pois estabelecem os modos pelos quais os bens culturais devem circular e ser usados (MALINI; ANTOUN, 2013).

Nessa perspectiva, com o uso de *sites* como o *Facebook*, percebemos que conteúdos inteiros das pessoas são disponibilizados, tornando-se propriedade intelectual dos proprietários deste. O poder de criar em rede é cada vez mais cerceado pelo poder de pagar para criar uma rede (e isso pode ser visualizado nas páginas de grupos e coletivos de direita que dificilmente são “derrubadas” do *Facebook*), instaurando uma espécie de “feudalismo digital, onde o usuário torna-se preso à terra que ele mesmo povoa” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 164). Negri e Hardt (2005) afirmam que a propriedade privada dos bens culturais reduz a cooperação e a comunicação, “que são a base para uma

economia em que o valor se concentra na qualidade imaterial do trabalho, ou seja, na competência de incorporar processos e nos produtos informação, afeto e cultura” (p. 164).

Nesse sentido, a sociedade em rede, está amparada no conflito entre aquilo que sabemos que é possível e o que somos obrigados a aceitar. Há um cerceamento das liberdades, vinculadas ao avanço e participação na esfera digital, realizado a partir de interesses político-sociais hegemônicos. Todo processo de dominação pode encontrar um limite, a resistência. Dessa forma, a biopolítica é a potência de a vida governar-se. Dá-se em um conjunto de atos de resistências e contra insurgência que não deixam capturar pelo controle e lutam por uma participação que mantenha os bens comuns como um direito humano e de um espaço público, numa democracia que se constitui por direitos abertos (em processo) e potencializadores.

Moglen (2012) aponta como brecha desse processo, um modo em que a rede pode ser convertida em um novo sistema de distribuição, embasado pela associação entre pares, sem controle hierárquico, que substitui por um sistema de contribuição os bens culturais: o *software* livre, através do qual os criadores tomam o controle da tecnologia e da produção (MOGLEN, 2012). O trabalho imaterial exerce biopoder por ser realizado fora das relações de comando empresarial, com resultados, inovação, linguagens, e colocados à disposição.

No diálogo com os autores, entendemos que a comunicação digital aponta para processos de controle e vigilância, ao mesmo tempo em que possibilita formas de participação, resistência e mobilização por meio das ações coletivas. Dessa maneira, entendemos que passa a ser importante compreender a construção de uma rede ativa na atividade das páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*, no *Facebook*, em que os usos e apropriações são elaborados de modo singular num campo significativo dos acontecimentos sociopolíticos e culturais, no qual se entrelaçam narrativas, ideias, fatos, imagens, dados, etc.. O que nos leva a buscar compreender o lugar das redes sociais digitais nos processos contestatórios e de resistência.

3.2.2 As redes sociais digitais

Para compreendermos os usos e apropriações das redes sociais digitais por sujeitos comunicantes e seus movimentos sociocomunicacionais, precisamos refletir sobre e problematizar aspectos relativos à compreensão do que seja uma rede social digital. Principalmente, porque, quando surgiram as primeiras redes sociais na internet, não se

imaginava que estas se transformariam em ferramentas com tamanho impacto nas práticas sociais e nos ambientes digitais. Hoje em dia, esses espaços fazem parte da prática e realidade social.

Estes ambientes digitais possibilitaram que sujeitos comunicantes e movimentos sociocomunicacionais, como o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas*, ampliassem os processos comunicacionais sociopolíticos, pois passaram a produzir, distribuir e compartilhar informações de maneira autônoma, promovendo ações coletivas de resistências e ocupação dos espaços públicos (MACHADO, 2007; MAIA, 2008). Nesse sentido, os processos midiáticos e as redes sociais digitais têm como potência o engajamento, a mobilização e a sensibilização dos sujeitos com a coisa pública, marcados pela velocidade e amplitude dos ambientes digitais em que estão inseridos.

Para Castells (2013), as redes sociais digitais possibilitaram ao ativismo sociopolítico “espaços vivos que conectam dimensões da vida” (CASTELLS, 2013, p. 159). Raquel Recuero (2013) aponta que as trocas se intensificaram: desde a participação e a legitimação dos discursos, até a natureza dos laços sociais. O espaço para esse tipo de ambiente digital aumentou e se diversificou. O capital social, os processos sociais e os fluxos de comunicação e informação se alargaram.

Os coletivos que compõem a investigação têm em comum, com outros movimentos sociais, os usos e apropriações dos ambientes digitais e apresentam algumas características apontadas por Castells (2013) para esses tipos de movimentos: a) são concentrados em redes múltiplas; b) tornam-se um movimento ao ocupar o espaço urbano; c) são locais, mas também globais; d) são espontâneos em sua origem, geralmente, desencadeados por uma centelha de indignação; e) são virais, não só pelo caráter viral de difusão das mensagens e imagens, mas pelo efeito demonstração de outros movimentos que brotam por toda parte; f) tendem a rejeitar liderança, pela profunda desconfiança em relação a qualquer forma de delegação de poder.

Dessa maneira, é importante problematizar os movimentos sociais e as ações que acontecem no seu desenvolvimento em rede e os processos midiáticos desenvolvidos nesse ambiente. A ideia de um ambiente como uma estrutura que potencializa a descentralização de relações, articula grupos e sujeitos comunicantes que estão inter-relacionados diante de uma luta, para pensar as ações coletivas, em movimentos sociais, como O *Defesa pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas*, nos provoca a pensar sobre os modos das práticas das construções desses coletivos. Porque “os efeitos das redes podem

ser percebidos fora de seu espaço, nas interações com o Estado, a sociedade ou outras instituições representativas” (MARTELETO, 2001, p. 81).

Para compreendermos melhor esses elementos, é necessário diferenciar redes sociais de *sites* de redes sociais. As redes sociais existem muito antes do surgimento da internet, de acordo com Castells (1999, p. 7), “foram suplantadas como ferramentas de organização capazes de congregar recursos em torno de metas centralmente definidas”. Pensar as redes sociais a partir da internet é buscar entender os laços estabelecidos entre os sujeitos comunicantes, na perspectiva dos processos sociais, na possibilidade de ampliar vínculos, com maior abrangência, maior ou menor grau de horizontalidade para fins determinados, passando a ser vistas sob o aspecto de uma comunicação global e multifacetada (CASTELLS, 1999).

Brignol (2010) afirma que as redes sociais podem ser formadas por ações subjetivas, objetivas e híbridas, porque podem “se caracterizar pela organização através da mediação das tecnologias da informação e da comunicação, ao mesmo tempo em que são dinamizadas por espécies de ‘teias invisíveis’, formadas por sujeitos que não têm acesso às tecnologias” (BRIGNOL, 2010, p. 69). Entendemos que a noção de redes sociais se configura no processo de criação de vínculos interpessoais com atravessamentos, cruzamentos, ligações entre diversos sujeitos comunicantes, grupos, organizações, por meio de redes temáticas ou não. Assim, as redes sociais são definidas pelos sujeitos comunicantes e seus contextos sociopolíticos e culturais, são ambientes que organizam, moldam, mediam sociabilidades e processos comunicacionais.

Para Recuero (2009), as redes sociais constituídas em *sites* de redes sociais são a representação dos atores sociais e de suas conexões. É a expressão dos atores sociais que vai estruturar o alcance e a força dos laços. Assim, ao invés de estabelecermos laços entre sujeitos, estabelecemos conexões entre as representações. Essas conexões são mantidas por sistemas. Para a pesquisadora, os *sites* de redes sociais são como suportes, que auxiliam na percepção das interações das redes sociais. São sistemas formados por perfis, focados em expor e publicar as redes sociais dos sujeitos comunicantes. Os *sites* são formados por indivíduos que constituem os nós (perfis) que utilizam esses ambientes digitais que formam as redes sociais, potencializando fluxos, complexificando e ampliando seus usos (RECUERO, 2009).

Estes *sites* de redes sociais se constituem como canais comunicativos, com um potencial informativo que gera a própria sustentação das conexões e da representação dos sujeitos comunicantes que contribui para as interações, produção, circulação e mediação

dos conteúdos em formatos multimídias. “No meio digital, as conexões entre os atores são marcadas pelas ferramentas que proporcionam a emergência dessas representações. As conexões são estabelecidas através dessas ferramentas e mantidas por elas” (RECUERO, 2012, p. 206). Contudo, é importante dizer que esses ambientes intensificam e podem ampliar redes sociais pré-existentes, que não estão restritas aos ambientes digitais, por isso podem ser entendidas como complementares às interações, aos elos e às práticas cotidianas e lutas sociopolíticas dos movimentos sociais.

Recuero (2009) aponta que os diversos *sites* de redes sociais podem estar inter-relacionados entre si, pois um mesmo sujeito comunicante pode utilizar diversos *sites* com objetivos diferentes, variando conforme o propósito e o uso do indivíduo. Também, cada sujeito comunicante estabelece sua rede de sociabilidade nestes *sites*, construindo sua representação por meio do seu cadastramento (perfil) e interagindo a partir dele. São por meio das características, funcionalidades e propósitos de cada *site* de rede social que os usuários se expressam dentro dos limites e possibilidades das interações.

Assim, os *sites* de redes sociais se propõem a atuar na sociabilidade dos usuários por meio dos usos dos suportes multimídias para constituir sua rede social com o foco de fomentar e gerenciar o capital social básico (que, talvez, fora desses ambientes digitais não teriam tanta penetração social), no qual é possível manter os laços, mas não aprofundá-los. Dessa forma, é preciso a participação dos sujeitos envolvidos para a construção e manutenção das redes sociais de cada nó. Para Boyd e Ellison (2007), o que se estabelece nos *sites* de redes sociais não é a possibilidade de conhecer estranhos, mas sim, a autonomia dos usuários em articular e tornar visível suas redes sociais.

Dessa forma, os usos dos *sites* de redes sociais possibilitam que as redes sociais dos movimentos sociocomunicacionais fomentem e apoiem as ações coletivas, promovam intercâmbios, tanto realizados por eles mesmos, quanto por sujeitos apoiadores, simpatizantes, militantes, etc.. As ferramentas e configurações desses ambientes digitais propiciam a mobilização em rede, disseminando informações e contrainformações, denunciando violências, entre outros.

Os ambientes digitais dos *sites* de redes sociais são construídos e elaborados com configurações e aspectos específicos a fim de expor publicamente conexões entre os usuários e seus interesses. Incorporam características da web 2.0 como a cultura dos aplicativos, vídeos, mobilidade e mecanismos de inter-relação através do conceito de seguidores. Os usuários podem seguir perfis e páginas facilitando as republicações, respostas, curtidas e comentários nas atualizações. As *tags* e *hashtags*, agregadas às

publicações, geram uma memória dos fatos cotidianos, as possibilidades de enquetes dos assuntos dos momentos, a transformação dos relatos em notícias gerais. As conexões estabelecidas vão decorrer do próprio uso dos sujeitos comunicantes.

Os *sites* de redes sociais como o *Twitter* e o *Facebook* têm uma cultura de fonte aberta dos *blogs*, em função de como criam as suas espacialidades (interfaces) com aplicações produzidas pelos usuários e, a partir disso, incorporadas pela plataforma. Antonio Negri aponta que esses *sites* são verdadeiras fábricas sociais ao analisar como o cérebro se tornou a grande força produtiva do nosso tempo (MALINI, 2013). As narrativas são atravessadas por histórias paralelas, de produção de sentidos, de confrontos e conflitos, de criação de enunciados e opiniões que estão além dos meios hegemônicos e órgãos oficiais, alargando as possibilidades de ambiências em que os acontecimentos são vividos, transformados e tornados públicos.

Nas características da Web 2.0 trazidas para as redes sociais digitais, os usuários são transformados em perfis. A *timeline*, ou a linha do tempo, apresenta as atualizações que são feitas pelo perfil e por aqueles que ele decide incorporar, seja como amigo ou seguidor. A plataforma é um ambiente de colaboração, na qual há uma permanente oscilação entre a posição de produtor-receptor, numa ecologia participativa entre parceiro e amigo. Não segue uma cronologia linear, sendo que o mais atual sempre estará no topo. “Une a atualização contínua, típica da narrativa de última hora, com a participação coletiva *peer-to-peer*. Uma narrativa que é produto, portanto, de um ‘espaço digital de envolvimento comunitário’” (MALINI, 2013, p. 213).

O pesquisador Fábio Malini (2013) aponta que, mais que um dispositivo técnico, a *timeline* é uma expressão cultural que não difere consumo e produção da informação, cuja característica é a instantaneidade em fluxo contínuo de uma conversa, marcada pelo engajamento dos sujeitos. E acrescenta “o DNA das redes sociais é o perfil convertido em autor coletivo interconectado com os outros” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 214) ou seja, se o sujeito não tem amigos, não será lido. O acesso será restrito. As redes sociais digitais operam dentro de uma esfera pública na qual é o público que a constitui como meio de comunicação.

É preciso dizer que a *timeline* é uma interface associada à comunicação por *streaming*: “uma corrente contínua de dados/informações consumidos e transmitidos ininterruptamente através dos perfis na rede e mídias sociais” (MALINI, 2013, p. 214). As informações postadas traduzem amostras de “quantidades sociais” e exprimem as crenças e desejos da sociedade em torno de algum tema, alguma postagem ou *hashtag*.

Os *sites* de redes sociais, em geral, apresentam elementos como: as *atualizações*, que “são formas efetivas de ajudar usuários a descobrir conteúdo”; os *comentários* e a expressão das relações estabelecidas, que são “um meio primordial de comunicação em redes sociais online”; as *avaliações*, que podem aparecer em diferentes níveis, mas que no geral ajudam o usuário a “identificar conteúdo em destaque, para suportar sistemas de recomendação”; a *lista de favoritos*, que favorecem a organização de assuntos e “ajudam usuários a gerenciar seu próprio conteúdo e podem ser úteis para recomendações sociais”; e, por fim, os *metadados*, que são informações associadas às publicações, como títulos, *tags* e descrições “essenciais para recuperação de conteúdo em redes sociais online, uma vez que grande parte dos serviços de informação” (BOYD; ELISSON, 2007; BENEVENUTO; ALMEIDA; SILVA, 2011).

O valor de uma rede social digital está na emersão da capacidade de conectar perfis a informações, ações e outros perfis e páginas, permitindo-lhes o compartilhamento de todo o tipo de conteúdo na rede. É a quantidade de informações e de interações geradas e socializadas que será calculado através da abrangência atingida por replicações, menções, comentários, curtidas, compartilhamento de conteúdos, entre outros. Esse valor é a potência de alcance e o quanto um perfil ou página pode mobilizar um processo comunicacional no ambiente digital e fora dele.

Essas possibilidades dos ambientes digitais, proporcionadas para as redes sociais, podem ser um espaço alternativo para fomentar a participação e o interesse pela coisa pública, pelas questões sociopolíticas e culturais, pois depende de como cada sujeito comunicante inserido faz uso e se apropria de seu perfil/página. Entendemos que pode ser problematizado como um espaço potencial de aperfeiçoamento dos processos democráticos e como um auxílio aos laços e ambientes sociais pré-existentes, “no sentido de abrir mais uma modalidade de comunicação que contribui para a formação discursiva da vontade” (MARQUES, 2006, p. 181).

Nesse sentido, há a possibilidade de pensarmos esses ambientes como um meio que disponibiliza espaços públicos de mediação, pois “permite que as informações sejam armazenadas, replicadas e buscadas” (RECUERO, 2009, p.118). As redes sociais na internet constituem espaços relevantes para a transmissão, configuração e troca nos processos comunicativos fundamentais para os grupos, coletivos e movimentos sociais que delas fazem parte. Para tanto, se faz necessário compreendermos algumas especificidades do *Facebook* como um dos principais *sites* de redes sociais apropriado pelos coletivos *Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas*.

3.2.3 O *Facebook*, características e potencialidades para os movimentos sociocomunicacionais

Criado em 2004, por Mark Zuckerberg, o *Facebook* espalhou-se rapidamente para usuários de todo o mundo, constituindo-se no maior sistema de fornecimento de redes de interação, contato e articulação, além de notícias sobre as conexões de amigos da rede social de cada usuário. Como outros *sites* de redes sociais, o *Facebook* funciona a partir da criação de um perfil que se conecta a um e-mail. Através desse perfil, o usuário estabelece suas conexões, criando listas de amigos, aplicativos, entre outros (RECUERO, 2009).

O *Facebook* permite que seus usuários configurem suas interações e leituras, de modo a optar entre o público e o pessoal, por meio da *timeline* e do *Feed de Notícias*⁴⁴. A *timeline* é o espaço no qual o usuário posta fotos, vídeos e compartilha quaisquer informações de seu perfil para publicização em sua rede de amigos. A cada publicação, o usuário pode escolher o nível de exposição (público, amigos, amigos exceto conhecidos, personalizar, entre outros). O *Feed de Notícias* permite que o usuário identifique e determine o que ele quer receber de informações da sua rede de amigos. O algoritmo (*EdgeRank*⁴⁵) do *Facebook* compreende as preferências, escolhas do usuário e passa a fornecer as informações que entende ser mais relevante para ele. Funciona como um gerenciador que seleciona as conexões entre os usuários, sobre o que estão falando, fazendo, sentindo, criando e discutindo da mesma rede de relacionamento.

É possível dizer que o *Feed de Notícias* é produzido pelo algoritmo, pois o primeiro observa e apreende o que o usuário faz no *Facebook*, ao curtir, compartilhar, comentar, bloquear conteúdos, entre outros, criando grupos de visualizações. Assim, entende as preferências e passa a exibir apenas o que considera relevante, o restante é ignorado. A limitação desse processo é que, ao mesmo tempo em que o algoritmo auxilia no encontro de informações relevantes no *Facebook*, também limita o acesso de uma diversidade de informações presentes na plataforma, criando a falsa sensação de que a

⁴⁴ De acordo com o *Facebook*, o *Feed de Notícias* é a coluna central da sua página inicial – é uma lista em constante atualização de históricos de pessoas e *Páginas* que você segue no *Facebook*. As histórias do *Feed de Notícias* incluem atualizações de *status*, fotos, vídeos, *links*, atividade de aplicativos e opções Curtir (FACEBOOK, 2014)

⁴⁵ Disponível em: <http://www.academiadomarketing.com.br/o-que-e-edgerank/>. Último acesso em: 30 de abril de 2016.

rede social pensa e compartilha da mesma leitura de mundo, formando numa “bolha ideológica”⁴⁶, que modula comportamentos (SILVEIRA, 2015).

O *Facebook* também permite que organizações públicas e privadas criem páginas, possibilitando redes mais complexas ao vincular usuários, ampliando a comunicação entre os perfis com outras redes. As páginas permitem que os usuários “curtam” e assim passem a receber em seus *Feed de Notícias* as informações referentes a elas. Também que se comuniquem amplamente a partir de interesses comuns. As *Páginas* possuem três especificidades: a) suas informações são públicas e disponíveis para qualquer pessoa que possui um perfil; b) qualquer perfil pode estabelecer vínculos com as *Páginas*; e c) as publicações decorrentes da *Página* podem aparecer no *Feed de Notícias* de quem as curte. Assim como com as *Linhas do Tempo*, o gerenciador de uma *Página* pode personalizá-la publicando histórias, promovendo eventos e adicionando aplicativos, orquestrando, assim, espaços de publicização de informações e articulando interesses comuns em um sistema de interação aberto a todos os usuários do *Facebook*, disponível no *Glossário de Termos do Facebook*⁴⁷.

Essas características estruturais do *Facebook* nos permitem olhar para as páginas dos movimentos sociocomunicacionais da investigação, *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*, e passar a considerar o potencial que os processos comunicativos das redes sociais, estabelecidos neste ambiente, pode propiciar, ainda que seja necessário apontar os limites e controvérsias. A adesão de muitas pessoas ao *Facebook* trouxe desafios para a democracia, pois, nos processos de interação produzidos nesse ambiente, há trocas de informações, opiniões e a construção de visões e discursos sobre o poder, a política, o social, a cultura e os diversos fatos que afetam o dia a dia das pessoas. Silveira (2015, p. 38) aponta que as redes sociais na internet “poderiam ser facilmente vistas como cenários da manifestação e existência do ‘mundo da vida’, embora não seja difícil constatar empiricamente que nem todas as conversações são necessariamente ‘voltadas ao entendimento’”, propondo uma perspectiva habermasiana.

Como discutimos anteriormente, as redes sociais na internet se configuram como pontos de encontro visíveis e as conexões, interações, usos são o que articulam pessoas, formam espaços de opinião pública, observam e condicionam modos de comunicar,

⁴⁶ Conforme <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/usuarios-transformam-seus-perfis-em-bolhas-ideologicas/> último acesso em 30/04/2016.

⁴⁷ O Glossário de Termos do *Facebook* está disponível em: <https://www.facebook.com/help/219443701509174/>, último acesso em 30/04/2016.

apoiar causas, entre outros. Compõem grupos de pessoas que conversam sobre as coisas do cotidiano. Desse modo, podem equivaler ao que Habermas (1997) define como três pontos da esfera pública:

Esfera pública episódica (bares, cafés, encontros de rua), esfera pública da presença organizada (encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de *rock*, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes, espectadores singulares e espalhados globalmente) (HABERMAS, 1997, p. 107).

Os usuários do *Facebook* podem desencadear processos comunicacionais de difusão dinâmicos e complexos que criam fluxos emergentes para as redes nas quais estão inseridos, capazes de levar informações a nós mais distantes, a exemplo das páginas dos movimentos sociocomunicacionais, nas quais “o coletivo de atores, interconectado, funciona como um meio, por onde a informação transita” (RECUERO, 2012, p. 209).

Assim, as publicações dos movimentos sociocomunicacionais podem impactar e circular na rede dos usuários que curtiram e seguem as suas páginas. Mas será a partir das apropriações dos sujeitos que as dinâmicas de replicabilidade, compartilhamento, comentários e curtidas vão permitir a expansão dessas informações em suas próprias redes sociais, em função das conexões estabelecidas, que “funcionam como vias de circulação, uma vez que, enviada uma mensagem para a rede, os usuários receberão quando se conectarem, pois a mesma ficará armazenada” (RECUERO, 2012, p. 209).

As publicações compartilhadas no *Facebook* podem ser difundidas e afetar tanto o ambiente digital como o presencial, vivenciado no dia a dia dos movimentos sociocomunicativos. Contudo, se apresentam como um “jardim murado”, definido por Silveira (2015) como um ambiente que foi desenhado para ser centralizado, no qual as soluções em seu interior dependem de autorização de seus gestores. Dessa forma, o pesquisador aponta a necessidade de problematizarmos os limites democráticos dessa rede social, organizada num sistema privado, definido como um espaço público. Ou seja, um sistema privado que exerce o papel de um espaço público de debates e articulações.

Consolidado como espaço virtual de debates e articulações políticas e culturais, o *Facebook* se tornou um importante componente da esfera pública. Como organização privada e *locus* onde ocorrem os debates, as regras de conduta em vigor expressam a estética e a moral dos seus administradores e acionistas. O *Facebook* é um jardim murado. Dentro de seus limites, as regras de conduta e de liberdade política valem até o momento em que não contrariem interesses comerciais, alianças estratégicas, determinações do departamento de Estado norte-

americano e a perspectiva de crescimento de usuários estipulada por seus administradores (SILVEIRA, 2015, p. 1647).

Em diálogo com Silveira (2015), Eli Pariser (2012), em conferência TED⁴⁸, explica que os filtros no *Facebook* resultam em processo de personalização que restringe o acesso a conteúdos divergentes. Há a formação de uma bolha, a partir dos mecanismos de rastreamento pessoal que modelam as informações de acordo com as “preferências” de cada sujeito. O algoritmo *EdgeRank*, do *Facebook*, observa o conjunto de relações, interações, compartilhamentos, entre outros, e desenvolve critérios, combinações, pesos para cada conteúdo, percebendo o tempo que cada usuário permanece na plataforma para definir seu perfil. A partir disso, disponibiliza determinados conteúdos em detrimento de outros. Esse algoritmo foi criado, devido ao grande volume de informações que circulam na plataforma, para organizar os conteúdos disponibilizados, interferindo na forma que cada um de nós enxergamos o *site*. O autor ainda aponta que a maioria das pessoas que está no *Facebook* não sabe que são monitoradas no *site*, ou as que sabem, não dão a importância.

O efeito “bolha” afasta aqueles que pensam diferente entre si, no qual os usuários não têm a possibilidade de escolha de fazer parte ou não da bolha, e os filtros atuam constantemente na navegação de cada sujeito. Para os movimentos sociocomunicacionais investigados, o algoritmo pode ser um obstáculo para a circulação dos conteúdos das páginas, quando usados para a convocação para participação das ações coletivas. É no *Facebook* que o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* têm concentrado esforços para a circulação de informações. A ação dos algoritmos, principalmente com aquelas páginas que não são patrocinadas, seleciona a distribuição dos conteúdos pelos *feeds*, podendo não converter no alcance pretendido pelos coletivos, limitando o meio quando pensado como uma estratégia comunicativa. O alcance de uma página não dependerá do número de curtidas/seguidores, e sim, do tipo de informações que os usuários – que curtiram ou seguem – consomem em outros espaços, do que fazem no ambiente digital do *Facebook*.

Diante disso, entendemos que o *Facebook* busca, no controle do tráfego e fluxos de informação, a coleta e retenção de dados, restrições de circulação, no qual o espaço está baseado por valores de “troca e liberdade”. Isso se deve ao fato de estar consolidado

⁴⁸ Disponível em: https://www.ted.com/talks/eli_pariser_beware_online_filter_bubbles?language=pt-br#t-223428. Último acesso em: 31 de janeiro de 2018.

como um *site* de redes sociais, principalmente voltado para as interações e as conversações. Propicia em suas configurações e ambientes privados articular relacionamentos públicos e permite debates sociopolíticos, posicionamentos públicos e de formação de ideias públicas. Contudo, são plataformas que permitem o controle e a vigilância.

O *Facebook* conduz a trajetória de navegação dos usuários, as leituras de opções políticas, entre outras, reduzindo o direito de privacidade. Silveira (2015) sinaliza esses limites discutidos anteriormente (o controle e a vigilância) e nos ajuda a compreender a necessidade de estarmos atentos a esse ambiente que se constitui como fundamental para se pensar as práticas sociopolíticas, culturais e comunicacionais cotidianas dos movimentos sociocomunicacionais e dos sujeitos comunicantes que os compõem. Principalmente, porque o *Facebook* atende aos interesses de seus donos e, ao mesmo tempo, é onde estão acontecendo também as conversas que formam a opinião pública e de resistências.

3.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Partimos da compreensão de que a complexidade dos movimentos sociais nos seus modos de atuar, comunicar, construir relações, informações e conhecimentos, em suas *práxis* como produtores de transformações sociais, precisa ser melhor compreendida na atualidade. Principalmente naquilo que eles têm de singular, pois expressam alteridades e lógicas sociais ao apontar para outros modos de conceber e assumir os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Para Manuel Castells (2013, p. 175), os movimentos sociais têm se constituído, entre outros fatores, a partir de uma “desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade”. Esse pensamento se deve à conjuntura das condições de vida, da crise de legitimidade dos governantes, possibilitando que os sujeitos se envolvam em ações coletivas, fora dos lugares institucionais na tentativa de “tomar as coisas em suas próprias mãos” (CASTELLS, 2013, p. 175).

Nesse sentido, a contemporaneidade é marcada por diversas transformações advindas do sistema capitalista que culminou, nos últimos anos, nos processos de globalizações (SANTOS, 2008), reestruturando profundamente as formas de viver. Esse processo, que ocorreu num curto espaço de tempo, devido ao desenvolvimento de tecnologias, se dá na transição da passagem da sociedade industrial para a pós-industrial

(TOURAINÉ, 1995), ou sociedade da informação (CASTELLS, 1999), e nos provoca a problematizar, nos movimentos sociais, o agir numa sociedade capitalista, democrática, num contexto onde as identidades culturais são diversas, assim como os atores sociais e as lutas (GOHN, 2010).

Desse modo, os movimentos sociais têm papel fundamental ao possibilitar espaços diferenciados em termos de concepções sobre o que significa viver em sociedade, ao mesmo tempo em que problematizam a própria identidade enquanto componentes e integrantes do agir coletivo. Precisam ser percebidos, problematizados, analisados numa perspectiva cultural e comunicacional, uma vez que os conflitos também estão pautados em torno da apropriação dos recursos de informação e comunicação e da luta no campo cultural.

3.3.1 Aproximações teóricas para compreender os movimentos sociais

Investigar os coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* em suas *práxis* sociopolíticas e comunicacionais nos demanda buscar conceitos sobre os movimentos sociais e desenvolver uma noção atualizada, a partir dos seus saberes, forças produtivas, elementos e fontes de inovação e mudanças sociocomunicacionais que são vivenciados na sociedade. Entendemos que uma das formas da sociedade contemporânea ser lida e compreendida é à luz das mudanças sociais, políticas, econômicas e comunicacionais, nos processos de lutas travadas pelos movimentos sociais. Essas mudanças vão refletir nos modos de ser e fazer os movimentos sociais (MS), ou seja, nas formas de ação social, política e de produzir conhecimento.

A preocupação em pesquisar os movimentos sociais como objeto surge com a própria história das Ciências Sociais. Os processos histórico-culturais geraram modelos econômicos, políticos, sociais e culturais em toda sociedade latino-americana. A repressão às lutas sociais é marcada durante as ditaduras e vivenciada em toda a América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Desde movimentos sociais de resistência à redemocratização do país, demarcam as pesquisas no campo das Ciências Sociais durante esse período. Os pesquisadores dão centralidade, principalmente, aos movimentos populares.

Entendemos que os movimentos sociais se compõem como sujeitos sociopolíticos de transformação, com base nas ações coletivas, muito antes do período da ditadura civil-militar e da redemocratização do país, mas é a partir dos anos de 1970, que passam a ser

objeto de referência em investigações no Brasil. É nesse período que os programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais se estruturam no país, ávidos por compreender os processos sociais por meio da participação, numa forte movimentação de investigações sobre movimentos populares, com base nas teorias desenvolvidas na Europa. Contudo, os movimentos sociais brasileiros não se enquadravam nos modelos propostos, como nos explica Maria da Glória Gohn:

[...] a produção do conhecimento e a elaboração de estratégias políticas se cruzaram. Os estudos ficaram mais no plano descritivo porque a visibilidade aparente dos dados que se coletavam e registravam era o que mais se destacava, num processo muito vivo, em que os discursos dos novos atores eram supervalorizados (GOHN, 2003, p. 215).

Em outras palavras, a base teórica se constituía mais como um “guia de orientação político-estratégica” (GOHN, 2003, p. 215) de ações e um caráter empírico na relação com as teorias europeias (que se apresentavam mais críticas e articuladas) para as investigações latino-americanas sobre os movimentos sociais. A autora destaca que as investigações sobre os movimentos sociais latino-americanos estavam atravessadas por pressupostos ideológicos e partidários.

É importante dizer que a teoria europeia foi mais influente por meio do paradigma marxista, principalmente pelos projetos de redemocratização elaborados pela esquerda a partir de Gramsci (2003). Nas pesquisas, os movimentos sociais são compreendidos como sujeitos históricos, delineando o perfil de forma concreta, na busca de compreender e alterar as relações sociais existentes. Ou seja, o paradigma teórico está fundado no processo de mudança através da transformação social. A análise parte da realidade social, na qual há um sujeito principal, dado pela classe trabalhadora. Grande parte da produção investigativa está no movimento operário ou camponês, os sindicatos e partidos políticos. Gohn (2014) aponta que o tema da desigualdade social estava articulado ao da igualdade e emancipação da classe explorada.

Nesse contexto, Alain Touraine (1977) desenvolve suas teorias sobre os movimentos sociais analisando-os numa abordagem acionista, entendendo-os como a ação de um grupo, um ator coletivo. Estes movimentos manifestam-se por meio de um conflito nas relações sociais de produção da sociedade, reivindicando sua oposição em confronto com um adversário no interior da sociedade pós-industrial (TOURAINÉ, 1996). Os MS são compreendidos como agentes sociais envolvidos em um conflito central pelo controle social dos principais padrões sociais: conhecimento, investimento e

ética. Para o autor, os MS são a expressão do conflito de classes de um duplo caráter “defensivo e contestatório [...] voltados para uma ação crítica, que repousa sobre a contradição e não sobre o conflito” (TOURAINÉ, 1977, p. 37).

Sua teoria e análises sobre os movimentos sociais são desenvolvidas a partir de três elementos: o ator, seu adversário e o que está em jogo no conflito. Relaciona a três princípios de interpretação: identidade, oposição e totalidade. Nas palavras do autor “o sujeito histórico pode ser, e é, reivindicado particularmente, embora todos, quer dizer, os outros também sejam, efetivamente, o seu portador” (TOURAINÉ, 1977). O autor acrescenta que os movimentos sociais dão respostas como: “Quem somos? Quem são nossos inimigos? Por que ganharemos a luta?” e, por essa razão, elaboram valores comuns, que orientam suas ações e constituem a tentativa de influenciar culturalmente a sociedade da qual foram originados e são, também, componentes. Eles propõem, através das ações coletivas, orientações culturais à sociedade, nas quais a mudança só é possível pela ação concreta dos sujeitos e suas inovações culturais.

Ilse Sherer-Warren (2014), em diálogo com Touraine, aponta que os MS eclodem através de grupos organizados para superar opressões e mudar a sociedade numa vontade coletiva. “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à libertação de novas forças, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (TOURAINÉ, 1977, p. 45). Ou seja, os MS são entendidos como parte de um sistema da sociedade pós-industrial que disputa o campo da cultura, numa inter-relação da produção e organização social.

Nesse contexto, as disputas se dão entre o mundo da vida, no agir comunicativo, e o mundo sistêmico, direcionado pelo instrumental. Para Habermas (1984, 1987, 1991), os movimentos sociais expressam uma racionalização comunicacional, pois têm capacidade de produzir novos significados, formas de vida e ação social, questionando os padrões existentes do mundo da vida e assim, ampliando o espaço público. Ao mesmo tempo, oferecem a resistência, apontando as contradições sociais.

Durante a década de 1980, no Brasil, os movimentos populares urbanos passam a ser fontes de investigações trazendo um novo cenário, novas problemáticas, gerando suportes teóricos com o desenvolvimento dos temas das periferias urbanas. Para Gohn (2014), as pesquisas desenvolvidas, na sua maioria, eram mais histórico-descritivas e pouco interpretativas.

Na década de 1990, com as mudanças sociais e políticas na América Latina, as pesquisas voltaram-se para outro sujeito social, que alguns autores passam a tratar como sinônimo de movimento social, as organizações não governamentais (ONG). Enquanto alguns as desqualificavam por entenderem que esta é uma forma moderna e hegemônica de associativismo, outros vão entender essas organizações como uma forma criativa e inovadora. As pesquisas sobre os movimentos sociais, ao constituírem-se em ONGs, nesse momento, recuperam e desenvolvem o conceito de ação comunicativa de Habermas, por entenderem que é:

[...] um processo de interação compartilhada [...] as elaborações sobre o mundo da vida e as normas práticas discursivas. Essas práticas, voltadas para o entendimento e a formação do consenso, do entendimento e da cooperação, são formuladas no agir comunicativo por meio da linguagem. Elas contêm certas estruturas de uma racionalidade, que remete à noção de ação social emancipatória (GOHN, 2014, p. 34).

Dessa forma, os projetos e programas passam a ser mais propositivos e ativos, menos reivindicatórios e passivos, pois trabalham com resultados e prazos. A gramática, por sua vez, passa para o desenvolvimento de uma consciência crítica por meio dos programas e projetos sociais e culturais, nos quais o militante é entendido como ativista organizador de usuários dos serviços sociais (GOHN, 2010).

Os paradigmas desse período levam a entender que os sujeitos são homogêneos em termos de demandas sociais, modos de vida e consumo. As referências são os pobres e excluídos pelo mercado do trabalho/consumo, enquanto os movimentos sociais passam a ser institucionalizados. Nesse aspecto, as ONGs vão se preocupar com a cidadania coletiva, pensada na relação entre o exercício da cidadania em coletivos, pois não se tratava mais de reivindicar, mas de propor, de participar.

A sociedade se constitui de cenários múltiplos e complexos em que os MS organizam-se de forma dialética entre práticas políticas, cognitivas, nas quais os projetos estabelecem receptividade às culturas e à justiça social. “Em outras palavras, os projetos emancipatórios construídos por construtores de sujeitos sociais libertários devem considerar a complexidade dos cenários sociais existentes e a dialeticidade de múltiplas e variadas práticas sociais” (WARREN, 1999, p.15).

Durante a década de 1990, Touraine revisita sua teoria sobre movimento social, provocado pela globalização, pelas mudanças do sistema capitalista e pelas transformações no mundo do trabalho. Essas transformações apontam para a perda da

importância do processo de produção, um direcionamento para o consumo como espaço de socialização das relações sociais e a importância das comunicações. A *exclusão* é entendida como reflexos das condições socioeconômicas inter-relacionadas com a globalização e o mercado.

A sociedade, ao organizar seus sistemas produtivos em torno dos princípios de maximização de produtividade baseada em conhecimento, possibilita um aumento em suas atividades. Porém, os conflitos passaram a ser o lugar onde se dão os controles desta. Desse modo, a *sociedade da informação* pode ser caracterizada pela emergência do setor econômico, fundamentado na informação tecnológica e na informatização global de todas as atividades.

Alain Touraine (1998) nomeia a sociedade da informação como a *sociedade pós-industrial*, entendendo que há componentes como investigação, desenvolvimento e o processamento de informações, que se diferenciam da sociedade industrial; a sociedade pós-industrial está estruturada no conhecimento e na informação, que é recurso fundamental da nossa sociedade. O autor afirma que a noção de movimento social “só é útil se permite pôr em evidência a existência de um tipo específico de ação coletiva [...] em que põe em questão uma forma de dominação social [...] e invoca contra ela valores, orientações gerais da sociedade que comparte com seus adversários para privá-la de tal legitimidade” (TOURAINÉ, 1998, p. 132).

Os movimentos sociais, para o autor, passam a ser compreendidos como conjunto mutável de debates, tensões e desgarramentos internos, transitando entre expressões da base e projetos políticos divergentes, colocando em questão o modo de utilização social dos modelos e recursos culturais. Nessa fase, eixos específicos passam a orientar as demandas e combinar as heranças como cor, etnia, raça, sexo, resistências a dada regra, constrangimentos socioculturais, políticos, econômicos e comunicacionais, conflitos dos espaços urbanos, entre outros nos diferentes campos da vida social.

Nesse sentido, as necessidades epistemológicas foram deslocadas para uma orientação voltada aos significados, às identidades, às contingências e às subjetividades, com força aos aspectos decorrentes das mudanças na passagem para uma sociedade pós-industrial. As relações de poder são recolocadas como lutas culturais e políticas com contradições e fontes de desestabilização da sociedade e/ou entre o sistema global como um todo (HALL, 2009).

Os movimentos sociais passam a ter as atividades simbólicas como centrais para propor mudança das preocupações econômicas, políticas e culturais. Sua atuação está

ligada à transformação de valores sociais, sendo propulsores da defesa de projetos socioculturais que demandam, num primeiro nível, a democratização do social e dos direitos humanos; suas bases estão na sociedade civil, suas bandeiras alegam a transformação cultural e suas ações se estabelecem como mecanismos de pressão voltados para a sociedade. Estão envolvidos em um nível de confronto de significado de realidade, de sociedade, de identidades e das alteridades e, principalmente, de uma abordagem de mudanças políticas e econômicas.

A globalização, as tecnologias da informação e o aperfeiçoamento das instituições democráticas nas sociedades (principalmente, nas ocidentais e capitalistas) implicaram na capacidade de organização da sociedade civil, bem como na diversificação e complexificação dos movimentos sociais, nos quais as demandas são as mais diversas e, ao mesmo tempo, específicas e significativas a determinados contextos socioculturais, políticos e históricos.

Boaventura de Souza Santos (2008) aponta na globalização, ou globalizações, os modos de transformações que ocorrem nas relações sociais a partir dos seus conflitos. O autor contribui para as teorias dos movimentos sociais a partir do multiculturalismo, entendendo que os sujeitos estão também presentes no Estado e nas novas gramáticas do poder. Dessa forma, os movimentos sociais, a partir dos anos 2000, precisavam ser repensados nos seus modos de agir no cotidiano local, considerando o global, porque estão inseridos nos contextos globalizados e globalizantes.

É na globalização contra-hegemônica que podemos reconhecer o papel dos movimentos sociais que lutam contra os processos de exclusão em diferentes formas, nos diversos modos de resistência, desde iniciativas populares em organizações locais, a articulações em redes de solidariedade. Esses movimentos abrem espaços para a participação democrática, para a busca de alternativas ao desenvolvimento e conhecimento, para as formas de inclusão social.

Os MS buscam uma política de igualdade na redistribuição que reconheça a diferença, na qual a presença de uma, não significa a presença da outra, ou a mesma proporção. Contudo, as reivindicações combinam-se. Para Santos (2008, p. 196), “a articulação entre redistribuição e reconhecimento torna-se muito mais visível quando encaramos estes movimentos, iniciativas e campanhas como uma nova constelação de significados emancipatórios, políticos e culturais, num mundo desigualmente globalizado”.

Os movimentos de caráter identitário (os ligados às temáticas de cidadania LGBT, feministas, étnico-raciais, entre outros), assim como aqueles voltados para problemas sociais (direitos humanos, ambientalistas, etc.) e planetários (antiglobalização, por justiça global), “entraram em cena como atores sociais e sujeitos sociopolíticos relevantes” que têm “coberto áreas do cotidiano de difícil penetração por outras entidades ou instituições do tipo partidos políticos, sindicatos ou igrejas” (GOHN, 2010, p. 13).

O sujeito passa a ser entendido como questão central na categoria de análise da realidade social, por constituir e posicionar indivíduos nos processos sociopolíticos culturais e comunicacionais. Esta perspectiva confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e coletivos, constituindo-os em atores sociais, agentes de seu tempo, história, identidade, ser humano. Os sujeitos interagem com outros sujeitos, em instituições privadas e públicas. Organizam-se de forma coletiva, capazes de implementar uma identidade coletiva, mesmo com suas ambiguidades.

Para nós, passa a ser importante entender as identidades dos sujeitos, por compreendermos que elas farão parte das ações propostas pelos coletivos. A construção da identidade pressupõe uma capacidade do sujeito em se diferenciar do restante das pessoas, ao mesmo tempo em que é reconhecido por elas. Se for importante ser reconhecido através de uma determinada cultura, esta não será suficiente para legitimar esse sujeito. Será necessária a percepção das outras pessoas, num processo de reconhecimento mútuo, de um “nós” e de um “outro” para que as identidades coletivas dos movimentos sociais possam ser concebidas e percebidas num sistema de relações e representações.

O “outro” não pode ser percebido como uma identidade fixa, pois depende de um contexto plural, de diferentes ordenamentos sociais e valores, o que nos leva a compreender que a composição das identidades coletivas se forma a partir de diversos lugares, tempos, sujeitos, referências, contextos sociopolíticos, comunicativos, num constante devir de possibilidades. Nessa relação, é possível dizer que definir um “nós” se torna uma questão em constante movimento, mesmo entendendo que os sujeitos se encontram num tecido social, num determinado ponto de partida, para definir a sua identidade coletiva a fim de afirmar-se.

Dessa forma, nos aproximamos de um aspecto importante que caracteriza os movimentos sociais contemporâneos, as identidades coletivas. São como força constitutiva na medida em que esses movimentos estabelecem sua ação em defesa da mesma e pode ser definida como paradigma de constituição destes [movimentos]. A

construção da identidade coletiva pode ser pensada, também, a partir das relações de confiança e solidariedade entre os diferentes movimentos sociais, como uma condição do alcance de resultado das suas lutas (GOHN, 2014).

Nesse processo, é importante destacar que os movimentos sociais se articulam em múltiplas relações entre si que passam a ser necessárias por comporem-se em rede de movimentos sociais. Essa rede pressupõe identificação dos sujeitos coletivos (e atores sociais), que podem apresentar diferentes características em suas composições, mas que se unem em torno de valores, objetivos ou projetos, na busca por viabilizar construções de ações conjuntas (WARREN, 2006).

Ilse Sherer-Warren (2006) afirma que rede de movimento social é um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. Um bom exemplo disso é o Fórum Social Mundial (FSM), que propiciou o encontro de diferentes sujeitos, coletivos, numa articulação de distintos espaços-tempos, contribuindo para a construção de uma rede de solidariedade.

A rede de movimento social passa a ser importante por possibilitar aos diferentes movimentos sociais uma identidade social, política e comunicacional, para produzir impacto na esfera pública. Os espaços de mediação e articulação ganham legitimidade (fóruns, redes e assembleias), construindo redes com relativa autonomia. Ilse Sherer-Warren (2006, p. 114) reflete que essas redes propiciam “uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil”.

Podemos visualizar uma rede de movimentos sociais através do *Bloco de Lutas* que se constitui de diversos coletivos (partidos políticos, sindicatos, movimentos estudantis secundaristas e universitários, ONGs, movimentos anarquistas, socialistas, comunistas, movimentos de ocupação de espaços urbanos, movimentos de moradia, sujeitos autônomos, entre outros). Ainda, inclui rede de redes, do ponto de vista da mobilidade urbana, e apresenta dimensões de movimento social (identidade, adversário e projeto). Seus integrantes unem-se por uma identidade de classe (trabalhadores, estudantes...), para combater a precarização do transporte coletivo e são contra os aumentos das passagens, na luta pelo direito de ir e vir na cidade, ou seja, pela busca de vivenciar as diversas dimensões da vida cultural, social, política e comunicacional no espaço urbano, pelo direito à cidade.

Ao articular-se em rede, os movimentos sociais permitem formas de atuação e organização que incluem alcances, relações de apoio a grupos identitários, conforme a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou que possibilitam não só a partilha de valores e aspirações, como também a circulação de informações, de conhecimento para ações coletivas.

A solidariedade entre os movimentos sociais pode ser entendida como um recurso de comunicação dos sujeitos inseridos nas mesmas redes. Os sujeitos podem redefinir posições na sociedade e construir uma nova identidade no exercício de cidadania⁴⁹ e transformar a cultura política nas instituições.

A própria forma de organização dos movimentos sociais é repensada, de modo que os sujeitos se sintam protagonistas⁵⁰, descentralizados, sem hierarquias definidas, compostos por estruturas colegiadas, mais participativas, abertas, espontâneas, fluídas, e atuando, sobretudo, a partir de redes de comunicação e cooperação (GOHN, 2014; CASTELLS, 2013).

Essa linha de compreensão ganha sentido quando acompanhamos e observamos, durante a investigação, as assembleias públicas realizadas pelo *Bloco de Lutas*. Observamos que todos os sujeitos presentes (individuais ou coletivos) tinham vez e voz para colocar em circulação suas análises de conjuntura sociopolíticas e das ações coletivas, disputar ideias, propor as táticas para a *práxis* e as conquistas de uma unidade de ação. São nas assembleias que as ações coletivas são delineadas e por meio de suas comissões de trabalho (organização, comunicação, autodefesa, mobilização, entre outras) organizadas e executadas.

Também nas entrevistas desenvolvidas durante a pesquisa de campo, tanto na *fase exploratória*, quanto na *sistemática*, foi possível nos aproximarmos das *práxis* do *Defesa Pública da Alegria*, em que os sujeitos inseridos entendem-se como um coletivo composto por uma diversidade de ideias e concepções de mundo a partir da esquerda (entre anarquistas, socialistas e comunistas) e, por isso, não há uma única formação política. Há a compreensão de que todos os sujeitos são críticos ao sistema capitalista e, principalmente, ao sistema representativo dos governos democráticos. Dessa forma, os

⁴⁹ “a cidadania como toda propriedade humana, é um resultado de uma prática, aquisição de um processo. [...] Porque aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelo castigo, e sim chegando a ser mais profundamente nós mesmo” (CORTINA, 2008, p. 30).

⁵⁰ Nessa relação, nos remetemos a Adela Cortina, ao afirmar que “só quem se sabe reconhecido por uma comunidade [...] como um de seus e adquire sua própria identidade como um membro dela pode sentir-se motivado a se integrar ativamente nela” (2008, p.26).

modos de estabelecer as disputas, negociações e consensos se dão através dos diálogos, enfrentamentos e na definição conjunta para as ações coletivas.

Nesse sentido, as disputas das lutas, transformadas em ações coletivas contra os adversários, se dão na ocupação das ruas, na mobilização popular, no “trancamento da cidade”, por meio das marchas, manifestações e atividades político-culturais, para estabelecer uma pressão política por meio da ação direta, promover mudanças nos valores dominantes e alterações na situação de marginalização da população.

Os debates e projetos propostos pelos sujeitos comunicantes e coletivos preocupam-se com um horizonte de novas formas de vida e relações⁵¹ em comunidade que emergem a partir das práticas dos MS, nos quais “vivem no momento em termos de sua experiência e projetam seu tempo no futuro do processo de construção histórica, por antecipação” (CASTELLS, 2013, p.161).

Na linha de Gohn e Castells, Santos (2008) aponta um modo de “assentar a ideia de emancipação social no equilíbrio entre o reconhecimento da diferença e a exigência de igualdade da redistribuição social”. Entendemos que essas são pistas para propostas de construção de práticas emancipatórias, nas quais vislumbramos, nos processos de identidades coletivas e nos movimentos sociais, os elementos “capazes de reconstruir uma nova sociedade civil” e, assim, uma nova relação com o Estado.

As idas e vindas entre as teorias e o concreto, a elaboração e a reelaboração do objeto empírico, nos provocaram diversas reflexões, tensionamentos, problematizações, para o desenvolvimento da compreensão de uma noção para caracterizar os coletivos investigados. Assim, vamos construir uma aproximação conceitual resgatando os coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, entendendo que esses movimentos sociais têm sua origem de *práxis* amparada em como Tilly (1993) os conceitua, entendendo que um movimento social pode ser definido como uma “interação contenciosa”, que envolve demandas mútuas entre os desafiantes e os detentores do poder”, em nome de uma população sob litígio. Para o autor, os movimentos sociais são formas de ação coletiva. Sendo assim, os movimentos sociais seriam uma forma histórica de expressar as reivindicações. São formas de ação política disponível para os agentes em determinada sociedade.

⁵¹ Castells (2013) afirma que, mesmo que alguns participantes se destaquem por serem mais ativos ou influentes com os movimentos, os ativistas só são aceitos em seu papel enquanto não tomam individualmente decisões importantes.

O repertório de ação coletiva envolve a ação direta, com o uso de violência⁵², no plano local, mas operando por representação quando questões de fundo estão envolvidas (TILLY, 1978, p. 271).

Nesse sentido, o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* se caracterizam como movimentos sociais ao se organizarem para combater o Estado, mas não com a finalidade de conquistá-lo. Recorrem às formas de ação coletiva no nível dos próprios problemas sociais. São agentes de pressão social, voltados para persuadir a sociedade civil. Estruturam-se a partir da indignação em relação a uma diversidade de problemas e podem desenvolver dimensões como contestadora, solidariedade e propositiva, que serão definidas conforme o seu projeto de sociedade (WARREN, 1999). Os movimentos sociais contemporâneos aparecem como atores coletivos, portadores de um projeto sociopolítico cultural, que demandam uma democratização social, a ser construída, não no plano das leis, mas no dos costumes e valores (CASTELLS, 2013).

Significa uma mudança cultural de longa duração, gerida e sediada no âmbito da sociedade civil. São coletivos integrantes dos “novos movimentos sociais”, que não mais motivados por questões redistributivas, mas empenhados numa luta simbólica em torno de definições da boa vida. Os novos movimentos sociais seriam, então, formas de resistência à colonização do mundo da vida, reações à padronização e à racionalização das interações sociais e em favor da manutenção ou expansão de estruturas comunicativas, demandando qualidade de vida, equidade, realização pessoal, participação, direitos humanos.

Em diálogo com Melucci (1980), os movimentos sociais que caracterizam estes coletivos da sociedade pós-industrial são complexos e com uma interpenetração entre mundo público e privado. Suas ações configurariam um novo padrão de dominação, baseado na produção e controle de informação e na intervenção nas relações sociais, e exercido por meio da ciência e da tecnocracia. Os movimentos sociais seriam formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Para o autor, a informação não é controlável.

⁵² É importante dizer que, nas ações coletivas discutidas nas assembleias públicas e experienciadas por nós, não houve uso da violência por parte dos sujeitos que participam do *Bloco de Lutas* ou do *Defesa Pública da Alegria*. As ações diretas, também conhecidas como “Black Bloc”, quando ocorrem, são espontâneas, não sendo discutidas nos espaços de participação e decisão coletiva. Essa percepção é reforçada nas entrevistas com os sujeitos comunicantes na *fase sistemática* da investigação, que é apresentada no Capítulo 5.

Mesmo sendo dividida, desviada, multiplicada, ela não perde a qualidade, é diferente de um bem físico e, por essa razão, qualquer poder sobre ela torna-se muito frágil porque a simples aquisição da informação situa os mesmos atores em um mesmo patamar. Essa falta de limites da informação acaba produzindo a incerteza do sistema inteiro. Há um dilúvio de informação que recebemos e enviamos, mas isso não garante que a transformemos em conhecimento (BONNA, 2014, p. 108).

Melucci (1989) recorre a uma argumentação construtivista e processual. Os atores construiriam a ação coletiva, à medida que se comunicam, produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões. Assim, “a identidade coletiva é uma definição interativa e compartilhada produzida por numerosos indivíduos e relativa às orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação acontece” (MELUCCI, 1989, p. 342).

Dessa forma, chegamos a uma noção de *movimento sociocomunicacional* para o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas*. Compreendido como a justaposição de um substantivo (movimento) e de um adjetivo (sociocomunicacional) que, ao estarem conectados, nos remetem a pensar relações sociais polissêmicas. A primeira leitura, mais tradicional e abrangente, nos conduz a compreender movimento sociocomunicacional como sendo o resultado da articulação e conexão de diversos sujeitos sociopolíticos que, por sua natureza e forma de organização, estão mais voltados a enfatizar os processos presenciais de ação coletiva nos espaços públicos.

Entretanto, o sociocomunicacional, no caso dos movimentos, não remete a um adjetivo, mas a um substantivo que modifica a natureza e o modo de atuar de um movimento (entendido nos termos da ação política tradicional), porque diz respeito a um conjunto de sujeitos comunicantes cujos interesses se materializam também nos processos comunicacionais e digitais, amparados nas estratégias e táticas de caráter sociopolítico, cultural e comunicacional específicos. Evidenciam modos de propor, relacionar, negociar, nos quais a participação dos indivíduos nestes movimentos é importante, mas não precisa ser necessariamente presencial.

Oferecem a sociedade, nas suas estratégias e táticas comunicacionais, outras produções de sentidos que buscam subverter a lógica hegemônica, ao oferecerem informações nos seus processos comunicativos sobre a mudança de paradigma a que se propõem as lutas por uma sociedade mais justa e igualitária, a denúncia daquilo que não

se quer e o uso de representação em atividades artísticas e culturais nas ações coletivas, como o teatro, o vídeo, a música, entre outras.

Também apontam para uma dinâmica efêmera e fragmentada na sua atuação. Ou seja, precisam ser efêmeros porque tratam de temáticas que surgem nos conflitos sociais urbanos, como uma característica da posição de classe⁵³, que precisam ser enfrentados, característicos de uma sociedade dividida, múltipla em suas aspirações e necessidades. São efêmeros porque apresentam um alto grau de diversidade em torno do movimento, flexibilidade do modelo político, existência de instâncias transitórias que garantam a comunicação entre os sujeitos.

E são fragmentados para poder enfrentar a hegemonia das empresas de comunicação, dos espaços públicos institucionalizados (Estado) e controlados pelo *status quo*. Isto é, as lutas surgem na necessidade de busca e desejos de questões específicas, e não, necessariamente, sistêmicas e podem ser animadas por intenções visionárias, mas, principalmente, por necessidades práticas. Conforme as lutas são atendidas, ou não, os movimentos sociocomunicacionais podem se esvaziar, desarticular ou retrair.

É importante dizer que os movimentos sociocomunicacionais da investigação não deixam de existir, embora com a desarticulação dos seus sujeitos comunicantes podem modificar suas características. Na medida em que o tema volta a ser entendido como conflito, esses movimentos se rearticulam com outros e novos sujeitos comunicantes, com táticas e estratégias de ações coletivas que são definidas no momento em que são vivenciadas para ter acesso ao espaço público, bem como no empoderamento de criar novos espaços comuns de sociabilização e ação política-cultural e comunicacional.

3.3.2 Os movimentos sociocomunicacionais investigados

A proposição de compreendermos os movimentos sociocomunicacionais que compõem o objeto de referência desta investigação é elaborada na articulação, diálogo e tensionamentos, entre as teorias e conceitos dos movimentos sociais e o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*. Para isso, é preciso compreender

⁵³ Conforme Boaventura de Souza Santos (1997, p. 242), a classe é uma subjetividade coletiva, capaz de autoconsciência (a classe-para-si) que subsume em si as subjetividades individuais dos produtores de direitos. Está relacionada à autoconsciência de emancipação socialista. Klaus Eder (2002, p. 77-79) afirma que as categorias sociais são usadas como metáforas na construção do sujeito histórico. O entendimento desta construção social mostra que esta atribuição do sujeito em categoria social é uma produção social. Essas teorias indicam o modo pelo qual atores individuais tentam desenvolver uma identidade coletiva com capacidade de “agência”. São os fatos sociais que desempenham um papel no processo de transformar a ação individual em ação coletiva.

a formação, organização, as lutas e os sujeitos comunicantes. Entendemos que isso se faz necessário, principalmente, porque os fenômenos sociocomunicacionais são fluidos, dinâmicos e vivos, nos solicitando também uma pesquisa criativa, que se dê em processo, na busca de compreender os aspectos constitutivos das transformações sociais contemporâneas.

3.3.2.1 O *Defesa Pública da Alegria*

Organizado de forma autônoma por meio da ferramenta “eventos” do *Facebook*, foi criado, em meados de setembro de 2012, um ato chamado *Defesa Pública da Alegria*. A atividade foi realizada no dia 04 de outubro de 2012, na Praça Montevideú, em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. A proposição da atividade foi questionar as restrições dos espaços públicos e privados (fechamento de bares, privatização de espaços públicos, entre outros) implementados por políticas governamentais municipais, sendo muitas delas orientadas para a preparação da cidade em receber a Copa do Mundo da Fifa 2014.

Na atividade, diversos artistas populares se reuniram e se apresentaram, no intuito de afirmar a necessidade de um espaço público onde todos os habitantes da cidade possam fazer seu uso igualmente, desde o lazer e a cultura até a convivência das diferentes forças de debate político. A proposta foi transformar a praça em um espaço livre, de alegria, de expressão e confraternização.

O ato aconteceu, na sua grande parte, de forma pacífica, mas com a presença da guarda municipal, que fazia a segurança em frente ao prédio da Prefeitura, e da Polícia da Brigada Militar, que estava para garantir a segurança do boneco inflável, mascote da Copa, representado pelo tatu-bola, nomeado *Fuleco*, instalado em meio ao Largo Glênio Perez. Ao final da atividade, alguns manifestantes se aproximaram da mascote e foram reprimidos pela polícia⁵⁴. O episódio ficou conhecido como “a batalha do Tatu”. A repressão e os abusos cometidos pela polícia circularam pelas redes sociais digitais e mídias alternativas, obrigando a polícia e o Governo Estadual a se posicionarem frente ao ocorrido⁵⁵.

⁵⁴ <http://www.sul21.com.br/jornal/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/>

⁵⁵ <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/tarso-emite-nota-sobre-a-a-atuacao-da-brigada-nos-conflitos-de-quinta-feira/>

Em resposta a essa situação de forte repressão da ocupação e manifestação pública, diferentes sujeitos que participaram do ato, criam o coletivo *Defesa Pública da Alegria*, articulando-se com outros coletivos e movimentos sociais. A circulação de vídeos e postagens dos acontecimentos, além das notícias nos diversos meios de comunicação, visibilizaram a restrição do acesso e uso do espaço público, além da maneira de enfrentamento usado pela polícia. Para Lúcia K. Tietboehl (2015, p. 17):

A repressão realizou também uma função de mobilização, já que um ato pontual deu origem a um coletivo de caráter permanente, que segue buscando dar visibilidade e promover análises sobre pautas que dizem respeito à cidade, através da estratégia de ocupação das ruas e praças públicas.

No decorrer dos meses de outubro, novembro e dezembro, outros atos, manifestações e ocupações dos espaços públicos foram chamados, sempre acompanhados pela vigilância da polícia. Assembleias públicas foram chamadas para pensar a que veio o coletivo. O tema da alegria está vinculado ao direito à cidade na relação com o ter direito à alegria na cidade.

O *Defesa Pública da Alegria* contava com aproximadamente 12 pessoas entre os anos de 2015-2017. Organizavam-se por meio de reuniões presenciais, sem uma frequência estabelecida. Elas aconteciam conforme a demanda ou necessidade do grupo em reunir-se ou, como define uma das entrevistadas, “as reuniões acontecem conforme a demanda das pautas, muito do desejo de quem está participando, do desejo de se encontrar. A gente não tem uma periodicidade fixa, nem local” (LUZ, 2016). O modo de saber quem participa mais ativamente é através de um grupo de correio eletrônico, onde as pessoas compartilham ideias, definição de pautas, lutas, lugares de encontro, entre outros. Foi o modo encontrado pelo coletivo para se saber quem participa ativamente, pois o grupo apresenta uma rotatividade muito grande.

A participação no *Defesa* depende do desejo das pessoas fazerem parte do grupo e assumirem com o coletivo, ao envolverem-se com o que está sendo proposto. Contudo, as pessoas têm autonomia para escolher em quais lutas querem atuar junto ao coletivo. Isso é exemplificado na conversa com outra participante, em entrevista na pesquisa de campo: “eu, na época da Saraí [ocupação], não estava acompanhando direito [o coletivo]. Então a Saraí é uma pauta, que claro eu super apoiava, mas não me envolvi tanto. Do Cais Mauá, já fui uma das que mais se envolveu com pesquisas e outras ações” (AÇUCENA, 2016).

A organização do trabalho e o que se torna pauta a ser reivindicado se definem na própria dinamicidade do coletivo. Não há uma pauta/luta única, contudo, existem regularidades entre as pessoas que participam desse modo de articulação. Não há hierarquia, funções, comissões ou grupos de trabalhos previamente definidos. Há uma preocupação constante em perceber as articulações possíveis entre as diferentes pessoas, classes sociais e regiões da cidade para contribuir com o coletivo.

Todas as pessoas têm voz, vez e escolhem como querem atuar conforme a disponibilidade de tempo e sensibilidade para a demanda da luta. As tarefas, táticas e estratégias de ação coletiva são definidas nas reuniões presenciais ou no grupo de e-mail. Luz (2016) aponta que a forma de definição das *práxis* do cotidiano do coletivo se dá através do diálogo:

[...] tem coisas que são meio consenso entre nós. A gente pondera muito. As reuniões são muito longas. Tipo, as reuniões presenciais raramente duram menos do que três horas, porque a gente conversa muito sobre a situação social que está colocada e sobre qual estratégia tomar e assumir frente a isso. Por ter essa base que está em sintonia, a gente consegue ter confiança que permite que se consiga falar e se ouvir... talvez eu esteja sendo até um pouco preconceituosa, mas mais do que esse modelo ultrapassado em que a retórica é mais importante. Em que eu tenho o meu ponto e eu vou tentar te convencer e seu for mais forte do que tu, eu vou ganhar. Eu sinto que nesse coletivo, nós temos objetivos comuns e eles estão claros. Então, a partir disso, eu posso abrir mão do meu ponto de vista e te ouvir. Isso é uma das potências. Uma coisa de construção do coletivo. Para o debate ser um momento de construção, não para se afirmar numa coisa que se acredita acima de qualquer coisa.

Com relação à articulação com outros movimentos sociais, ou redes de movimento social, conforme a demanda do coletivo, o *Defesa* vincula-se e apoia outros coletivos, como é o exemplo da *Ocupação Saraí*⁵⁶. O apoio se deu no entendimento da necessidade de relações com a diversidade da sociedade e veio através da criação de uma rede de apoiadores ligados a outros coletivos, ou pessoas autônomas, que pudessem contribuir e fortalecer com trabalho a permanência das famílias na ocupação, bem como proporcionar atividades de cultura, educação, saúde, entre outros. O *Defesa Pública da Alegria* se responsabilizou por fazer a comunicação da ocupação por meio do *Facebook*, criar a página⁵⁷ e articular a rede nesse espaço, além de contribuir com as atividades presenciais.

⁵⁶ É uma ocupação de moradia no centro de Porto Alegre, vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN).

⁵⁷ <https://www.facebook.com/ocupasaraí/?fref=ts>. Último acesso em: 22 de abril de 2016.

Como estratégia de comunicação, com a possibilidade de despejo das famílias da ocupação, em abril de 2014, o coletivo organizou um ato político-cultural na rua chamado “Defesa Pública da Saraí” (ferramenta eventos), com postagens realizadas na página do *Facebook* do coletivo. Nessa perspectiva de rede de movimento social, o coletivo está envolvido ativamente no *Ocupa Cais Mauá*, um coletivo composto de vários coletivos que defende a não privatização do Cais do Porto Mauá em Porto Alegre. Essas relações e articulações se dão nos espaços presenciais.

O *Defesa Pública da Alegria* compreende-se como um movimento social em constante mudança, dinamicidade, em transformação. Propõem-se a discutir o direito à cidade e desenvolve estratégias de ocupação de ruas e praças em atividades político-culturais. Não há uma formação política homogênea (seus participantes entendem-se das diversas forças de esquerda), mas apresentam entendimentos comuns como a crítica ao sistema representativo e por isso nenhum dos sujeitos está vinculado a partidos políticos. Há aproximações com o pensamento anarquista, mas não se definem como um coletivo anarquista.

O horizonte que buscam está numa sociedade mais justa em que as classes populares tenham voz e que os interesses de poucas pessoas não se sobreponham aos interesses de muitas pessoas, mas em termos muito amplos. Não se propõe a construir fórmulas de como chegar nesse horizonte por entenderem que essa é uma luta e exercício diário, ou, como define Luz (2016), “não tem como assumir um discurso e querer que seja eterno e com potência para chegar nos objetivos que a gente quer. Até esses objetivos podem ser móveis conforme as coisas vão acontecendo”.

É importante dizer que compreender o coletivo *Defesa Pública da Alegria*, para além do apresentado nas postagens do *Facebook*, nos permite dar sentido ao que Castells (2013) diz sobre a relação cotidiana de fazer política, na qual não há como delegar a responsabilidade que é de cada um na vida em coletivo, mas que diz respeito ao modo como tomamos parte nos assuntos que dizem respeito à cidade.

3.3.2.2 O Bloco de Lutas pelo Transporte Público

A mobilização social em torno do transporte público se estabelece há anos em Porto Alegre, muito antes do surgimento do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*. Suas referências políticas têm em seu imaginário as mobilizações ocorridas na “Revolta

do buzu”, a “Guerra da Tarifa”, entre outras, que a articulação de sujeitos e o *Movimento Passe Livre* possibilitaram em diversas cidades (CASTILLO, 2014).

O tema começa a ser projetado durante o *Fórum Social Mundial* de 2005, em Porto Alegre, numa instância menor, e se tenta criar o *Movimento Passe Livre* (MPL) na cidade. Nos anos seguintes, até 2010, negociações, articulações e tentativas ocorreram, mas o MPL é um movimento autônomo que não admite instâncias partidárias.

Entre os anos de 2011 e 2012, as negociações internas se intensificaram a fim de mobilizar e formar uma frente que exercitasse ações coletivas com caráter intersetorial e que se antecedesse ao aumento das passagens que acontecem em todo início de ano. Somente em início de 2013, o coletivo se forma em um espaço intersetorial, articulando diversas forças políticas, partidos, movimentos sociais de base, sindicatos, estudantes, autônomos, entre outros.

É nesse momento que o coletivo se constitui numa instância organizativa e deliberativa para as mobilizações, manifestações e ocupações do espaço público em torno do debate sobre o transporte público. Diferentes ideologias do campo libertário de esquerda (anarquistas, comunistas, socialistas) se unem e unificam nesse espaço para tensionar, junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a precarização do transporte público, a repressão policial e midiática.

A primeira assembleia, realizada ainda em janeiro de 2013, tinha como objetivo construir uma frente única de luta contra o aumento das passagens que conseguisse ter uma unidade entre as diferenças táticas e ideológicas presentes pela diversidade de sujeitos coletivos: movimentos sociais, autônomos e os partidos políticos. A preocupação dos movimentos sociais era o aparelhamento por partidos políticos, bem como, a disputa e as divergências ideológicas que fragilizaram o movimento nos anos anteriores. Os movimentos sociais de esquerda acordam entre si unirem-se para impedir o aparelhamento por parte dos partidos, formando assim uma força para avançar com a pauta da mobilidade urbana. Com esse consenso, foi possível uma ação conjunta e coordenada em que todos compartilhassem responsabilidades.

O *Bloco de Lutas* se definiu como: a) unidade de ação; b) independência e autonomia do *Bloco de Lutas* perante qualquer instituição; c) horizontalidade, democrático, sem representantes; d) a assembleia é o espaço soberano, no qual saem às decisões do coletivo; e) a ação direta como estratégia de luta; f) a definição da agenda e os rumos do movimento devem prevalecer no consenso; g) na ausência do consenso,

segue-se para a votação; h) as decisões tomadas em assembleia são de cumprimento obrigatório (MUHALE, 2014).

Era entendido que a composição de forças internas encontraria limites e desafios, mas que, durante o processo de luta, essa questão seria gestada. As definições possibilitaram que o coletivo cobrasse os acordos firmados, pois entendiam que era necessário trabalhar em conjunto e promover formas de organizar a luta com diferentes grupos e correntes ideológicas, com base no esforço de unidade (CASTILLO, 2014).

O *Bloco de Lutas* passa a realizar assembleias públicas e populares na perspectiva de ser um espaço de atuação tanto para militantes, como para aquelas pessoas que quisessem contribuir com debates sobre a mobilidade urbana, traçar acordos estratégicos e táticos e que são consolidados nas ações coletivas.

O coletivo se compõe por pessoas que criticam as instituições organizativas do Estado e do governo, os métodos de organização personalistas, com resistência à ideia de lideranças ou representantes. Propõe um exercício democrático de participação direta, menos vertical, independência de opinião e respeito mútuo.

Esse processo permitiu que o *Bloco de Lutas* organizasse ações coletivas mobilizando centenas de pessoas em manifestações e ocupação do espaço público contra seus adversários: a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Governo do Estado do RS, empresários do transporte coletivo e dos meios de comunicação. As manifestações se intensificaram e agregaram mais de 10 mil pessoas pelas ruas e avenidas da cidade, lutando pelo fim do aumento das passagens e contra a repressão da polícia.

Em abril de 2013, o aumento foi revogado. Contudo, as assembleias, manifestações e ocupações do espaço público seguiram acontecendo, pois se entendia que “era preciso manter a frequência e ter combatividade para continuar a peleia” (CASTILLO, 2014, p. 129). Julho de 2013 foi marcado pela ocupação na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre, realizada pelo *Bloco de Lutas*, durante oito dias. Nesse momento, 400 pessoas se organizaram para discutir, refletir, negociar e elaborar um projeto de lei em torno da questão do transporte público municipalizado.

O grupo trabalhou com a proposta do *Passe Livre* e a abertura das contas das empresas. As propostas foram protocoladas e encaminhadas, mas não deram prosseguimento por ir contra os interesses dos empresários e vereadores, aponta Glória (2016), em entrevista na pesquisa de campo.

A mídia hegemônica (Grupo RBS, Record, entre outros), nos diversos meios de comunicação (rádio, TV, jornais impressos e digitais), direcionava seus discursos para

criminalizar, perseguir e coagir o movimento a fim de justificar a repressão policial. Nesse sentido, a sede da *Federação Anarquista Gaúcha* (FAG), bem como a residência de pessoas vinculadas ao *Bloco de Lutas*, sofreram invasões pela polícia, com apreensões de livros, materiais de vinculações ideológicas, entre outros. Militantes dos diversos coletivos que compunham o *Bloco de Lutas* foram investigados na tentativa de criminalizá-los. “Foi a solidariedade de classes que acercou esse momento e que ajudou a dar visibilidade aos absurdos cometidos, que foi possível um fortalecimento do *Bloco de Lutas*”, afirma Glória (2016).

O *Bloco de Lutas* compõe seu trabalho organizativo em comissões: Organização, Comunicação, Autodefesa, Mobilização, entre outras. No desenvolvimento da pesquisa de campo, acompanhando e observando as assembleias do *Bloco de Lutas*, destacamos o trabalho da Comissão de Comunicação, responsável por elaborar e colocar as ideias e propostas do coletivo em circulação através do *Facebook*, ou na criação das faixas, cartazes, *lambis*, panfletos distribuídos nas manifestações. As produções são feitas todas em conjunto por meio de plataformas colaborativas e, depois de prontas, colocadas em circulação, primeiro no meio digital (*Facebook*). Nesse sentido, as redes sociais digitais (*Facebook* e *Twitter*) e os meios de comunicação alternativos e independentes possibilitam uma circulação de informações que contribuem para que a luta, as propostas, as ideias circulem e sejam socializadas, apontam Glória e Jorge.

A Comissão de Organização é responsável pela articulação, negociação e definição do traçado de rua, em nível da ação direta para as ocupações do espaço público, por exemplo. Destacamos as táticas da ação coletiva desenvolvidas: marchas, ocupações, assembleias públicas e populares, aulas públicas, panfletagem, acampamento em frente à prefeitura, “trancaço” nas principais vias da cidade, entre outras. As comissões têm autonomia na sua gestão, organização, definição, mas devem sempre levar em consideração as decisões tomadas nas assembleias públicas.

Durante o ano de 2014, o *Bloco de Lutas* esteve articulado e manteve ações coletivas em torno da luta pelo direito à cidade, no que se refere à privatização dos espaços públicos, contra a Copa do Mundo da Fifa, entre outros. Segundo Glória, após as mobilizações de junho de 2013 e durante o ano de 2014, o movimento sociocomunicacional tem se articulado de forma pontual, quando há o aumento das passagens, por não conseguir dar continuidade a outras lutas durante todo o ano. Também, por entender que este tem uma pauta bem específica e não é um movimento único. Visualizamos que os sujeitos comunicantes inseridos no *Bloco de Lutas* são articulados a

partir de outras organizações, com demandas e lutas específicas, as quais estão em torno da retirada de direitos trabalhistas, entre outros.

3.4 A CIDADANIA E OS PROCESSOS MIDIÁTICOS DIGITAIS

A cidadania é discutida e tensionada a partir da noção de indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994), nas práticas sociais, na construção de espaços coletivos e participativos. Buscamos elaborar um entendimento da cidadania na contemporaneidade também em seus vínculos com o consumo e na relação com a cidade. Problematizamos a cidadania a partir das dimensões que constituem os indivíduos em suas identidades e nas práticas comunicacionais dos movimentos sociais (identidades coletivas). Aproximamo-nos de uma noção importante para a pesquisa, ao entender os sujeitos comunicantes e os movimentos sociocomunicacionais por meio da cidadania: a participação. Esta é tensionada através da construção popular, tanto dos sujeitos comunicantes, quanto organizados em movimentos sociocomunicacionais, numa tentativa de ultrapassar as questões dos direitos sociais, políticos e civis, mas também problematizados a partir dos processos sociocomunicacionais, dos processos midiáticos digitais e da cidadania comunicativa.

A relação entre comunicação e cidadania se faz necessária na emergência de novas formas de manifestações políticas que levam a ações culturais (MARTÍN-BARBERO, 2009). A cidadania comunicativa é inter-relacionada com o acesso que potencializa os fluxos de criação cultural coletiva e interpessoal, através da democratização da comunicação ao possibilitar a multiplicidade de vozes (MATA, 2006).

3.4.1 Sociedade e indivíduo para pensar a cidadania

Desde a sua origem grega, a noção de cidadania é construída por diversas correntes teóricas, desde as perspectivas estruturalistas até as subjetivas. Transita por caminhos, tornando-se, muitas vezes, aplicável a qualquer realidade ou manifestação social. Entendemos que a cidadania não pode ser definida apenas por bases jurídicas (direitos e deveres), mas pela adesão e participação, pois são as motivações e sentidos plurais que originam contextos históricos de fluxos e refluxos: resistência, avanços e retrocessos. Precisamos compreender a realidade, os processos que constituem as disputas para, então, termos uma noção de cidadania que dê conta dos fenômenos sociopolíticos, culturais e comunicacionais.

Nessa reflexão inicial, dialogamos com Norbert Elias (1994) porque, para propormos uma noção de cidadania vinculada à realidade investigada, entendemos ser necessário compreender a *sociedade* e o *indivíduo* a partir do prisma do ser humano. Estes não são antagônicos e diferentes. Isso se deve, fundamentalmente, porque as pessoas associam essas noções [sociedade e indivíduo] a sentimentos e valores emocionais diferentes, contrários. Estes padrões emocionais funcionam como modelo, determinando quais acontecimentos são percebidos como essenciais, quais aspectos individuais e sociais são valorizados como diferentes, atribuindo um tipo de existência (ELIAS, 1994).

Para compreendermos a sociedade, Elias (1994) parte da combinação de unidades de menor magnitude que darão origem a uma unidade de potência maior que não pode ser entendida quando suas partes são consideradas em isolamento, independentemente de suas relações. Indivíduos e sociedade não existem um sem o outro. A existência não finalista dos indivíduos em sociedade é o material, o tecido básico em que as pessoas entre mesclam as imagens variáveis de seus objetivos.

Nesse sentido, a vida dos indivíduos nas sociedades não está dada, nem é harmoniosa. Há contradições, tensões, explosões, em movimentos contínuos, perceptíveis ou não. Há uma ordem oculta em que cada indivíduo ocupa um lugar em relação ao outro, formando um todo social. Essa ordem invisível de vida em comum não pode ser diretamente percebida. Oferece ao indivíduo ligações funcionais, relacionais, interdependentes de um [indivíduo] para outro. Assim, cada pessoa singular está ligada em permanente dependência funcional de outras, sendo um elo nas cadeias que ligam outras pessoas direta ou indiretamente. À rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras chamamos sociedade.

A sociedade, então, pode ser compreendida como uma esfera, na qual suas estruturas sociais, se dão através de relações entre as pessoas. Sociedade e indivíduos são, nesse olhar, relações e funções. O indivíduo é moldado pela sociedade, que por sua vez, também a molda. Ou seja, o indivíduo é, ao mesmo tempo, moeda e matriz (ELIAS, 1994). Desse modo, a percepção que cada indivíduo tem de si em relação ao mundo, e vice-versa, se dá no processo de civilização e estrutura a sociedade a qual ele pertence. Cada indivíduo constrói ideias, as coloca em movimento com os outros, mudando perspectivas uns com os outros, numa relação mútua, de estarem continuamente se moldando e remoldando.

Em diálogo com a proposta de Elias, Adela Cortina (2005) reflete sobre a necessidade de que os indivíduos tenham uma identidade na qual se reconheçam e se

sintam pertencentes à sociedade. É na construção de uma identidade *eu-nós* (ELIAS, 1994) que os laços de pertencimento podem propor um modo de ter uma “vida boa” e possibilitam que cada indivíduo se sinta motivado a se integrar ativamente na sociedade (CORTINA, 2005; ELIAS, 1994). Assim, o eu-nós é parte integrante do *habitus*⁵⁸ de uma pessoa como elemento basilar para as práticas sociais. As práticas formam sentidos, conhecimentos, legitimam e dão visibilidade às questões individuais e da sociedade, bem como, são modos de vivenciar as dimensões simbólicas (os modos de fazer as coisas, de ser, de pensar, de representar-se no mundo).

A inter-relação entre o sentimento de pertencimento, a construção da identidade eu-nós na sociedade, que é atravessada por elementos que compõem as suas práticas, nos oferece subsídios para pensarmos a noção de cidadania. Principalmente, porque será dessa forma que o indivíduo poderá assegurar o seu comprometimento com a coisa pública, com a construção de uma esfera sociopolítica, cultural e comunicacional.

Buscamos dialogar e avançar com as diversas noções de cidadania para compormos uma compreensão produtiva para a nossa investigação. Marshall (1967) compreende que a cidadania se dá através do indivíduo, um ser político, desvinculado de espaços sociais, pois o Estado é o protetor e promotor dos direitos e deveres. A cidadania é compreendida a partir da esfera formal de direitos e obrigações. Nesse período, há a subtração do espaço público, da manifestação livre e do estímulo a espaços comunitários ou associativos. A noção está relacionada a um sentido jurídico-político, onde o Estado é conessor da cidadania. Acercando-nos da noção de cidadania clássica, a concepção de cidadania liberal se aproxima para confrontar o *status* do indivíduo perante o Estado: assegura a liberdade, a propriedade privada, a limitação do poder e o individualismo.

O processo de redemocratização dos países latino-americanos permitiu que a dimensão da cidadania pudesse ser refletida para além da questão dos direitos e deveres (GARRETÓN, 1995). Reconfigurou o cenário, no qual “o reconhecimento dos direitos regula não só as relações entre o Estado e o indivíduo, como também estabelece no interior da sociedade, com os direitos funcionando, os parâmetros que governam as relações sociais em todos os níveis” (DAGNINO, 2006, p.396). A cidadania passa a ser entendida a partir da necessidade de assegurar os fundamentos na liberdade. Suas diversas

⁵⁸ Para Pierre Bourdieu, o *habitus* pode ser entendido como um sistema de disposições e esquemas básicos de percepção, pensamento e ação que programa o consumo dos indivíduos e das classes nas sociedades capitalistas (MALDONADO *apud* BOURDIEU, 1977).

dimensões estão fortemente relacionadas ao acesso aos bens sociais, econômicos e aos serviços. Está limitada ao sistema formal e legal dos direitos reconhecidos.

Contudo, a formalização desses direitos não assegura a existência do espaço público, sendo apenas reguladora das ações do Estado, principalmente porque os indivíduos livres e autônomos não participam diretamente nas atividades políticas. A participação se dá através do voto, elegendo sua representação. Outras formas de participação são vistas como desnecessárias, desencorajadas. Adela Cortina (2005) fala de um sujeito que assume a vida política, econômica e social numa atitude de dependência passiva, incapaz de perceber que é ele próprio que precisa encontrar as soluções das suas insatisfações e desejos.

De acordo com Santos (1997, p. 238), “a representação democrática assenta na distância, na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado”. O autor afirma que a interferência de interesses próprios dos representantes não coincide com os interesses da maioria dos representados quase que por definição. Ou seja, a relação dos indivíduos com os assuntos públicos não pode ser considerada de fato representativa, pois constituem “poliarquias”, multiplicando centros de poder (CORTINA, 2005).

Nesse sentido, na cidadania liberal, há a desqualificação do seu próprio entendimento, pois exercê-la significa apenas reafirmar as decisões do mercado sobre os indivíduos e as ações do Estado. Há uma passividade política do indivíduo, num sentimento de liberdade da igualdade. Ser cidadão é o indivíduo que pode ser consumidor, onde é mais “valeroso” aquele que pode consumir. O que importa é a possibilidade de ascensão e *status* a partir da capacidade de adaptar a sua vida aos ideais do capital ao consumir e produzir nos centros urbanos (MONTEIRO, COIMBRA e MENDONÇA FILHO, 2006).

O exercício da cidadania privilegia o viés econômico e permite a objetivação do paradoxal: cidadania não seria mais resultado do exercício político, mas do consumo e é por isso que, na contemporaneidade, o Estado se apropria e reafirma a necessidade dos direitos fundamentais, ao mesmo tempo em que os viola sistematicamente.

García-Canclini (2001) afirma que com a globalização há um reordenamento das diferenças e desigualdades, em que o exercício da cidadania está associado à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los. Para o autor, durante muito tempo, o consumo foi compreendido como uma maneira de compensar as diferenças por meio da igualdade de direitos abstratos. Assim, a cidadania é entendida como universal e os indivíduos são iguais, a fim de facilitar a regulação social. Essa noção desconsidera as

particularidades dos indivíduos e é confrontada com o princípio de igualdade, tanto em sua expressão, quanto no acesso aos bens de produção e consumo, entre outros.

A igualdade da cidadania colide, assim, com a diferença da subjetividade, tanto mais que no marco da regulação liberal essa igualdade é profundamente seletiva e deixa intocadas diferenças, sobretudo as da propriedade, mas também as da raça e do sexo que mais tarde vão ser objetos das lutas igualitárias (SANTOS, 1997, p.240).

Podemos problematizar a formação do eu-nós e a relação de mercantilização e universalização para os modos de viver em sociedade. Nessa articulação, Milton Santos (2002) nos ajuda a compreender que, nos processos de globalização, há uma redução do papel do cidadão, no qual o indivíduo é transformado em “consumidor, usuário e, se possível, coisa, para mais facilmente se inclinar diante de soluções anti-humanas” (p. 141). Reproduzem-se individualidades, transformando os indivíduos em unidades iguais, intercambiáveis, receptáculos passivos de estratégias de produção enquanto força de trabalho, consumidores, cidadãos da democracia de massa (SANTOS, 1997).

A contradição está em fazê-la de modo que se constituam direitos e deveres que possibilitem ao indivíduo um modo de enriquecer a sua subjetividade, viabilizando novos horizontes e a autorrealização. Para Santos (2002), a cidadania só é possível na medida em que haja uma nova globalização, mais democrática, que recrie práticas próprias e mais horizontalizadas, com espaço para as emoções que são as que ligam os indivíduos.

As lutas que emergem dos movimentos sociocomunicacionais investigados apontam para fragmentação e exclusão social na relação entre o Estado e o exercício de cidadania, numa cidade que se constitui em fronteiras invisíveis vivenciadas. A restrição à mobilidade urbana e a privatização de espaços públicos são exemplos que dizem sobre os modos pelos quais o Estado compreende como cada indivíduo poderá ter acesso e consumir cultura, lazer, política, entre outros, na cidade.

Assim, tentamos avançar e romper com as concepções clássica e liberal, nos aproximando da perspectiva marxista como uma arena muito mais próxima dos movimentos com potencial emancipatórios, como os socialistas, anarquistas, entre outros, para compreendermos a formação da identidade eu-nós e que pode contribuir para uma noção de cidadania.

A teoria marxista é referência para denunciar as práticas opressoras. Nessa perspectiva, a cidadania está associada à ruptura com as estruturas econômicas e históricas que são responsáveis pelas desigualdades sociais. É um processo em disputa,

numa sociedade entre aqueles que possuem e os que não possuem os meios de produção. Uma noção em que as pessoas disputam posses para assegurar as suas necessidades diante daqueles que precisam vender a sua mão de obra. Nesse sentido, a cidadania se afirma nos direitos sociais, nos quais os indivíduos são “colocados diante da escolha entre o trabalho honesto ou a fome” (SINGER, 2005, p. 195).

Para Boaventura de Souza Santos (1997), o sentido marxista possibilita uma aproximação macro e sintética das relações entre sociedade e Estado. Essa percepção dificulta ações concretas que levem em consideração as especificidades das opressões, modos de exploração e a negação de direitos. Nessa perspectiva, a emancipação social e a cidadania são aspectos reguladores da ação do mercado sobre o Estado e a sociedade, nos quais as dimensões subjetivas são consideradas menores. A cidadania é atrelada às formas de organização, de acordo com os interesses de classe, e se vincula com as reivindicações, organizações representativas.

Nessa perspectiva, está a relação da constituição de coletivos, do espaço público, do compartilhamento de mundo sustentado por uma base estatal e econômica. É nesse sentido que se dá o desafio de constituir uma noção de cidadania que inclua as diferenças, a pluralidade com a universalidade. A noção de cidadania, a partir da emancipação social, requer o reconhecimento de experiências revitalizadoras. A subjetividade e outras expressões culturais são consideradas menores (SANTOS, 1997). Ainda, acreditava-se que o problema da igualdade e da diferença se reduzia à expansão dos direitos econômicos e sociais (CORREIA, 2004, p. 145).

A cidadania está longe de ser plena, de modo a integrar um *status* legal, moral e também de identidade, pela qual o indivíduo se sabe e sente pertencente a uma sociedade, principalmente porque tanto do ponto de vista liberal quanto do ponto de vista marxista, não são reconhecidas dimensões importantes como a cultural, a comunitária e a comunicacional.

Na necessidade de ampliarmos essas concepções, retomamos o entendimento do eu-nós e sua existência, que está relacionada aos vínculos sociais que conectam os sujeitos às associações e à participação na sociedade. Portanto, a cidadania precisa ser pensada de maneira multidimensional, considerando aspectos que incluem o individual e o coletivo e dimensões política, social, cultural e comunicacional. Pensamos que a noção de cidadania deve contemplar, também, as subjetividades dos indivíduos, as quais fomentam a participação, formas de sociabilidade, que reforçam os laços de pertencimento e de

deliberação sociopolítica, cultural e comunicacional que buscam melhorias nas condições de vida.

É importante pensarmos nela enquanto expressão de práticas, de luta, e emancipação social na construção de ações que ultrapassem formas de regulação. Dessa forma, a subjetividade é constituída e constituinte das vivências no cotidiano, dimensão de criatividade em cada indivíduo que interage e rompe com as forças que regulam e oprimem ao ser articulada com o reconhecimento e a participação.

Cortina (2005) nos ajuda a refletir sob o aspecto cultural, ou através da diversidade cultural (o multiculturalismo), pois é através dele que há a possibilidade de relação com aquele que nos é diferente, onde podemos reconhecer pluralidades, organizar convivências e refletir sobre a realidade social. Assim, a cidadania está vinculada a dimensões complexas, pluralistas e diferenciadas, no que diz respeito à sociedade, na qual há culturas distintas vivenciadas por indivíduos.

Para a autora, o problema pode se dar, principalmente, no fato de que a diversidade cultural produz diferentes bagagens culturais, e estas precisam conviver no mesmo espaço social. A tentativa de organizar as diferenças culturais em escalas pode provocar um *apartheid* cultural. Este pode ser percebido quanto à questão de mobilidade urbana ou ao acesso aos bens culturais que constituem fronteiras invisíveis (centro e periferia, ou culturas de primeira classe e culturas de segunda classe), vivenciadas nos centros urbanos, que criam e legitimam critérios de ser cidadão na sociedade.

Sinais de *apartheid* cultural podem ser reconhecidos na fala de Luz (2016), ao ser entrevistada na *fase exploratória* da investigação, ao relatar sua experiência profissional com adolescentes em medida socioeducativa que, em oficinas de reconhecimento dos espaços públicos culturais no centro de Porto Alegre, percebia um estranhamento e medo nas pessoas ao verem “oito jovens negros, ou mulatos na sua grande maioria e eu [...] os meninos com correntão, boné... E quando me viam, achavam que era uma professora [...] e se tranquilizavam”. Luz acrescenta que, apesar de conhecer a casa dos meninos, não frequentou os espaços de diversão em suas comunidades “eu tinha super curiosidade para ir no baile funk, mas eu não me sentia segura por diversos motivos”. Ou seja, há lugares em que o acesso é limitado, mesmo vivendo em uma cidade em que os indivíduos têm o direito à liberdade de ir e vir.

Entendemos, a partir de Cortina (2005), que há uma pretensão da “cultura de primeira classe” ser assimilada pela “cultura de segunda classe”, evidenciando critérios de existência, circulação de ser cidadão nos centros urbanos, onde as demandas da

cidadania também se evidenciam nas identidades, vinculadas à diversidade, à autorrealização. Não estão limitadas ao acesso, mas à qualidade em cada âmbito do acesso (GARRETÓN, 1995).

Essa caracterização aponta para uma noção de cidadania proativa que se manifesta por meio do direito à diferença de raça, cor, sexo, produção cultural e não representa, necessariamente, ações políticas. Essa abordagem evidencia ângulos mais abertos das relações sociais, que constituem o dia a dia, capazes de gerar uma cultura da cidadania diante das necessidades da vida concreta. Assim, compreendemos que a cidadania é um sentido de disputa, uma noção em movimento, construtora. A cidadania por si só não está dada, mas é um constructo de tensão, relações e enfrentamentos.

Boaventura de Souza Santos (1997) propõe pensar a cidadania como a manifestação das subjetividades. Isto implica pensarmos nas expressões criativas, que viabilizam relacionamentos, vinculações das identidades e habilidades interpessoais, pois são essenciais para a construção do ser cidadão. Acrescenta que a subjetividade, como elemento constituinte, resulta numa leitura e percepção de mundo que está diretamente relacionada com a inserção do indivíduo em um contexto e situação social. A cidadania, assim, é construída na interação social, conectada às estruturas e às funções sociais dispostas pelo modelo econômico de sociedade em que a vivenciamos (SANTOS, 1997; ELIAS, 1994).

Desse modo, a cidadania, quando entendida a partir das subjetividades dos indivíduos, nos possibilita perceber que o fenômeno investigado, com suas tramas e atravessamentos, é composto por indivíduo e coletivos que atuam de formas e por motivações diferentes. Estes estão em constante negociação de sentidos nos campos político, cultural e comunicacional (DAGNINO, 1994), pois as subjetividades dos indivíduos constituem os modos de existir no coletivo e articulam e mobilizam as aspirações conjuntas da cidadania.

Entendemos que a relação da cidadania com a subjetividade está no fato de que a emancipação por quem luta não é apenas política, mas antes de tudo cultural, social e pessoal. Está na multiplicação dos espaços públicos e no fortalecimento do eu-nós para identificar as possibilidades de resistências que impedem a reificação das estruturas da intersubjetividade (SANTOS, 1997; CORREIA, 2004).

Assim, a cidadania é exercida pelo indivíduo em um processo aberto, plural, de manifestar-se no espaço público, na luta, na defesa e na garantia de seus direitos como participante de um coletivo, ou não. Ou seja, a cidadania acontece na capacidade de ação,

de luta e nos processos de resistência, de contestação, de seus direitos e, também, se constrói em vínculo com a subjetividade e a necessidade dos indivíduos nas inter-relações e inserção em coletivos.

A cidadania está vinculada a uma realidade social e aos processos de transformação das práticas cotidianas, na ação humana, nas combinações, nas relações e inclinações individuais, que possibilitam a construção de espaços coletivos e participativos, que expressam expectativas e motivações. É resultado de elaborações coletivas, que dependem dos indivíduos e das tensões que acontecem através das subjetividades, em relação à possibilidade de participação e engajamento coletivo.

Diante das noções de cidadania discutidas e nos diversos movimentos para compreendê-la, entre tensões e conflitos característicos da sociedade contemporânea, entendemos que é preciso avançar para problematizarmos e vincularmos a noção aos processos midiáticos digitais dos movimentos sociocomunicacionais investigados. Dessa forma, o exercício da cidadania passa a ser relacionado e problematizado não somente em relação ao indivíduo, mas às formas de organização, à ação coletiva da *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* na relação com os processos midiáticos digitais (GARRETÓN, 1995).

3.4.2 Cidadania comunicativa

A reflexão desenvolvida sobre a cidadania nos permite dizer que esta é percebida e reconhecida por meio das subjetividades dos indivíduos. Percebida, também, na participação e engajamento dos sujeitos nas ações coletivas. Pode ser potencializada e problematizada a partir da produção de sentidos, do pertencimento e de direitos relacionados aos processos comunicativos que configuram modos de vida situados em modelos, “nos quais o campo midiático tem um lugar estratégico na configuração das sociedades contemporâneas” (MALDONADO, 2002, p. 6).

Os meios de comunicação são fundantes na expressão da cidadania (GARRETÓN, 1995). Maria Cristina Mata (2006) afirma que os meios de comunicação e informação dizem “quem somos”, nos constituindo em diferentes modos e graus de ser cidadão. Garretón (1995) e Mata (2006) dialogam com Maldonado (2014) quanto à percepção da necessidade de estar atento porque “o jogo dos poderes, das hegemonias, das perversidades e das subjugações realiza-se de maneira estratégica na mídia” e “a política e os jogos políticos” estão numa inter-relação “mídia-política” para o funcionamento dos sistemas hegemônicos “nos processos de formação dos modelos

vigentes e na produção do conhecimento sobre a ordem política contemporânea” (MALDONADO, 2014, p. 21-22).

É nesse sentido que a organização dos meios de comunicação não é independente de um projeto de sociedade. Entendemos que os movimentos sociocomunicacionais têm papel fundamental para propor processos comunicacionais mais plurais, nos quais o exercício da cidadania se dá também no espaço público vinculado ao social, que se apresenta mais dinâmico e frágil (WOLTON, 2010). A ruptura aos sistemas midiáticos hegemônicos pode ser potencializada nos espaços de exercício da cidadania para a produção de sentidos e de conhecimento, por meio da interação entre o interesse coletivo, as necessidades e as propostas, através da existência pública e da ampliação da ação sociopolítica, cultural e comunicacional.

Os movimentos sociocomunicacionais e os indivíduos evidenciam o conflito que existe na sociedade ao lutar por direitos e por uma cidadania que viabilize a participação de todas as pessoas. Além disso, as dimensões simbólicas são destacadas, principalmente na relação com a liberdade e a igualdade, e solicita práticas cotidianas internalizadas em cada indivíduo e nos modos de reconhecimento.

Reconhecer significa interpelar, uma questão acerca dos sujeitos, de seu modo específico de se constituir. E não só os sujeitos individuais, mas também os coletivos, os sociais, e inclusive os sujeitos políticos. Todos se fazem e refazem na trama simbólica das interpelações, dos reconhecimentos. É a dimensão viva da sociabilidade atravessando e sustentando a dimensão institucional, a do pacto social (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 306).

Dessa maneira, é no espaço dos movimentos sociocomunicacionais que os indivíduos podem questionar outros indivíduos e as formas de ordenamento social nas diferentes dimensões simbólicas (sociopolítica, cultural e comunicacional). As distintas matizes nas produções de sentido nos possibilitam reconhecer “regulaciones discursivas que expresan, instauran y producen regulaciones sociales” (MATA, 2006, p. 8). Consideramos importante, para a investigação, o viés dos processos midiáticos, principalmente o digital, que oferece a compreensão dos diversos modos de apropriação sociopolítica cultural do consumo, pensadas a partir dos usos sociais da comunicação.

Martín-Barbero (2009, p. 292) nos apoia na reflexão do consumo, entendendo que é uma prática diária enquanto “lugar de interiorização muda da desigualdade social desde a relação do próprio corpo até o uso do tempo, o hábitat e a consciência do possível de

cada vida, do alcançável e do inatingível”. Ou seja, entendemos o consumo para além do processo social de apropriação dos produtos, permitindo rupturas de limites e expressão dos desejos, necessidades e vontades, não sendo entendido apenas como reprodução de forças, mas produção de sentidos, lugar de luta. Interessa seus usos que dão forma e inscrevem demandas, provenientes das competências culturais.

Os usos comunicacionais [digitais] e o exercício da cidadania se articulam nessa investigação no diálogo com Maria Cristina Mata (2006), que considera necessária a relação entre esses processos nas pesquisas em comunicação, ao tensionar o público dos meios massivos como sujeitos capazes de produzir e distribuir os bens comunicativos socioculturais.

A construção da noção de cidadania comunicativa teve seu início nos anos de 1990, quando os processos midiáticos se tornaram objeto de reflexão na academia, que partiam do pressuposto de uma hegemonia dos meios de massa e da falta de espaços democráticos nesses meios. Ao perceberem-se sujeitos de direitos, da necessidade do exercício desses, integrantes da esfera pública, estes podem se tornar sujeitos do espaço midiático. Os sujeitos deixam de ser passivos diante dos meios de comunicação de massa, mas são partícipes do espaço público num atravessamento entre o público e a condição cidadã (MATA et al., 2009).

Para Maria Cristina Mata (2006), a construção de ser cidadão parte da noção da prática, que implica também a capacidade de ser sujeito nos âmbitos que constroem o poder e participar ativamente na elaboração das regras que ordenam a vida em sociedade. Essa ordenação se dá nos direitos e deveres de cada indivíduo, como também no âmbito da experiência, expressão e ocupação do espaço público. A proposição da pesquisadora se dá na cidadania expressa pelas vozes dos indivíduos na esfera pública e que estes determinarão os espaços de comunicação.

Dessa forma, para a autora, a noção de cidadania comunicativa está em ser sujeito de direito e demandar no terreno da comunicação pública e no exercício desse direito, o que abrange dimensões como os direitos civis por meio da liberdade de expressão e da informação; o desenvolvimento de processos comunicacionais que materializam esses direitos, bem como a busca por ampliá-los e a capacidade de desenvolvimento de valores, oportunidades, qualidade de vida e solidariedade.

Essas dimensões, segundo ela, estão relacionadas a quatro níveis da cidadania comunicativa: a) formal que representa o conjunto de direitos específicos e consagrados juridicamente; b) reconhecida que se dá no conhecimento que esses sujeitos têm desses

direitos, das suas condições e de pertencimento a uma comunidade; c) exercida que ocorre nas manifestações das práticas sociais de reivindicação, luta e na busca da ampliação desses direitos; e d) ideal que se estabelece na utopia, na transformação de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Entendemos que a noção de cidadania comunicativa é a comunicação como prática da cidadania, pois a privação do direito de comunicar é o impedimento de outros direitos.

A apropriação dos processos midiáticos é uma das formas em que se constituiria o exercício da cidadania comunicativa. Na prática, a cidadania comunicativa pode ser percebida no fortalecimento dos laços de pertencimento dos sujeitos comunicantes nos espaços coletivos e do reconhecimento destes entre os seus membros. Possibilita ações políticas e culturais para o enfrentamento, resistência e lutas sociais, ao ampliar as construções de percepções, sensibilidades criativas, de competências e práticas cidadãs.

Nesse sentido, buscamos, na noção de cidadania comunicativa, compreender como os indivíduos e coletivos constroem práticas comunicacionais (desde a produção dos conteúdos, escolhas de estratégias nas ações comunicacionais, entre outras) de forma a agregar, sensibilizar e estabelecer as necessidades comunicativas destes como movimento e ação coletiva, num fazer colaborativo e participativo. Também entender como as resistências e enfrentamentos realizados na manifestação e ocupação do espaço público é expressa/percebida por esses movimentos sociocomunicacionais no modo de fazer sociopolítico.

Entendemos que pensar os processos comunicacionais a partir da cidadania comunicativa solicita aos indivíduos e movimentos sociocomunicacionais competências culturais que deem conta, a seu modo, das diferenças sociais que são atravessadas pelo viés das apropriações que configuram etnias, culturas, memórias e imaginários. Estas estão intimamente relacionadas com as competências comunicativas dos indivíduos que, inseridos nos movimentos sociocomunicacionais, propõem estratégias e táticas que são transformadas em ações coletivas, traduzidas pelas demandas sociais e formas de resistências. Os processos comunicativos propostos por estes solicitam desvios e destacam contradições das lógicas do sistema hegemônico que garantem a legalidade e a legitimidade de uma realidade sociopolítica. Para isso, articulam competências comunicativas que produzem processos comunicacionais que são reconhecidos “pelos públicos aos quais se dirige” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 301). Também, permite que se reconheçam e sejam reconhecidos através de suas posturas críticas sobre as dimensões simbólicas e as esferas de poder. Isso se deve ao fato de as competências

comunicativas estarem diretamente relacionadas com uma política democrática dos meios, não só para a democratização do controle, mas dos seus usos.

As competências comunicativas podem ser desenvolvidas quando os indivíduos, inseridos nos movimentos sociocomunicacionais, compreendem que as lutas e resistências se dão na participação nos diversos processos comunicacionais que reconfiguram os modos das produções realizadas.

Compreender as competências comunicativas nos possibilita dizer que os indivíduos participantes dos coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* podem ser entendidos, por nós nesta investigação, como *sujeitos comunicantes*⁵⁹. Os sujeitos comunicantes são pensados na pesquisa como indivíduos que participam dos processos de produção, circulação, mediação, interação sociocomunicacionais, que operam como recurso efetivo de intervenção na tomada de decisões no âmbito dos bens culturais e na sociedade. Está diretamente relacionado com o exercício da cidadania, junto aos processos comunicacionais que questiona, o *status quo*, adotando como tática a construção coletiva, com vistas à realidade social por meio da inclusão cultural, sociopolítica.

Os processos comunicacionais realizados pelos sujeitos comunicantes e movimentos sociocomunicacionais produzem linguagens, expressões, discursos, trocas de saberes, produção de conhecimento, como um lugar de participação, colaboração e de reflexão sociocomunicacional. Os sujeitos comunicantes produzem meios de expressão, práticas e conteúdos de cidadania, possibilitando formas de sociabilidade e de práticas entre os sujeitos envolvidos. Nessas ações, são reveladas competências e habilidades que viabilizam autonomia em suas decisões como produtores de informação e de conhecimento sobre a realidade social.

Nesse sentido, os sujeitos comunicantes exercem a cidadania quando atuam em espaços de participação através de decisões políticas, sociais e culturais de forma local e global, realizando um tipo de comunicação plural e mais democrática. Assim, a cidadania pode estar diretamente relacionada também a um modo de ser sujeito no espaço público, com capacidade de se constituir através de demandas e proposições em diversos âmbitos vinculados com sua experiência (MATA, 2006). A participação é concebida como facilitadora no desenvolvimento dos processos comunicacionais, em que o espaço digital

⁵⁹ É importante dizer que os elementos da ordem emocional e afetiva são incorporados e considerados porque integram as subjetividades dos indivíduos e regem os comportamentos sociais e os modos dos processos comunicacionais produzidos por estes.

possibilita processos de auto-organização, informação, comunicação, e cria condições de transformação social (PERUZZO, 2012).

Entendemos como fundamental nos aproximarmos de uma noção sobre esfera pública para essa investigação, visto que a participação dos sujeitos comunicantes nos movimentos sociocomunicacionais, ao efetivar as ações coletivas e os processos midiáticos, produzem efeitos na configuração da realidade social. Aponta para um potencial, no qual a esfera pública é reinventada para a luta de direitos, a resistência e o fortalecimento da cidadania de uma forma participativa, principalmente porque:

[...] la idea de una sociedad igualitaria y multicultural sólo tiene sentido si suponemos la existencia de una pluralidad de espacios públicos, donde participan grupos con diversos valores y retóricas. Por definición, una sociedad semejante debe incluir una multiplicidad de públicos (SEGURA, 2010, p.7).

Compreendemos que é na esfera pública que se dá o lugar de legitimidade política. Habermas (1990) afirma que a esfera pública é resultado do processo comunicativo de formação de opinião pública e da vontade coletiva, na qual se constitui a mediação necessária entre sociedade civil, Estado e o sistema político. Os cidadãos desenvolvem o potencial da crítica e de seleção capaz de preservar suas diferenciações e suas pluralidades (HABERMAS, 1992).

Na esfera pública, confluem processos comunicativos tanto do mundo da vida, quanto dos usos dos meios de comunicação para a produção de uma percepção da realidade social. O autor aponta que os processos comunicacionais do mundo da vida são aqueles produzidos pelos movimentos sociais e que influenciam efetivamente a esfera pública. Cabe a estes o papel de preservar e ampliar a infraestrutura comunicativa do mundo da vida por meio da produção de microesferas públicas associadas à vida cotidiana. Também são importantes por evidenciarem os problemas do cotidiano na esfera pública. Ao fazerem isso, possibilitam contribuir para a solução dos problemas, oferecer novas percepções, pressionar o sistema político, etc. (HABERMAS, 1990).

Com os processos de globalização e o crescimento das empresas de comunicação, há a expansão de novos públicos, ambientes e críticos de comunicação (subculturas, movimentos sociais, espaços alternativos), marcados pela produção, circulação e mediação de ideias que catalisam dinâmicas, dão espaço a padrões sociais como a representação de gênero, étnicas, entre outras (COHEN e ARATO, 1992). Contudo, esses

públicos não estão restritos às questões culturais, pois pressionam por mudanças nos processos comunicacionais.

Uma crítica à proposição de Habermas está no fato de a esfera pública não considerar as relações assimétricas de poder que marcam a sua própria constituição⁶⁰. No processo que a constitui, há mecanismos de seleção que definem quem serão os atores sociais que efetivamente terão voz pública e quais temas farão parte da agenda pública. Neste contexto, a mobilidade urbana, o direito à moradia, ao lazer e à cultura são excluídos, ou são colocados como assuntos de menor importância. Outra crítica que pode ser feita a partir da noção de esfera pública de Habermas é que não há referência sobre a necessidade de horizontalidade dos processos decisórios (SCHMALZ-BRUNS, 1994).

Para Avritzer e Costa (2006), é necessária uma multiplicação de espaços de deliberação e participação, avançando em relação ao modelo de espaço público europeu. Os autores apontam que, para os processos de deliberação e tomadas de decisões públicas na América Latina, é preciso uma esfera pública mais porosa e pulsante, na qual temas, posições e argumentos, trazidos pelos sujeitos comunicantes e movimentos sociocomunicacionais, encontrem formas de penetrar o Estado e, por essas vias, democratizá-lo, tornando-o objeto do controle dos cidadãos.

Nesse sentido, as táticas apresentadas pelos movimentos sociocomunicacionais *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* constituem forças de tentativas de democratização e ampliação da esfera pública, que vão desde as manifestações públicas em praças, marchas, escrachos, até a ocupação da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Os processos comunicacionais são viabilizados na distribuição de panfletos e no diálogo com a população em atos públicos, nas faixas, bandeiras e cartazes nas marchas, nos modos de organizar e deliberar nas assembleias públicas.

É no fazer da vida orgânica dos movimentos e na inter-relação com os sujeitos comunicantes que podemos perceber outro modo de ação sociopolítica e cultural, mas também de participação, colaboração e de fazer comunicação. O que corrobora com a percepção de Hannah Arendt (1999) sobre o espaço público, no qual a singularidade de cada um é e pode ser reconhecida, sendo construída pela ação e pelo discurso. Para a autora, as ações no espaço público registram, narram, transmitem, transformam a história comum.

⁶⁰ Néstor Garcia-Canclini afirma que desde os primórdios na América Latina são os meios de comunicação de massa que ocupam o lugar de mediação social nas sociedades urbanas, estabelecendo uma nova diagramação dos espaços e intercâmbios urbanos (1990, p.49).

O espaço público é o espaço do aparecimento e da visibilidade – “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos” (ARENDDT, 1999, p. 245) – e, se isso importa, é porque essa realidade se constrói e se torna pública. Entendemos que a realidade comum, em constante construção, se concretiza na sociabilidade (que é conduzida pela diversidade humana) que os espaços coletivos possibilitam. A realidade pode ser demonstrada quando as coisas podem ser percebidas por muitas pessoas, numa diversidade de perspectivas, isto é, significa reconhecer que “nada do que existe, na medida em que esta coisa aparece, pode existir no singular” (ARENDDT, 1999, p. 34).

Assim, o espaço público possibilita a elaboração de percepções de um mundo comum entre a diversidade humana. Este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como o que é comunicável e, portanto, se diferencia das experiências estritamente subjetivas e pessoais que podem ter validade na dimensão privada da vida social (SILVA, 2014), porém “não são adequadas para ingressar em praça pública e perdem toda validade no domínio público” (ARENDDT, 1999, p. 275).

Também é nessa relação que precisamos entender os processos comunicacionais que se estabelecem nesses movimentos com seus sujeitos comunicantes, a dimensão da comunicação digital, visto que esta pode apontar para uma continuação da esfera pública do mundo da vida. Essa continuidade se dá por entendermos que, nos ambientes digitais, há espaços de poder, de ação comum coordenada por discursos e mediações, que podem servir como exercício de cidadania: “esta mutação da esfera pública para o debate constitui um dos fundamentos da ciberdemocracia” (LEVY, 2003, p.56).

A comunicação digital, aliada ao exercício da cidadania comunicativa, permite brechas de atuação, que configuram um modo de comunicar com liberdade, sabedoria, poder e expressividade, diante das complexas estruturas sociopolíticas e culturais. Trazem impactos as redes de sociabilidades, ao estabelecer redes de informação e interação que são disseminadas através de sujeitos comunicantes que acessam os ambientes digitais. Assim, os processos comunicacionais propostos nos ambientes digitais têm a potencialidade de ampliar e modificar a noção de democracia, considerando que há um papel fundamental dos sujeitos comunicantes na construção da cidadania. Os movimentos *hacker*, de *midialivrisimo*, ou de meios de comunicação alternativa (a exemplo do Mídia Ninja), têm utilizado diferentes e sofisticadas frentes midiáticas digitais, e contribuído significativamente para ampliar as práticas, técnicas, estratégias e concepções de cidadania comunicativa.

Os processos comunicacionais digitais, associados à cidadania comunicativa, propostos nos modos de agir na esfera pública, onde esta também é percebida na rede, permitem a visibilidade e fortalecimento das demandas e possibilidades de ampliar as ações coletivas. Dessa forma, podemos pensar em outro modo de agir, influir e propor a agenda pública ao estabelecer legitimidade às reivindicações, contestações e resistências. Tendo como potência modificar as habilidades, competências e sensibilizar para as ações coletivas nos espaços presenciais e digitais dos sujeitos comunicantes.

Nesse sentido, o mundo da vida (as ações coletivas nas ruas) e da comunicação digital (uso e apropriação das redes sociais) se vinculam. Os sujeitos comunicantes atuam mantendo interações, conversações, ações de modo a ampliar a mobilização social. Esta não pode ser apenas no digital. Precisa acontecer nas ruas, é sempre em consonância, de forma integrada, a fim de uma amplificar a atuação da outra. Porque são nos momentos presenciais que acontecem as ações conjuntas, como instrumentos de intervenção e promoção das mudanças do modo de ser a sociedade.

É preciso levar em conta também que hoje, com a banda larga e os smartphones, as pessoas estão na internet durante todo o dia. Nós estamos conectados o tempo todo e por meio de vários dispositivos simultâneos (laptop, celular, tablet, etc.). Portanto, o online passou a fazer parte do offline. A rede deixa de ser algo virtual e torna-se real quando os dois espaços se tornam o mesmo. Não basta dar apoio virtual a uma causa se não vou agir também na rua, no mundo real. O virtual na internet não é como na televisão, onde pode substituir o real. O virtual tem de ter uma raiz no real e ambos têm de andar juntos, senão a mobilização se perde (ANTOUN, 2015, s/p).

Assim, modifica-se, também, a noção de esfera pública através do uso das redes sociais digitais, pois estas permitem conexões, fluxos de informação diferentes das mídias hegemônicas, em ambientes de interatividade de múltiplos indivíduos interconectados. Ainda, por serem relativamente de baixo custo, propiciam a diminuição de barreiras para os sujeitos comunicantes e os movimentos sociocomunicacionais para propagarem suas mensagens (SILVEIRA, 2008).

Dessa forma, na questão da democratização dos processos comunicacionais digitais, os sujeitos comunicantes criadores de conhecimento, de tecnologias e culturas, podem romper com a lógica baseada na regulação, no cerceamento, na propriedade privada e de distribuição. O processo comunicativo digital, agregado ao exercício da cidadania dos movimentos sociais, pode converter a rede em uma esfera pública

importante para o fortalecimento de demandas, para ampliar as ações e possibilitar estratégias de lutas eficazes.

Assim, a esfera pública alterada viabiliza espaços de participação para o exercício da cidadania comunicativa como uma potência nos modos de produção, circulação, distribuição, mediação, ampliando o “potencial dos cidadãos de articular a resistência ao poder a partir do espaço público” (SILVEIRA, 2008, p. 32). Os sujeitos comunicantes, ao assumirem os processos comunicacionais e desenvolverem estratégias, apresentam construções, percepções alternativas àquelas trazidas pelos meios de comunicação hegemônicos.

É importante ressaltar que temos presente em nossa reflexão que os processos comunicacionais digitais não são apenas promotores de pluralidade, liberdade de expressão e de livre acesso à comunicação e informação. Como já discutimos anteriormente, os ambientes digitais podem ser instrumentos de controle do Estado, ao mesmo tempo em que são utilizados para propor soluções, reivindicações e resistências aos problemas da sociedade contemporânea. Os processos comunicacionais digitais, propostos pelos movimentos sociocomunicacionais, podem ampliar a acessibilidade da informação e, assim, o exercício da cidadania, no fortalecimento da democracia, por serem meios dialógicos para as ações coletivas. Isso requer aprendizado nas práticas cotidianas, de participação dos sujeitos comunicantes nos seus contextos.

Diante disso, o processo comunicativo digital e o exercício da cidadania comunicativa respeitam a autonomia e as escolhas, diretamente ligadas, à habilidade de interagir dos sujeitos comunicantes com as mídias, sem desconsiderar as interações presenciais, já mencionadas nesse texto, bem como as dificuldades de acesso e usos tecnológicos. Assim, a cultura, a política e a cidadania não são determinadas pelas redes sociais digitais, mas no processo de interferência dos sujeitos que atuam no desenvolvimento da vida.

Buscamos, dessa maneira, dialogar e tensionar as nuances e movimentos que reiteram a necessidade de compreender o fenômeno sociocomunicacional investigado, a fim de apreender as potencialidades da inter-relação das ações coletivas sociopolíticas culturais dos movimentos sociocomunicacionais de Porto Alegre, e dos sujeitos comunicantes na vinculação dos processos comunicacionais digitais e de cidadania comunicativa.

4 PROCESSOS COMUNICACIONAIS DIGITAIS E AS AÇÕES COLETIVAS NO DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E NO BLOCO DE LUTAS

Este capítulo é dedicado à descrição dos dados relativos aos processos comunicacionais digitais do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* no *Facebook*, assim como dos seus processos comunicacionais presenciais nas ações coletivas. A reconstrução dos dados é acompanhada de reflexões, diálogos e tensionamentos realizados a partir das perspectivas teórica-metodológicas que fundamentam nossa problemática. É importante dizer que os dados coletados no *Facebook* e nos processos comunicacionais presenciais, nas ações coletivas, durante o período da investigação, tanto na *fase exploratória* quanto na *sistemática*, são analisados no seu conjunto.

4.1 PROCESSOS COMUNICACIONAIS DOS COLETIVOS NAS PÁGINAS NO FACEBOOK⁶¹

Neste item, analisamos os usos e apropriações das páginas dos coletivos investigados no *Facebook*. A análise considera as dimensões *fluxos de informações*, *temáticas das postagens*, *linguagens midiáticas* e *fluxos de interação*.

4.1.1 Defesa Pública da Alegria

a) Os fluxos de informações

As postagens do *Defesa Pública da Alegria* não têm uma periodicidade definida. Há publicações em todos os meses do ano. As variações decorrem dos processos de lutas em que os sujeitos comunicantes, que participam do movimento sociocomunicacional, estão envolvidos e articulados como grupo. A produção de conteúdos está vinculada ao engajamento e às necessidades do *Defesa Pública*, vinculadas ao posicionamento e à mobilização junto à sociedade. No contexto de análise, podemos dizer que a página tem uma potência para as ações coletivas desde que haja uma manutenção dos espaços de

⁶¹ As informações e os dados sistematizados por nós buscam demonstrar lógicas dos processos comunicacionais desde dentro de cada movimento sociocomunicacional. Estes foram analisados a partir de inter-relações, tensionamentos e diálogos estabelecidos com as reflexões teóricas e os elementos relativos aos contextos sociopolíticos e culturais. As informações foram sistematizadas conforme explicitamos no Capítulo 2, a partir do protocolo de observação das páginas no *Facebook*.

compartilhamento de ideias, lutas, propostas, entre outros elementos, visto que é o fluxo comunicacional que possibilita maior abrangência na medida em que está em uso.

Nesse sentido, o refluxo de publicações na página, no decorrer do primeiro semestre de 2017, é um indicativo da desarticulação do *Defesa Pública da Alegria*, vindo a corroborar com as falas das entrevistas realizadas com os sujeitos comunicantes que participam do coletivo.

Desenvolvemos uma sistematização das produções de conteúdo do *Defesa Pública da Alegria*, de modo que pudéssemos rastrear o uso das funcionalidades dispostas na plataforma, como “Eventos”, “Atualização de foto de capa”, “Álbum de fotos”, “Compartilhar”, entre outros, vinculadas às finalidades comunicacionais pretendidas, que podem ser vistas na Tabela 3.

Tabela 3 – Tipo de publicações, por ano, do *Defesa Pública da Alegria*.

Tipos de publicações	Número de postagem por ano		
	2015	2016	2017 (jan/jun)
Criação de eventos (ações coletivas)	19	12	0
Convocação para as ações coletivas (compartilhamento dos próprios eventos)	18	9	0
Publicação de texto (notas de posicionamentos/solidariedade / denúncias)	10	14	2
Compartilhamento de notícias da mídia hegemônica	12	9	2
Compartilhamento de notícias da mídia alternativa	24	23	6
Atualização de fotos de capa	5	0	0
Compartilhamento de postagem de eventos em apoio às lutas sociais/culturais de outros coletivos	12	11	5
Compartilhamento de postagens de militantes/coletivos das lutas sociais	42	50	10
Publicação de álbum de fotos	8	1	0
Atualização de foto de perfil	1	0	0
Total de postagens	151	129	25

Fonte: Mapeamento realizado na página do coletivo no *Facebook*. Dados organizados pela autora.

O refluxo de publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*, para nós, aponta não só para uma desarticulação do grupo enquanto movimento social, mas para uma mudança de lugar deste: de protagonista nas lutas pelo direito à cidade a figurante. Isso se deve, principalmente, pelo compartilhamento de publicações de outros coletivos, movimentos sociais ou sujeitos que militam nas lutas sociais, culturais e políticas da

cidade de Porto Alegre, que se vinculam com as pautas escolhidas por ele. Essa característica fica evidenciada, fundamentalmente, em 2017.

A repressão policial junto aos manifestantes do *Bloco de Lutas*, o *meme* produzido pelos organizadores do *Largo Vivo*, criticando o aumento da tarifa da passagem de ônibus em Porto Alegre, ou o vídeo do MST, ao fazer uma retrospectiva do ano de 2014, são alguns exemplos. Para nós, ao se aproximarem e participarem das lutas de outros movimentos sociais, como o *Bloco de Lutas*, ampliavam-se as perspectivas e as próprias lutas que estão relacionadas ao *direito à cidade* dentro da organicidade do *Defesa Pública*.

Quando os conteúdos são produzidos pelo *Defesa Pública*, percebemos como característica a produção de textos curtos, chamadas ou legendas vinculados a imagens ou vídeos. Os textos buscam questionar, ainda que de uma forma breve, procurando provocar a participação dos curtidores/seguidores da página sobre algum tema que possa ser pertinente ao movimento. A intenção comunicacional, percebida por nós, é de provocar a reflexão das pessoas que vivem na cidade sob o prisma de que estas também são parte dela e afetadas por ela. Ou seja, a cidade só pode ser reformulada sob os aspectos sociopolíticos e culturais na medida em que as pessoas que nela vivem têm acesso e direitos a aquilo que já existe, como também em “um renovado e transformado direito à vida urbana” (HARVEY, 2013, p. 28), conforme seus desejos coletivos. Um exemplo disso é a postagem do dia 19 de maio de 2016, na qual os curtidores/seguidores da página são questionados: “Manifestantes negociando com a polícia... você concorda?”, seguido de um parágrafo de três linhas, problematizando a representatividade dos sujeitos que negociaram com a polícia a ocupação do espaço público por manifestantes. O parágrafo é acrescido de um vídeo de policiais e pessoas em sua volta.

A funcionalidade do *Facebook*, “Eventos” é usada para colocar em circulação as ações coletivas. Na tentativa de ampliar a abrangência, compartilham o próprio evento. Eventos como “Ocupação do Cais Mauá contra a privatização do espaço público e construção do *shopping*”, “Serenata Iluminada”, “Serenata Iluminada do Cais Mauá”, ou “Ato de defesa da Ocupação Saraí”, entre outros, são criados e enviados para os curtidores/seguidores, que auxiliam na divulgação da atividade ao demonstrarem interesse por esta. Também é usado o compartilhamento para apoiar e colocar em circulação eventos de outros coletivos, como “Feira Nômade: autonomia e criação” ou as ações coletivas do *Bloco de Lutas*, do Cine Violeta, ou do Ciranda Saraí, entre outros. Assim, entendemos que a criação de eventos e o compartilhamento dos mesmos são um dos meios utilizados para promover a mobilização social no *Defesa Pública da Alegria*.

Percebemos que, mesmo que os sujeitos comunicantes sejam usuários do *Facebook* e afirmem compreender as suas lógicas e gramáticas, não há uma preocupação no processo comunicativo de ampliar a abrangência das publicações, visto que algumas lutas e reivindicações de referência do *Defesa*, quando organizadas em ações coletivas, ganham a mesma, ou menor, relevância na qualidade das postagens. Um exemplo disso é que, no decorrer de quatro dias seguidos, no ano de 2015, as postagens trouxeram assuntos que permearam a derrubada de árvores para a revitalização da cidade, a construção de um *shopping* no Cais Mauá, uma atividade cultural na “Ocupação Saraí” e o “Ato Fora, Globo/RBS!”. Todas as publicações têm relevância para o coletivo, por serem inter-relacionadas na perspectiva do direito à cidade, do acesso aos equipamentos públicos e bens simbólicos, ao direito à moradia e à necessidade da democratização da comunicação. Entretanto, a principal ação coletiva organizada e realizada pelo *Defesa Pública* era sobre a “Ocupação Saraí” e, da forma que foi tratada durante aqueles dias, perdeu possibilidade de abrangência no *Facebook*.

Dessa maneira, constatamos que a página é usada com o propósito de divulgação, a fim de exteriorizar as práticas do movimento sociocomunicacional. Também visualizamos que os processos comunicacionais nesse ambiente digital não são pensados estrategicamente para certos fins, como a articulação e a conversação entre os diferentes curtidores/seguidores e usuários do *Facebook*.

A partir do acompanhamento da página do *Defesa Pública da Alegria*, observamos a relação que este tem com as mídias hegemônicas e alternativas. Com relação à mídia hegemônica, o coletivo, quando faz referência a alguma notícia, traz seu posicionamento diante da pauta através de pequenos textos, ou comentários, usando da ironia e do sarcasmo, num efeito crítico e até humorístico em alguns casos. Um exemplo disso é a publicação de 30 de dezembro de 2015, com *link* para a reportagem da *Folha UOL*, “Haddad e Alckmin decidem reajustar tarifa de ônibus, trem e metrô”; a chamada feita pelo coletivo foi “Em São Paulo, PT e PSDB desejam um feliz ano novo” e acrescentam: “Vai ter luta contra o aumento da tarifa!”. A imagem que ilustra a reportagem é de um jovem pulando uma catraca em meio a uma praça, rodeado por pessoas.

Na relação com a mídia alternativa, as publicações trazem o *link* da notícia, texto ou reportagem, e fazem referência com um trecho do texto que está sendo compartilhado. O texto não é produzido pelo coletivo, mas dá a ver que este legitima o que está sendo colocado pela mídia alternativa. Também percebemos esse processo de legitimação com

as mídias alternativas internacionais, por meio das publicações sobre política externa, a exemplo do dia 16 de setembro de 2016. Neste dia, é postada a seguinte chamada: “VÍDEO: CONFRONTOS EM PARIS”, e apresentado um texto de aproximadamente 13 linhas que contextualiza as manifestações públicas relacionadas à reforma trabalhista. Também são apresentados os créditos para as imagens do vídeo e disponibilizadas outras duas páginas do *Facebook* para mais informações sobre essas manifestações: “15 de setembro: Paris se revolta”⁶² e “A França agora: protestos em Paris”.⁶³

Nessa perspectiva, o *Defesa Pública da Alegria*, ao compartilhar reportagens, vídeos, entre outros, das mídias alternativas, possibilita aos seus seguidores/curtidore o acesso a informações e o consumo de outras leituras da realidade, diferentes daquelas trazidas pela mídia hegemônica. Em outras palavras, a apropriação do *Defesa Pública da Alegria*, a partir do compartilhamento, vinculado à cidadania comunicativa, possibilita a expressão de uma visão alternativa às questões sociopolíticas e culturais, oferecendo prismas que são negados pela mídia hegemônica. Ainda, permite aos seguidores/curtidore a ideia de questionar o estabelecido, apontar as desigualdades, o fomento de uma consciência política através de um esforço coletivo e a tentativa de realização de uma “vida boa” para todas as pessoas. Principalmente porque essas mídias alternativas expressam-se mais livremente e possibilitam outros modos de interação na internet.

Entendemos que há uma relação com a cidadania comunicativa, visto que o uso do *Facebook* pelo coletivo não só possibilita um modo de apropriação dos meios, no que se refere ao direito como produtores de comunicação, em possibilitar voz e vez para aqueles que vivenciam as lutas, como também, a possibilidade de processos mais participativos e colaborativos na relação com as mídias alternativas, principalmente aqueles veículos que apresentam-se como independentes, sem fins lucrativos, através de uma rede de colaboradores na internet.

As restrições e contradições na construção desse processo comunicacional está na própria apropriação desenvolvida pelo *Defesa Pública da Alegria*, visto que está no entendimento de que a página é apenas um espaço para informar e divulgar as lutas sociopolíticas, pois não há uma preocupação e acompanhamento nos processos de

⁶² Disponível em: <https://www.facebook.com/midia1508/posts/311359202567170>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

⁶³ Disponível em: <https://www.facebook.com/midia1508/posts/311340812569009>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

circulação, mediação e conversação junto aos curtidores/seguidores. Por essa razão, as publicações podem ter um baixo índice de abrangência na rede. Sobre essa questão aprofundaremos nossas análises nos *fluxos de interação*.

b) As temáticas das postagens

Considerando as observações realizadas no *Facebook* do coletivo no período investigado (Tabela 4), percebemos que há uma diversidade de temáticas que atravessam o *Defesa Pública da Alegria*. As temáticas, para nós, são as lutas e resistências travadas e possibilitam pensar a construção comunicacional digital da identidade do coletivo, de seu foco e objetivos – que, essencialmente, traduzem o seu comportamento sociopolítico e comunicacional. Oferecem aos curtidores/seguidores referência das lutas e resistências para as interações na apropriação do *Facebook*, pensados como espaços de expressão de opinião e ideias, num exercício de democracia ao encontrar posições diferentes, aceitações, apoios, entre outros.

Através das temáticas, é possível dizer que o *Defesa Pública da Alegria* entende a cidade e o direito à cidade, como foco central da sua luta, a partir de três eixos estruturantes: a) a habitação, na relação com o direito à moradia e a ocupar espaços públicos e ou privados; b) a mobilidade urbana – que inclui o apoio ao *Bloco de Lutas* nas ações coletivas de luta pelo não aumento da passagem; c) o meio ambiente, que envolve a percepção do uso dos solos, das áreas verdes, dos espaços públicos, entre outros, como se pode ver na sistematização dos dados apresentada na Tabela 4.

A cidade é entendida como o lugar em que a vida das pessoas acontece e é provida de significados. É onde se trabalha, se mora, se tem acesso aos bens simbólicos, a espaços de cultura e lazer. Lugar onde são gerados os valores e as emoções do convívio coletivo. Lugar onde se constituem identidades urbanas, cidadania e pertença. Nas publicações do *Defesa Pública da Alegria*, percebemos a necessidade de problematizar a noção de “cidade” como um conceito que busca inverter prioridades colocadas pelos interesses econômicos, entendendo que esta deve ser gerida para todas as pessoas.

A cidade é pensada a partir da gestão pública para a sociedade, da coletividade, com funções sociais e culturais, não mais tendo como base as lógicas do mercado imobiliário ou das empresas de automóveis e das grandes produtoras culturais.

Tabela 4 – Temáticas, por ano, do *Defesa Pública da Alegria*.

Temáticas das postagens	Número de postagens por ano		
	2015	2016	2017
Atividades culturais (cinema, teatro, dança, feira)	9	1	0
Ocupações de moradia	8	24	0
Violência policial	8	7	5
Aumento da tarifa do ônibus / <i>Bloco de Lutas</i>	13	3	0
Largo Vivo (ocupação cultural)	3	2	0
Direito à comunicação	2	0	0
Direito à terra	1	0	0
Direito indígena	1	3	2
Política internacional	1	8	1
Ocupa Cais Mauá	39	13	0
Administração da Prefeitura de Porto Alegre	1	0	2
Ocupação Saraí	14	0	0
Serenata Iluminada	0	2	2
Operação Zelotes	1	0	0
Aniversário do <i>Defesa Pública</i>	0	1	0
Cercamento do Parque da Redenção	7	1	0
Fifa	2	0	0
Restrição de bebidas alcóolicas em espaços públicos	1	0	0
Privatização dos espaços públicos	3	7	1
Redução da maioria penal	2	0	0
Educação	3	0	0
Arte de rua	2	2	1
Cidade Bicicleta	1	0	0
Eduardo Cunha	1	1	0
Ocupação das escolas secundaristas	6	20	0
Ocupações urbanas	10	12	1
Plano diretor de Porto Alegre	0	1	0
Golpe / <i>Impeachment</i> da Presidenta Dilma	0	6	1
Escola sem partido	0	1	0
Pacotaço Governo Sartori / parcelamento dos salários	0	3	1
Preservação de áreas verdes	1	1	1
PEC 241/55	0	6	0
Eleições municipais	0	1	0
Direitos Humanos	0	0	3
Mobilidade Urbana	0	0	1
Reforma da Previdência e trabalhista	0	0	2
Total de postagens	151	129	25

Fonte: mapeamento realizado na página do coletivo no *Facebook*. Dados organizados pela autora.

É nessa relação entre a compreensão do *Defesa Pública da Alegria* sobre o direito à cidade e a sua própria constituição, que compreendemos o que Harvey nos fala:

Há todo tipo de movimentos sociais urbanos em evidência buscando superar o isolamento e reconfigurando a cidade de modo que ela passe a representar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, do capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimento. [...] A absorção do excedente por meio da transformação urbana tem, contudo, um aspecto ainda mais sombrio, uma vez que implica uma grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma “destruição criativa”. Quase sempre isso tem uma dimensão de classe, pois em geral são os pobres, os desprivilegiados, os marginalizados do poder que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo (HARVEY, 2014, p. 49-50).

Nesse sentido, as lutas e resistências travadas pelo *Defesa Pública da Alegria* estão diretamente relacionadas aos direitos à moradia, por exemplo, pois é a classe trabalhadora, mais explorada e empobrecida que é excluída e marginalizada, muitas vezes, não tendo condições de moradia digna. Exemplificamos esse ponto de vista na relação com as ocupações urbanas, no apoio e posicionamento diante: a) das ocupações de moradia como a do *MTST*, a *Ocupação Lanceiros Negros*, o *Ocupa Saraí*, movimentos de luta por moradia que entendem a ocupação como uma forma de luta e resistência, quando morar passa a ser um privilégio de quem pode pagar.

O envolvimento do *Defesa Pública da Alegria* com movimentos e ocupações de moradia demonstra o quanto as cidades estão divididas e fragmentadas para as pessoas que nelas vivem e, por isso, propensas a conflitos e violências causados pela criminalização das pessoas pobres e marginalizadas; e b) das ocupações culturais e de uso do espaço público, a exemplo do *Serenata Iluminada*, *Largo Vivo*, *Ocupação Pandorga*, e *Ocupa Cais Mauá*, ocupações e atividades políticas e culturais que problematizam formas de consumo, atividades culturais e produção do conhecimentos. Assim, fazem a crítica à economia da política urbana baseada na formação de nichos de mercado, experiências que são vivenciadas na medida em que as pessoas tenham dinheiro e possam fazer uso dos espaços privatizados (HARVEY, 2014).

O *Ocupa Cais Mauá* se tornou, entre os anos de 2015 e 2016, uma das principais lutas de reivindicação e resistência do movimento sociocomunicacional, dando origem a outros coletivos. Esta luta é entendida por nós como vinculada ao direito à cidade, na relação com o ambiente urbano. A luta pela não privatização do Cais Mauá concretiza o que Ermínia Maricato nos diz, “as cidades são espaços territoriais em disputa”. As pessoas buscam qualidade de vida e acesso facilitado aos serviços urbanos, aos bens simbólicos e aos equipamentos e serviços públicos. É onde se materializam as políticas públicas:

vemos o lugar onde os grupos sociais moram, o que acessam, que direitos sociais chegam até eles. A agenda da política urbana pode ser ampla, mas seu sentido democrático e sua lógica devem priorizar a qualidade de vida da população e a sua apropriação do espaço público. Nesse sentido, as privatizações e a especulação imobiliária devem ser combatidas no sentido ético e, também, na disputa em relação às políticas públicas (MARICATO, 2013).

Figura 1 – Publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*.

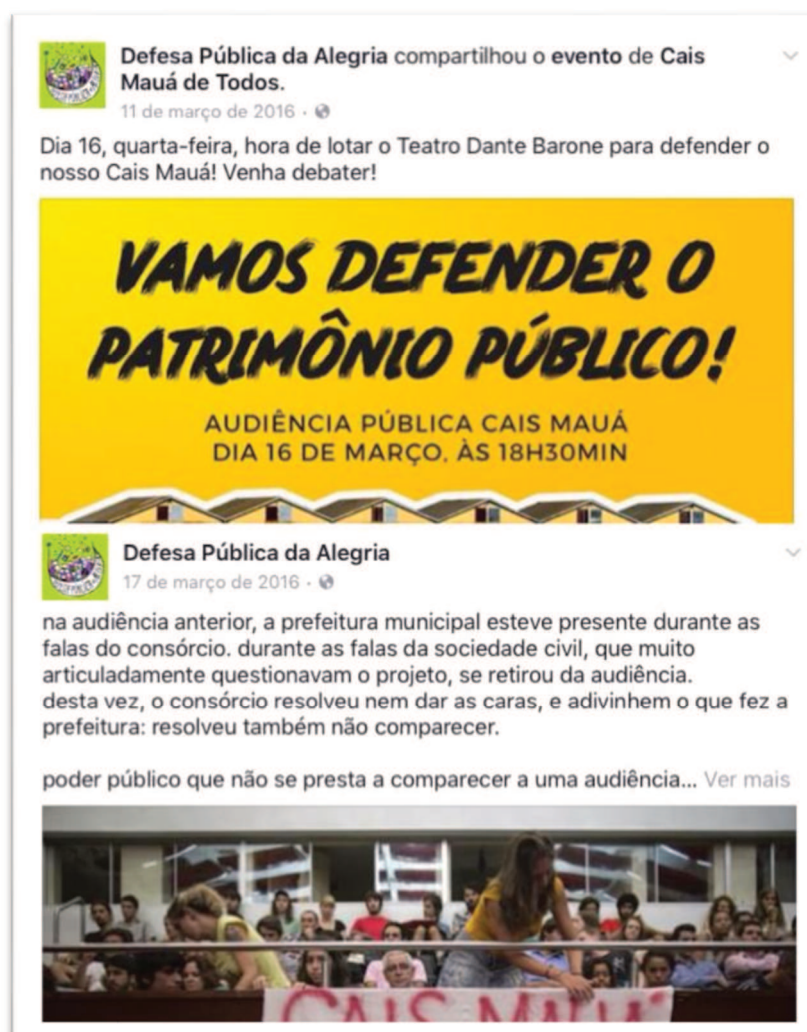


Imagem 1 (acima): Evento criado pela página Cais Mauá de Todos, chamando para a audiência pública sobre a privatização do Cais Mauá; Imagem 2 (abaixo): Compartilhamento de notícia sobre a audiência pública. **Fonte:** Página do *Defesa pública da Alegria* no *Facebook*.

Figura 2 – Publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*.



Imagem 3 (esquerda): Compartilhamento da Página Manifesto POA sobre a ocupação da Colégio Júlio de Castilhos por estudantes secundaristas. Imagem 4 (direita): Chamando para participar da assembleia pública na ocupação dos estudantes secundaristas no Colégio Júlio de Castilhos. Imagem 5 (embaixo): Apoio à ocupação dos estudantes secundaristas no Colégio Irmão Pedro. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria* no *Facebook*.

As publicações também nos permitem fazer a relação com outras reivindicações e resistências que cresceram entre os anos de 2015 e 2017: as ocupações dos estudantes secundaristas que criticam os governos estadual/federal devido à precarização do ensino público, à reforma do ensino médio, à PEC 241/55, entre outros. O *Defesa Pública* participou ativamente das ocupações, através de oficinas, e compartilhou diversas informações das escolas e dos estudantes secundaristas no RS e em outros estados do Brasil, na página.

Essa relação com a ocupação das escolas por estudantes secundaristas surge em meados de 2015, quando, em São Paulo, os movimentos estudantis mantêm um grande

número de escolas ocupadas, fortalecendo e fomentando as discussões sobre o currículo obrigatório do ensino médio, proposto pelo governo federal. No Rio Grande do Sul, os estudantes ampliam a discussão para as questões dos direitos fundamentais na relação com a cidade e do apoio à luta por salários e condições de trabalho digno para os professores públicos estaduais. Para o *Defesa Pública*, foi uma das principais lutas no ano de 2016.

Uma das temáticas que se destacam, tanto no *Defesa Pública da Alegria*, quanto no *Bloco de Lutas* é a violência policial que os sujeitos sofrem ao ocuparem os espaços públicos nas ações coletivas. Podemos dizer que a violência e a repressão policial têm aumentado de maneira desproporcional na relação com o crescimento e a força destes movimentos sociocomunicacionais. É importante lembrar que o *Defesa Pública da Alegria* se originou como movimento social a partir da violência e repressão policial no ato *Defesa Pública da Alegria*, em outubro de 2012.

A criminalização dos movimentos sociais e das pessoas pobres tem chegado a níveis preocupantes, principalmente depois de criação da lei 13.260/2016⁶⁴, “contra o terrorismo” para os jogos olímpicos, ocorridos em 2016, que traz um texto ambíguo e vago, abrindo brechas para a judicialização de sujeitos que participam de manifestações e protestos públicos. Foi considerada por várias organizações da sociedade civil como uma lei seletiva e com recorte de classe. Nesse sentido, a lei propicia uma violência institucionalizada ao permitir identificar os “potenciais baderneiros” numa seleção de pessoas, a partir da aparência e pela cor da pele, classe social, conforme o critério adotado individualmente pelos policiais.

Diante disso, o *Defesa Pública da Alegria* assume posições, em suas publicações, de resistência às violências vividas nos corpos dos sujeitos (por serem negros, pobres, mulheres, LGBT, entre outros), mas também no desrespeito à obrigação de se implementarem as políticas públicas necessárias à efetivação dos direitos sociais, culturais, individuais e coletivos. Ainda que em menor número de publicações, no primeiro semestre de 2017, apontam para a necessidade de resistência e luta nos espaços urbanos e na relação com outras culturas, como as indígenas e quilombolas.

⁶⁴ Mais informações em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm. Último acesso em: 08 de novembro de 2017.

Figura 3 – Publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*.



Imagem 6 (esquerda): Compartilhamento de publicação do Manifesto POA sobre a ocupação de estudantes secundaristas na Secretaria da Fazenda do Governo do Estado e o cercamento da polícia. Imagem 7 (direita): Compartilhamento de publicação de Luciano Fetzner sobre o cercamento pela polícia à Ocupação Lanceiros Negros. Imagem 8 (abaixo): Publicação de vídeo produzido pelo coletivo com imagens de violência e repressão a manifestantes no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria* no Facebook.

Evidenciamos, nas lutas travadas pelo *Defesa Pública*, que o coletivo se reconhece como sujeito de direitos. Efetiva-os na realização das ações coletivas e comunicativas. Legitimam-se não na institucionalização de uma organização formal, mas no modo de construir as lutas por meio das articulações, vinculações com outros coletivos e movimentos sociais, e na formação de rede de redes em suas lutas, em função de uma conjuntura sociopolítica, que propiciam seus fluxos e refluxos nas redes sociais digitais e nas ruas.

Para nós, os sentidos das temáticas (lutas), ao vincularem-se com os processos comunicacionais digitais e a cidadania comunicativa, nos permitem perceber que há articulações e modos de tentativas de provocar uma sensibilização e mobilização social, para a realização de uma ação coletiva concreta que buscava melhores condições de vida coletiva e ou luta por direitos. A diversidade de temas relacionados ao *Defesa Pública da Alegria* também nos remete aos diferentes interesses, necessidades e capacidades dos sujeitos comunicantes que o compunham, tanto para a produção quanto para a realização dos processos comunicacionais digitais.

Entendemos que os processos comunicacionais vinculados aos sentidos das lutas também estão no modo de debater e discuti-los no *Facebook*. São formas de buscar métodos próprios para analisar a realidade e os problemas enfrentados, buscando um papel protagonista para a participação nas decisões sociopolíticas e culturais da sociedade em que estão inseridos. Ainda, a noção de participação dos processos comunicacionais digitais, a partir da seleção das lutas pelo coletivo, dá a ver a compreensão e sentidos que os sujeitos comunicantes têm dos problemas e demandas e darem visibilidade pública. Pretendem que as pessoas afetadas participem e interajam nos processos deliberativos, convidando-as ao engajamento (nas ruas), exercendo, assim, a cidadania.

c) As linguagens midiáticas

O *Defesa Pública da Alegria* usa diversos recursos de linguagens multimídia⁶⁵ nas suas publicações. No período de acompanhamento, fez uso de texto e imagem, texto e *link*, texto, *link* e imagem, texto e vídeo. As imagens e os vídeos, em sua maioria, são produzidos pelo coletivo ou por sujeitos que o apoiam, havendo imagens também produzidas por outros coletivos. Durante os primeiros anos de atividade (entre 2012 e 2013), foram utilizadas ilustrações e muitas cores nas publicações, para dar a “cara” da alegria para os atos políticos e culturais:

⁶⁵ Entendemos por linguagem multimídia tudo que é produzido no ambiente digital composto por elementos de várias mídias, como áudio, vídeo, ilustrações, textos e que permite a interação e participação de usuários (COSTA, 2009).

Figura 4 – Publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*.

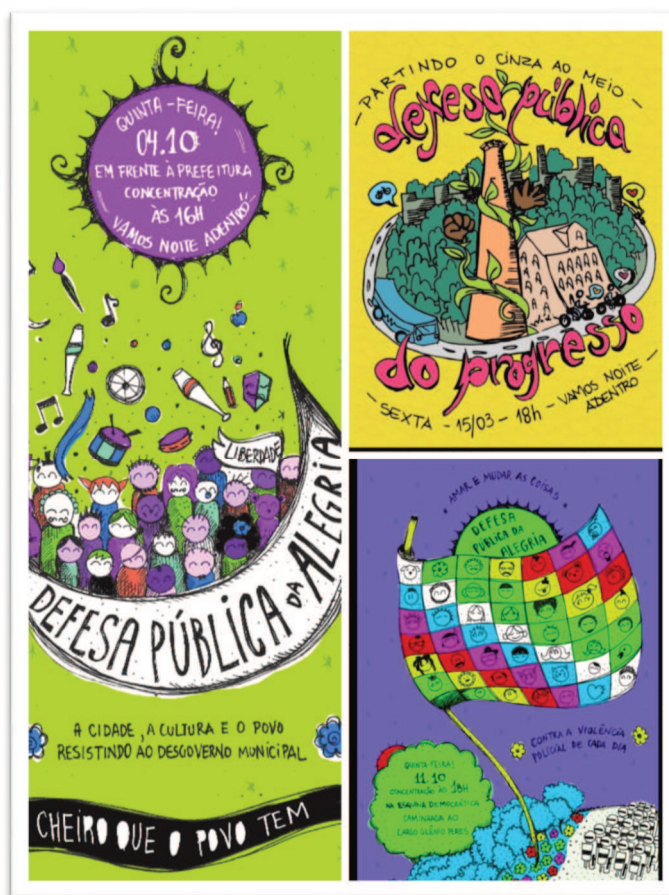


Imagem 9 (esquerda): ilustração do ato “Defesa Pública da Alegria” que deu origem ao coletivo, em outubro de 2012. Imagem 10 (acima): ilustração da ação coletiva de proteção às árvores na Av. Presidente João Goulart, em frente à Usina do Gasômetro, em março de 2013. Imagem 11 (abaixo): ação coletiva organizada em defesa da ocupação do espaço público, em outubro de 2012. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria* no Facebook.

As ilustrações nos remetem, de forma criativa, às diversas relações sociais, em configurações múltiplas, percebidas nas diversidades de gênero, racial e social, na relação com o meio ambiente urbano, e visam reconhecer as identidades dos sujeitos e os conflitos sociais e políticos. Ainda, percebemos nas ilustrações, no uso das cores, uma inovação para os processos comunicativos, visto que pode ser uma maneira do *Defesa Pública da Alegria* se representar no mundo, de reivindicar e resistir às violências concretas e simbólicas travadas.

Outras imagens, produzidas para as ações coletivas, têm a combinação de foto e texto, e buscam ilustrar aspectos da cultura urbana, da ocupação do espaço público ou privado, ou seja, as imagens nos remetem às ruas como lugar de expressão das lutas, com o uso de cores e o grafite como uma expressão artística e cultural das periferias.

Figura 5 – Publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*.



Imagem 12: Convite para o Largo Vivo. Imagem 13: Convite para a reunião de resistência da Ocupação Sarai. Imagem 14: Convite para atividade político-cultural na Ocupação Sarai. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria* no Facebook.

Ainda, percebemos que há o uso de fotos de atos públicos que entendemos como formas de concretizar as ações coletivas disputadas nas ruas, nos remetendo às tentativas de rupturas com o *status quo* que os sujeitos provocam na cidade.

Outro recurso digital presente é o uso de *hashtags*, identificado por expressões, palavras, que sucedem o símbolo “#”. Foram utilizadas em algumas publicações, como para #ForaTemer, #OcupaTudo, #OcupaDemhab, entre outros. O *Defesa Pública* usou, no conjunto dos últimos dois anos e meio, em algumas (poucas) publicações, também, a *hashtag* #VaiTerPovoNaRua.

As *hashtags* podem servir para indexar e ajudar no mapeamento de outras publicações sobre o mesmo assunto e, assim, ampliar as interações. Essa perspectiva, no *Facebook*, também está associada aos ganhos de tráfego, à obtenção de maiores rendimentos em publicidade e à denúncia de publicações ou páginas que tenham conteúdo ofensivo ou proibido.

Figura 6 – Publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*.



Imagem 15 (esquerda): ação coletiva organizada pelo Arteiros da Rua, com o uso de *hashtags*; Imagem 16 (acima): Convocação para aula pública, com uso de *hashtags*; Imagem 17 (abaixo): Publicação de imagem de ritual indígena com uso de *hashtag*. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria* no Facebook.

Os eventos criados são apresentados com textos e trazem, em geral, os objetivos e a justificativa da atividade. Alguns apresentam os *links* de outras edições, como no caso do *Serenata Iluminada* ou do *Largo Vivo*. Outros trazem os coletivos que apoiam o desenvolvimento da ação. Em todos os eventos, a característica é de serem ações político-culturais, como aulas públicas e apresentações artísticas e culturais.

Observamos que o uso das funcionalidades no *Facebook* permite ao coletivo a utilização dos recursos hipertextuais que se desdobram não só em espaços de leitura, como de produção de conteúdos, apontando para narrativas plurais e diversas – desde a

mídia hegemônica, mídias alternativas, aos posicionamentos do coletivo e suas redes, no uso de cores, ilustrações, entre outros, que são demonstrados a partir da perspectiva das lutas travadas na sociedade. Avaliamos que os recursos multimídias produzidos são expressões e apropriações do ambiente digital para a recriação e ressignificação dos usos das linguagens, ganhando novos sentidos.

Também nos permite perceber que as linguagens têm a ver com o repertório sociopolítico, cultural e comunicacional dos sujeitos comunicantes que compõem o coletivo, bem como daqueles que apoiam o *Defesa Pública* com seus conhecimentos, saberes, habilidades e competências comunicacionais. Nesse sentido, permite que o coletivo se diferencie em sua identidade de luta e amplie sua abrangência na rede.

d) Os fluxos de interação

O *Defesa Pública da Alegria*, no período analisado, tem 11.422 pessoas que curtiram suas publicações e 11.278 pessoas que seguem a página. Essas informações passam a ser relevantes para analisarmos as interações na página do movimento sociocomunicacional, conforme sistematizamos na Tabela 5.

Tabela 5 – Interações, por ano, do *Defesa Pública da Alegria*.

Interação	Número de interações por ano		
	2015	2016	2017 (jan/jun)
Curtidas	3.144	2.802	588
Comentários	95	302	23
Compartilhamentos	54	2.463	143
Total de postagens	151	129	25

Fonte: Mapeamento realizado na página do *Bloco de Lutas* no *Facebook*. Dados organizados pela autora.

Ao realizarmos o acompanhamento e coletarmos as informações na página do *Defesa Pública da Alegria*, no *Facebook*, percebemos que as interações entre o coletivo e os curtidores/seguidores, a partir das postagens colocadas em circulação não são tratadas nesse espaço. Ou seja, o coletivo não responde a comentários, não faz mediação entre os curtidores/seguidores, não se posiciona frente a um conflito gerado em sua página nas conversações realizadas propostas e estabelecidas. Essa percepção é referendada pelos sujeitos comunicantes nas entrevistas, tanto da *fase exploratória*, quanto da *sistemática*,

como mostraremos no Capítulo 5. Outra evidencia é que quando há comentários, estes são um número baixo, não atingindo 10 na maioria das postagens.

De modo geral, os comentários, quando há, são de incentivo, participação, entusiasmo pela postagem. Parece-nos revelar que os curtidores/seguidores que visualizam as postagens estão de acordo com as posturas, posicionamentos e perspectivas de lutas propostas pelo coletivo. Há algumas postagens que destacamos aqui pelo número expressivo de comentários: a) no dia 12 de maio de 2016, a publicação de um vídeo denunciando a ação violenta da Brigada Militar no Bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, teve 149 comentários; b) a publicação de um vídeo de manifestantes negociando com a polícia da Brigada Militar sobre a ocupação do espaço público, no dia 19 de maio de 2016, obteve 45 comentários. c) a publicação de uma nota com o *link* da notícia do *Jornal Já*, sobre as novas regras de ocupação dos espaços públicos por artistas de rua, ganhou 21 comentários.

As postagens solicitam um tipo de participação dos curtidores/seguidores, o que provocaram as conversações na página. Alguns poucos comentários são marcações de outros perfis da rede, assim, esses são avisados para a necessidade de leitura (recurso do *Facebook*). Os comentários expressaram acordos e desacordos. Algumas reflexões perpassam novos questionamentos a partir da pergunta inicial, respondida e mediada entre os próprios curtidores/seguidores. Vê-se que há desde respostas mais ásperas, de total desacordo, como: “pelegada é foda. Tá com medo, fica em casa”, “si fude”, “aff”, “não tem arrego”, “não se negocia com fascista”; até aquelas que buscam dialogar com posições mediadoras: “gente, vou discordar de vocês. Nesse momento é importante trazer gente que tá acostumada para as passeatas. Pra que consigamos chegar a um número tão expressivo que não possa ais ser ignorado pela mídia. E assim, nos é útil, nesse momento evitar o confronto com a PM”; E as que estão de acordo: “já que perguntaram: sim, me sinto representado. Pra mim parece que eles estão efetivamente defendendo publicamente a alegria dos manifestantes”, “sim, me representa muito!”. Percebemos que aqueles comentários (quando) são tratados com maior reflexão acontecem entre dois ou três curtidores/seguidores da página que apresentam maior capacidade argumentativa nas dimensões sociopolíticas.

Nas publicações apontadas por nós, a maioria dos comentários são críticas sociopolíticas, principalmente aquelas voltadas para a situação da cidade Porto Alegre, como o abandono e a precarização dos espaços públicos, a falta de políticas públicas para a população de rua, entre outras. Também há aqueles de incentivo e de chamamento para

que as pessoas busquem participar de ocupações e manifestações públicas (contudo esse é numa quantidade menos expressiva).

Figura 7 – Publicações na página do *Defesa Pública da Alegria*.



Publicação de um vídeo de manifestantes negociando com a polícia da Brigada Militar sobre a ocupação do espaço público, no dia 19 de maio de 2016, com 45 comentários. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria* no Facebook.

Nos comentários e conversações produzidos para estas publicações, não há a mediação do *Defesa Pública da Alegria*. Todos os sujeitos comunicantes têm autonomia para produzir conteúdo e compartilhar na página do *Defesa Pública*. O que chama a atenção é que, a exemplo da publicação de 19 de maio de 2016, em que o movimento sociocomunicacional aciona um diálogo, uma conversação com seus curtidores/seguidores do Facebook, se furta de dar continuidade ao processo comunicacional provocado.

Os sujeitos comunicantes entrevistados manifestaram em relação a isto que entendem não ser necessário manter o processo comunicativo no ambiente digital. O objetivo desta comunicação é, na visão deles, suscitar o interesse das pessoas pela coisa pública, pelos problemas da cidade, etc.. A partir disso, segundo eles, as pessoas passariam a se envolver dando sentido às suas existências na cidade. Para eles, o espaço de negociação, discussão, elaboração e luta, é nas ruas, na ocupação do espaço público, na participação das ações coletivas.

Diante disso, pensamos que as publicações levantam questões importantes sobre os conflitos para quem vive na cidade, fundamentais para a construção de narrativas diferentes daquelas produzidas pelos meios hegemônicos, por trazerem outras percepções e construções da realidade relativas à cidade. Contudo, esse modo de intervenção apresenta seus limites, visto que não dialoga com os curtidores/seguidores, nem deixa claro o posicionamento do *Defesa Pública*, sobretudo junto àqueles que também são discriminados, marginalizados ou excluídos dos espaços públicos. Entendemos ser este um limite para a construção de uma consciência sociopolítica e cultural e de exercício da cidadania como o movimento diz querer fazer.

É importante dizer, também, que o fato do *Defesa Pública da Alegria* não mediar as conversações na página não descaracteriza o uso da rede, pois as conversações criadas permanecem nos espaços, podem ser buscadas (movimento que realizamos durante as fases *exploratória* e *sistemática* da investigação) e replicáveis, independente dos sujeitos. Ou seja, elas podem ser reproduzidas por outros sujeitos, espalhando-se na rede, migrando e tornando as conversações cada vez mais públicas, moldando opiniões, amplificando ideias. Isso quer dizer, também, que as conversações se mantêm de forma sincrônica e assíncrona na plataforma. A assincronia é que permite que as pessoas temporalmente distantes recuperem as conversações (RECUERO, 2014).

As publicações mais curtidas e/ou compartilhadas (as que atingem número igual ou superior a 50 curtidas) são aquelas produzidas pelo *Defesa Pública*, principalmente sobre o #OcupaCaisMaua e as fotos contra o cercamento da Redenção, entre outros. Dois eventos se destacam com o número de curtidas e compartilhamentos: o “Fora Temer, Cunha na cadeia!”, com 82 curtidas, e o “Largo Vivo das escolas independentes”, com 51 curtidas. Nessa mesma perspectiva, destacamos a publicação de convocação para a “Assembleia pública da ocupação do Julinho”, com 64 curtidas e 14 compartilhamentos. Foi possível identificarmos que as publicações mais curtidas e compartilhadas estão entre os meses em que o coletivo esteve mais ativo no *Facebook*.

4.1.2 Bloco de Lutas pelo Transporte Público

a) Os fluxos de informações

No período analisado, constatamos que as postagens do coletivo *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* se concentram entre o mês de janeiro e abril, anualmente. É nesse período que iniciam as negociações entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, as empresas de ônibus e o Conselho Municipal do Transporte Urbano (COMTU) para avaliar e definir o valor para o aumento da passagem do transporte coletivo (ônibus, lotação e tarifa de táxi). Observamos, também, que é nesse período que o coletivo passa a se rearticular e mobilizar a sociedade para a luta pelo transporte público e pelo não aumento da tarifa da passagem.

O fato de o coletivo não manter uma regularidade em suas publicações faz com que, ao retomá-las, seja preciso empreender maiores esforços para fazer circular as informações, visto que a lógica da plataforma faz com que, quanto maior o número de publicações e interações entre a página e seus curtidores/seguidores, maior a possibilidade de abrangência juntos aos usuários. Nesse sentido, percebemos que, quando o *Bloco de Lutas* está mais ativo no *Facebook* e nas ruas, com publicações mais frequentes, há um aumento da abrangência das postagens. Ou seja, quanto mais publicações realizadas em dias consecutivos, maior a possibilidade de circulação das lutas e resistências na rede.

De nossas observações das postagens produzidas pelo *Bloco de Lutas*, sistematizamos as produções de conteúdos vinculadas a algumas funcionalidades oferecidas pelo *Facebook*, como “Criação de Eventos”, “Atualização de foto de capa”, “Compartilhamento”, entre outros, conforme se pode ver na Tabela 6.

Essa sistematização nos possibilita dizer que as postagens produzidas pelo *Bloco de Lutas* são voltadas, principalmente, à criação e ao compartilhamento de eventos para a divulgação e convocação relativas às suas ações coletivas. Nessas publicações, há um posicionamento do coletivo frente à luta e o objetivo da ação coletiva através de texto e *link* para o evento no *Facebook*.

Tabela 6 – Tipo de publicação, por ano, do *Bloco de Lutas*.

Tipos de publicação	Nº de postagens por ano		
	2015	2016	2017 (jan/jun)
Criação de eventos (ações coletivas)	13	13	18
Convocação para as ações coletivas (compartilhamento dos próprios eventos)	25	23	15
Publicação de textos (notas de posicionamentos/ solidariedade/ denúncias)	4	5	14
Compartilhamento de notícias da mídia hegemônica	0	1	3
Compartilhamento de notícias da mídia alternativa	2	1	6
Atualização de fotos de capa	0	0	10
Compartilhamento de postagem de eventos em apoio às lutas sociais/culturais de outros coletivos	2	6	2
Compartilhamento de postagens de militantes/coletivos das lutas sociais	2	2	7
Total de postagens	48	51	75

Fonte: Mapeamento realizado na página do *Bloco de Lutas* no *Facebook*. Dados organizados pela autora.

Essa forma de publicação é percebida, por nós, como uma *tática* produzida pelo coletivo visto que, a partir desse processo, o *Bloco de Lutas* conseguiu ampliar sua esfera de abrangência em termos de visualizações e compartilhamentos, “furando a bolha” ou “ultrapassando os jardins murados do *Facebook*” (SILVEIRA, 2015,) permitindo que os eventos e as convocações das ações coletivas chegassem para mais pessoas que estão no *site*⁶⁶. Isso pode ser percebido, por exemplo, com a postagem de 20 de fevereiro de 2016, que atingiu 316 curtidas e 267 compartilhamentos. Também percebemos essa tática em outras oito publicações em 2016, nos permitindo dizer que há um número maior de visualizações nas linhas do tempo dos seus curtidores/seguidores.

A sistematização apresentada na Tabela 6 nos permite dizer que, no ano de 2017, há um aumento significativo do uso da funcionalidade “Criar eventos”. Essa tática é relevante visto que o momento sociopolítico em Porto Alegre, e também no Brasil, solicita aos movimentos sociais maior mobilização e que as lutas sejam visibilizadas.

Ao mesmo tempo, há uma diminuição significativa no compartilhamento dos próprios eventos, ou seja, das convocações para as ações coletivas organizadas pelo *Bloco de Lutas*, mostrando uma mudança das ações comunicativas. A mudança da tática

⁶⁶ Não tivemos acesso às métricas que os administradores, mediadores ou editores da página têm para perceber a circulação, número de visualizações, público atingido, entre outros. Reiteramos que essa avaliação vem do acompanhamento e percepção das publicações e das interações estabelecidas.

comunicacional para as convocações está no uso da funcionalidade “Foto de Capa”, que acompanha uma lógica social de quem busca informações rápidas e mais visuais.

Analisando os dados, percebemos que, em 2017, há também um aumento de quase 200% no número de publicações, com textos que incluem notas de solidariedade, denúncias de violências e notas de posicionamento do *Bloco de Lutas*. Além disso, há o aumento das publicações que são compartilhamentos da mídia alternativa e das postagens de militantes e coletivos que se vinculam às lutas sociais, demonstrando mudanças táticas de comunicação e expressando nestas apropriações do *Facebook* um esforço de articulação em rede.

Foram produzidas e compartilhadas, de outros coletivos e movimentos sociais tradicionais, notas de posicionamentos sobre o aumento das passagens, repressão e violência policial aos militantes dos coletivos que ocupam os espaços públicos e sobre os atos públicos. Nesse sentido, entendemos que as produções de conteúdos dão a ver as lutas, os conflitos e as resistências vivenciados no dia a dia dos movimentos sociais e dos militantes, em outras formas de narrativas e perspectivas que são colocadas em circulação e mediação junto aos curtidores/seguidores da página.

As reportagens que compartilham da mídia alternativa são aquelas que produzem apoio aos processos de luta do coletivo, sem qualquer interferência no posicionamento, ou seja, o *link* é apenas compartilhado. Isso dá a ver os modos de se relacionar e perceber os meios de comunicação hegemônicos/alternativos, as percepções das lutas sociais e as propostas de sociedade que estes meios representam (linhas editoriais). As postagens que compartilham de mídias hegemônicas são relacionadas à cobertura produzida sobre as ações coletivas. São acompanhadas de texto ou nota que traz o posicionamento do coletivo, apontando para um modo de denunciar algo que consideram irregular, ou em desacordo com a posição do *Bloco de Lutas*.

Evidenciamos, nessas formas de publicações, a apropriações da plataforma do *Facebook* numa emergência da cidadania comunicativa, em que a geração e distribuição de conteúdo têm com objetivo pautar a luta travada pelo *Bloco de Lutas* em Porto Alegre.

É importante dizer que o uso do *Facebook* para convidar e convocar os diferentes atores sociais para as ações coletivas aponta para uma restrição dos processos comunicacionais, percebida principalmente durante os anos de 2015 e 2016. O limite desse processo comunicacional está em não ampliar o acesso e a participação, entendendo-o como um espaço inclusivo e de capacitação apenas para sujeitos que compõem o *Bloco*. Se entendermos, de uma forma simplificada, que a cidadania

comunicativa está no acesso e apropriação dos meios pelos sujeitos de direitos e no reconhecimento destes, percebemos que essa limitação na produção de conteúdos e sua circulação possibilitaram restrições de participação (presencial e comunicacional) nas ações coletivas e nas formas de lutas e resistências concretas do coletivo.

No entanto, com as mudanças dos contextos sociopolíticos em Porto Alegre, o coletivo empenhou-se em ampliar os usos e pluralizou os conteúdos, orientando-se para textos reflexivos na tentativa de uma participação e diálogo maior com os curtidores/seguidores, principalmente a partir dos espaços presenciais e/ou ações coletivas – para nós, essa tentativa se percebe na campanha “Os seis de Porto Alegre são inocentes: estamos com eles” e nas publicações de textos de posicionamento do coletivo, em 2017. Essas mudanças de táticas comunicativas apontam para uma possibilidade de flexibilidade e adaptabilidade, advindas de uma demanda externa (sujeitos criminalizados e judicializados) com a necessidade de apoio. Dessa forma, o “estamos com eles” é uma forma de conectar-se com outros atores sociais, participar das lutas e ser capaz de produzir alterações na vida concreta no âmbito do digital.

b) As temáticas das postagens

Durante o período que observamos e acompanhamos o *Bloco de Lutas*, podemos dizer que as principais temáticas abordadas são o “transporte público” e o “não aumento da tarifa da passagem”, como se pode ver na sistematização dos dados apresentada na Tabela 7.

Tabela 7 – Temáticas, por ano, do *Bloco de Lutas*.

Temáticas das postagens	Número de postagens por ano		
	2015	2016	2017 (jan/jun)
Mobilidade Urbana / Transporte Público	14	13	23
Não aumento da passagem	23	27	21
Violência policial	2	2	5
Moradia Popular	2	0	2
Contra a PEC 241/55	0	4	0
Criminalização dos movimentos sociais	1	2	10
Atos descentralizados do <i>Bloco de Lutas</i> (ações coletivas)	5	0	9
Privatização do transporte coletivo	0	1	0
Luta dos rodoviários	0	1	0
Relatos de usuários do transporte coletivo	0	0	1
Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre	0	0	1
Contra as reformas trabalhista e previdenciária	0	0	3
Lutas das mulheres	1	1	0
Total de postagens	48	51	75

Fonte: Mapeamento realizado na página do *Bloco de Lutas* no *Facebook*. Dados organizados pela autora.

O primeiro tema, o *não aumento da tarifa da passagem*, é o “carro chefe” para a formação da frente de luta. É a temática que mobiliza internamente o coletivo para os processos de rearticulação anualmente, mas também é aquela cujos textos, imagens e vídeos são construídos para mobilizar a sociedade porto-alegrense. A temática é entendida pelo coletivo a partir do viés de que as empresas de ônibus não reinvestem seu “lucro” na qualificação do transporte para a população, de que há uma grande precarização do trabalho dos motoristas e cobradores e de que os usuários são aqueles que “pagam a conta”. Apontam, ainda, que é a população das periferias que mais precisam do transporte coletivo, visto que se deslocam em grandes distâncias para terem acesso ao trabalho, aos equipamentos públicos e bens simbólicos, localizados nos centros urbanos.

Figura 8 – Publicação na página do *Bloco de Lutas*.

Bloco de Luta pelo Transporte Público
28 de fevereiro de 2016 · 🌐

A DERRUBADA NO AUMENTO DA PASSAGEM ESTÁ AMEAÇADA! TOD@S ÀS RUAS!
SEGUNDA-FEIRA, 17h30, EM FRENTE À PREFEITURA!

Pela força da nossa mobilização após o segundo grande ato do Bloco de Lutas, fomos vitoriosos e obrigamos a justiça a aceitar a liminar que suspendeu o aumento da passagem. Mas agora, esta conquista está ameaçada!

Na próxima quinta-feira (03/03), haverá reunião do COMTU (Conselho Municipal de Transporte Urbano) na EPTC, às 11h da manhã. Trata-se de uma manobra escandalosa entre Fortunati/Melo e a máfia dos empresários dos transportes mais uma vez, para tentar forçar o aumento da passagem goela abaixo na população.

Por isso, segunda-feira, dia 29/02, tod@s ao terceiro grande ato do Bloco de Lutas contra o aumento da passagem!
Seguiremos em mobilização PERMANENTE até a completa revogação do aumento, ampliando a nossa mobilização pela força das ruas!

Confirme presença no evento: <https://www.facebook.com/events/1651633568435386/>



Convocação para a ação coletiva. Publicação de 28 de fevereiro de 2016. **Fonte:** Página do *Bloco de Lutas* no *Facebook*.

Somado a isso, podemos dizer, a partir das publicações, que a luta pelo não aumento da passagem é entendida como social e popular. Essa perspectiva fica clara e bem expressa tanto nos textos, vídeos e imagens produzidos pelo coletivo, quanto no compartilhamento das “Notas”, “Eventos” e “Denúncias”, organização das ações coletivas descentralizadas, entre outras.

O segundo tema, do *transporte público*, ligado ao primeiro e de forma mais ampla, é tratado como um direito de acesso à cidade, de ir e vir, da mobilidade urbana entendida como um direito à cidade. Há a compreensão de que o transporte público e de qualidade é um direito de todos os cidadãos que compõem a cidade. Os textos das publicações propõem que esse tema passa a ter relevância na vida das pessoas que vivem nas cidades devido à precarização e à falta de investimento no transporte coletivo e dos trabalhadores do setor.

Figura 9 – Comentários na postagem do *Bloco de Lutas*.

Bloco de Luta pelo Transporte Público
1 de fevereiro de 2016 · 🌐

Manifesto pela Rearticulação do Bloco de Luta Pelo Transporte Público:
não ao aumento da passagem, em defesa de um transporte 100% público!

Não vamos pagar pela crise dos ricos! Rearticular o Bloco já!

O ano de 2015 foi um sufoco para os trabalhadores e as trabalhadoras. Necessidades básicas do povo como água, energia elétrica, alimentos, gasolina, passagem de ônibus etc., assim como o IPTU aumentaram absurdamente. Ao passo que população não tem mais como pagar por suas necessidades básicas, ao passo que o desemprego e a exploração aumentam.

Já no início de 2016, o custo de vida tem aumentado mais ainda. A situação do país indica que, neste ano, haverá um aprofundamento da crise econômica pela qual nosso país está passando. Esta crise é reflexo da crise que atinge todos os países capitalistas, sendo, aqui no Brasil, também uma crise política. No Congresso, deputados e senadores eleitos em campanhas milionárias se misturam em negociatas e se enfrentam em disputas de poder para garantir os interesses daqueles que realmente os financiam: os grandes empresários, banqueiros e donos do agronegócio. Poucos são os políticos que realmente atuam em defesa dos interesses do povo.

A crise política se con capitalista, que aumer nos partidos políticos. Esse descrédito é muit tem influência nas gra

Os capitalistas e seus aplicando um pacote sobre a classe trabalh e querem arrochar as ao passo que mandan

O transporte público, em meio à crise, é um dos direitos mais atacados!

Em Porto Alegre, os preços estão a cada ano mais altos, ao passo que as condições do transporte público não melhoram. Tudo TRI caro, tri lotado e tri demorado! Ar? Não tem. Manutenção? Inadequada! Linhas? Correm o risco de serem cortadas, não atendendo o transporte interno dentro das comunidades. Estudantes das escolas tem seu "Vou À Escola" cortado. E os trabalhadores do transporte? Cada vez mais precarizados, sem segurança e aumento salarial digno. Enquanto isso, os empresários do transporte lucram cada vez mais.

José Fortunati prometeu que, com a nova Licitação do Transporte Público, o serviço melhoraria. Mas isso não aconteceu. As empresas que operam hoje são as mesmas que já operavam antes de forma ilegal. Seguem aumentando a tarifa acima da inflação, a fim de garantir os seus lucros.

Publicação de rearticulação do *Bloco de Lutas*, do dia 01 de fevereiro de 2016. **Fonte:** Página do *Bloco de Lutas* no *Facebook*.

Nesse sentido, as propostas do *Bloco de Lutas*, em suas publicações, são de posicionar-se diante do tema, de modo a provocar uma reflexão e a mobilização interna individual para a participação nas ações coletivas, principalmente por entenderem que o direito à cidade está ligado à necessidade que os sujeitos têm dos deslocamentos diários nos centros urbanos, desde os locais de trabalho, aos equipamentos públicos de educação, saúde, cultura e lazer, entre outros. Essa temática aponta para o debate sobre a garantia necessária para o acesso e utilização dos serviços, bem como sobre as condições e dificuldades do mesmo. A luta aparece nas convocações das ações coletivas, na construção da argumentação, nas “notas de posicionamento” e no compartilhamento de notícias dos meios hegemônicos, como modos de situar a crítica e a leitura da realidade.

Outra temática que teve uma ascendência nas postagens realizadas no último período é relativa à *criminalização dos movimentos sociais*, principalmente devido ao processo judicial-crime que seis jovens vinculados ao *Bloco de Lutas* respondem. Em uma publicação postada no dia 20 de junho de 2017, o coletivo fala sobre a constituição do *Bloco de Lutas* numa frente ampla, reunida por diferentes e diversos movimentos sociais, sindicais, partidos políticos, organizações populares, entre outros. Faz a relação com as “Jornadas de Junho de 2013”. Também aponta que, devido ao crescimento e visibilidade do *Bloco de Lutas*, desde 2013, “foram instaurados inquéritos contra ativistas, sedes de organizações políticas foram vasculhadas pela polícia, ameaças de policiais nas ruas tornaram-se comuns” (BLOCO DE LUTAS, 2017, s/p), além de outras iniciativas de repressão e coerção vividas na ditadura militar.

Os seis jovens são acusados de associação criminosa armada “para a prática de dano ao patrimônio qualificado, explosão, furto, em concurso material e de pessoas e cometimento de lesão corporal a um policial” (BLOCO DE LUTAS, 2017, s/p). As publicações, compostas por texto e imagem, ou texto e *link* para o “Manifesto pela absolvição dos seis integrantes do Bloco de Lutas de Porto Alegre”⁶⁷ têm o intuito de mobilizar e engajar outros sujeitos sociais: “Chamamos todos os movimentos sociais, intelectuais, artistas, juristas, indivíduos e instituições comprometidas com as liberdades democráticas a somarem-se na defesa da absolvição dos jovens do Bloco e contra a perseguição aos movimentos sociais” (BLOCO DE LUTAS, 2017, s/p).

Figura 10 – Publicações na página do *Bloco de Lutas*.

⁶⁷ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/06/19/manifesto-pede-absolvicao-dos-integrantes-bloco-de-lutas/>. A íntegra do texto está no Anexo B. Último acesso em: 26 de setembro de 2017.



Publicação do dia 20 de junho de 2017, referente ao processo de criminalização dos seis jovens que participam do *Bloco de Lutas*. **Fonte:** Página do *Bloco de Lutas*.

Entendemos que o coletivo busca, no texto, provocar a reflexão e problematizar o tema da criminalização dos movimentos e sujeitos sociais que lutam pelo direito ao transporte público de qualidade, fundamentalmente, porque são esses que vão de encontro aos ataques e cerceamentos à liberdade de expressão e livre manifestação e à criminalização da pobreza.

Outras lutas sociais, políticas e populares aparecem em menor proporção nas publicações do *Bloco de Lutas*. Algumas leituras que são possíveis fazer referência: a) a violência policial – aquela exercida pelo Estado contra os manifestantes que lutam pelos direitos coletivos e individuais – está presente nas denúncias, em textos, imagens e vídeos; b) as lutas sociais e políticas com a retirada de direitos, como a PEC 241/55, a reforma trabalhista e previdenciária, entre outras; c) a luta das mulheres, que perpassou os anos

de 2015 e 2016, porque em março há diversas atividades que fazem referência ao dia 8 de março. Nesses anos, o *Bloco de Lutas* participou ativamente de algumas manifestações em apoio à luta das mulheres e das professoras do Estado do RS.

A partir da expressão das temáticas (lutas) travadas nas ruas (porque essas são materiais e concretas, vividas no dia a dia pela população trabalhadora), evidenciamos que o uso do *Facebook*, aponta para uma fala coletiva na tentativa de um exercício de cidadania comunicativa, no qual entendemos por meio do acesso ao meio, na liberdade de expressão, na tentativa de emergir outras perspectivas que estejam livres da “censura” da mídia hegemônica.

As falas coletivas, elaboradas e sintetizadas nas publicações sobre as lutas apontam para a percepção da necessidade de ocupar os espaços públicos por meio das ações coletivas, num espírito de superação para uma outra organização social. As ruas são o palco onde as reivindicações têm a potência para mudar as estruturas sociopolíticas, e os usos e as apropriações do *Facebook* são elementos facilitadores na circulação das narrativas.

O limite do uso do *Facebook* pelo *Bloco de Lutas*, assim como para o *Defesa Pública da Alegria*, está em ser um ambiente que é controlado, no qual os algoritmos definem os conteúdos que serão exibidos nas *timelines* dos usuários, recriando arquiteturas que permitem a vigilância do coletivo e de quem interage com ele.

c) As linguagens midiáticas

O *Bloco de Lutas* busca utilizar diferentes recursos multimídias nas suas publicações. No período de acompanhamento, fez uso de texto e imagem, texto e *link*, texto, *link* e imagem, texto e vídeo. As imagens, em sua maioria, foram produzidas para registrar as ações coletivas (posteriores ao acontecimento da ação). O mesmo acontece com os vídeos. São produzidos por sujeitos que estavam nos atos ou manifestações, ou acompanharam parte da ação.

As imagens usadas para a criação de eventos (funcionalidade disposta no *Facebook*), por exemplo, são combinadas com texto, chamando e “concretizando” atos públicos ocorridos em outros momentos ou anos, dando a ideia de cidade em movimento por causa das ações coletivas ocorridas nas ruas. Os textos produzidos nos remetem a um tipo de linguagem usada nos cartazes (impressos) das décadas de 1970/1980, quando os

movimentos sociais lutavam pela redemocratização do país e pelas *Diretas já*. Isso pode ser conferido na figura 11.

Figura 11 – Publicações na página do *Bloco de Lutas*.



Imagem 20 (esquerda): Uso de texto, *link* para o evento no *Facebook* e imagem, com linguagem inclusiva de gênero, convocando para o ato contra o aumento da passagem. Imagem 21 (direita): Uso de texto e imagem, chamando para ação coletiva para a ocupação do espaço público.

Fonte: Página no *Facebook* do *Bloco de Lutas*.

Ainda, percebemos que não é possível identificar rostos e/ou pessoas: “é o povo ocupando as ruas”. Essas imagens remetem ao que Jesús Martín-Barbero (2009) fala do compartilhamento da concepção do popular entre as teorias anarquistas e marxista, presentes em muitos dos coletivos que compõem o *Bloco de Lutas*, que tem como base a afirmação da origem social, estrutural da opressão como dinâmica de conformação da vida do povo e da necessidade de resistência e luta para romper com essas dinâmicas.

As imagens produzidas para os eventos buscam um plano geral, de uma multidão caminhando, para que nenhum militante/sujeito possa ser identificado e, assim, criminalizado por fazer parte das ações coletivas. Também materializam as ações coletivas, valorizando o conjunto de sujeitos que participam. Essas imagens passaram a ser “atualizadas” como “Foto de Capa” na página, colocando em circulação e mediando

as informações das convocações para as ações coletivas. Entendemos essa atualização como uma *tática* comunicacional adotada pelo *Bloco de Lutas* em 2017. No entanto, esta parece não ter proporcionado ao coletivo o rompimento da bolha, visto que o número de curtidas e, ou compartilhamentos foi baixo.

Figura 12 – Publicações na página do *Bloco de Lutas*.



Mosaico com as “Fotos de Capa” produzidas em 2017 para a circulação das ações coletivas e campanha de apoio aos sujeitos criminalizados/judicializados. **Fonte:** Página no *Facebook* do *Bloco de Lutas*.

O uso de texto e imagens, como nas postagens que denunciam a violência e repressão policial, revelam a realidade concreta vivenciada nas ruas pelos sujeitos que compõem o *Bloco de Lutas*, por meio das ações coletivas. Assim, o movimento sociocomunicacional registra suas aspirações sociopolíticas ao conferir uma imagem da cidade diferente do cotidiano, criticando o capitalismo (através do sistema do transporte

coletivo de Porto Alegre na relação Prefeitura Municipal, empresas de ônibus e COMTU) e chama as pessoas para a luta e resistência política.

Quando esses textos são acrescidos de vídeo, somam-se a possibilidades de expressão de sensibilidades causadas pelos atos: sons, clima, sensações e sentimentos. Nesse sentido, percebemos que poucos vídeos têm a preocupação em produzir a partir de enquadramento ou planos melhor construídos. São vídeos desenvolvidos no processo do acontecimento das ações, colocando os sujeitos em diferentes ângulos, espaços e expressividades. Essas imagens produzidas pelo movimento sociocomunicacional nos remetem a uma possibilidade de construção de uma narrativa de vivências no *Bloco de Lutas*, na tentativa de sensibilizar os curtidores e seguidores, para alavancar o sentido das lutas e, assim, atrair mais pessoas para ocupar os espaços públicos.

Não pretendemos analisar elementos gráficos ou mesmo narrativas, contudo, apontamos as sensibilidades percebidas de um tipo de perspectiva dos processos comunicacionais produzidos no movimento, a partir dos conhecimentos de produção de conteúdo dos sujeitos que compõem a Comissão de Comunicação do *Bloco de Lutas*.

d) Os fluxos de interação

No período analisado, 15.997 pessoas curtiram as postagens do *Bloco de Lutas* e 15.722 pessoas seguiam a página. A diferença entre uma função e outra está naqueles que apoiam e recebem as informações da página (os curtidores) e aqueles que apenas querem ter informações sobre as publicações da página (seguidores). Ao curtir a página, o usuário passa a segui-la automaticamente. Essa informação se torna relevante para analisarmos os números de interações por ano, conforme a sistematização apresentada na sequência (Tabela 8).

Tabela 8 – Interações, por ano, do *Bloco de Lutas*.

Tipos de interação	Número de interações por ano		
	2015	2016	2017 (jan/jun)
Curtidas	1.330	3.229	1.425
Comentários	76	198	125
Compartilhamentos	557	1.003	941
Total de postagens	48	51	75

Fonte: Mapeamento realizado na página do *Bloco de Lutas* no *Facebook*. Dados organizados pela autora.

No período em que acompanhamos, observamos e coletamos as informações dispostas na página do *Bloco de Lutas* no *Facebook*, percebemos que as conversações, negociações, mediações e conflitos entre os usuários que curtem e seguem a página não eram tratadas pelo movimento sociocomunicacional nesse espaço. Essas percepções são reforçadas nas entrevistas durante a pesquisa de campo, tanto na *fase exploratória*, quanto na *fase sistemática* que serão tratadas no Capítulo 5.

Os comentários nas postagens têm um número muito baixo (menos de cinco comentários por publicação), quando têm. Em 2016, há um diferencial, um aumento considerável no número de “curtidas” e “comentários” nas publicações. Isso evidencia que, nesse ano, houve uma preocupação maior da Comissão de Comunicação em mediar as publicações (talvez tenham utilizado as métricas oferecidas pelo *Facebook*) para mantê-las mais tempo circulando e, assim, ampliar a abrangência das postagens. Nesse sentido, destacamos as publicações de 20 e 28 de fevereiro de 2016, convocando para o 2º e o 3º Ato contra o aumento da passagem, respectivamente, com 41 e 30 comentários, e a publicação do dia 01 de novembro de 2016, com a reportagem da rádio Gaúcha com o Prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, sobre a privatização da CARRIS.

É importante dizer que os comentários realizados são das pessoas que curtem/seguem a página. O uso do *Facebook* para interações específicas, a partir das postagens, transforma o ambiente em um espaço de conversação entre os curtidores e seguidores da página. Inclusive para aqueles que são contrários ao movimento. Ao não mediar e interagirem com os curtidores e seguidores, deixam de criar argumentos e condições que legitimam as ações coletivas.

Quando “abrimos” os comentários dessa publicação, por exemplo, há um número expressivo de pessoas que discordam da posição do *Bloco de Lutas*. Os comentários são de repúdio e depreciação dos serviços públicos, de crítica ao movimento social, entre outros. Em dois momentos, pessoas diferentes conversam entre si, e percebemos falas que incitam a violência aos sujeitos que pertencem ao grupo, numa declaração da diferença e na afirmação da exclusão.

Figura 13 – Publicações na página do *Bloco de Lutas*.



Publicação mais comentada do ano de 2016. **Fonte:** Página no *Facebook* do *Bloco de Lutas*.

A conversação foi desencadeada pelos comentários entre as diferentes reações discursivas e posições sociopolíticas dos curtidores e seguidores da página. No entanto, com a **não** mediação do *Bloco de Lutas* nesse processo, apresentam limites de participação e acesso à informação, o que também acaba por restringir a legitimidade do coletivo nesse espaço. Percebemos que os curtidores e seguidores, ao reagirem à publicação do coletivo, podem ter intenções diferentes que as propostas pelo *Bloco de Lutas*, como por exemplo, a não participação política, favorecendo um debate de forma negativa, concebido com discussões singulares e esvaziadas, sem entendimento partilhado sobre o que é comum e a coisa pública.

Figura 14 – Publicações na página do *Bloco de Lutas*.



Comentários (parte 1) da publicação mais comentada em 2016 (referente à imagem 7). **Fonte:** Página no *Facebook* do *Bloco de Lutas*.

Dessa forma evidenciamos um esvaziamento no que se refere à apropriação do *Facebook* pelos sujeitos comunicantes do *Bloco de Lutas*, visto que estes não estão atentos às reações das conversações geradas na página. Entendemos que vivemos em um momento de crise sociopolítica que pode intensificar os conflitos e hostilidades já existentes, ou ainda fazer surgirem novos. Ao não medirem e interagirem com os curtidores e seguidores, os sujeitos comunicantes do coletivo deixam de criar argumentos e condições que legitimam as ações coletivas, as lutas e as resistências, como também, possibilitam que os conflitos e as hostilidades se intensifiquem contra a classe trabalhadora.

Figura 15 – Publicações na página do *Bloco de Lutas*.



Comentários (parte 2) da publicação mais comentada em 2016 (referente à imagem 7). **Fonte:** Página no *Facebook* do *Bloco de Lutas*.

Percebemos que não há uma preocupação no processo de mediação, ou negociação nas conversações por parte dos membros da Comissão de Comunicação (responsáveis pelas publicações), ou alguém que responde em nome do *Bloco de Lutas* no espaço do *Facebook*.

Para que as interações acontecessem de modo mais engajado e ativo na página do *Bloco de Lutas*, seria preciso ter pessoas dedicadas exclusivamente para esse processo no ambiente digital, visto que, para manter a conversação ativa, há necessidade de persistência e replicabilidade (comentar e responder aos comentários) para manter as audiências visíveis. Ou seja, demandaria um esforço maior, principalmente quando os curtidores/seguidores e usuários do *Facebook* têm algo a dizer sobre as lutas e reivindicações.

Dessa forma, podemos dizer que os sujeitos que compõem o *Bloco de Lutas* e a Comissão de Comunicação compreendem que o espaço de negociação, discussão e

participação é nas assembleias públicas, ou nas comissões. Essa nossa percepção é reafirmada nas entrevistas com os sujeitos comunicantes. Dessa forma, Silveira (2015) nos ajuda a pensar na perspectiva de que os espaços presenciais ganham ainda mais sentido para as lutas, as resistências e as reivindicações do *Bloco de Lutas* porque estas são do interesse público, da sociedade, e por isso precisam ser construídas de forma coletiva, e não num ambiente privado, que pode ser cerceador para o debate sociopolítico, visto que o *Facebook* permite controles, conduz trajetórias de navegação, entre outros.

As publicações mais curtidas e/ou compartilhadas no período (aquelas que atingem igual ou mais de 50 curtidas) estão vinculadas, principalmente, à convocação para as ações coletivas e às denúncias da violência policial junto aos sujeitos do coletivo nos atos públicos, por exemplo.

Se analisarmos a Tabela 8, percebemos que há um número baixo tanto de postagens, quanto de curtidas e compartilhamentos. No entanto, percebemos que, entre 2015 e 2016, houve um aumento de quase 100% do número de compartilhamentos, que tentou se manter em 2017. Esses números podem caracterizar uma mudança de tática comunicacional do coletivo, ao buscar um maior engajamento entre os sujeitos comunicantes que compõem o *Bloco de Lutas*, bem como aqueles que estão presentes nas ações coletivas. O compartilhamento é caracterizado pelo *hiperlink* e hipertextualidade, numa tentativa de ampliar a circulação, o que permite facilitar o acesso e a circulação da informação proposta pelo coletivo. Ou seja, dá ao sujeito que curte e ou segue a página uma “autoria” para a difusão da informação, e na própria produção, pois a autoria passa a ser coletiva, onde cada sujeito que compartilhou constrói e se apropria de um itinerário.

4.2 PROCESSOS COMUNICACIONAIS PRESENCIAIS E AÇÕES COLETIVAS

Neste item, reconstruímos as ações coletivas relativas aos movimentos sociocomunicacionais investigados, nas quais participamos das ações coletivas, articuladas com o contexto sociopolítico cultural. Observamos e participamos das atividades convocadas através do *Facebook* que circularam por meio das páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*. É importante dizer que, durante o período de 2016/2 e 2017/1, o *Defesa Pública da Alegria* não “convidou” os curtidores/seguidores da página para ações coletivas criadas e desenvolvida por eles.

4.2.1 *Defesa Pública da Alegria*

Em dezembro de 2015, a luta que estava em pauta no *Defesa Pública da Alegria* era sobre a não privatização do Cais Mauá. O *Defesa Pública da Alegria* compõe um coletivo de coletivos, denominado “Cais Mauá de Todos”. Junto a esse coletivo de coletivos, o *Defesa Pública da Alegria* é responsável pela administração da página e publicações.

Chamado pelo *Defesa Pública da Alegria* e pelo “Cais Mauá de Todos”, no dia 21 de dezembro de 2015, no Largo Peres, foi realizado o “Escracho por um Cais Mauá público!”. A ação político-cultural⁶⁸ contou com intervenções de música, confecção de cartazes, desabrigo à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e um ato de recompra do Cais Mauá. Os diversos MS, ONGs e outras instituições que fazem parte do “Cais Mauá de Todos” usaram o microfone para falar da possível construção de um *shopping*, hotel, centro de compras e garagem para 4000 veículos, privatizando o espaço público. A atividade contou com aproximadamente 200 pessoas.

Figura 16 – Escracho por um Cais Mauá público – ato *Defesa Pública da Alegria*.



Escracho por um Cais Mauá público, Largo Glênio Peres, 21 de dezembro de 2015. **Fonte:** Arquivo pessoal.

Durante a concentração da ação coletiva, a presença de músicos de samba conferiu um clima de alegria e festividade e diversas pessoas pararam para saber do que tratava o ato público. Aos poucos, várias faixas foram estendidas no chão, expressando o motivo

⁶⁸ Notícia veiculada no Jornal Correio do Povo, em 22 de dezembro de 2015, disponível em: www.correiodopovo.com.br/blogs/fotocorreio/?p=6875. Último acesso em: 17 de abril de 2016.

da ação coletiva. Também, aos poucos, as pessoas foram se aglutinando em volta das faixas e ouvindo o que parecia uma bateria de escola de samba, com um grupo de aproximadamente cinco pessoas.

As faixas traziam dizeres como: “o cais do porto é o cais de todos”, “Cais Mauá para todos, Porto Alegre resiste!”, “A orla do Guaíba não está à venda!”, “A história de muitos X o lucro de poucos”. Algumas confeccionadas na hora com tecido (branco) e spray (azul), outras produzidas com mais tempo e de organizações mais institucionalizadas, com uso de poucas cores, conforme a imagem a seguir:

Figura 17 – Escracho Cais Mauá de Todos – faixas.



Faixas do Escracho por um Cais Mauá público, em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 21 de dezembro de 2015. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria*, no *Facebook*.

O ato possibilitou que as diversas organizações que compõem o coletivo “Cais Mauá de Todos” expusessem os motivos para não privatizar o Cais Mauá. A fala do *Defesa Pública da Alegria* nos pareceu didática e de uma certa expressão teatral. Apontou para a necessidade de se repensar o Centro Histórico como um espaço de acesso à cultura e ao lazer para todas as pessoas que circulam e vivem no centro da cidade. Fundamentalmente, expressaram o entendimento de que a privatização do Cais Mauá

limita não só o acesso aos espaços públicos, como também transforma o que é público em um lugar de consumo, onde cada cidadão e cidadã é reduzido a um consumidor. Passam a ter “direito” de estar ali aqueles que podem pagar para isso.

Outras falas, como a da *Associação de Moradores do Centro Histórico*, apontaram que não houve um processo de participação popular no projeto e, por isso, foi desconsiderado o impacto na vida, no dia a dia das pessoas que vivem na região. O *Instituto dos Arquitetos do Brasil* (IAB) de Porto Alegre denunciou fraudes no processo licitatório, irregularidades no contrato de concessão e o atraso do regime urbanístico municipal.

Muitas pessoas que circulavam no *Largo Glênio Peres* paravam para ouvir sobre o que tratava a manifestação. Algumas pareciam concordar com o que estava sendo dito ao manifestarem-se através de aplausos e gritos de apoio, como “Fora Fortunatti!”. Quando abordados por algum dos sujeitos do “Cais Mauá de Todos”, as pessoas queriam saber mais sobre o assunto. Outras tantas passaram sem se importar com o que estava acontecendo. Não observamos comportamentos de retaliação à ação por parte dos transeuntes.

Alguns sujeitos do *Defesa Pública da Alegria* distribuía panfletos e conversavam com os transeuntes com o objetivo de sensibilizá-los, convidando-os a ficar e participar da ação coletiva. O panfleto, em preto e branco (reproduzido por fotocópia), trazia uma ilustração do Cais Mauá e do Arco da praça, atrás do Mercado Público, situado na entrada da Estação Mercado do trem com pessoas sobre ele. Com a frase: “Escracho por um Cais Mauá público!”⁶⁹, explicava, brevemente, do que se tratava a ação coletiva e com programação. Foi assinado pelos coletivos *Defesa Pública da Alegria*, *Cais Mauá de Todos* e *Cidade que queremos*.

Observamos certa disponibilidade das pessoas em ouvir e permanecer no ato. Muitas, com olhares curiosos, permaneceram para o ato de recompra do Cais do Porto Mauá, quando foram entregues a funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Alegre sacolas de dinheiro falso. Também foram jogadas para o alto várias notas de dinheiro falso, como uma manifestação de repúdio à privatização dos diversos espaços públicos de Porto Alegre. Um desabrço à Prefeitura e a exposição das faixas, de modo a propor que as pessoas se aproximassem para entenderem o que significa a privatização do Cais Mauá, fecharam o ato quando, aos poucos, houve a dispersão das pessoas.

⁶⁹ O panfleto encontra-se no Anexo A.

Figura 18 – Desabração à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.



Desabração à Prefeitura Municipal de Porto Alegre em ato contra a privatização do Cais Mauá, em 21 de dezembro de 2015. **Fonte:** Página do *Defesa Pública da Alegria*, no *Facebook*.

Durante o ano de 2016 e 2017, tanto na *fase exploratória*, quanto na *fase sistemática* da investigação, o *Defesa Pública da Alegria* não organizou e realizou ações coletivas chamadas por ele. O refluxo das ações coletivas é percebido por nós como reflexo dos contextos sociopolíticos e culturais vivenciados não só em Porto Alegre, mas também no âmbito nacional, devido, entre alguns fatores, ao aumento do fascismo social e à forte repressão e criminalização dos movimentos sociais.

Avaliamos que esse refluxo é demonstrado não só pela ausência de proposições de ações coletivas, como no uso da página no *Facebook*, visto que houve um aumento considerável no compartilhamento das ações coletivas organizadas por outros movimentos sociais, modificando os fluxos de informações e as apropriações dos processos comunicacionais realizados pelo *Defesa Pública da Alegria* como analisamos anteriormente.

Nossa percepção sobre o refluxo e desarticulação do *Defesa Pública da Alegria* foram tratados junto aos sujeitos comunicantes nas entrevistas (desenvolvidas e analisadas no Capítulo 5).

4.2.2 *Bloco de Lutas*

No final do mês de janeiro de 2016, o *Bloco de Lutas* se rearticula e são organizados seis atos contra o aumento da passagem, nos dias 16/02, 22/02, 29/02, 03/03, 07/03 e 04/04. Além disso, o MS deu apoio a outros atos, em lutas entre os meses de fevereiro e abril, a exemplo do “Ato classista e independente”, no Dia Internacional da Mulher. Foi no primeiro ato (16/02) que pudemos nos aproximar mais do MS.

O primeiro ato⁷⁰ foi marcado pela adesão de mais de 500 pessoas no protesto. Percebemos uma grande pluralidade de atores sociais participando do ato: partidos políticos como PSOL, PT, PSTU, diversos coletivos, sindicatos, grupos anarquistas, entre outros. Durante a marcha pelas ruas de Porto Alegre, as falas exprimiam críticas ao governo municipal e à defesa de um transporte público e gratuito.

No dia do aumento das passagens (22/02/16), foi articulado um ato que agregou duas mil pessoas. A concentração aconteceu em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e seguiu em caminhada pelo centro, passando pelo Túnel da Conceição e seguindo pelas Avenidas João Pessoa e Salgado Filho. A marcha encerrou no Largo Zumbi dos Palmares, no bairro Cidade Baixa. Durante o ato, os participantes queimaram uma catraca de madeira, simbolizando as barreiras da mobilidade urbana.

Figura 19 – Ato do *Bloco de Lutas*.

⁷⁰ Conforme notícia publicada no Jornalismo B: <http://jornalismob.com/2016/02/16/luta-contr-aumento-nas-passagens-e-retomada-em-porto-alegre-em-ato-com-centenas-de-pessoas/>. Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.



2º Ato do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, em 22 de fevereiro de 2016. **Fonte:** Arquivo pessoal.

Nesse mesmo dia, vereadores do PSOL (Fernanda Marchiori e Alex Braga) ingressaram com uma ação no Foro Central de Porto Alegre, questionando o aumento, entendido como abusivo. No dia 24 de fevereiro de 2016, a justiça suspendeu o aumento e determinou que o valor voltasse a R\$ 3,25.

As assembleias e as mobilizações continuaram a fim de garantir que a suspensão não fosse embargada. No ato do dia 29 de fevereiro⁷¹, a concentração foi em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Conforme foi decidido em assembleia, o alvo da marcha seriam as empresas de transporte. As pessoas caminharam por cinco quilômetros, em um trajeto que só foi conhecido no momento da marcha por todos os participantes, que passou pela Empresa Pública de Transportes e Circulação (EPTC). O ato encerrou no Largo Zumbi dos Palmares, no bairro Cidade Baixa.

Figura 20 – Ato do *Bloco de Lutas*.

⁷¹ Informações disponíveis em: <http://jornalismob.com/2016/02/29/com-caminhada-de-cinco-quilometros-bloco-de-luta-pelo-transporte-publico-protesta-em-porto-alegre/>. Último acesso em: 30 de março de 2016.



Ato do *Bloco de Lutas*, em 29 de fevereiro de 2016. **Fonte:** Jornalismo B⁷².

No dia 03 de março⁷³, o ato teve uma grande adesão dos movimentos estudantis secundaristas. A marcha saiu do Colégio Estadual Júlio de Castilhos (o Julinho), no bairro Santana, e se dirigiu à sede da EPTC, onde ocorria a reunião do Conselho Municipal de Transporte Urbano (COMTU).

Na marcha, palavras de ordem e faixas chamavam a atenção por onde passavam, até chegarem à frente aos portões da EPTC. Exigiam que os membros do COMTU barrassem o reajuste das tarifas. Quando a reunião iniciou, os secundaristas se dirigiram para a Avenida Ipiranga, na esquina com a Avenida Erico Veríssimo (em frente ao prédio do jornal *Zero Hora*), e bloquearam momentaneamente o trânsito. O ato iniciou pacífico, mas a tropa de choque da Polícia da Brigada Militar investiu contra os estudantes com bombas de efeito moral.

O ato do dia 07 de março de 2016 apresentava um esvaziamento. Percebemos que a população, nas ruas de Porto Alegre, estava entendendo que a tarifa seria mantida por R\$ 3,25, por isso não tinha mais necessidade de ocupar as ruas. A marcha seguiu por um

⁷² Disponível em: <http://jornalismob.com/2016/02/29/com-caminhada-de-cinco-quilometros-bloco-de-luta-pelo-transporte-publico-protesta-em-porto-alegre/>.

⁷³ Disponível em: <http://jornalismob.com/2016/03/03/brigada-militar-lanca-bombas-em-jovens-que-protestavam-contra-novo-aumento-na-passagem/>

trajeto mais curto. Nessa ação coletiva, os sujeitos do *Bloco de Lutas* conversaram com as pessoas nas ruas, nas paradas de ônibus, entregando panfletos e explicando a importância de manterem-se mobilizados e denunciando o reajuste abusivo.

Figura 21 – Ato do *Bloco de Lutas*.



Ato do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, 07 de março de 2016. **Fonte:** Guilherme Santos / Sul 21⁷⁴

O último ato ocorreu no dia 04 de abril de 2016, depois que o aumento da tarifa voltou a entrar em vigor. O *Bloco de Lutas* se concentrou em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e marchou pelas ruas centrais, conversando com as pessoas, convidando-as para aderirem à manifestação, carregando faixas e criticando o governo municipal. Contudo, as pessoas não se somaram à manifestação e o *Bloco* marchou até o Largo Zumbi dos Palmares, na Cidade Baixa, com aproximadamente 400 pessoas, militantes das diversas organizações que o compõem: de movimentos anarquistas, dos estudantes secundaristas, do DCE da UFRGS e de universidades privadas, juventude dos partidos políticos como o PT e PSOL, entre outros.

Figura 22 – Ato do *Bloco de Lutas*.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-luta-volta-a-protestar-para-que-passagem-se-mantenha-a-rdollar-325/>.



Ato do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, em 04 de abril de 2016. **Fonte:** Guilherme Santos/Sul 21⁷⁵

Entre o quinto e o sexto ato, houve um esvaziamento do MS. Refletimos que o quadro político nacional foi um dos fatores relevantes a incidir para que a luta se perdesse como prioridade, pois as discussões se voltaram para o processo de *impeachment* da Presidenta Dilma. No dia 30 de março, o aumento da passagem foi mantido pela justiça e, somente no dia 04 de abril, aconteceu o sexto ato.

No dia 31 de março, muitas cidades brasileiras promoveram um *Ato pela Democracia e pela Legalidade* para lembrar os 52 anos do Golpe civil-militar e defender o mandato da Presidenta. Porto Alegre mobilizou mais de 10 mil pessoas, que se concentraram na Esquina Democrática e, após, caminharam até o Largo Zumbi do Palmares. No ato político, percebemos a forte participação de uma multidão composta por diferentes atores sociais, como movimentos sociais, partidos políticos, estudantes, entre outras organizações políticas. Todos defendiam os processos democráticos na política. Todos acompanhamos, entre janeiro e agosto de 2016, a abertura do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma, as votações na Câmara dos Deputados Federais e no Senado, até a cassação do mandato.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/apos-tarifa-de-onibus-voltar-a-rdollar-375-bloco-de-luta-lidera-nova-manifestacao-na-capital/>.

O ano de 2016, pós-golpe, é marcado por diversas ocupações nas escolas secundaristas, em universidades públicas, por atos de protesto contra a PEC 241/55, a extinção das fundações estaduais (Governo Sartori), a precarização e o sucateamento do ensino público, nos diversos níveis, da saúde, entre outros direitos fundamentais. Foi um ano de agitação sociopolítica para diversos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, percebemos uma certa passividade da população de uma forma geral. Muitas pessoas diziam não compreender tudo o que estava acontecendo. Para muitos, não estava claro o que estava por vir, tanto em nível nacional, como estadual, visto que as formas de governar se mostravam muito preocupadas com a manutenção do poder do capital e pouco com as questões sociais da população, e as denúncias de corrupção e de desvios de dinheiro público só aumentavam.

Para a preparação de cada ação coletiva, uma *assembleia pública* foi convocada pelo *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* em 2016. Quando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre começou as movimentações para o aumento previsto, o MS iniciou também a sua rearticulação. Em 01 de fevereiro de 2016⁷⁶, passou a circular no *Facebook* um manifesto de rearticulação do *Bloco de Lutas* pelo não aumento das passagens que aconteceriam em poucos dias. O manifesto também chamava as pessoas para a primeira assembleia pública de 2016, no DCE da UFRGS.

As assembleias passaram a ser sistemáticas, e ocorreram em 03/02, 18/02, 24/02, 01/03, 16/03, 30/03 e 13/04, na maioria das vezes, na sede do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPRO). Estivemos em cinco das sete assembleias. Elas duravam em torno de três a quatro horas. Observamos disputas acirradas, que entendemos refletir seu caráter participativo e democrático. Nos dias com mais participantes, muitos sentavam no chão ou mantinham-se em pé. As coordenações das mesas de trabalho nas assembleias não tomaram nenhum tipo de assento diferencial em relação aos demais participantes. Observamos que esta organização não privilegiava uma disposição hierárquica, nem distâncias entre os sujeitos. De certo modo, possibilitava uma igualdade de visibilidade e audição entre os participantes. Os tempos de fala de cada participante eram determinados pela mesa, e podiam variar conforme o número de participantes. Em média, as falas eram de até três minutos. Outras informações sobre as assembleias são descritas mais a diante.

É importante dizer que, nessa etapa da pesquisa exploratória em campo, participamos das assembleias sem nos apresentarmos em nossa condição de estudante de

⁷⁶ Conforme notícia publicada no Jornalismo B: <http://jornalismob.com/2016/02/01/bloco-de-luta-chama-rearticulacao-e-marca-ato-para-o-dia-16/>. Último acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

doutorado realizando pesquisa. Foi nos alertado por interlocutores qualificados que conhecem o movimento sociocomunicacional e participam dele que, se assim o fizéssemos, poderíamos ser convidadas a nos retirarmos das assembleias públicas. Essa atitude faz parte de uma estratégia de autodefesa do *Bloco de Lutas*. Por essa razão, quando necessário, nos apresentamos como estudante de comunicação da Unisinos, como sujeito autônomo com interesse pela luta. Também não foi possível registrar as assembleias através de fotos porque estas são proibidas.

Observamos que, no início de cada assembleia, era definido quem coordenaria o trabalho e mais duas pessoas para ajudar nas inscrições das falas e nas anotações das sugestões para que, ao final, pudessem ser decididas as ações coletivas que seriam executadas. As pautas eram definidas pelos participantes no momento inicial da assembleia. Todas as pessoas tinham direito à fala (seja representando uma organização política, MS, partido, sindicato, entre outros, ou como sujeito autônomo).

Em todas as assembleias, era aberto espaço para os sujeitos trazerem informes das suas organizações de origem e como cada uma delas avaliava a situação da cidade diante da luta do transporte coletivo. Também nessas assembleias se definiam as táticas das ações coletivas (marchas, paralisação da cidade por “trancaço”, pular catraca, impedir os ônibus de saírem das garagens, entre outras) e quem seriam os alvos das disputas na luta com os inimigos definidos (a Prefeitura Municipal, as empresas de comunicação hegemônica e as empresas de transporte coletivo). Destacamos a seguir alguns momentos significativos nas assembleias.

A terceira assembleia (24/02/2016) foi marcada pela comemoração da revogação do aumento das passagens de caráter liminar. Os vereadores do PSOL entraram com recurso em um processo de embargo junto ao Ministério Público. A avaliação de todos os participantes foi de que essa era uma vitória parcial. As falas apontaram a necessidade de manter o *Bloco de Lutas* mobilizado, dar prosseguimento na luta da mobilidade urbana, denunciar as empresas do transporte coletivo e a relação com a Prefeitura Municipal.

Entre a primeira, a segunda e a terceira assembleias, percebemos o crescimento do número de sujeitos participantes. Estimamos que tenham participado aproximadamente 200 pessoas nas assembleias dos dias 18 e 24 de fevereiro e 01 de março, entre autônomos, MS, ONGs, partidos políticos (juventude do PSOL, PCdoB, PT), sindicatos (rodoviários, professores, Municipários de POA, entre outros), UNE, DCEs das universidades pública e privada de Porto Alegre. Percebemos um acirramento das disputas internas, principalmente no que se refere às práticas de autodefesa.

As tensões e lutas internas são constantes nos momentos em que se reuniam tantas pessoas diferentes com formações e de lugares diferentes, ainda que todos fossem de linhas políticas das esquerdas. Essas tensões nos parecem ser uma característica da própria formação do *Bloco de Lutas*, principalmente quando se tem, na sua constituição, organizações políticas, como partidos e sindicatos, nas quais há uma concepção organizativa hierárquica e representativa, que é contraposta por outros grupos, como os anarquistas e autonomistas. Estes últimos, confrontavam e suspeitavam dos setores ligados aos partidos políticos. Apesar disso, as falas dos sujeitos comunicantes nas assembleias (e reiteradas nas entrevistas), quanto aos modos de encaminhamentos internos, é de que buscavam nos diálogos e negociações; combatiam os discursos que pudessem fragilizar o coletivo, visto que as diferentes posições já eram conhecimento de todas as pessoas presentes. O foco era no que os unia, nos acordos coletivos.

No decorrer do mês de março e início do mês de abril, tanto as ações coletivas quanto as assembleias começaram a se esvaziar e, aos poucos, o MS começava a se desarticular. Muitos dos sujeitos problematizaram a crise política nacional e como esta afetava os direitos dos trabalhadores e, dessa maneira, as questões da mobilidade urbana. Foi discutida, em muitas das assembleias, a necessidade do *Bloco de Lutas* se posicionar diante da crise. As falas disputaram a permanência da mobilização sobre a pauta do transporte público como unidade de ação. Alguns questionaram a participação dos partidos políticos que, de alguma forma, poderiam instrumentalizar a luta para os seus interesses.

Observamos que havia uma diversidade entre os sujeitos que participavam do *Bloco de Lutas*. Em sua maioria eram jovens, estudantes secundaristas, universitários, militantes da juventude dos partidos políticos, coletivos anarquistas, professores das redes municipais e estaduais e sindicalistas. Havia também uma diversidade de formação e aproximações com as várias vertentes de esquerda socialista e comunista.

Notamos que a maioria das pessoas que participaram das assembleias do *Bloco* eram brancas, algumas (poucas) pardas ou negras, residentes dos bairros próximos ao centro da cidade. As falas nas assembleias reconheciam a necessidade de trazer mais, para as ações coletivas, as pessoas que compõem a periferia de Porto Alegre, pois estas são as mais afetadas com o aumento do transporte coletivo.

No período da *fase sistemática*, o *Bloco de Lutas* chamou sete assembleias públicas, nos dias 31 de janeiro, 13 de fevereiro, 06 e 30 de março e 10, 13 e 24 de abril. Mais de uma vez, o local foi alterado uma hora antes, provocando uma reorganização das

peças para chegar, e duas delas foram canceladas por falta de *quórum*. Dessas, participamos de três. A maioria das assembleias ocorreram na *Comunidade Autônoma Utopia e Luta*, situada nas escadarias da Avenida Borges de Medeiros, no Centro Histórico, em Porto Alegre. Em todas as assembleias, eram repetidas rotinas incorporadas de outros anos: como a de que todas as pessoas desligassem dispositivos eletrônicos como *smartphones*, celulares, gravadores, etc.. Quando em grupos menores, todas as pessoas se apresentavam.

Participamos da primeira assembleia e nela foi encaminhada, como modo de ação e mobilização, a *Semana de Lutas pelo Transporte 100% Público*. Observamos que, dos sujeitos comunicantes com quem estávamos em contato, apenas Jorge permanecia participando ativamente, principalmente na Comissão de Comunicação. Também percebemos um certo esvaziamento nas assembleias em relação ao ano de 2016. Essa foi uma característica que acompanhou o fluxo de 2017.

Sobre as nossas observações durante a *fase sistemática*, podemos dizer que foram perceptíveis as disputas de poder entre os sujeitos que compõem o MS que vêm de organizações autônomas e libertárias e os partidos políticos. Principalmente, as tentativas de instrumentalizar a luta a favor e/ou contra determinadas personalidades políticas. A cada assembleia, se reafirmava a necessidade de unidade de ação e se relembavam os acordos para a existência do *Bloco de Lutas* como uma frente ampla e múltipla.

Vale notar que os estudantes secundaristas foram sujeitos importantes nesse processo de articulação do *Bloco de Lutas*. O movimento secundarista protagonizou, a partir do segundo semestre de 2015, no estado de São Paulo, ocupações nas escolas estaduais, revitalizando esses espaços de luta. Inspirados pelos movimentos de estudantes das escolas de SP, 2016 foi marcado por diversas ocupações em escolas estaduais e percebemos que esses atores sociais ganharam destaque no processo de Porto Alegre. Articularam-se junto à luta pelo transporte público, o que se evidenciou nas ações coletivas em horários alternativos, em que muitos dos sujeitos que compõem o *Bloco de Lutas* estavam em seus locais de trabalho.

As assembleias também foram momentos de reavaliação das ações coletivas e dos modos de aproximação junto à população. As marchas apresentavam certos desgastes e precisavam ser pensadas táticas alternativas, que giraram entre as atividades da *Semana de Lutas pelo Transporte 100% Público*, com ações descentralizadas, o *Ato contra a criminalização dos movimentos sociais*, devido ao processo dos jovens que se aproximava e, por fim, as marchas.

Ficou evidente que uma das principais preocupações que perpassou o *Bloco de Lutas* em 2017, além do aumento da tarifa, foi a criminalização do movimento social através dos seis jovens que respondiam a um processo crime. As ações coletivas buscavam trazer à luz as tentativas de marginalização do movimento social, no qual a repressão incidia sobre determinados sujeitos sociopolíticos (e estes compõem uma diversidade de outras lutas sociais como LGBT, negro, juventude, entre outras), mas que deveriam servir de “exemplo” para o conjunto dos outros MS, a fim de serem silenciados. Ou ainda, de criminalizar o direito de cada cidadão de reunir-se em um coletivo e lutar pela ampliação e manutenção de direitos afetando, desta forma, não só o exercício de cidadania destes, mas de uma sociedade democrática.

As assembleias eram um espaço de oportunidade para aqueles que desejavam falar e participar das tomadas de decisões coletivas. Possuíam um caráter democrático, soberano, igualitário e participativo. É importante apontar que, nas nossas observações, percebemos divergências entre os sujeitos, principalmente, quando se registrava que alguns participantes, em uso da fala, desrespeitavam os avisos de esgotamento do tempo, ou discordavam de determinada posição de outros companheiros, ou se sentiam atacados, ofendidos, e interrompiam ou sobrepunham-se à fala de alguém, causando indignação aos demais, trazendo alterações no clima das assembleias.

Nossa participação nas assembleias foi importante para percebermos que as avaliações e os pontos de vista são múltiplos, mas não são excludentes e podem se apoiar na construção de unidade, nas formas de vivenciar os espaços sociopolíticos. Dessa forma, a cidadania dos sujeitos que participam do *Bloco de Lutas* se mostrou constituída em ambientes instáveis, compostos por percepções diversas, com o enfrentamento às formas de regulação social (SANTOS, 2006).

Visualizamos a existência de tensões e lutas internas, principalmente quando havia discórdias em relação aos modos de atuar do *Bloco*. As discussões eram levadas a debates exaustivos que evidenciavam as diferentes ideologias de esquerda. Nesse sentido, a coordenação da mesa buscava evitar discursos que fragilizassem o movimento e focar naquilo que os une e não no que os diferencia e os afasta. O esforço maior nas assembleias era de reconstituir o *Bloco de Lutas*, que se apresentava fragilizado e ainda mais disputado internamente.

Um dos aspectos em que a cidadania comunicativa é percebida por nós, nesse contexto, é a partir da articulação de diferentes forças que buscam, na participação, uma forma de ser autogerido, impulsionando o fortalecimento do movimento

sociocomunicacional. Também, que esta [a cidadania] se firma na relação de um com o outro, através das mediações, negociações e conflitos sociais, aspirações, desejos e interesses consonantes e dissonantes do conjunto de pessoas que compõem o *Bloco*.

Assim como em 2016, em 2017, as táticas das ações coletivas foram definidas concretamente na Comissão de Organização e as comunicacionais na Comissão de Comunicação, nas quais não foi permitida a nossa participação ou observação participante.

Em 2017, retomamos nosso trabalho de campo na *fase sistemática*. Recomeçamos pelo *Fórum Social das Resistências*, organizado e realizado pelas organizações nacionais e internacionais que fazem o *Fórum Social Mundial*. Entendíamos que o espaço do *Fórum Social Mundial* (FSM) era um lugar importante no que tange à conjuntura sociopolítica, cultural e comunicacional vivida pelos movimentos sociais. Por isso, em 2017, já na *fase sistemática*, voltamos a participar de atividades e painéis para que nos dessem subsídios para a *pesquisa de contexto*. O conjunto de organizações da sociedade civil, que organiza o FSM, chamou o *Fórum Social das Resistências* (FSR), entre os dias 17 e 21 de janeiro, em Porto Alegre. Com o tema “Democracia e Direito dos Povos do Planeta”, reuniu diferentes organizações, movimentos populares, grupos e pessoas para fazer um balanço das experiências das esquerdas no Brasil e na América Latina. Com o golpe no Brasil e o avanço do conservadorismo nos cenários nacional e internacional, o tema do FSR deu foco às resistências populares.

Assim como no ano anterior, houve uma diversidade de atividades na programação, entre elas, exibição de filmes, Feira de Economia Solidária, Festival das Culturas de Resistência, entre outras. Buscamos participar daquelas vinculadas com os temas da mobilidade urbana, direito à cidade, ocupação do espaço público, entre outros. Também participamos daquelas que tinham temas a fins com o espaço urbano, como mulheres, juventude, resistência. Percebemos que o FST e o FSR se diferenciaram, de um ano para o outro; além do tema principal, pela presença de diferentes sujeitos que compõem coletivos diversos, como os estudantes secundaristas que ocuparam as escolas no ano de 2016, e os sujeitos comunicantes dos coletivos de movimentos sociocomunicacionais investigados⁷⁷.

⁷⁷ Aproveitamos a ocasião para retomar conversas (informalmente), reativar contatos e vínculos, visto que queríamos ampliar as entrevistas e estávamos em busca da nossa inserção no *Defesa Pública da Alegria* e no *Bloco de Lutas*.

No primeiro dia do ano de 2017, o *Bloco de Lutas* publicou uma imagem com o texto: “Ônibus atrasado. Ônibus sucateado. Ônibus tri caro e lotado. Por um transporte 100% público: nenhum aumento em 2017!”. Esse foi o disparar de uma espera das ações que viriam a partir dali. Contudo, a rearticulação do *Bloco de Lutas* só foi percebida por nós quando, no dia 25 de janeiro de 2017, o coletivo criou dois eventos a fim de mobilizar e convidar os curtidores/seguidores da página: o primeiro para o *PlanfeAto*, no dia 30; o segundo, para a primeira assembleia do *Bloco*, no dia 31.

Desde esse momento, percebemos uma maneira diferente de organizar as ações coletivas, em relação a anos anteriores, quando era realizada uma ação que antecedia a assembleia pública. Isso nos permitiu vislumbrar a perspectiva de que as lutas e a elaboração de táticas organizativas estavam sendo assumidas por outros sujeitos ou outras formas de fazer a luta. As ações coletivas não concentravam mais do que algumas centenas de pessoas⁷⁸.

A *Semana de Lutas pelo Transporte 100% público* aconteceu entre os dias 05 e 09 de fevereiro, com ações descentralizadas, porém próximas ao centro da cidade, como os bairros Morro Santana, Azenha e o terminal de ônibus Triângulo (Av. Assis Brasil e Av. Baltazar de Oliveira Garcia). As atividades contaram com grupos de, no máximo, dez pessoas e compreenderam conversa com as pessoas, panfletagem, consulta pública, cine debate, e fecharam, no dia 09, com o primeiro grande ato contra o aumento da passagem.

No primeiro *Ato Contra o Aumento da Passagem*, a concentração foi na Esquina Democrática, reunindo sujeitos, bandeiras e faixas em torno de músicos no local. Por volta das 19h, o *Bloco de Lutas* saiu em caminhada pela Avenida Borges de Medeiros em direção à Avenida Salgado Filho. Durante todo o percurso, entoavam palavras de ordem como “Vem, vem, vem para rua vem, é contra o aumento” ou “Aumenta a luz e o ônibus de novo, só não aumenta o salário do povo”, “ô Marchezan pode esperar, a tua hora vai chegar”, entre outras.

Os sujeitos do *Bloco* caminharam por diversas ruas do centro da cidade, conversando e entregando panfletos aos transeuntes, sempre acompanhados dos guardas da EPTC e da Polícia da Brigada Militar. Quando chegaram em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, um grande número de policiais da tropa de choque fazia a segurança do prédio. A caminhada durou em torno de 40 minutos, quando voltaram para a Esquina Democrática. Alguns sujeitos que estavam em meio aos participantes do *Bloco*

⁷⁸ Conforme se pode ver no vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=TrRhXkJ1yRg>. Último acesso em: 21 de novembro de 2017.

quebraram as vidraças do McDonald's e do Banco Itaú. A partir disso, a Brigada Militar avançou sobre os manifestantes com bombas de gás lacrimogêneo e a cavalaria no meio da multidão. Nesse momento, a ação coletiva foi encerrada⁷⁹.

No entanto, alguns manifestantes voltaram a se reunir na Esquina Democrática e, minutos depois, a PM voltou a usar bombas para dispersá-los. Todavia, um grupo de aproximadamente 20 pessoas permaneceu na Esquina Democrática e novamente a PM partiu para cima das pessoas com violência, agora com cassetete e *spray* de pimenta. Duas pessoas foram presas.

Observamos e registramos, no nosso diário de campo, nossas percepções do primeiro ato do *Bloco de Lutas*. Percebemos que, mesmo a manifestação tendo sido pacífica e tendo uma receptividade por parte da população que circulava no centro, havia um clima muito tenso. Pensamos que um dos motivos estava relacionado à imprevisibilidade da ação e reação da polícia a qualquer movimento que pudesse ser considerado perigoso, vindo dos membros do *Bloco de Lutas*, assim, podendo se sentir no direito de avançar contra eles com violência.

Nos dois momentos descritos, em que os sujeitos, ainda que em um pequeno grupo, voltaram a se reunir na Esquina Democrática, o centro histórico parecia um campo de guerra. Havia policiais da cavalaria, do choque e em camburões. Os ônibus pararam de circular próximo à região; as pessoas eram orientadas a descer, pois os ônibus voltariam para a garagem. Transeuntes que chegavam naquele momento no centro, não entendiam o que estava acontecendo. Muitos observavam incrédulos: era extremamente desproporcional a quantidade de policiais em relação a de sujeitos do *Bloco de Lutas*.

O segundo e o terceiro *Ato contra o Aumento das Passagens* aconteceram nos dias 21 de fevereiro e 06 de abril de 2017, respectivamente. Em ambos, a concentração se deu em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. No segundo, percebemos que o trabalho de organização e articulação desenvolvido pela Comissão de Agitação se deu fora do ambiente digital; como resultado, juntou algumas centenas de pessoas presentes, carregando cartazes, bandeiras e faixas. No terceiro, a tarifa de R\$ 4,05 já estava em vigor, juntando algumas dezenas de pessoas. É importante dizer que todas essas ações coletivas foram interrompidas devido à repressão e violência policial.

Nesse sentido, constatamos que nas ações coletivas (concentração e caminhadas) que acompanhamos nos anos de 2016 e 2017, propostas, organizadas e articuladas pelo

⁷⁹ Conforme: https://www.youtube.com/watch?time_continue=125&v=KtsT3Z6UI50. Último acesso em: 11 de novembro de 2017.

Bloco de Lutas e realizadas nas ruas do centro de Porto Alegre, havia uma desproporcionalidade quanto ao “aparato” policial – fato que registramos em nosso diário de campo. Em nossas observações, as diferenças não estavam apenas na quantidade de manifestantes em relação à polícia, mas na forma de “proteção” dos corpos, visto que os policiais estavam vestidos e paramentados com escudos, capacetes, cassetetes, bombas de gás de efeito moral, veículos, cavalos, entre outros elementos. A repressão policial incidia sobre os corpos dos militantes. Dessa forma, entendemos que os sujeitos que se envolveram nessas atividades utilizavam seus corpos como instrumento de luta e resistência, denunciando e tensionando as relações de poder e da ordem, produzindo no espaço público um lugar de discussão, articulação e reivindicação.

Observamos que, nos atos chamados pelo *Bloco de Lutas*, alguns sujeitos do coletivo se dispunham a conversar com a população e a entregar panfletos, a fim de sensibilizar para o que estava em disputa junto àqueles que eram considerados os inimigos. Os gritos de guerra, como “se a passagem aumentar, Porto Alegre vai parar”, “mais um aumento, eu não aguento”, apoiavam a bateria e chamavam a atenção das pessoas nas ruas por onde passavam. Estes eram alternados às falas, que denunciavam os modos de atuar da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e das empresas de transporte coletivo. Estas eram apoiadas através dos gestos corporais, como as mãos empunhadas ao alto (de reivindicação e luta), acompanhados de entusiasmo e indignação com o abuso do aumento da passagem do transporte coletivo.

Também, ficou evidente a preocupação do *Bloco de Lutas* em ser identificado pela população como uma frente única de lutas, pois as faixas de abertura, na maioria dos atos, eram “assinadas” pelo coletivo. Observamos que essa preocupação era constante por parte de alguns sujeitos do coletivo, que as faixas “assinadas” por organizações, sindicatos e partidos que o compunham ficassem diluídas em meio ao grupo de manifestantes. Essa disputa ficou ainda mais clara para nós nas avaliações de cada ato nas assembleias públicas e nas entrevistas com os sujeitos comunicantes.

Diante disso, também nos ficou evidente o exercício da cidadania comunicativa do *Bloco de Lutas* na concretização das ações coletivas (assembleias, manifestações e ocupações do espaço público), como um processo de reivindicação, de tentativa de atuação nas instâncias decisórias, na articulação de espaços de contrapoder (CASTELLS, 2010) e de contestação e crítica à lógica do capital.

Durante o ano de 2017, assim como a forma de organizar a luta se modificou, as bandeiras, faixas e cartazes também passaram a ter outras representações. Nas ações

coletivas, ficaram evidentes as bandeiras de partidos políticos, como o PSTU e o PSOL, e de outras organizações da sociedade civil, como da luta por direitos LGBT, de mulheres e dos movimentos anarquistas. As faixas do *Bloco de Lutas*, que sempre foram o “abre alas”, ficaram “apagadas” ou pouco perceptíveis.

As táticas de luta, como “tranco” de ruas, pular a catraca dos ônibus, recompra do Cais Mauá, desabrço à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, entre outras, observadas e acompanhadas durante as *fases exploratória e sistemática* em campo, nos permitem entender que estes “eventos” mudam a ordem das coisas, transformam as rotinas, dando-lhes novas características, na tentativa de evidenciar os conflitos, num espaço social que é construído e que define “fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 2002, p. 63), que se compõem de fluxos diversos e amplos.

Pensamos que essas táticas de luta podem ser entendidas, também, como processos comunicacionais dos coletivos, que buscam transmitir informações junto à população ao afetar o espaço social. Expressam e se caracterizam pela intenção de atingir, provocar e sensibilizar as pessoas, a fim de provocar determinadas reações e aderência às mobilizações. Ainda, expressam a construção de uma referência, uma identidade aos movimentos sociocomunicacionais, que se caracteriza pelos modos de ação, de posicionamento que os sujeitos comunicantes têm em relação à luta. E evidenciam o contexto sociopolítico e cultural em que as lutas acontecem e se dão.

Compreendemos que as ações coletivas propostas pelos MS na ocupação dos espaços públicos, nos processos comunicacionais e digitais, permitem modificar os fluxos, redefinindo os lugares, recriando condições sociopolíticas culturais, dando novas significações e valores à esfera pública. Dessa forma, a autonomia política conquistada pelo *Bloco de Lutas* é amparada no direito à comunicação, vinculado às práticas sociais que compõem as táticas comunicacionais que ampliam o exercício da cidadania (HABERMAS, 1987). A cidadania comunicativa é percebida, por isso, pela forma de um outro jeito de fazer a política, de estar e compor um corpo coletivo, adquirindo novos sentidos.

Observamos que, nas interações dos sujeitos comunicantes com as pessoas nas paradas de ônibus, nas ruas, ou com aquelas que se aproximavam dos atos, se buscava estabelecer vínculos na tentativa de construir confiança. O sentimento de partilhar da mesma luta nos parece dar legitimidade às ações coletivas do *Bloco de Lutas*. Fomentam a participação da população, a partir dessas táticas de luta e processos comunicacionais,

uma relação de aproximação e engajamento, entendendo que esta é a forma adequada de resistir e reivindicar os direitos à cidade.

Para nós, os processos comunicacionais das ações coletivas, seja nos atos ou nas assembleias, têm um lugar e sentido tático. São entendidos como um sistema de gerenciamento da informação, a fim de facilitar a organização, a difusão de ideias e lutas e uma maior integração e participação dos diferentes atores sociais que compõem o *Bloco*, ao menos daqueles que atuam junto às comissões de trabalho. Parece-nos que há a tentativa de que esses processos comunicacionais busquem uma estrutura democrática, participativa, plural e mais horizontalizada (ainda que haja pessoas de referência). Nos processos comunicacionais, no ambiente digital ou não, os sujeitos comunicantes buscam a tomada de decisões a partir do consenso.

A cidadania comunicativa vincula-se por meio dos usos e apropriações do *Facebook* dada a natureza das práticas sociocomunicacionais do coletivo, visto que a Comissão de Comunicação busca o diálogo entre si, mas também com as outras comissões de trabalho – demonstrando a capacidade dos atores sociais agirem na relação com a diversidade, expressando elementos necessários para a participação, a organização e a democracia. O que pode caracterizar propostas de construção de uma comunicação mais horizontal.

A fragilidade está na falta de interação e conversação com as pessoas que curtem e seguem a página, afinal, essa é uma potencialidade do *Facebook* para uma ação comunicativa política de transformação sociopolítica e cultural, que poderia ser melhor aproveitada na apropriação do espaço pelo coletivo, a fim de fazer uma política de comunicação mais estratégica e menos pontual.

5 SUJEITOS COMUNICANTES DO DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E DO BLOCO DE LUTAS: TRAJETÓRIAS, PRÁTICAS E CONCEPÇÕES

Neste capítulo, apresentamos as informações obtidas com os sujeitos comunicantes que compõe o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* a partir das entrevistas realizadas na *fase exploratória* e na *fase sistemática*. Buscamos nas trajetórias individuais, e do próprio coletivo, trabalhar as dimensões que constituem a problemática da investigação: os processos midiáticos e digitais, os movimentos sociais e a cidadania comunicativa.

5.1 OS SUJEITOS COMUNICANTES

Os sujeitos comunicantes que compõem o *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* são partes essenciais para compreendermos os processos comunicacionais dos coletivos, bem como os usos e as apropriações das redes sociais digitais na vinculação da constituição da cidadania comunicativa. Nas elaborações e narrativas de cada sujeito comunicante, buscamos compreender as perspectivas da constituição em suas formações, trajetórias políticas, vinculados aos movimentos sociais, e os processos comunicacionais e digitais como sujeitos sociopolíticos, culturais e comunicantes.

5.1.1 Defesa Pública da Alegria

Sobre a constituição dos *sujeitos sociopolíticos culturais* do *Defesa Pública da Alegria* entrevistados, estes se constituem por adultos jovens (entre 25 e 30 anos), da classe trabalhadora, estudantes de graduação ou pós-graduação nas universidades públicas. Açucena tem curso superior completo e cursa uma segunda graduação, ambas na área da Comunicação. Trabalha como estagiária (30h por semana), de segunda a sexta-feira, em um órgão governamental e, à noite e em fins de semana, num bar no bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. Luz tem graduação e pós-graduação completas, na área da saúde, trabalha 40 horas, em uma instituição de ensino superior. Pedro está com o curso de graduação trancado no campo da Comunicação. Trabalha como militante político nas lutas da moradia popular, cultura e comunicação. Todos os entrevistados estudaram/estudam na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, em entrevistas,

afirmam que os outros sujeitos que participam do coletivo são, ou foram, estudantes das diferentes áreas na UFRGS.

Suas histórias e experiências de vida se misturam e são atravessadas pela relação que estabeleceram com a cidade de Porto Alegre. Açucena nos fala que a cidade não é só um lugar de passagem, mas de convivência: “um lar coletivo de pessoas, onde deve caber todas e todos. Um espaço [público] como lugar de afetos e memória social” (AÇUCENA, 2017)⁸⁰. A cidade é vivência não só nos espaços de moradia e de trabalho, mas também nos espaços de compartilhamento das emoções e da vida com os afetos, com a busca de acesso à cultura e ao lazer. Todos eles buscam nos espaços públicos da cidade essas relações de troca. Seus vínculos de convivência e amizade se efetivam nas ruas.

Açucena veio do interior do Rio Grande do Sul, para estudar e trabalhar na capital, ampliou seus vínculos afetivos na cidade frequentando e conhecendo diferentes sujeitos. Ainda mantém o contato e os vínculos afetivos com a cidade natal, por isso está em constante movimento nas cidades. Luz e Pedro são naturais de Porto Alegre. Os dois também tiveram experiências de viverem em outros países por motivos familiares e ou de estudo.

Os três sujeitos comunicantes entrevistados têm hábitos de viajar e conhecem diversos estados do Brasil. As viagens vieram das relações familiares, de trabalho e de militância. Os três compartilham os espaços de moradia. O que se diferencia entre eles é que Pedro, por ingressar no movimento de luta pelo direito à moradia, optou por viver em uma ocupação urbana. Esse movimento se deu, segundo seu relato, porque tinha a necessidade de estar mais próximo de outras camadas da população, principalmente a mais pobre.

Açucena, Luz e Pedro se dizem conectados com as pautas da cidade, mesmo com o processo de desarticulação do *Defesa Pública da Alegria*, visto que as preocupações, o sentimento de indignação e os descontentamentos com o que acontece na cidade não deixam de estar presentes no dia a dia de quem a vivencia. Nesse sentido, *os relatos relativos à formação e aos aspectos culturais* obtidos nas entrevistas apontam para o que Boaventura de Souza Santos (1997) afirma ser constituinte da cidadania: *as subjetividades*, como algo que está diretamente relacionado ao contexto social e nós incluímos, o cultural.

⁸⁰ Trazemos para as análises as falas das entrevistas realizadas tanto na *fase exploratória*, quanto na sistemática da investigação, mencionando nome e ano.

No que se refere à *trajetória política e militância*, Açucena não tem formação política advinda de movimentos sociais, partidos ou outras organizações políticas. Seu primeiro envolvimento com uma organização da sociedade civil foi o *Defesa pública da Alegria*. Assim como Açucena, Luz diz não ter formação em movimentos sociais, mas desde criança acompanhava a mãe nas atividades de militância no *Partido dos Trabalhadores* (PT), por isso considera que tem um tipo de conhecimento e de leitura de mundo vindos das lutas da classe trabalhadora e popular. Contudo, ela mesma nunca foi filiada ou participou das formações políticas do partido. Também esteve vinculada a atividades de ensino, extensão e pesquisa na universidade sobre o tema do direito à cidade, saúde mental e políticas para a juventude. Já Pedro tem uma formação que perpassa diferentes movimentos sociais e organizações políticas: sua caminhada inicia no movimento estudantil ligado ao *Partido Socialismo e Liberdade* (PSOL). Participou de coletivos como o *Massa Crítica* e *Largo Vivo*, até chegar ao evento que deu origem ao *Defesa Pública da Alegria*, sendo um dos fundadores do coletivo. Os três coletivos problematizam as questões do direito à cidade, percebendo que este tem uma perspectiva maior. A mobilidade urbana, por exemplo, não é só o trânsito, mas tem a ver com a ecologia, a cultura, com a arquitetura, entre outras coisas. O prisma de percepção ampliou-se para a necessidade de ocupar o espaço público. Por isso, tanto as ações do *Largo Vivo*, quanto do *Defesa Pública da Alegria* surgem com características como ser atos combativos, festivos, culturais e inovadores.

Em decorrência do trabalho sociopolítico, cultural e comunicacional desenvolvido no *Defesa*, Pedro se aproxima do *Movimento Nacional de Luta pela Moradia* (MNLN), porém efetiva sua luta política sobre o direito à moradia no *Movimento dos Trabalhadores sem Teto* (MTST). Neste, assume tarefas múltiplas e funções definidas, com um funcionamento que reconhece como hierárquico e vertical. Pedro nos explica que a organização do MTST vem do centralismo democrático, dos movimentos de massas, em que há a formação de quadros políticos que operam enquanto articuladores, formadores, das *práxis* e outros que são os sujeitos beneficiados pelas políticas de moradia nos centros urbanos, e/ou que estão em busca da moradia, considerada a base do movimento. Durante o período de um ano e meio, atuou como parte do quadro na Coordenação Estadual. Afirma que buscou uma gestão mais horizontal, crítica e autocrítica, sem ser personalista, mesmo com a divisão de tarefas conforme a ação coletiva. Pedro reflete que o MTST “tem muito a ensinar à esquerda como um todo, por entender que é um movimento combativo, mas que dialoga com as institucionalidades” (PEDRO, 2017). Ainda

vinculado ao direito à moradia, mas não mais junto ao MTST, organizou a fundação da *Ocupação Violeta*, em 2014, um coletivo autônomo, de moradia e cultura, com diversas atividades públicas e gratuitas.

Os três entendem que tanto suas formações acadêmicas (educação formal) quanto as militâncias políticas e culturais (educação não formal) lhes deram condições de atuarem no *Defesa Pública da Alegria* de modo a contribuir para que o movimento expandisse e tomasse sentido não só para si, mas para as pessoas que vivenciam a cidade. Nesse sentido, Pedro aponta que, por ele ter “um perfil questionador, problematizador e inquieto na leitura de mundo... É preciso fazer comunicação com uma estética, uma linguagem que atraia as pessoas a consumirem determinado tipo de comunicação” (PEDRO, 2017). Ele entende ser relevante aos movimentos sociais trazerem à luz suas lutas e percepções de mundo e, com isso, os processos comunicativos de produção, circulação e mediação precisam se diferenciar. Assim buscou atuar diante desse paradigma nos movimentos em que militou.

Para Luz, a sua formação e a militância se relacionam e a motivam no que diz respeito à luta por direitos e à dignidade humana. Para ela, a cidade deveria ser acessível a todas as pessoas, com respeito às diferenças.

Em se tratando das relações com o *Defesa Pública da Alegria*, realizamos questionamentos aos sujeitos que nos auxiliassem a compreender a motivação, a participação e o sentido de cada sujeito comunicante para as ações coletivas e o papel social. O *Defesa Pública da Alegria* foi, para Açucena, sua primeira experiência em um movimento social. Ela participa dele desde o ato que deu origem ao coletivo. Açucena, Luz e Pedro participaram do ato que originou coletivo. Os três estavam na noite da “derrubada do Tatu”. É importante dizer que quando formaram o *Defesa Pública da Alegria* não estavam envolvidos em outros coletivos ou movimentos sociais, sendo que para alguns foi a primeira experiência junto a uma organização política e cultural. Para Açucena, foi um momento determinante na sua trajetória como sujeito sociopolítico cultural que vivencia a cidade:

Me marcou muito. Eu estava lá, vi vários amigos apanhando, foi um negócio que me marcou muito mesmo. Tanto é que, na noite seguinte, teve uma vigília e, depois, já ia ter eleição, e eu lembro que eu não conseguia, que sempre foi um espaço da cidade que eu gostei muito. Ali, o Mercado [...] eu passava por ali e sentia vontade de chorar. [...] Um dos meus amigos apanhou de oito policiais e o colocaram no camburão... eu peguei o celular e ia ligar 190. Entrei em pânico,

comecei a chorar, chorar, chorar e paralisei, em frente da Prefeitura porque percebi que era a mesma polícia que o estava levando... uma menina que hoje em dia é minha amiga, me ajudou... (AÇUCENA, 2016).

Para ela, o coletivo foi um lugar importante por potencializar a sua participação, o diálogo entre os diferentes, de modo conjunto e de problematizar as questões que atravessam o viver a cidade.

Em relação ao funcionamento do coletivo, todos afirmaram que não há funções pré-determinadas para os sujeitos. Cada um vai engajar-se como achar que deve. Luz afirma que, por ter certas habilidades e conhecimentos, exercia um papel subjetivo de fazer a síntese das discussões, não de consenso, mas era aquela que permitia auxiliar o grupo a chegar em composições que abarcassem os desejos de todas as pessoas. Esse papel não era exercido exclusivamente por ela, mas percebe que era uma das suas contribuições fundamentais para as tomadas de decisões.

Sobre o sentido da participação no coletivo, segundo Açucena, lhe traz a sensação de estar exercendo um direito e de sair de uma posição de passividade. Também avalia que o momento político e social em que o coletivo estava mais forte e presente era muito incerto, por isso, “foi um espaço de compartilhar e tentar compreender as questões que perpassam a vida de todos nós” (AÇUCENA, 2016). Luz entende a sua participação como um processo que se dá na autocompreensão de estar ativa como sujeito político, exercendo a política de uma maneira que a contemplava, nunca encontrado em outros espaços. O *Defesa Pública da Alegria* possibilitava a participação horizontal, de respeito às diferentes ideias e posições, dando-lhe, segundo seu relato, “uma sensação de estar ativa, no campo de discussão política e cultural, que é muito gratificante” (LUZ, 2017).

Pedro nos fala da sua participação desde a criação, na articulação política, no planejamento, organização e execução do ato *Defesa Pública da Alegria*. Quando se constituiu o coletivo, ele atuou ativamente desde os questionamentos ao processo de privatização do Auditório Araújo Viana, nas ocupações das praça e vias onde fizeram os cortes das árvores da avenida que leva ao Estádio Beira Rio, nos desdobramentos do *Defesa*, com as ocupações no *Defesa Pública da Saráí* e o *Ocupa Cais Mauá*. Esteve à frente, durante todos os anos, na produção e no desenvolvimento dos processos comunicativos na página do *Facebook* do *Defesa* e nas pautas relacionadas ao coletivo.

Nesse sentido, Pedro se entende como um sujeito político nos modos de participar no *Defesa Pública da Alegria*. Entende que a sua participação traz a perspectiva do sujeito

que atua a partir da arte, da cultura e da boemia. Explica que, para ele, o espaço da arte e da cultura apoia pautas políticas, que normalmente não é uma área muito engajada. Diz que nesses espaços sempre foi o “chato que problematiza tudo”. O que dá sentido é a possibilidade de articulação entre essas duas áreas, pois entende “que se precisa fazer política, comunicação e arte de um modo que as pessoas entendam, que seja alegre, propositivo. Esse é o sentido que dou a minha atuação no *Defesa Pública*” (PEDRO, 2017).

Sobre as *motivações pessoais* para atuar no *Defesa Pública da Alegria*, Açucena afirma que tem a ver com o fato de que o coletivo propõe um modo de ser e fazer diferente de outros coletivos: “um modo de movimentação, de acreditar na mudança, mesmo que às vezes haja desânimo. Foi uma tentativa de mudança de pensamento, ou a possibilidade de fomentar o pensamento crítico sobre a cidade e a coisa pública com cultura” (AÇUCENA, 2017). Para Luz, a sua motivação, disposição e formação na área da saúde contribuíram para o coletivo como uma parte que compôs esse grupo.

Éramos um grupo com muitas características comuns, mas também muito heterogêneo, ainda que todos fôssemos da área das humanas, somando com referências diferentes. Penso que a minha formação me permitia encarar as complexidades das discussões e produzi-las de uma forma que saíssem dos discursos dicotômicos. [...] analisar a complexidade das situações e, principalmente, quem queríamos atingir e trazer para perto (LUZ, 2017).

Para Pedro, o que o motivou foi a possibilidade de escolher pautas que estavam abandonadas, que foram questionadas a partir da perspectiva política que era exercida na cidade. O uso do simbólico, de transformação e criação de alguma coisa a partir daquele espaço coletivo, na movimentação do concreto. Também a forma como o *Defesa* se organizou internamente:

Sempre houve muito diálogo, respeito. É um dos poucos coletivos que participei que eu me sentia saindo melhor. De uma forma muito orgânica, sempre foi muito agradável estar reunido com o pessoal, aprendíamos muito uns com os outros, alegre, amigável; eu não ia com preguiça de estar reunido. Eu ia ansioso, como ir para um bar encontrar os amigos. Nossa tentativa era de criar uma linguagem diferente nas ações coletivas ou nos processos comunicativos (PEDRO, 2017).

Os três sujeitos comunicantes apontaram características essenciais sobre as percepções do papel social do *Defesa Pública da Alegria* como: a) reverberar as

discussões para além do coletivo, deixando de ser uma preocupação apenas do grupo, levando a outros movimentos, outros coletivos, ampliando para a cidade; b) estimular a consciência, por meio da mobilização social, da juventude que está próxima das esquerdas, para as questões da cidade.

Pedro enfatiza que entende que o coletivo buscou, nas ações coletivas, dialogar com as pessoas da classe média do centro de Porto Alegre, não das periferias, por uma questão de território de atuação. Segundo ele, a justificativa é que importa conversar com essas pessoas, a partir do lugar de fala delas, porque há uma repercussão diferente e é um espaço de questionar os privilégios dessa classe média.

Constatamos, nos relatos sobre as relações dos sujeitos com o *Defesa Pública da Alegria*, que eles apontam para uma noção de movimento sociocomunicacional constituído a partir do diálogo e da problematização de pautas que parecem para eles estar abandonadas pelo Estado. Ao fazerem parte dos processos de organização e execução das tarefas desenvolvidas para as ações coletivas e comunicacionais, desencadeiam em si o sentimento de pertencimento, de um interesse comum e, assim, ampliam suas redes de relações com outros sujeitos. Ao fazerem parte do coletivo, os sujeitos comunicantes produzem e se organizam coletivamente de forma plural.

Os sujeitos entrevistados reconhecem no *Defesa Pública da Alegria* um espaço de expressão das singularidades e pluralidades num movimento de inter-relação, diálogo, negociação, produzido no próprio processo de existência, que é potencializado pelos processos de troca, aprendizagem, experimentações e produções.

Os fluxos e refluxos (de articulação e desarticulação) são marcados pelo reconhecimento das diferenças, de participação e exercício de direitos, no qual as habilidades, formações, saberes e elaborações são compartilhadas e têm como potência o autoconhecimento individual a partir do trabalho de luta e resistência no coletivo.

Os sujeitos, ao contribuírem ativamente na elaboração e execução das ações coletivas, podem e devem ser compreendidos como partícipes dos processos de exercício da cidadania comunicativa, visto que as participações, motivações e o papel social do *Defesa Pública da Alegria* possibilitaram, conforme as percepções individuais, novas formas de fazer a luta e a resistência política, com a construção de uma linguagem que se aproxime das pessoas (juventude). Os depoimentos indicam que a participação nos processos potencializou que os sujeitos individualmente se sentissem parte de algo maior que sua existência (subjetividades), articulando e formando seu próprio pensamento crítico e exercendo cidadania.

Em relação à *trajetória de consumo e apropriação midiática dos sujeitos*, constatamos um aspecto em comum: o consumo de programas televisivos desde a infância até a fase do início da vida de jovens adultos. Luz lembra que gostava muito de assistir novelas, mas abandonou esse hábito quando começou o ensino superior. Pedro assiste eventualmente na casa dos pais, ou se está em um bar e o aparelho está ligado, porque gosta de saber o que passa, para poder fazer uma crítica aos conteúdos de modo qualificado. Seu interesse maior é assistir aos telejornais, mesmo que, nas palavras dele, fique bravo muitas vezes. Hoje em dia, nenhum deles tem aparelho de televisão nos locais de moradia.

Açucena gosta de ler jornais impressos e o faz no ambiente de trabalho. Destaca a relação com o rádio. Diariamente, nos seus momentos de deslocamento pela cidade (que se dá caminhando, de bicicleta ou de transporte coletivo), ouve a *FM Cultura*. Não tem um programa que goste mais, mas acompanha o que estiver “acontecendo” na programação. Luz relata que na adolescência e início da idade adulta, quando morava na casa da mãe, tinha o hábito da leitura diária do jornal impresso *Correio do Povo* e da *Revista Época*. Hoje, não lê mais jornais ou revistas, nem os compra. Diariamente, ouve rádios como a *FM Cultura* e *Rádio Mix*. Pedro diz que sempre gostou de ler jornais impressos.

Todos eles fazem a crítica aos meios de comunicação hegemônicos, contudo, diariamente, buscam informar-se nesses espaços, selecionando aquilo que querem, ou não, consumir. Açucena, Luz e Pedro buscam se informar diariamente por *sites* e portais na internet. Açucena diz que costuma buscar informações e fazer pesquisas de assuntos que lhe interessam na internet e em portais de notícias, sem sinalizar algum que tenha, no seu ponto de vista, uma preferência ou maior credibilidade.

Busco muito na internet, *blogs* e tal, às vezes até entro na Zero Hora para ver o que está sendo dito. Mas uso bastante internet. [...] acaba vindo um pouco de tudo... sei lá, *blogs* de editoras que eu gosto de seguir, *sites* de mídias tradicionais, *blogs* de amigos, alguns *blogueiros* que eu sigo, mas não conheço. Dependendo um pouco do assunto, *sites* dos governos, até para comparar informações. Depende muito do assunto (AÇUCENA, 2016).

Luz afirma que faz suas buscas de notícias usando o navegador do *Google*. Lá seleciona aquelas que lhe interessam. Não tem um critério definido para a seleção. Lembra que acessa principalmente portais como o *GI*, *Folha de São Paulo* e *Estadão*. Entende que estes jornais têm linhas editoriais conservadoras e mantenedoras do *status quo*, que ela problematiza a partir da sua militância, por isso afirma que lê sempre com um cuidado, de forma crítica. Luz conta que tem se utilizado da internet para os momentos de entretenimento, em casa, porque gosta de assistir séries que estão disponíveis na *Netflix*, no computador. Quanto a isso, faz uma crítica ao perceber que é um modo de entretenimento e lazer precarizado devido ao intenso fluxo de trabalho.

Pedro é usuário da internet desde 2005, e considera um momento importante porque percebe que as pessoas passaram a produzir comunicação. Segundo ele, lê diariamente muitas notícias nos portais de mídia alternativa, como *Jornal Já*, *Mídia Ninja* ou agências públicas de notícias, mas também acessa a *Folha de São Paulo*, a *Zero Hora*, entre outros. Sempre que possível, procura ler os jornais impressos. Pedro faz uso diário das mídias digitais, em busca de informações. Entende que grande parte do conteúdo que circula na internet é produzido pelos mesmos jornalistas que fazem os impressos e, por isso, percebe que há espaço para a produção de conteúdos alternativos. Para ele, é importante procurar as brechas. A internet também é usada para buscas mais gerais, como culinária.

Açucena e Pedro têm o hábito do uso das mídias sociais diariamente. Açucena nos conta que se considera uma usuária assídua no *Facebook*. Segundo ela, conhece as possibilidades de uso que a plataforma oferece. Publica tanto assuntos pessoais, quanto políticos, culturais, entre outros. Suas publicações são fechadas, apenas os/as amigos/as podem visualizar. Ela afirma que uma das formas de buscar informações (notícias) é a partir das publicações dos amigos e amigas e/ou das páginas que ela segue. Ainda sobre o uso do *Facebook*, Açucena diz que não costuma adicionar pessoas que não conhece pessoalmente e só abre exceções quando há pessoas em comum. Tem um perfil no *Twitter*, mas há algum tempo não usa porque, segundo ela, sente que precisa de mais de 140 caracteres para se expressar. Passou a usar o *Instagram* em meados de 2016. Tem um canal no *Youtube* e um *blog*, ambos têm algum tempo que não recebem publicações porque, para Açucena, “é mais fácil produzir conteúdo no *Facebook*”.

Das mídias sociais, Pedro usa o *Facebook* e o *Flicker* para publicar os trabalhos que produz como fotógrafo e cozinheiro. No *Flicker*, as fotos seguem as temáticas sobre a cidade, a arquitetura, o cotidiano, as pessoas, principalmente aquilo que é invisibilizado

no dia a dia da cidade. No *Facebook*, Pedro afirma que não faz publicações pessoais. Hoje em dia, mantém o controle das marcações de fotos e publicações das pessoas que são suas amigas.

Pedro usa o *Facebook* para criar eventos para divulgar o trabalho, circular conteúdos que entende serem importantes de repercutirem nas redes. Relata que expõe bastante seu pensamento crítico, e especifica que nem sempre com texto, mas fazendo uma legenda que chame para o debate/reflexão da foto ou texto (*link* de notícia) vinculados à legenda. Pedro afirma que, em função de outras atividades, afastou-se da literatura e da escrita e, por isso, utiliza-se desses recursos. Pensa ser importante que se faça esse processo reflexivo, criativo e inventivo para as postagens porque, assim, é possível gerar um tipo de conteúdo que se diferencie do restante, que não funciona no automático. Em nossa conversa, apontou que gostaria de voltar a fazer esse movimento de produção de conteúdos mais elaborados. Também afirma que usa o *Facebook* como se fosse um veículo de comunicação, por isso todas as publicações feitas por ele são públicas (não há restrições de visualizações).

Pedro relata produzir conteúdo na internet, principalmente em páginas com as quais contribui, como o *Defesa Pública da Alegria*. Diz que prefere postar mais nas páginas do que no próprio perfil, com publicações mais rápidas, por considerar que potencializa as lutas e resistências dos movimentos sociais. Reflete que essa falta de produção de conteúdos mais elaborados se dá devido às mudanças de projetos e o ritmo de vida na relação com o Ocupação Violeta, que exige muita energia para que as coisas funcionem: “foi necessário um afastamento até para um exercício de ego da classe média. Até porque era necessário um amadurecimento” (PEDRO, 2017).

Luz não usa qualquer mídia social como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*. Por essa razão, não se considera uma produtora de conteúdo. Ela nos conta que, no início do surgimento e da expansão dos *sites* de redes sociais, a opção pelo não uso tinha o sentido de ser um ato de resistência ao compreender que as relações pessoais não precisavam perpassar essas plataformas digitais para se fortalecerem e consolidarem, ou para que ela estivesse inserida na vida social das pessoas, os amigos e familiares. Depois, continuou não usando por entender que não gostaria de estar nesse lugar de “superexposição” da vida, segundo ela. Com o tempo, percebeu que não deixava de participar daquilo que lhe é importante, por isso manteve-se fora desses ambientes digitais.

Diante disso, entendemos que o fato de Luz não estar presente no *Facebook* significa que os valores de pertencimento e vínculo com as pessoas, ou mesmo com as

organizações da sociedade civil e com as coisas que acontecem na cidade, estão em outra dimensão. A manutenção dos vínculos e/ou de novas associações das conexões sociais se realizam na interação presencial. Luz relata que recentemente aderiu ao uso do aplicativo *WhatsApp* para as comunicações pessoais e de trabalho, por entender que ele é mais pessoal e menos expositivo.

Sobre os processos de *vigilância e controle* nos *sites* de redes sociais, Açucena entende que está condicionada e que os algoritmos operam para que ela visualize determinados conteúdos. Contudo, afirma que não deixa de fazer uso e publica tudo aquilo que considera importante e que sejam informações públicas. Luz, por não ser usuária, diz que compreende as preocupações, visto que há diversas formas de atuação dos algoritmos na navegação que faz, mas não desenvolveu nenhuma tática de segurança comunicativa.

Pedro, por sua vez, reflete que não se sente seguro no *Facebook*, mas que é muito difícil, algumas vezes, articular algumas coisas que não sejam naquele espaço. Por isso, é preciso abdicar da segurança para se comunicar. Considera uma escolha arriscada, mas necessária. Entende que plataformas como o *Facebook*, apesar de não serem seguras, algumas vezes são necessárias porque são mais fáceis de conversar. Reflete que, principalmente em coletivos que estão sendo criados, ainda muito frágeis, tentar usar outras plataformas inviabiliza a comunicação entre os sujeitos por serem ambientes novos e com outras funcionalidades.

Pedro lembra que há comunicações que não serão tratadas em tempo algum no *Facebook*, ou em qualquer outra plataforma. Estas devem ser tratadas, organizadas e articuladas em espaços presenciais, principalmente para manter a segurança dos sujeitos envolvidos e das ações coletivas. Ele relata que adota táticas de segurança comunicativa nos *sites* de redes sociais, como não ter a rede familiar descrita no seu perfil, a aprovação de todas as publicações em que é marcado, além de não fazer publicações pessoais. Também, a partir do uso do *Facebook*, afirma que é importante não dar informações que não sejam extremamente necessárias, como atos ilegais, e privilegiar sempre que possível o encontro pessoal. “Não dizer coisas perigosas e não dizer coisas que não devem ser ditas” (PEDRO, 2017).

Evidenciamos com as perspectivas apontadas pelos sujeitos comunicantes que o uso e a apropriação cotidiana das mídias digitais, principalmente, o *Facebook*, têm sentido no que tange ao acesso à informação, à liberdade de expressão e de movimento nos processos de circulação de ideias, visto que produzem conteúdo nas diversas dimensões

de ser sujeito na sociedade. No entanto, apesar de afirmarem conscientes e atentos aos processos de vigilância e controle do ambiente digital, não estabelecem estratégias comunicacionais reflexivas, epistêmicas. Afirmam perceber a relação de vigilância e vigiados, principalmente daquelas que são perceptíveis por qualquer usuário, apropriados da gramática do *Facebook*, mas que a apropriação ganha sentido ao colocar em circulação os enfrentamentos, as lutas e resistências que são travadas individualmente, mas também no coletivo reforçando a ideia trazida por Foucault (apud MATTELART; VITALIS, 2015), de que aquele que está submetido a um campo de visibilidade e o sabe reproduz por sua conta as restrições do poder, colocando-as em funcionamento, convertendo-o em contrapoder.

Entendemos que os relatos dos sujeitos comunicantes entrevistados apontam para o reconhecimento e para usos e apropriações dos processos midiáticos digitais que potencializam demandas e capacidades de produção de processos comunicacionais. Exercem não só o direito de receber informações, mas o de escolher, difundir opiniões e conteúdos multimídias, a fim de contribuir para o debate sobre as questões do direito à cidade, ao participarem da produção e do compartilhamento de conteúdo nas plataformas digitais, como o *Facebook*. As produções de conteúdos individuais sinalizam para uma reflexão potente sobre a coisa pública, a cidade, o lugar onde elas vivem e como vivenciam a cidade, num exercício de reconhecimento de si como parte do processo e de cidadania.

A concepção de realidade, na perspectiva dos sujeitos comunicantes entrevistados, a partir das lutas desenvolvidas pelo movimento sociocomunicacional, sinaliza que esta [a realidade] não é pronta, acabada, quando se pensa no direito à cidade e na apropriação dos *sites* de redes sociais. A realidade se apresenta incompleta, como probabilidade de acontecer; a singularidade desta leitura está no fato dos sujeitos comunicantes assumirem uma forma de articular mentes, criar significados e contestar o poder (CASTELLS, 2013), apropriando-se dos espaços comunicacionais com domínio das lógicas, linguagens, gramáticas e funcionalidades, como um anunciador dos processos cidadãos.

Outro aspecto a destacar está no fato de os sujeitos comunicantes não associarem as consignas a comportamentos individuais, mas reafirmarem aquilo que compreendem de produção da comunicação, das ações coletivas e do espaço público ao sentido compartilhado pelo *Defesa Pública da Alegria*. Suas posições refletem ideias compartilhadas para referir-se a uma ação qualificada como sociopolítica, cultural ou comunicativa. Não se trata de uma questão de conhecimento compartilhado, mas de fazer, pertencer,

compartilhados. Em outras palavras, se servem de conhecimentos que creem serem compartilhados e que são patrimônio geral do coletivo que participam.

Para nós, o consumo das mídias (digitais ou não) pelos sujeitos comunicantes dá a ver a própria relação de *com o que e como produzem conteúdo* para si, bem como o encontro das competências comunicativas individuais ampliam as possibilidades junto aos processos comunicacionais do *Defesa Pública*. Evidencia, para nós, o que Martín-Barbero aponta como fundamental para o fazer em comunicação, a participação. Buscam na construção das opiniões, ao se ouvirem, mediar os estilos textuais, refletirem sobre suas posições, os desafios de produzirem conteúdo. Dessa forma, compreendem a necessidade de reinventar o uso e as apropriações do *Facebook* para as formas de comunicar e mobilizar a sociedade, mas também, para desenvolver um senso crítico para “atualizar” os amigos que visualizam as suas *timelines*.

5.1.2 Bloco de Lutas pelo Transporte Público

É preciso dizer que os sujeitos comunicantes que compõem o *Bloco de Lutas pelo Transporte Públicos* são oriundos de diferentes e diversas outras organizações políticas e da sociedade civil. Característica esta que consolidou o *Bloco de Lutas* como uma frente de lutas. Para compor o perfil dos sujeitos comunicantes, assim como fizemos com o *Defesa Pública da Alegria*, vamos considerar as dimensões *sujeito sociopolítico e cultural*, *Movimentos Sociocomunicacionais e Trajetória Comunicacional*. Contudo, para proteger os sujeitos e manter o anonimato, além de mudar os nomes, as trajetórias e relações com os movimentos sociais serão apresentadas em conjunto.

Os sujeitos comunicantes que participam do *Bloco de Lutas* têm, em seu perfil sociopolítico e cultural, características que se assemelham com o *Defesa Pública da Alegria*. Glória, Camila, Jorge e Zaki são jovens adultos, entre 25 e 30 anos, moradores de Porto Alegre. Glória e Camila vieram do interior do Rio Grande do Sul. Jorge e Zaki são naturais de Porto Alegre. Glória, Camila e Zaki iniciam sua trajetória política no movimento estudantil secundarista e/ou universitário, ou de juventude. Também são universitários (graduandos) ou com curso superior completo. São jovens da classe trabalhadora e popular. Os lugares de moradia são diversos: moram com a família, na sede de movimentos anarquistas ou compartilham com outras pessoas (amigos e militantes dos movimentos sociais). Trabalham em tempo integral na relação com as suas formações acadêmicas, ou são trabalhadores/militantes das lutas em tempo integral.

Esta é uma característica que perpassa todos os sujeitos comunicantes entrevistados: a vida é atravessada pela militância e a constitui, não há uma separação entre a vida pessoal, profissional e de militância. Fazem as lutas e resistências como parte de todas as dimensões das suas existências. Todos relatam, a seu modo, carregar dentro de si um sentimento de injustiça e a vontade de transformação das situações vivenciadas pela classe trabalhadora, mais pobre e explorada pelo capitalismo.

Glória e Camila nos contam que suas formações políticas se deram no *Movimento Sem Terra* (MST) e nos grupos de mulheres deste. Ingressaram no movimento de diferentes formas. Uma como militante, acampada. Outra para atuar na área técnica da habitação rural. Acompanharam diversas e diferentes ações coletivas e combativas, como os acampamentos do *8 de março do MST* e da *Via Campesina*. Participaram da ação coletiva na empresa *Aracruz Celulose* que destruiu a horto florestal.

Uma delas militou como parte do quadro do movimento, ocupando terras, acampando, participando de marchas, entre outros. A outra, desde o ano de 2008, vem implantando unidades habitacionais, como técnica da área. Segundo uma das entrevistadas, as dificuldades foram várias porque não havia recursos para a execução dos projetos. Os programas habitacionais foram implantados pelo Governo Lula, a partir de 2008, e nos governos Dilma (2011-2014; 2015-2016). A militante afirma que trabalhar no *MST* lhe proporcionou conhecer profundamente as estruturas do movimento, sua organicidade, seu trabalho de base e político. Também as transformações do movimento na relação com os governos Lula e Dilma. Avalia um certo abandono da luta política para priorizar a execução dos programas habitacionais.

Para ela, foi fundamental a relação com as mulheres do *MST*. No início, foi um processo difícil e de ressignificação, pois foi contratada para trabalhar com os homens, na produção. A militante acompanhava os processos internos das mulheres, tinha (e ainda tem) admiração e respeito por elas. Compreende que são as mulheres que fazem a luta política e de resistência. Depois do episódio na *Aracruz Celulose*, passou a se envolver mais com as mulheres, até que, em 2011, houve um racha e um grupo de mulheres saíram do *MST*.

Camila e Glória avaliam que a dificuldade do *MST* é de valorizar as pessoas que escolhem dedicar seus conhecimentos e a vida a eles. Contudo, refletem que aprenderam muito, observando, ouvindo, relacionando, dialogando, refletindo sobre o *modus operandi* e percebendo em si a vontade e a necessidade de transformar a realidade social.

Para Zaki e Oro, as formações políticas vêm do acúmulo teórico dos grupos de estudo, dos interesses pelas temáticas anarquistas, socialistas e das atividades políticas que ambos exercem. Um deles tem na sua trajetória de formação política e de militância os grupos de estudo e coletivos de esquerda anarquista e libertários. Atuou na *Frente Quilombola* e no *Utopia e Luta* como articulador político e na área da comunicação. O outro tem a trajetória marcada pelo movimento estudantil, movimento negro, como a *Frente Quilombola* e o *Movimento Nacional Quilombo, Raça e Classe*. Tem formação na juventude do *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado* (PSTU), tendo um papel importante não só no partido como articulador político, como nos movimentos sindicais, populares, entre outros. Junto com alguns jovens, em 2016, rompeu com o partido e criaram uma organização política chamada *Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS)*⁸¹.

Assim como Jorge, Glória também é uma militante do movimento anarquista, com tarefas e funções definidas, como a articulação, a mobilização, entre outras. Ao sair do *MST* por criticar algumas posturas da coordenação do movimento, passou a residir em Porto Alegre e ingressou no movimento anarquista. Sua aproximação, segundo ela, se deu ainda na adolescência com as leituras que iam desde as teorias marxistas às teorias anarquistas e, em alguns momentos, buscavam pontos de diálogo entre elas. São referência para ambos, como movimentos anarquistas, a *Federação Anarquista Gaúcha (FAG)*, o *Ateneu Libertário* e o *Utopia e Luta*.

Na entrevista, nos foi relatado por uma das integrantes do *Bloco* que, em 2009, quando o Brasil foi escolhido para ser sede da Copa do Mundo da Fifa, o *MST* e a *Comissão de Direitos Humanos* encamparam uma luta contra a remoção das famílias do morro Santa Tereza, na qual mais de 70 famílias seriam removidas para as reformas. Camila se envolveu nesse processo e, junto ao movimento, conseguiu impedir a remoção. Criaram o grupo *Em defesa do Morro Santa Tereza*, com muitas organizações de apoio. Em 2010, descobriram as remoções que estavam previstas na Vila Tronco, Vila Dique, entre outras, pelo fato de Porto Alegre ser uma das cidades sedes da Copa do Mundo Fifa. Ainda nesse ano, Raquel Rolnik⁸² a convidou para participar de uma atividade acadêmica, na USP. Sua participação possibilitou aproximar-se e conhecer pessoas de outros países

⁸¹ Em agosto de 2017, o MAIS anunciou sua entrada no PSOL, conforme informação disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2017/08/04/o-mais-anuncia-a-entrada-no-psol/>. Último acesso em: 31 de outubro de 2017.

⁸² Raquel Rolnik é professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da USP. Mais informações em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/>. Último acesso em: 31 de outubro de 2017.

que tinham recebido os jogos. A militante lembra que foi nesse momento que começou a ter a real dimensão do que significavam as transformações da cidade, principalmente, para a população mais pobre. De lá, saiu comprometida a organizar e articular os 12 *Comitês Populares da Copa*. Foi em 2014, por compreender que o trabalho deve ser feito desde a base popular, um trabalho de médio/longo prazo, que ela se aproximou e passou a militar no *Movimento dos Trabalhadores Sem Teto* (MTST). É responsável pela construção do movimento no RS, ocupando espaço da Coordenação Nacional. O trabalho é feito a partir do vínculo, no diálogo, a fim de desenvolver redes de solidariedade. A estratégia de luta é ocupar terrenos urbanos na periferia para que se possa inverter a lógica das cidades, na qual a periferia passa a ser o centro, e o centro a periferia, uma mudança de perspectiva onde as coisas acontecem.

É nesses lugares de militância que os *sujeitos sociopolíticos e culturais* passam a se relacionar com o *Bloco de Lutas* e cada um deles tornam-se referência na luta pelo não aumento da passagem e propõem-se a pensar a cidade a partir da mobilidade urbana. Glória e Jorge se aproximam a partir dos movimentos anarquistas e/ou autonomista. Zaki, da juventude do partido político que era membro. Camila por meio dos movimentos de moradia na relação com as remoções forçadas em função da Copa do Mundo. Todos eles passaram a integrar algumas das comissões, ou mais de uma, existentes no *Bloco*: Organização, Mobilização, Infraestrutura e Comunicação.

Glória e Jorge integram o *Bloco de Lutas* desde 2012. Glória aponta que a participação no *Bloco de Lutas* se dá a partir da sua base política, organizando e propondo as ações coletivas e combativas. Entende que foi um momento de crescimento como sujeito político, de confluências de lutas conjuntas para além do “feijão com arroz de todos os dias, foi um momento de unidade política” (GLÓRIA, 2017). Reflete que lhe parece ser difícil de dizer o efeito em cada sujeito político que pertenceu/está envolvido com o *Bloco*. Avalia que se tornou uma referência e respeitada por suas posições, por não representar nenhum partido, ou ter interesses eleitoreiros, uma preocupação presente nos membros do *Bloco de Lutas* e na fala de Glória. Integrou as Comissões de Organização, Mobilização e Comunicação. Jorge, que integra a Comissão de Comunicação desde o início, participa do *Bloco de Lutas* como autonomista, sendo um dos responsáveis direto pela criação e elaboração da produção de conteúdo dos ambientes digitais, principalmente para a página no *Facebook*.

Zaki e Camila passam a integrar o *Bloco de Lutas* em janeiro de 2013. Zaki se aproximou por perceber que havia uma efervescência distinta acontecendo em Porto

Alegre. Chegou tentando articular o movimento estudantil, aliado às lutas da cidade e à mobilidade urbana, numa confluência de setores/lutas. Considera que foi uma das experiências mais marcantes como sujeito político:

Foi o momento em que a intervenção política se ampliou para o conjunto da sociedade a partir da vitória do não aumento da passagem. O grande número de pessoas mobilizadas nas ruas, uma derrota de impacto para o conjunto da população sob os governos. Fomos referência para o que se tornaria as manifestações de 2013, quando havia uma hegemonia de esquerda no processo (ZAKI, 2017).

Para Camila, o *Bloco de Lutas* foi um processo de experimentação, como um laboratório, devido a ter muitas pessoas com ideologias e propostas diferentes, pois nunca se sabia até onde se conseguiria ir. Em sua inserção no movimento sociocomunicacional, passou a integrar as comissões de Organização, Infraestrutura e Comunicação. Zaki também integrou a Comissão de Organização que, para ele, era uma comissão política e dava sustentação ao *Bloco*, por fazer a articulação entre os diferentes sujeitos políticos e sociais e mantê-los unidos. Era a comissão de pensar política, de negociar e que executava aquilo que era definido nas assembleias públicas. Também compôs a Comissão de Comunicação, sendo um dos responsáveis pelas publicações no *Facebook* (é um dos moderadores). Zaki relata que foi onde ele mais enfrentou divergências, por acreditar que era necessário dialogar, também, com as mídias hegemônicas para explorar as contradições, apresentar a versão do coletivo, entre outros. Entende que é importante ocupar esses espaços para ampliar as discussões acerca das lutas e resistências e fortalecer as mídias alternativas.

Para ele, o sentido da sua *participação* no *Bloco* se dá na possibilidade de transformação social, de participação e na intervenção diante das injustiças sociais, de construção do conhecimento a partir da luta, da resistência e da ação política, para que haja condições de disputar o poder na sociedade de forma real e concreta.

Apesar das diferentes vertentes das esquerdas, formações políticas e organizativas, os sujeitos comunicantes apontam que a *motivação* para integrar o *Bloco de Lutas* está relacionada à necessidade de transformação social a partir da base. Zaki afirma que a sua motivação partiu da leitura de conjuntura sociopolítica do Brasil e de Porto Alegre, na qual a juventude se organizava de uma forma diferente, com a *Marcha da Maconha*, do movimento LGBT contra o Deputado Federal Marcos Feliciano, a frente da Comissão de Direitos Humanos que propôs o projeto de lei sobre a “cura gay”, ou os

movimentos negros que não aprovaram o projeto de Estatuto da Igualdade Racial. Ainda, lembra que grupos de mulheres organizaram a *Marcha das Vadias* reivindicando outras relações com seus corpos, entre outros. Em 2012, houve várias greves e paralisações dos serviços públicos, a exemplo das Universidades. Foram essas leituras do cenário que permitiram que Zaki acreditasse que a unificação da frente era necessária para que as lutas tomassem as ruas com força para a transformação social.

Jorge relata que sua motivação se deu por perceber as exclusões sociais, principalmente a partir das desocupações urbanas de moradia violentas. Lembra que ficou impactado ao ver noticiado na televisão o que aconteceu em Pinheirinhos, São Paulo. Nesse momento, decidiu que precisava fazer alguma coisa frente a isso: “era preciso participar de um espaço onde o seu trabalho, ideias, vontades fossem percebidas e lutar para que mais pessoas possam viver bem na sociedade” (JORGE, 2017).

Sobre a *contribuição e o papel social do Bloco de Lutas* para si e para a sociedade, para Glória, está em ser (ou ter sido) um laboratório para fazer política descentralizada, horizontal, de modos diferentes de construir uma narrativa.

Foi o nosso laboratório de uma política participativa, ao elaborar em conjunto, executar em conjunto, avaliar em conjunto. Fizemos um contraponto do modo de fazer política já cristalizado nos movimentos sociais, sindicais e partidários. Contudo, não tinha enraizamento na base social, nas organizações sociais, para elaborar uma fórmula. Faltou recipiente organizativo para dar continuidade tanto local, quanto nacional (GLÓRIA, 2017).

Essa percepção da contribuição pessoal para a constituição do *Bloco de Lutas* é corroborada por Camila. Ela compreende que contribuiu por vir do campo popular, sendo uma parte integrante e determinante. Também por se perceber com habilidades comunicativas e de articulação. Avalia que ajudou o coletivo nos processos de agitação, mobilização e de construção da visibilidade. Ao mesmo tempo, percebe que o papel social do *Bloco de Lutas* se dá (deu) na formação de uma opinião pública, ao possibilitar a efervescência do debate político na cidade sobre a cidade. Segundo ela, fez as pessoas pensarem sobre política, sobre o transporte público, entre outros. “Por isso a comunicação foi importante: o teatro, a panfletagem, as assembleias... porque sem isso, as pessoas não iriam nos atos e não estariam falando sobre” (CAMILA, 2017).

Zaki reflete que a sua contribuição faz (e fez) parte da construção de uma unidade do coletivo, ao possibilitar articulações e fazer parte do trabalho pesado, de mobilização

e agitação. O papel social do *Bloco de Lutas*, para ele, se dá num processo de sensibilização da população quanto à coisa pública e à política, “no explodir a ação, mas não conseguimos disputar o conteúdo e ter organização o suficiente para disputar um projeto de sociedade”. Avalia que o *Bloco de Lutas* “ajudou a virar a consciência da população para a esquerda” (ZAKI, 2017).

Evidenciamos, nas entrevistas com Glória, Jorge, Zaki e Camila, a complexidade dos contextos sociopolíticos e culturais de cada um, e como eles vão se inter-relacionando, de modo a atuar na sociedade através de motivações específicas, mas também coletivas. As diferenças e singularidades que os compõem apontam para uma diversidade cultural, com lógicas de narrativas distintas, e para o exercício da cidadania de modo que se possa negociar de maneira constante, principalmente porque estes têm formações políticas de esquerda, mas de vertentes diferentes.

Nesse sentido, percebemos um exercício da cidadania dos *sujeitos comunicantes* em diferentes lutas, movimentos sociais e organizações políticas, por meio das demandas sociopolíticas históricas. As demandas perpassam a questão da terra, da moradia, dos direitos políticos, entre outros, e vão constituindo cada *sujeito comunicante* até ingressarem no *Bloco de Lutas*. Percebemos que a cidadania aparece como uma prática que produz sentidos e gera pertencimento, bem como potência para alargar dinâmicas e práticas dos *sujeitos comunicantes* junto ao *Bloco de Lutas*.

Dessa forma, a cidadania está relacionada à perspectiva de que os sujeitos são constituídos por direitos, esta se dá forma dinâmica, a partir dos enfrentamentos travados no espaço público ou, como nos lembra Santos (2008), na busca da igualdade social e do direito à diferença. Assim, a cidadania está inserida num contexto que é vivência em processo, visto que os sujeitos atuam em diferentes lutas e práticas fundamentadas em organizações populares. A construção da cidadania dos *sujeitos comunicantes* do *Bloco de Lutas* está vinculada às formas de organização coletiva, de engajamento com as lutas populares, e às necessidades de resistência para a conquista e o reconhecimento de direitos sociais e coletivos.

Podemos dizer que as entrevistas evidenciam que o processo de cidadania dos *sujeitos comunicantes* se expressa, também, na percepção de cada sujeito que se reconhece no processo e que nele está inserido, visto que ela é visibilizada nos modos de travar as lutas, nas práticas, nas ações e nas motivações, com sentidos diversos.

A *trajetória midiática* dos entrevistados não se diferencia em muitos aspectos, principalmente nos meios de comunicação massivos que fizeram parte da formação como

sujeitos comunicantes: o rádio e a televisão. O uso da internet e das mídias sociais são os meios mais consumidos atualmente.

Glória relata que seu maior consumo midiático sempre foi o rádio. Quando veio morar em Porto Alegre, passou a usar a internet, principalmente para enviar e receber mensagens (e-mail). Durante muitos anos, escreveu cartas para os seus afetos. Outro modo de comunicação era o envio e recebimento de SMS. Enquanto residia na casa da família, assistia à televisão, em específico a telejornais. Hoje, eventualmente, assiste a canais, como a *TV Brasil* e a *GloboNews*. Lembra que durante alguns anos, assinou as revistas *Brasil de Fato* e *Carta Capital*. Lê notícias e informações nos portais e sites de notícias como *IHU*, *Click RBS*, *Rebellion.org*, *El País*, *Clarín*, *Telesur* e outros mais específicos do campo libertário. Procura na diversidade de fontes de informação conhecer as diferentes opiniões e visões de mundo.

Jorge relata que tem como memória a televisão, o rádio e o jornal impresso na sua trajetória comunicativa. Diariamente, busca informação através da internet em mídias alternativas como o *Jornalismo B*, o *Mídia Ninja* e o *Coletivo Catarse*, ou em meios de comunicação que tenham um perfil mais à esquerda, como o *Jornal Sul 21* e o *El País*. Muitas vezes, vê determinada notícia no portal de notícias *GI* e, em seguida, busca ver, nas mídias alternativas e de esquerda, como o assunto está em circulação nesses outros meios. Raramente, assiste a programas de televisão. Tem o hábito de ouvir a rádio *FM Cultura*.

Camila é a única entrevistada que relata ter feito uma formação específica em comunicação digital, com uma organização estadunidense que trabalha com midialivrisimo. Também realizou alguns cursos da *Intervozes*, com o foco na comunicação em organizações sociais e no marco civil da internet. Em sua *trajetória midiática*, fala da presença da televisão, principalmente no período da infância e da juventude na casa da família, como meio de comunicação de entretenimento e informação. No período da graduação, lembra-se, ainda, de assistir a programas de televisão. Há três anos, não tem aparelho de TV em casa. O jornal impresso *Correio do Povo* é diariamente presente. Também acessa diariamente aos portais e sites de notícias *GI*, *Carta Capital* e *Brasil de Fato*, entre outras mídias alternativas. Também se considera uma ouvinte das rádios *Guaíba*, *Gaúcha*, *FM Cultura* e *Ipanema*. Depois de ouvir as notícias nas rádios, procura saber mais em novas fontes de informações na internet. Pesquisa, diariamente, assuntos do seu interesse, como política, cultura, tecnologias digitais, violência urbana, MST,

MTST, tráfico de drogas, entre outros temas que interessam e acontecem na periferia, através do navegador do *Google*.

Zaki destaca o uso da televisão e da internet em sua *trajetória midiática*. Comenta que, ao assistir televisão, busca os programas de telejornalismo. Faz três anos que parou de assinar a TV a cabo, porque só assistia à *GloboNews* e o conteúdo está disponível na internet. Tem acesso à internet desde criança, em casa. Escuta rádio (*Gaúcha*) de manhã. No consumo do cotidiano, usa a internet para busca de notícias e vai aos meios hegemônicos, como *GloboNews*, *Zero Hora*, *El País*, *Folha de São Paulo*, entre outros. Tem preferência pelo digital e, em casos específicos, acessa ao impresso. Sempre busca o contraponto nos meios alternativos, como *Esquerda Online*, *Mídia Ninja* e *Jornalismo B*, sendo que, para este último, contribui periodicamente com textos. Também, a partir da funcionalidade “ver primeiro”, no *Facebook*, ajuda a trazer informações e notícias de páginas de movimentos sociais e coletivos, como o grupo de comunicação do Complexo do Alemão. Segundo ele, isso possibilita “diferentes camadas e leituras da realidade para então, elaborar as informações” (ZAKI, 2017). Usa a *Netflix* e o *Youtube* para o lazer e o entretenimento. Também acompanha o futebol, que está relacionado a essa dimensão.

É possível dizer que os sujeitos comunicantes entrevistados têm por hábito diário se informar através de vários meios de comunicação, tanto das mídias hegemônicas quanto das alternativas, para terem uma percepção do que está acontecendo. Consumo específico é feito por veículos alternativos. Nesse sentido, ao buscarem os meios alternativos, entendemos que há uma procura de um diálogo com as suas visões de mundo e as relações sociais dos *sujeitos comunicantes*.

Todos os sujeitos comunicantes são usuários diários das mídias sociais, principalmente do *Facebook*. Conhecem e reconhecem as funcionalidades, a política de privacidade, limites e possibilidades dos *sites* de redes sociais como o *Facebook*. Glória e Camila publicam sobre todas as dimensões da vida: sociopolítica, cultural e afetiva. É possível dizer que, para elas, os seus perfis no *Facebook* são espaços de expressão, opinião e posicionamento político, mas também afetivo. Pode-se perceber inter-relação, entrelaçamento e atravessamento do mundo privado com a esfera pública e política que pode possibilitar uma variedade de necessidades comunicativas que transitam entre a vigilância (de saber que está sendo observada e controlada) e deliberações (em ser cidadão de direitos e atuar para a transformação social).

Jorge busca, a partir da rede de relações e fontes de informações, quase não publicar no seu perfil, preferindo fazer esse movimento nas páginas que administra. Zaki

usa o *Facebook* como meio de articulação, problematização, circulação, mediação e amplificação das lutas e resistências políticas. Glória faz uso do *Facebook* todos os dias, não necessariamente para publicar. Muitas vezes, é apenas para acompanhar pessoas e páginas de organizações e movimentos sociais que lhe interessam. Ela faz uso do recurso “salvar” para ler em outros momentos, quando tiver mais tempo. Faz publicações tanto sobre as questões pessoais, quanto sobre suas posições sociopolíticas, de maneira especial, porque uma está muito atravessada na outra. As publicações trazem os seus pontos de vista sobre a conjuntura, principalmente no âmbito local; compartilha notícias/opiniões e perspectivas de outras pessoas amigas, posta sobre coisas do cotidiano. Afirma que não gosta da polêmica pela polêmica. As publicações têm como objetivo debater, discutir, problematizar, provocar o diálogo para avançar em determinado assunto.

Jorge administra diversas páginas no *Facebook*, a exemplo da do *Bloco de Lutas*, entre outras de mídia alternativa e de organizações da sociedade civil. Porém, pouco usa o seu perfil pessoal. Quando o faz, é para potencializar a circulação da informação de alguma atividade política-cultural. Usa o perfil pessoal para a busca de informações, entendendo que seus amigos são boas fontes de informação. A partir das notícias e informações dos amigos, visualizadas no seu *Feed de Notícias*, busca compreender mais o que está acontecendo e, se algo lhe interessa, compartilha nas páginas que administra, por compreender que elas legitimam e dão potência para as lutas e resistências sociopolíticas e culturais. Nesse sentido, percebemos que as mediações se dão através dos possíveis usos, aumentando a probabilidade de uma ação política.

Camila afirma que, no momento em que percebeu que era uma formadora de opinião, passou a usar o *Facebook* como meio de compartilhar ideias, reflexões sobre as lutas sociopolíticas, mas também publica assuntos pessoais e afetivos. Não tem preocupações como melhor horário, tipo de postagem, etc.. Produz conteúdos com textos curtos ou, quando compartilha algum *link* de notícia, comenta com o seu ponto de vista. Tem perfil no *Twitter*, mas dificilmente acessa, diz que não gosta. Escreve para o *Jornalismo B* e para outros materiais do *MTST*.

Zaki relata que usa o *WhatsApp* para comunicações com os grupos e amigos. Sobre o uso do *Facebook*, considera ser este um espaço para fazer política e publicar suas reflexões, opiniões e captar informações. Tenta usar todas as funcionalidades que a plataforma disponibiliza: transmissão ao vivo, postagem de fotos, de vídeos; faz postagens mais curtas para chamar atenção, publica “textão” quando as coisas pedem

mais reflexão, compartilha artigos, tenta usar tudo o que é possível. Comenta pouco nas postagens dos outros e não mantém conversações nas suas postagens. Acompanha, mas não comenta, por entender que não é o lugar que se possa avançar e aprofundar as discussões políticas. Os conteúdos produzidos são a partir das lutas que precisam avançar. A dimensão política é o que mais se apresenta, mas há algumas (poucas) publicações pessoais. Zaki tem 5000 amigos e é seguido por mais 2000 pessoas. Não usa outros *sites* de redes sociais, por entender que elas demandam tempo e não quer dispô-lo para isso. Contribui, mensalmente, para o *Jornalismo B* e tem uma coluna no *Esquerda Online*. Publica eventualmente artigos de opinião em jornais, como *Sul 21*, *Jornal do Comércio*, ou para os movimentos sociais como *Geledes*, entre outros.

Todos os sujeitos comunicantes entrevistados entendem que podem ser rastreados, monitorados e vigiados através das plataformas digitais, *sites* de redes sociais, etc.. Isso pode ser evidenciado na fala de Camila:

Entendo que sou uma figura pública, de referência nos movimentos sociais, não tem como querer se esconder. Eu parto do princípio que o que eu defendo não é crime. Então, se tiverem que me seguir, me *hackear*, façam. Eu acho que o que eu faço é legítimo, é correto. Não produzo em mim esse medo da criminalização. A criminalização não me coage (CAMILA, 2017).

Quando problematizamos essa realidade, os *sujeitos comunicantes* afirmam que buscam se proteger com algumas táticas, como não conversar determinados assuntos nesses ambientes (para conversas privadas, usam *inbox*), ou usar o *riseup.net* (rede criptografada) para troca de informações e documentos.

Podemos dizer que Glória, Camila, Jorge e Zaki têm acesso à comunicação e exercitam a liberdade de produção de conteúdos e de ação nos ambientes digitais. Ao produzirem seus conteúdos no *Facebook*, potencializam o desenvolvimento de culturas comunicacionais cidadãs e políticas, na tentativa de construir e exercer uma cidadania ampla, sendo esta o ponto chave para a ampliação de direitos e para o exercício da cidadania comunicativa.

Também é relevante dizer que, como atores sociais, os *sujeitos comunicantes* propõem, no uso do *Facebook*, outras narrativas, outras formas de trazer os fatos da realidade, que os meios tradicionais e hegemônicos não alcançam. Mesmo sabendo dos controles e vigilâncias possíveis no *Facebook* e em outros ambientes digitais, continuam

usando-os. Nenhum deles foi proibido ou censurado por produções de conteúdos ou por exercer seus direitos à comunicação.

Dessa forma, cada *sujeito comunicante* tem suas lógicas e modos de estar nos *sites* de redes sociais; atuando com reflexões, denúncias, visibilizando ou divulgando ações coletivas dos movimentos sociais que participam, dão potência para o exercício da cidadania comunicativa, ainda que em níveis diferenciados.

5.2 OS MOVIMENTOS SOCIOCOMUNICACIONAIS NA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS COMUNICANTES

Os usos e as apropriações dos processos comunicacionais no *Facebook* foram por nós investigados, também, em seus vínculos com aspectos relativos à constituição, processos organizativos, identidades, objetivos, lutas e adversários dos coletivos investigados. Ainda, exploramos as dimensões das ações coletivas e a relação com outros coletivos e movimentos sociais para compreender suas redes e interações.

Buscamos nas narrativas individuais, a partir de uma vivência coletiva, reconstruir as percepções dos processos comunicacionais e digitais por meio daquilo que os sujeitos comunicantes compreendiam sobre as estratégias e táticas das lutas, as inter-relações com ações coletivas, dinâmicas (produção, circulação e mediação), fluxos, técnicas e gramáticas do *Facebook*.

5.2.1 *Defesa Pública da Alegria*

Luz, Açucena e Pedro integram o *Defesa Pública da Alegria* desde o ato que o constituiu como movimento sociocomunicacional. Para nós, é relevante compreender o contexto em que o movimento se constitui, visto que é configurador das condições necessárias para que este se forme. Pedro relata que o *Defesa Pública da Alegria* era para ser um ato de uma noite, que ocorreu no dia 04 de outubro de 2012. A organização se deu com duas semanas de antecedência, a partir de umas cinco pessoas que se articularam em Porto Alegre, a fim de denunciar as políticas do Governo Municipal, adotadas pelo Prefeito Fortunatti.

Nossa intenção não era mudar o resultado das eleições de 2012, mas deixar claro que não havia um consenso sobre aquele projeto de cidade.

Tentar fortalecer outras práticas de fazer política que já estavam aflorando na cidade, a exemplo do Massa Crítica, da ocupação do espaço público de uma forma mais consciente do Largo Vivo, que vinha ocorrendo há um ano. Além de ter uma forma de organização mais horizontal, descentralizado [...] (PEDRO, 2017).

Pedro relata que foi um período de campanha eleitoral em que as pautas apontadas pelo ato não estavam nas discussões entre os candidatos. Segundo ele, havia um clima “pacífico” com discursos que pouco se diferenciavam entre quem governaria a cidade por mais quatro anos. Foi um ato pensado e organizado para problematizar a privatização dos espaços públicos, as parcerias público-privadas, a cobrança de taxas de artistas de rua. Foi escolhido o nome *Defesa Pública da Alegria*, segundo Pedro, inspirado no poema de Mario Benedetti.

O ato teve um formato cheio de apresentações culturais, diverso, bem diferente do que são as manifestações da esquerda em que são características as marchas, o carro de som. O ato político cultural teve de piquenique a homem banda, apresentações de teatro, falas políticas, entre outras atividades. Os lugares escolhidos foram a Praça Montevideú, em frente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Largo Glênio Perez, onde já vinha acontecendo o Largo Vivo (PEDRO, 2017).

O ato foi divulgado no *Facebook* e, segundo Pedro, nos dias que antecederam o 04 de outubro, houve uma adesão muito grande. Para ele, isso aconteceu porque as pessoas estavam buscando uma forma diferente de se posicionarem politicamente, sobre questões que não estavam na disputa entre Fortunatti (PDT) x Manuela (PC do B) x Adão Vilaverde (PT). Avalia que esse formato de ato, com linguagens e modos de organizar e fazer eram novos e causaram um impacto bem grande⁸³. Com o passar do tempo, entende que se popularizou e passou a ser confundido com festa, banalizando as formas de ocupar as ruas, diminuindo a potência das ações coletivas e da própria ocupação do espaço público. Ainda sobre o ato que deu origem ao *Defesa Pública da Alegria*, Pedro relata que:

Depois de quase sete horas de atividade, alguém teve a ideia de fazer uma roda de ciranda em volta do Fuleco, instalado no Largo Glênio Perez, ao lado da Praça Montevideú. Uma das pessoas que estava na ciranda, pulou a grade de proteção, sentou aos pés do boneco com um

⁸³ Vídeo produzido pelo Coletivo Catarse sobre o ato *Defesa Pública da Alegria*, no dia 04 de outubro de 2012, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ry3Kl6AIncw>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

instrumento, outras se juntaram, enquanto outras dançavam e foi o estopim para a polícia agir com violência contra as pessoas que estavam na praça. O ato⁸⁴ ficou mais conhecido pela violência e repressão policial do que pelas denúncias e questionamentos que eram a finalidade da atividade (PEDRO, 2017)

Desde esse ato, continuaram a se encontrar na Praça Montevideu, agregando cada vez mais pessoas, organizadas em assembleias abertas e públicas⁸⁵ que juntavam mais de 100 pessoas na praça. Algumas pessoas estavam vinculadas a outros MS ou coletivos, outras não. Essas pessoas permaneceram mobilizadas por aproximadamente três meses, depois regressaram aos seus movimentos de origem. Aquelas que não estavam organizadas em movimentos sociais perceberam que aquele era um espaço de potência e resistência para discutir as pautas que ninguém estava levantando. Pedro relata que começaram com um grupo entre 15 e 20 pessoas, que se mantiveram ativas até meados de 2016, sempre mantendo uma organização horizontal, com a busca do diálogo com diferentes pessoas, principalmente, aquelas que não têm aproximação com a esquerda, numa tentativa de sensibilização e transformação de percepção da realidade.

Ainda sobre a trajetória do *Defesa Pública da Alegria*, Pedro lembra que, ao comporem o movimento sociocomunicacional, buscaram identificar e mapear as pautas que seriam suas lutas, aquelas que afetavam e mobilizavam cada um dos sujeitos e, ao mesmo tempo, de um modo coletivo, para que todos pudessem se sentir atuantes e parte das composições das lutas. A pauta das lutas estava em questionar as privatizações público-privadas (a exemplo do Auditório Araújo Viana e do Cais Mauá), ou com as obras de infraestrutura devido à Copa do Mundo da Fifa, entre outras.

Juntaram-se às manifestações de junho de 2013, em Porto Alegre, principalmente aquelas chamadas pelo *Bloco de Lutas*. Foi um período muito intenso e atuante do coletivo, segundo Pedro. Com o tempo, perceberam a necessidade de articulação com outros movimentos sociais mais tradicionais, por entenderem que era preciso experienciar e aprender com os acúmulos das lutas sociopolíticas já travadas por estes atores sociais. Também, porque entendiam que no *Defesa Pública da Alegria* existia uma potência muito

⁸⁴ Vídeo produzido pelo Jornal Tabaré sobre o momento do início da violência policial no ato *Defesa Pública da Alegria*, realizado no dia 04 de outubro de 2012, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E6mqZJxDyz0>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

⁸⁵ Vídeo produzido pelo Coletivo Catarse sobre o ato de “velório do tatu da Coca-Cola”, chamado pelo *Defesa Pública da Alegria*, no dia 11 de outubro de 2012, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5XDV3aGGV54>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

inovadora, que teria muito a contribuir nas formas de fazer as lutas e resistências em Porto Alegre.

Dessa forma, se aproximaram da Ocupação Saraí⁸⁶, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), em meados de 2013⁸⁷. A troca de conhecimentos e os aprendizados foram mútuos, segundo Pedro. “Nós ensinamos o uso da linguagem da internet, pensar em atos de apoio que trouxessem a cultura e a arte como formas de resistência. Eles nos mostraram as formas de organização, pensar estrategicamente nas ações...” (PEDRO, 2017). Também foi um momento importante para aqueles que se envolveram mais, por se colocarem em contato com a população urbana que mais precisa do funcionamento do Estado, ou seja, a população mais pobre que necessita dos equipamentos e serviços públicos e que estes funcionem e garantam os direitos fundamentais de cada cidadã e cidadão. O *Defesa Pública da Alegria* buscou formas de participar de frentes de lutas, como Cidade para Todos, e de se relacionar com movimentos tradicionais como o MTST, o MST, entre outros coletivos culturais, como a Ocupação Pandorga, a Ocupa Violeta e o Comitê Latino-Americano. Participaram das ações coletivas do *Bloco de Lutas* durante um período, mas mais por interesses pessoais de cada sujeito do que como coletivo.

Ao analisarmos os relatos dos sujeitos comunicantes sobre a trajetória do *Defesa Pública da Alegria*, entendemos que as transformações da sociedade, amparadas na lógica do desenvolvimento econômico (apontadas principalmente pelos projetos dos governos municipais e estaduais durante os anos de 2012 a 2015), produziram conflitos que excluem sujeitos da cidade. Percebemos que as ações coletivas, vivenciadas junto a outros movimentos sociais, a exemplo do MNLN na Ocupação Saraí, possibilitaram uma existência concreta de desejo de transformação da sociedade para os sujeitos que integram o *Defesa Pública da Alegria*. Principalmente, naquela que é vivida e negociada junto ao Estado, no enfrentamento pelo direito em permanecer na moradia ocupada, não sendo apenas uma questão da necessidade, mas racional e da consciência do processo de luta, na combinação de práticas combativas para pensar uma política permanente.

⁸⁶ Sobre o “Defesa Pública da Saraí”, vídeo produzido em parceria com o Coletivo Catarse de Comunicação, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EjVrjIftzzY>. Último Acesso em: 30 de novembro de 2017.

⁸⁷ Vídeo produzido pela Comunidade Dandara, em BH, em apoio a Ocupação Saraí e suas atividades de apoio. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rgfm9PRuTzM>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

É preciso dizer, também, que os sujeitos comunicantes do *Defesa Pública da Alegria* evidenciam em suas falas que as lutas são travadas porque uma parcela significativa das pessoas que vivem no espaço urbano não tem direito de participar do consumo de bens simbólicos (cultura e lazer), moradia, entre outros. Dessa forma, se unem a questões concretas para, através das ações coletivas, exercerem cidadania, mesmo que cada um dos sujeitos tenha identidades, perfis, lutas específicas. Buscam, na relação com as diferentes alteridades, estabelecer uma lógica mais ampla, humana, horizontal nas relações de poder e gênero. Demonstram as contradições das normas e relações de poder, não só entre o capital e o Estado, mas, também, com as práticas de movimentos sociais tradicionais e consolidados.

Sobre as participações do *Defesa Pública da Alegria* nas frentes de lutas, Pedro ressalta que a preocupação foi a pauta das lutas, não necessariamente em dar visibilidade a um determinado coletivo, a capacidade de ser reconhecido e reconhecer como movimento social através do olhar do outro. Açucena aponta que, pelo *Defesa* ter como característica a capacidade de escuta entre seus membros, quando se reuniam com outros grupos e coletivos, eram considerados os “ursinhos carinhosos” por fazerem o papel de mediadores e negociadores dos conflitos entre os diferentes participantes.

Essa experiência com o MNLM e a capacidade de autorreflexão dos sujeitos que compõem o *Defesa Pública da Alegria* permitiram que percebessem que, para além de um lugar de potência do movimento, quando em conjunto, articulados com outros atores políticos e sociais, conseguiam mobilizar e reconhecerem-se com mais força. Por isso, ao tomarem a luta pela não privatização do Cais Mauá, formaram uma frente, o Ocupa Cais Mauá, composto por várias organizações da sociedade civil e outros coletivos.

Entendemos que a lógica de organização e o trabalho do coletivo estão na referência da luta, da ação coletiva, não na personalização de um sujeito, um líder, ou mesmo do próprio movimento social. Por essa razão, podemos compreender também os fluxos e dinâmicas junto a outros coletivos e movimentos sociais que se desenvolveram a partir do concreto das lutas sociopolíticas e culturais, buscando adequar os processos de participação, horizontalidade e autonomia do *Defesa Pública da Alegria*. Esta pode ser uma característica que os fortalece e, ao mesmo tempo, os fragiliza. Fortalece por possibilitar que os diferentes sujeitos sociopolíticos e culturais se aproximem, participem das lutas e, assim, amplie o espectro da cidadania e da democracia. Fragiliza porque não há uma organicidade e estruturação no *Defesa Pública da Alegria* que garanta a sua continuidade, fazendo com que o coletivo seja mais sensível às dinâmicas de refluxo, ou

desarticulação. Principalmente, porque as dinâmicas dependem de um comportamento de adesão, espontâneo e de intensa participação. Ou seja, os fluxos e dinâmicas dependerão das intenções de cada sujeito comunicante que compõe o *Defesa Pública da Alegria*, que dará as significações internas no comportamento do coletivo.

Açucena avalia que, mesmo com a desarticulação, houve um amadurecimento de todos os sujeitos do *Defesa Pública da Alegria*. Ela lembra que, de um ato, se tornou um coletivo e, de ações de ocupação dos espaços públicos, se transformaram em outros modos de intervenções urbanas e públicas na medida em que se aprofundaram para compreender políticas públicas e sobre o direito à cidade. Outro ponto importante trazido por Açucena é que a capacidade reflexiva e autoavaliativa do conjunto de pessoas que formaram o *Defesa Pública da Alegria* possibilitava que percebessem os limites (não só por ser um grupo pequeno), de se reconhecerem sujeitos políticos (em exercício de uma cidadania política, cultural e comunicacional) que tinham um campo limitado de atuação – centro da cidade, centro histórico, com capacidade de diálogo com aqueles que eram diferentes, localizados (sem capacidade de atuar de forma descentralizada, nas periferias, por exemplo).

Luz considera que uma das mudanças significativas foi o número de integrantes. No início, era um número muito grande de pessoas, os encontros eram considerados assembleias públicas. Com o delineamento do coletivo, ficou um grupo menor, o que oportunizou discussões mais qualitativas e aprofundadas sobre as lutas, e que possibilitava o planejamento e a organização das ações coletivas. Ainda, que as discussões eram momentos de elaborar percepções das lutas, de modo a trazer um ponto de vista que contemplasse a todas as pessoas que compunham o coletivo, de tal forma que dessem conta de elaborar noções e significações construídas coletivamente. Aponta também que a capacidade de articulação com outros coletivos e movimentos sociais, bem como com outras lutas, possibilitou abrangências, novos fluxos, aberturas e fluidez na capacidade individual de cada sujeito que compunha o *Defesa Pública da Alegria*.

Nesse sentido, tanto Luz quanto Pedro percebem que as características trazidas pelo *Defesa Pública da Alegria*, como a abertura para o diálogo, fluidez e capacidade de articulação com os diferentes atores sociais, eram uma potência do coletivo, pois não exigem uma autoria para o MS. O mais importante eram as lutas e resistências

desenvolvidas no conjunto da sociedade com os diferentes sujeitos políticos/culturais, a exemplo do “Defesa Pública da Sarai” ou do “Ocupa Cais Mauá”⁸⁸.

Para nós, essa percepção evidencia a tentativa de construção de uma democratização das práticas internas do grupo. As falas nos levam a compreender que as lutas concretas, compartilhadas pelos sujeitos comunicantes do *Defesa Pública da Alegria*, permitiram não só um outro modo de fazer política, mas que cada um formasse uma identidade coletiva e se formasse individualmente, constituindo cada sujeito naquilo que pensa, é e sente. A identidade coletiva assim constituída se transformou em espaço de contrapoder ao intervir nos espaços de poder por meio das ações coletivas/comunicacionais, tanto por meio dos múltiplos espaços presenciais (ocupações de moradia, espaço público, entre outros) quanto dos digitais (uso do *Facebook*).

Podemos ver que o *Defesa Pública da Alegria* se consolidou, no decorrer de 2013 até 2015, como *locus* de um movimento sociocomunicacional que se fez na e em rede. Na rede, ao tornar-se referência para movimentos sociais tradicionais, trouxe novas formas de dar visibilidade e fazer mobilização em relação às lutas pelo direito à cidade, apoiados no uso dos ambientes digitais como o *Facebook*. E, em rede, experimentou modos de articular diferentes atores e sujeitos políticos e culturais para as ações coletivas e combativas a partir do uso do *Facebook* por meio de cada um dos sujeitos comunicantes do MS.

O *Defesa Pública da Alegria* se reuniu pouquíssimas vezes em 2016. Muito influenciado pela conjuntura política, diante de tantas incertezas, fundamentalmente após o *impeachment* da Presidenta Dilma. Decidiram passar por um período de observar o que aconteceria na cidade, principalmente, porque haveria eleições para a Prefeitura em 2016. O fato de dois projetos tão semelhantes terem sido levados para o segundo turno deixou os sujeitos desmotivados, o que só aprofundou a desarticulação do coletivo, fazendo com que cada um focasse nos seus projetos individuais.

O *Defesa Pública da Alegria* foi composto por aproximadamente 12 pessoas. Na composição e organização das funções, buscavam a horizontalidade, relações mais igualitárias, com diálogo, respeito, num espaço democrático, conforme relatado por Luz, Açucena e Pedro. Por ser um grupo pequeno, quando as tarefas existiam, elas eram distribuídas conforme a disposição e disponibilidade de cada sujeito. Sobre os objetivos

⁸⁸ Vídeo produzido pelo Coletivo Catarse de Comunicação, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lmheI6wwS5o>. Último acesso em: 30 de novembro de 2017.

do movimento sociocomunicacional, os sujeitos comunicantes apontam que, desde o princípio, foi combater a gentrificação. Para Pedro (2017):

Combater o cerceamento da cidade; combater a ideia de cidade como mercadoria; combater a ideia de gestão que é marcada pela corrupção, ou pelos meros interesses econômicos da elite. Lutar por uma cidade, e assim uma sociedade mais inclusiva, com acesso aos direitos humanos muito pela perspectiva urbana. Que as pessoas possam ter acesso a uma praçinha, aos equipamentos públicos e a serviços de qualidade. Definimos nossa luta na antigentrificação, na defesa dos espaços públicos e da coisa pública.

Nesse sentido, as lutas por meio das ações coletivas são compreendidas como exercício de cidadania na medida em que questionam o *status quo* e os privilégios de alguns, questionando “a ordem mundial. Caso contrário estaríamos legitimando o que está dado pelos grupos econômicos” (PEDRO, 2017). Para Açucena, foi um momento de compreender mais sobre a cidade e o que permeia as lutas sociopolíticas e culturais, na busca do bem viver, no qual os interesses econômicos não deveriam pautar o que é um direito, e sim, a participação popular e o diálogo para as decisões sobre a coisa pública. Luz reflete que, mais do que produzir reivindicações, buscavam transformações.

Dessa forma, entendemos que a concepção de cidadania, segundo os sujeitos comunicantes, está ligada à redefinição do espaço da cidadania. Este está relacionada ao direito de participar das decisões que afetam o destino das pessoas que vivenciam a cidade. A cidadania está na possibilidade de fazer política por meio da participação, discussão e criação da coisa pública para todas as pessoas, de outras formas daquelas que são dadas ou oferecidas pelo poder público/econômico e que excluem boa parte da população.

Ao serem questionados sobre um projeto de sociedade, os sujeitos comunicantes apontam que o *Defesa Pública da Alegria* não tem um projeto pronto e acabado de sociedade, ou modos de transformá-la definidos numa proposta do que querem. Internamente, constroem as propostas nos encontros; com os outros grupos, movimentos sociais e coletivos, esse processo se dá em assembleias. Pedro deixa claro que também nunca tiveram ou pretenderam ter um modelo/projeto pronto: “é preciso mais do que ter um projeto que defina um modo de ser no mundo. A necessidade de mudança de contexto sociopolítico e cultural se dá partir da realidade local”.

Para nós, fica clara a relação com o que fala Castells (2014) sobre lutas globais que são vivenciadas no local, porém, percebendo o contexto vivenciado pelo *Defesa*

Pública da Alegria, entendemos que não ter um projeto de sociedade claro aponta para a própria fragilização e desarticulação do MS, visto que, sem um projeto mais amplo daquilo que se pretende, quando as demandas são alcançadas, ou não, a organização do grupo pode perder o sentido de existir, evidenciando uma existência tática e pontual. Transformação de corações, mentes e culturas, a partir das necessidades e carências em direitos, requer enfrentamentos contínuos, propostas e o fortalecimento do campo sociopolítico e cultural (WARREN, 2006).

Pedro (2017) relata que lutavam por uma cidade mais justa, contra inimigos bem definidos, representados na “burguesia, [n]o capital que não respeita a humanidade, [n]a elite econômica que promove esse processo de desigualdade e de destruição da humanidade e [n]a classe política que faz o trabalho sujo”. Luz diz que mais do que personificar inimigos, as lutas estavam representadas nas lógicas de ordenação da cidade, como “sobreposição da lógica do privado ao público, de desenvolvimento e progresso da cidade desumanizando os espaços públicos e ampliando os poderes econômicos das grandes corporações, a falta de transparência na gestão pública, as fronteiras invisíveis na cidade [...]” (LUZ, 2017). Para Açucena, são as políticas do governo municipal que determinaram “toque de recolher” aos bares da Cidade Baixa, ou a concessão dos espaços públicos a empresas como o Auditório Araújo Viana, entre outros, a contradição entre o direito à cidade e a gentrificação.

As falas evidenciam o que Alan Touraine (1977) aponta como condição central de ser do movimento social: elaborar valores comuns, orientar ações, afetar as transformações culturais no contexto na qual são originados quais são componentes. Dessa forma, entendemos as lutas empreendidas pelo *Defesa Pública da Alegria* apoiadas nas disputas de classe, que transitam e afetam a ação concreta dos sujeitos e as inovações culturais, dando a ver a possibilidade de um outro sujeito sociopolítico, ao perceberem-se capazes, a partir de uma identidade coletiva, de exercerem o direito de conquistar seus direitos e geri-los de forma orgânica.

Porém, as pautas das lutas se definiram, também, conforme o contexto sociopolítico cultural local, “observando o que acontecia na cidade e sempre olhando para o tamanho do coletivo que estávamos inseridos poderia incidir”, afirma Açucena (2017). Segundo Pedro (2017), “tiveram pautas que nós queríamos lutar, mas sabíamos que não teríamos força e não alteraria em nada, a exemplo da orla do Guaíba, na qual, quando quisemos nos envolver, o processo estava muito avançado e não faria diferença o nosso envolvimento”.

Para nós, mesmo os sujeitos comunicantes tendo claras as lógicas do capital, da política e das ordenações de poder, as falas também evidenciam uma fragilidade do próprio coletivo: as demandas das lutas eram mais reativas ao contexto, fazendo com que o *Defesa Pública da Alegria* agisse mais numa condição emocional (das motivações e afetações pessoais para a mudança de uma identidade coletiva), ainda que compreendessem a consciência e os processos de luta e a necessidade de uma atividade sociopolítica e cultural permanente.

As decisões das lutas nas quais se envolviam, as deliberações, os encaminhamentos e as avaliações das ações coletivas aconteciam nas reuniões presenciais. Estas também serviam para formações não formais, sem uma metodologia específica. Elas eram espaços de expressão e de trocas de referências de leituras e de conhecimentos, em que todos os sujeitos podiam trazer diferentes pontos de vistas, embasamentos teóricos, leituras de mundo. Eram conversas intensas e ricas, como relatam os três sujeitos comunicantes entrevistados. Pedro, Açucena e Luz lembram que as reuniões eram momentos de muito aprendizado, motivador e de riqueza para cada um.

Quando não eram possíveis esses encontros, trocavam mensagens principalmente por e-mail, usando o *Google Groups* ou o *WhatsApp*⁸⁹. Pedro reflete que, mesmo sabendo das possibilidades de rastreamento e da insegurança com o uso do *Google*, mudar para uma tecnologia mais segura pode desmobilizar os sujeitos que estão se aproximando dos movimentos sociais e coletivos. Ele explica que plataformas mais seguras exigem que as pessoas aprendam e se adaptem a novas interfaces e linguagens, às possibilidades dos ambientes em *software* livre, com tecnologias específicas, afetando consideravelmente as possibilidades de mobilização e de sensibilização para as lutas e a dificuldade de pertencimento ou vinculação entre os sujeitos do grupo.

O que evidenciamos nas falas dos sujeitos comunicantes, nas entrevistas sobre as dinâmicas dos encontros presenciais, é a construção de processos de tomadas de decisões coletivas de maneira democrática, a experimentação de novas formas de deliberação e o compartilhamento de poder. Também percebemos que há possibilidades de novas formas de mecanismos de deliberação, participação, por não terem objetivos controlados e uma organização institucionalizada, mas por estabelecerem processos de trocas e

⁸⁹ A comunicação entre os sujeitos comunicantes que compõem o *Defesa Pública da Alegria* se dava oficialmente no grupo de e-mail. No decorrer do período entre a pesquisa exploratória e a pesquisa sistemática, os sujeitos passaram a utilizar o aplicativo de conversação *WhatsApp*. São para mensagens mais rápidas e combinações de atividades das amigadas, afirmam Luz e Açucena, não para as lutas.

“aprendizado” no qual cada um sente que tem direito à voz e a discutir sobre a luta, num sentimento de estar juntos.

Sobre as ações coletivas Pedro, Luz e Açucena as definem como atos políticos culturais⁹⁰ que frequentemente terminavam em festas, com a proposta de dialogar com as pessoas. Lembram que não eram comuns esses eventos de rua quando começaram, principalmente em espaços considerados abandonados. Também intervenções urbanas, a exemplo da renomeação de ruas que levavam nomes de militares, fotografadas e publicadas na página do *Defesa* no *Facebook*, ou a participação qualificada dos membros do *Defesa* em audiências públicas com materiais visuais, entre outras. Participaram de atividades políticas e culturais de discussão sobre os espaços urbanos, tanto em espaços privados como em espaços públicos, de ocupações de moradia, entre outros. Pedro afirma que o uso do espaço da página no *Facebook* também era pensado como um modo de ação coletiva, visto que era um lugar de trazer seus pontos de vista frente às lutas.

Sobre os sentidos e finalidades das ações coletivas, Pedro e Açucena avaliam que a tentativa era de trazer outras perspectivas e transformar, ainda que em um âmbito micro, a realidade sociopolítica e cultural, “mudar na medida do possível a realidade urbana a partir dos direitos humanos. Nada muito revolucionário, mesmo sabendo que lutar e defender os direitos humanos, hoje, possa ser considerado revolucionário num mundo como o nosso” (PEDRO, 2017). Luz afirma que foi uma forma de chamar a atenção das pessoas para as questões políticas da cidade, visto que muitas coisas “passam batido. Queríamos provocar posicionamentos, pois elas nos parecem alheias a essas disputas que fazem parte da vida de todo mundo”. Nesse sentido, Açucena lembra que as ações coletivas de ocupação dos espaços públicos possibilitaram que muitas pessoas conhecessem mais a cidade. Segundo ela, “muitas pessoas não conheciam o espaço dos armazéns do Cais do Porto e passaram a perceber Porto Alegre a partir de um outro lugar. Ainda que fosse porque estavam numa festa” (AÇUCENA, 2017). Na avaliação dela, muitas pessoas passaram a participar e se sentir estimuladas a estar presentes nas discussões graças a essas ações e às publicações na página do *Facebook*, visto que era um meio de comunicação que as deixavam a par do que estava acontecendo em Porto Alegre.

⁹⁰ Açucena define ações político-culturais e ações de rua, ocupando os espaços públicos, as quais mesclavam apresentação de artistas de rua, artistas populares, intercaladas com falas de cunho político sobre a luta que se estava travando naquele momento do ato. Nesses atos, se distribuía panfletos e se buscava conversar com as pessoas que acompanhavam a atividade, na busca de adesão e de fomentar o pensamento crítico.

Quando questionado sobre as motivações para ocupar os espaços públicos, Pedro afirma que:

Não só os públicos, mas os privados também, mas nos públicos as lutas ganham mais legitimidade. As lutas sociopolíticas e culturais, que se tornam um acontecimento que pode ser por si só uma vitória, ainda que seja temporária [...]. Estar na rua é um modo de questionar o *status quo*, de perceber a diversidade, de colocar diferentes pessoas em convívio, de desenvolver relações de horizontalidade, de dar visibilidade (PEDRO, 2017).

Açucena complementa o pensamento de Pedro ao afirmar que ocupar o espaço público é uma ação política, de conhecer e se reconhecer na cidade, no que significa cada lugar. Percebe que pode tornar as relações e os espaços mais seguros, pois “quanto mais as pessoas circulam nas ruas, maior a possibilidade delas sentirem-se seguras. Quanto mais diversa é a cidade, maior a possibilidade de exercícios de alteridade e convívio com o que nos é diferente”. Compreende que é nas ruas das cidades que se dá a convivência, que há a possibilidade de um “lar coletivo”, no qual todas as pessoas possam caber. Dessa forma, relaciona o espaço público com a ideia de “lugar de afeto e memória social” (AÇUCENA, 2017).

Compreendemos que as mudanças que busca produzir o *Defesa Pública da Alegria* estão vinculadas ao que Castells (2013) reflete como mudanças culturais, de valores sociais, pois são transformações que se dão em processo, na vivência dos sujeitos, com consequências políticas por transformarem mentalidades. Como reflete o autor, “não importa o produto, mas como o processo se dá” (CASTELLS, 1999, p.43), principalmente porque a forma de organização espontânea, de deliberação, de processo de experimentação dos processos democráticos, desenvolve vivências, nas quais se poderiam engendrar outras formas de relações humanas, de fazer política, de aprendizagem, vindas das práticas das ações coletivas/comunicacionais.

Entendemos que as ações coletivas, com seus sentidos e finalidades apontados pelos sujeitos comunicantes, nos permitem perceber o reconhecimento coletivo de um direito (o direito à cidade, por exemplo), mas também, o direito de lutar por esse direito e de participar do seu destino (SANTOS, 2008). Ainda sobre as ações coletivas e a vinculação com outros MS e coletivos, percebemos que a articulação das diversas lutas possibilitou aos sujeitos comunicantes assumir uma pluralidade de identidades, pois referem-se a exclusões múltiplas e, ao mesmo tempo, a identidades sociopolíticas e

culturais específicas, como a Ocupação Saraí (direito à moradia), Ocupa Cais Mauá (pelo direito a ocupar o espaço público e a não privatização deste), entre outras. Também assumem demandas plurais quando pensamos no sentimento de exclusão no espaço de cidadania sociopolítica, cultural e comunicacional, quando reivindicam o direito à participação nas decisões sobre as políticas públicas da cidade.

Sobre as práticas comunicacionais do *Defesa Pública da Alegria*, os sujeitos comunicantes apontam que os usos e apropriações da página no *Facebook* eram o principal meio de comunicação e mobilização para as ações comunicacionais e coletivas. Luz reflete que havia uma tentativa de uma “forma de comunicar, que fosse posicionada, direta, crítica e combativa, buscando formas de tratar que não fossem viciadas ou chatas como alguns movimentos sociais de esquerda têm, com jargões e estereotipadas” (LUZ, 2017). Havia uma preocupação com a linguagem, desenvolvida a cada ação coletiva, com formas de afetar e mostrar a relevância do ato político, ao mesmo tempo em que fazia com que este fosse um ato cultural. Para ela, os textos:

Nunca abriram mão de deixar explícito o motivo do ato e das lutas, mas falando disso de uma forma leve, que afetassem e sensibilizassem as pessoas. Nossa busca era em ser combativos, sem ser cansativos. Não era preciso uma afirmação identitária do coletivo, mas sim, com a luta que estava na pauta, buscando falar de maneiras convidativas, alegres e combativas. A comunicação era pensada e compreendida como potência para as lutas e para a possibilidade de viver a cidade (LUZ, 2017).

Existia a preocupação com o visual das ações coletivas nas ruas, com o uso de uma linguagem acessível, menos “ortodoxa”, segundo Pedro (2017), buscando “preencher um espaço para que as pessoas se sensibilizassem para as pautas das nossas reivindicações”. Açucena lembra que usavam panfletos para serem distribuídos nos atos, microfone para falas mais políticas e questionadoras sobre a pauta. Em alguns momentos, dependendo dos recursos disponíveis, cartazes e faixas, principalmente para as audiências públicas. Evidenciamos, a partir das falas dos sujeitos comunicantes, que os processos comunicacionais, como falas públicas, elaboração de cartazes, panfletos, faixas e bandeiras, muitas vezes davam o “tom” e o ritmo para os atos político culturais.

Nos depoimentos, entendemos que o *Defesa Pública da Alegria* articula saberes advindos de suas práticas culturais para a mobilização das suas redes, a partir das quais a ação coletiva/comunicativa é orientada e afeta o conjunto de valores e significados que compõem e estruturam as atividades propostas e executadas por este.

No conjunto das práticas comunicacionais, algumas vezes, direcionavam para os meios de comunicação *releases* sobre as ações coletivas, principalmente sobre atos político-culturais. A relação com as mídias hegemônicas passa a ser considerada como relevante para os sujeitos comunicantes, não só por pautarem determinados pontos de vista das lutas travadas pelo *Defesa Pública da Alegria* em Porto Alegre como, também, por proporcionarem brechas para que este [coletivo] posicione-se diante das pautas.

Pedro reflete que, ainda assim, não é possível esperar que o jornalista vinculado às mídias hegemônicas atue como “assessor de imprensa do coletivo” isso dependerá das pessoas que falam pelo movimento social: “é preciso um discurso curto, objetivo, comprovável, que não dê espaço para comprometer o coletivo, nem a pauta” (PEDRO, 2017). As relações do *Defesa Pública da Alegria* com os meios de comunicação se deram tanto com mídias hegemônicas, quanto com alternativas. Nesse sentido, Pedro argumenta que mais de uma vez o jornal Zero Hora fez coberturas muito boas e positivas para as ações coletivas do *Defesa Pública da Alegria*.

Entendemos que, algumas vezes, o *Defesa Pública da Alegria* se valeu das lógicas midiáticas das empresas de comunicação hegemônicas como uma tática para ganhar visibilidade pública. Isso não significa que não tenham conhecimento ou que concordem com as práticas destas mídias, mas que, diante do poder, buscam negociar e encontrar brechas para a disputa da hegemonia.

Fica evidente a necessidade de criticidade aos meios e a ação na construção de formas alternativas de comunicação, principalmente para o exercício de uma cidadania comunicativa quando assumida no reconhecimento do direito a comunicar de todos os sujeitos sociais. Também, ao relatarem uma certa harmonia na relação com as mídias hegemônicas, para nós, isso se deve, principalmente, porque as próprias empresas de comunicação não tinham muito claro quem era o coletivo ou porque lutavam, pois, assumiam diferentes formas de “assinar” uma ação coletiva, a exemplo da “Defesa Pública da Saraí” ou da “Serenata Iluminada”. Isso se deve porque o coletivo sempre buscou identificar a luta e não a autoria e o reconhecimento identitário coletivo, não expressando a visão de mundo, das disputas de classe e poder, entre outros, ao veicularem notícias sobre as suas ações.

O objetivo/sentido dado para as práticas comunicacionais era de fomentar o senso crítico, questionar, provocar o pensamento sobre as lutas sociopolíticas e culturais a partir do direito à cidade junto às pessoas, pois “as coisas estão acontecendo com elas, na cidade em que vivem e que interfere no dia a dia. Dá mais trabalho do que resultado” (PEDRO,

2017). Para Açucena, o maior objetivo/sentido das ações comunicacionais era a mobilização e sensibilização para as ações coletivas, para a ocupação e participação junto ao espaço público. Avalia que a página no *Facebook* ajudava bastante, também, a dar a visibilidade para o que o *Defesa Pública da Alegria* estava fazendo.

As práticas comunicacionais, estratégias e táticas eram avaliadas, organizadas e pensadas nas reuniões presenciais. Em algum momento, tentaram estabelecer fluxos, periodicidade, horários de publicação, entre outros, para ampliar a abrangência das publicações, mas não conseguiram manter por não ter uma determinada pessoa responsável pelo ambiente digital. Segundo Açucena (2017), “percebemos que determinados horários atingiam mais pessoas, mas não deu certo. Tá, daí agendamos algumas publicações, mas não conseguimos fazer funcionar”.

Em algumas reuniões, as únicas pautas eram o planejamento, a definição e a distribuição de tarefas dos processos comunicacionais, segundo Açucena. “Aqueles que tinham afinidades profissionais ficavam responsáveis pelos textos, mas a construção das ideias, do que precisava ser dito, e de como seria dita era feito no conjunto dos participantes” (AÇUCENA, 2017). Outra forma de construção era através do grupo de e-mail.

Um ponto relevante trazido por Açucena, sobre as definições de estratégias e táticas comunicacionais do *Defesa Pública da Alegria*, é a não vinculação com pautas político partidárias, de apoio ou repúdio a determinado partido político, principalmente, por terem sujeitos políticos com posições partidárias ou apartidárias internamente no coletivo. Por esse motivo, podemos pensar, o coletivo manteve-se como observador da conjuntura política no país e no Rio Grande do Sul durante os anos de 2016/2017.

O espaço presencial era considerado espaço de reflexão, questionamento, avaliação e diálogo, para se pensar os modos de agir e de fazer política para fora. Nesses momentos, também eram definidos os objetivos de cada ação coletiva e as estratégias comunicacionais. Nesse sentido, Pedro (2017) deixa claro que:

Para cada ação se esperava um resultado [...]. Nunca buscamos fazer uma ação por fazer e sim, fazer algo que tivesse um impacto social. E isso tem a ver com como nos dedicamos aos processos comunicacionais. Sempre que tivemos resultados muito bons era porque tínhamos nos empenhado para pensar os processos comunicacionais. Diferente do *Bloco de Lutas* que tem uma comunicação mais precária, menos pensada.

No conjunto das falas sobre os objetivos e sentidos, estratégias e táticas comunicacionais, entendemos que, mesmo alguns dos sujeitos comunicantes tendo formação e compreensão dos processos midiáticos e de como estes atravessam e configuram a sociedade, os processos comunicacionais e suas práticas são compreendidas como táticas. A comunicação pensada como tática (DE CERTEAU, 2011) agrega valores e potencializa a resistência mediante os poderes constituídos, bem como a interação e a mediação. Fundamentalmente, por buscar a sensibilização, a mobilização e a mediação dos processos de comunicação, e suas práticas são importantes, mas não constituem o centro das atividades. No entanto, os processos de usos e apropriações do *Facebook* são compreendidos como parte da prática comunicacional atuante e indispensável para o coletivo.

Sobre as práticas de comunicação digital, os sujeitos comunicantes relatam que estas eram restritas às possibilidades da página no *Facebook*, que é considerada uma página de alcance médio, segundo Pedro. Ele relata que, vinculado a campanhas específicas, como o “Defesa Pública da Saraí”, trabalharam com cartazes como forma complementar. Vinculam-se na ideia de um modo descentralizado de fazer comunicação, de que todos podiam participar e tinham autonomia para desenvolver os processos comunicacionais. Pedro explica que não era preciso que todos se reunissem para que algo fosse publicado na página, por exemplo. Isso se relaciona com as formas de se organizar e de se relacionar entre os sujeitos. Açucena e Luz apontam que os usos do *Facebook* se davam, fundamentalmente, para convidar para as ações coletivas, informar, divulgar e dar visibilidade para as lutas. Outra forma de vinculação das ações coletivas com os processos comunicacionais digitais está na própria organização interna do grupo, nas trocas de mensagens por e-mails, na construção/elaboração de textos no *Google Docs* e em *chats* entre os sujeitos.

Nesse sentido, quando questionados sobre os modos de organização e produção dos conteúdos da página, Açucena nos fala que não tinham pessoas responsáveis previamente. Algumas vezes, os textos eram construídos coletivamente nas reuniões presenciais e, nesses casos, eram discutidos exaustivamente para que contemplassem o pensamento de todos os presentes. Havia situações em que alguém ficava responsável por elaborar o texto e compartilhar com o restante do grupo para que todos pudessem contribuir. Em outros momentos, os sujeitos podiam publicar sobre determinado assunto na página sem uma avaliação prévia dos membros do grupo.

Pedro (2017) diz que “em alguns momentos, foi mais pensado e planejado. Em outros, cada um podia postar no momento que quisesse. Alguns não postavam. Quando não tinha conteúdo nosso para ser postado, reforçávamos chamados de outros grupos, outras pautas. É o caso desse momento, já que o coletivo está desarticulado. Não há periodicidade definida”. Isso foi avaliado e tentaram mantê-la, mas perceberam que estava mais vinculada à própria capacidade dos sujeitos de se envolver nas lutas e de articulação do coletivo. A relação por meio do ambiente digital com outros movimentos sociais e coletivos, ou grupos, se dá através desse compartilhamento de notícias, eventos, etc..

Nos depoimentos, evidenciamos que o *Facebook*, como meio de comunicação, é entendido como um espaço para os processos midiáticos digitais alternativos propostos pelo *Defesa Pública da Alegria*, como lugar de potência para sensibilizar, mobilizar e dar visibilidade às suas lutas e visões de mundo. A apropriação das informações possibilita a elaboração e articulação de argumentos, na busca da ampliação de espaços de participação cidadã. Dessa forma, a cidadania comunicativa digital, no *Defesa Pública da Alegria*, pode ser percebida no uso sociopolítico, cultural e cotidiano do ambiente digital, a página no *Facebook*, para visibilizar e sensibilizar para demandas, reivindicar o direito à cidade de forma ampla e chamar para as ações coletivas.

Os sujeitos comunicantes demonstram entender as lógicas e gramáticas que o *Facebook* lhes oferece. Luz relata que tentaram integrar aos processos comunicacionais as métricas que são oferecidas para os administradores da página, para atingirem mais pessoas, mas que isso acabou se perdendo na própria fluidez do grupo. No entanto, buscavam postar textos com imagens, sendo estes mais curtos, mas que pudessem ser provocativos. As imagens eram criadas e desenvolvidas em parceria com outros coletivos ou profissionais da área, para ter beleza na forma de trazer as lutas, resistências e reivindicações, segundo a entrevistada. Pedro acrescenta que havia palavras como “privatização”, “espaço público”, que não faziam diferença para que houvesse uma abrangência maior.

Para Açucena, cada ação coletiva era pensada em termos de estratégias comunicacionais. Ou seja, para cada ação retomavam-se as discussões do como fazer, com que objetivo, quando e quem eram os responsáveis. Não havia um modo dado de fazer e sim, a tentativa de construir processos comunicacionais criativos, que trouxessem uma linguagem poética, alegre e combativa, mas que percebemos não terem uma linguagem clara e definida entre os membros, mas construída em ato.

Para nós, fica claro nos depoimentos dos sujeitos comunicantes a proposta e a intencionalidade de fazer da página no *Facebook* um espaço de engajamento dos curtidores e seguidores. Principalmente a partir da busca de uma linguagem leve, atrativa, criativa, relacionada às lutas, que mantivesse um modo combativo e de ação coletiva.

A proposta de linguagem elaborada pelo *Defesa Pública da Alegria* tem como um dos objetivos produzir significações e sentidos no processo comunicacional digital que sejam adequados às práticas e às lutas sociopolíticas e culturais. Buscam, assim, um processo vivo, ativo, no qual as múltiplas vozes participem do diálogo. No entanto, esse processo requer respostas, mediação, negociação. Como não o fazem, torna-se incompleto, limitado e permite refluxos, tensões com vozes que podem desqualificar e deslegitimar as ações coletivas e as lutas travadas pelo coletivo. Isso fica evidente por meio da processualidade de observação durante o período exploratório e sistemático da página, conforme apresentamos nas análises realizadas no Capítulo 4.

No contexto sociopolítico, cultural e comunicacional que o *Defesa Pública da Alegria* vivenciou, as discussões nos ambientes digitais geraram atenção dadas às características do *software* e das redes. As experiências que emergem nos ambientes digitais e dos sistemas são promovidas por determinados padrões técnicos e institucionais (SILVEIRA, 2010). E isso não é diferente para o *Facebook*, no qual o *software* e seus algoritmos são configurados de uma maneira que traz efeitos significativos à percepção que os coletivos e MS podem ter de si e à sua capacidade de estar na vida pública.

Em relação aos sistemas de vigilância e de controle das plataformas digitais, os sujeitos comunicantes os percebem, sabem e problematizam o poder que as empresas como *Google* e seus aplicativos, *Facebook* e seus aplicativos, *Internet Explorer*, entre outros, detém e que coletam as informações fornecidas por cada um dos usuários, as quais são entregues para que possam fazer uso desses ambientes e dispositivos. No entanto, as entrevistas apontam que não há táticas comunicacionais desenvolvidas para uma “proteção dos sistemas de vigilância e controle”, em relação às publicações na página no *Facebook* do MS, ou de seus membros.

Ainda assim, consideram importante ocupar o espaço do *Facebook*, por entenderem que é um lugar de visibilidade do coletivo, bem como, de colocar em circulação e mediação conteúdos que possam problematizar, sensibilizar e fomentar o pensamento crítico sobre a cidade. Luz pensa que sem o *Facebook* o próprio coletivo provavelmente não teria como existir, visto que, através desse espaço, expressavam as lutas e chamavam para as ações. Açucena complementa esse pensamento ao afirmar que

significava uma forma de existência do coletivo no mundo, no qual a capacidade de atingir pessoas era infinitas vezes maior do que apenas articulando as redes sociais individuais e presenciais de cada sujeito envolvido com o *Defesa Pública da Alegria*. Porém, ressaltam que para o *Defesa Pública da Alegria* o mais importante era a possibilidade de se fazer política e cultura nos espaços presenciais.

O ambiente digital do *Facebook*, mesmo com seus limites, ainda pode ser considerado um lugar de “batalha”, no qual o *Defesa Pública da Alegria* buscou travar lutas significativas pelos direitos à cidade. Destacamos, analisando as falas dos sujeitos comunicantes, que a página, ainda que guarde limitações para os usos e apropriações, relaciona-se com o conceito de biopoder (FOUCAULT, 2008), por expressar múltiplas dimensões sociopolíticas e culturais, por constituir um modo de compreender a *práxis* social do coletivo e os processos macrosociais, na relação da comunicação em nível microsocial, numa relação de poder e de saber que se vinculam nas práticas humanas.

Sobre o processo de desarticulação do *Defesa Pública da Alegria*, Açucena avalia que, apesar das lutas pelo direito à cidade continuarem atuais e necessárias de serem discutidas em Porto Alegre, o refluxo tem a ver com o momento de vida de cada um dos sujeitos envolvidos, as mudanças sociopolíticas e culturais na relação com os governos municipais e estaduais (os dois governantes têm projetos políticos de privatização dos espaços públicos), que dificultam as ocupações dos espaços públicos devido à repressão e à violência policial. Acrescenta que “talvez o *Defesa* tenha cumprido o seu papel e tenha feito parte de um ciclo da cidade e de cada um dos sujeitos que dele participava” (AÇUCENA, 2017). Os vínculos e as amizades deixados seguem. Os sujeitos continuam se encontrando em momentos de lutas, mas em outros espaços. Os ganhos pessoais de terem vivido o *Defesa*, mais do que conseguir acordos e deliberações com o poder público, são percebidos na potência das lutas e resistências, na capacidade individual de envolvimento com o coletivo para problematizar a coisa pública, na capacidade reflexiva de se sentir parte de algo maior do que a própria existência e de atuar na sociedade, isto é, exercer cidadania.

5.2.2 Bloco de Lutas pelo Transporte Público

Sobre a configuração do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, iniciamos com sua trajetória na visão dos sujeitos comunicantes. Camila explica que, como uma frente de lutas pelo transporte público, com força de articulação, o MS se organiza de forma mais efetiva a partir de 2012/2013, “como uma unidade de ação, com uma pauta

específica. Embora abarcasse e discutisse outras pautas também. Constitui-se de vários coletivos e nesse período que passa a ter uma organicidade maior” (CAMILA, 2017). Zaki (2017) entende que “foi uma confluência de diversos movimentos que se organizaram devido à situação sociopolítica. E que outros movimentos sociais, como o *Defesa Pública da Alegria* e o Largo Vivo, vinham mobilizando a cidade de uma forma muito rica”.

Camila acrescenta que o *Bloco de Lutas* se caracteriza por ser um movimento jovem, dinâmico, de intensidade de fluxos, composto por diversas organizações da sociedade civil: partidos políticos, sindicatos, organizações políticas das diversas correntes de esquerda e pessoas autonomistas e independentes. As pessoas se somavam a partir das assembleias públicas.

Os entrevistados esclarecem que o MS está desarticulado nos diferentes momentos das entrevistas. Apontam que a formação de uma frente como o *Bloco de Lutas* foi um momento histórico, visto que tantos movimentos sociais de esquerda distintos conseguiram se reunir em torno de uma pauta durante alguns anos. Zaki destaca, nesse sentido, os anos entre 2012 e 2015. Para Glória, Camila e Zaki, o movimento se tornou muito forte entre 2013, com as mobilizações de junho, e 2014, com as manifestações contra a Copa. Glória reflete que, desde 2015, o MS não tem conseguido se manter articulado no decorrer dos meses do ano. Isso se deve, na avaliação dela, ao fato de ter uma pauta específica (o não aumento das passagens) e, na medida em que esta se esgota, os sujeitos que participam do *Bloco de Lutas* voltam a militar nas suas organizações de origem. Glória e Camila, em suas falas, apontam que a conjuntura nacional também desestabilizou as diversas organizações de esquerda desde o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff⁹¹. Na reflexão de Glória, não há uma resolução a curto prazo para essa situação. É necessária a formação de uma unidade de base da esquerda, mais combativa.

Uma das características do *Bloco de Lutas*, segundo ela, é a de ser constituído por diversos atores sociais: sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, movimento estudantil, sujeitos autônomos e independentes. Algumas pessoas sem vínculos com qualquer tipo de organização são entendidas como autônomas e independentes. As percepções relativas às mudanças que o MS vem passando desde 2015 se dão devido ao desgaste do tipo de ação coletiva e ao contexto sociopolítico vivenciado por toda a

⁹¹ Como militante de esquerda anarquista, Glória faz várias críticas às políticas implantadas no Governo Lula / Dilma, principalmente aquelas relativas à precarização do trabalhador; à subordinação dos MS; às alianças e aos acordos firmados com partidos de direita para se tornar governável, entre outros.

população (GLÓRIA, CAMILA e ZAKI, 2017). Glória explica: a supressão de direitos coletivos, permeados por uma política econômica neoliberal, segundo ela, adotada pelo Governo Dilma a partir de 2015; a política do transporte público cada vez mais precarizado (em que há indícios de privatização). Há uma aceleração da precarização da vida dos trabalhadores pela lógica do ajuste econômico.

Tanto em 2013, quanto agora, o *Bloco de Lutas* poderia se colocar em cena como um ator político de articulação e unidade [...]. Mudou que em função do contexto sociopolítico o *Bloco* não consegue se manter articulado e avançar nas disputas sobre a mobilidade urbana. Em 2013, o *Bloco de Lutas* não estava articulado apenas pelo não aumento da passagem, e sim, sobre diversas demandas. Avaliamos que essa ferramenta de luta que foi o *Bloco*, ficou como um espaço simbólico. Não era uma organização política. Era um espaço de articulação entre as várias organizações políticas (GLÓRIA, 2017).

Nesse aspecto, Jorge e Zaki pensam que o contexto sociopolítico nacional afetou bastante para que o MS mudasse o foco, indo do transporte público para outras lutas, como os ajustes econômicos (ainda do Governo Dilma), entre outras que eram mais amplas, mas necessárias para serem debatidas.

Ainda refletindo sobre as mudanças que o MS vem passando, Jorge acrescenta que a organização Movimento Autônomo, que tomou a coordenação do *Bloco de Lutas* durante o ano de 2017, garantiu que o MS permanecesse articulado, mas não teve êxito nas ações coletivas. Principalmente pelo fato de o *Bloco de Lutas* não ter sido entendido como uma frente de lutas em função da ausência do conjunto de organizações que o compuseram em outros anos.

Isso pode estar associado a outra característica do MS: a rotatividade de pessoas que participam do *Bloco de Lutas*. Há um fluxo de sujeitos muito grande, pois as organizações que compõem o *Bloco* vão renovando seus quadros e indicam outras pessoas para participarem. “Boa parte dos coletivos que compõem o *Bloco* foram se renovando. Alguns foram expulsos. Mas o projeto social que foi escrito na ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2013, esse permanece como eixo central para a luta” (JORGE, 2017).

Glória aponta que o excesso dessa organização e de organicidade com as comissões, por exemplo, desgastou bastante o MS. Camila acrescenta que as próprias disputas internas entre os diferentes grupos de esquerda e as diferentes perspectivas de como fazer as lutas também desgastavam e causavam bastante tensão. Principalmente,

para ela, “porque tinham pessoas que queriam capitalizar as lutas para as suas organizações políticas e partidárias” (CAMILA, 2017). Glória (2017) também justifica que “fazer atos, assembleias, toda a semana, dá aderência durante um tempo. Com o passar do tempo, vai esvaziando, principalmente se se quer envolver a periferia”.

Camila, Jorge, Glória e Zaki apontam que o objetivo principal do *Bloco de Lutas* é a luta pelo transporte 100% público, de qualidade e o não aumento da tarifa do ônibus. No decorrer dos anos, inseriram a luta pela não criminalização dos movimentos sociais. “Não é uma frente de lutas que se constitui para outras lutas” (ZAKI, 2017). “É o que dá a liga. É o motivo pelo qual nos articulamos todos os anos para ocupar as ruas e lutar” (CAMILA, 2017). A forma de pensar e estruturar a cidade também é uma das pautas que perpassa a luta pelo transporte público e, segundo a entrevistada, tem a ver “com a questão de onde as pessoas mais pobres vão morar e como elas conseguem se movimentar pela cidade para ter acesso à educação, ao trabalho, ao lazer, entre outras tantas coisas”. A própria forma do *Bloco de Lutas* se organizar e das dinâmicas internas é um modo de romper com o modelo de representatividade, visto que não havia um líder ou representante.

Sobre a perspectiva do estrutural, Glória deixa clara a necessidade de um trabalho de base, desde as organizações políticas para que haja uma disputa real de projetos de sociedade. Camila percebe essa ausência de trabalho de base como um problema estrutural da sociedade brasileira do século XXI, visto que as organizações políticas há tempos não fazem trabalho de base e de politização nas periferias, “deixando brechas para as igrejas evangélicas e ultraconservadoras e o tráfico de drogas estarem presentes e angariando seguidores” (CAMILA, 2017). A entrevistada percebe que esse é um processo lento, de vínculo com as comunidades. Dessa forma, vê o *Bloco de Lutas* como imediatista, “ao querer a adesão das pessoas sem fornecer subsídios e referências que façam com que as pessoas compreendam a questão do aumento da tarifa do transporte como uma violação de direitos” (CAMILA, 2017).

Para Glória, as organizações estavam focadas em momentos muito diferentes no período da entrevista (ocorrida no primeiro semestre de 2017):

Ou os movimentos sociais de esquerda estão focados em diretas já, ou estão pensando em como fazer uma formação de base para propor um outro processo de democracia participativa e menos representativa, por entender que como está não contempla o conjunto da população trabalhadora. Tampouco impede as construções coletivas. O que eu lamento é que, em função do esvaziamento das organizações, o *Bloco*

de Lutas esteja nas mãos de “grupelhos” que pregam autonomia, mas tem um perfil liberal (GLÓRIA, 2017).

Glória relata, ainda, sobre os processos organizativos, que nas assembleias públicas são definidos os modos de ação coletiva do *Bloco de Lutas*. Todas as pessoas têm voz e voto. As proposições são discutidas, muitas vezes exaustivamente, até chegar ao momento de votação das deliberações. Para Glória, é importante a construção coletiva das ações porque, assim, as pessoas podem se sentir comprometidas com o MS e com a concretização delas.

No entanto, esse foi um processo de amadurecimento do *Bloco de Lutas*, no qual foi percebido que, segundo Glória, em alguns momentos, “a gente cansou de ver pessoas fazerem as propostas mais revolucionárias, ser aprovado em assembleia, e depois, as proponentes não estarem para ajudar na concretização da ação” (GLÓRIA, 2016). Esse processo de amadurecimento foi entendido como necessário para a reflexão e autogestão do MS, para as propostas não serem “espontaneístas”, conforme ela, porque “é muito mais fácil as ações coletivas serem concretizadas por um grupo de pessoas comprometidas, do que por um indivíduo”. Nesse sentido, Zaki reflete que as ações consideradas “Black Bloc” nunca foram deliberadas nas assembleias, elas era espontaneístas, partindo de determinados sujeitos ou grupos de sujeitos.

As assembleias apresentavam outras dinâmicas necessárias para as experiências e vivências das ações coletivas, porque não é possível organizar tudo nesse espaço. Os trabalhos organizativos se constituem em comissões. Os entrevistados apontam que todas as comissões tiveram suas dificuldades de funcionamento em momentos distintos porque, além de serem comissões de trabalho, também são políticas sobre as questões do próprio movimento. Glória, Camila, Zaki e Jorge apontam quatro delas como fundamentais: a) comunicação; b) autodefesa; c) coordenação; e d) mobilização.

Para os entrevistados, esses espaços se tornaram laboratórios, ao serem considerados microesferas de existência do *Bloco*, que atuava de forma descentralizada. Para Glória, as comissões funcionaram como uma noção de comunidade organizada, ou um organismo social, pois havia um planejamento das equipes, que eram formadas voluntariamente. A partir disso, cabia à comissão articular o trabalho com as demais comissões, convidar mais pessoas, entre outras. Apontavam para o que seria “aquele outro mundo possível” em proporções menores. Estas, a cada fim de assembleia, se organizavam em grupos e definiam os modos de operacionalizar as decisões tomadas no

conjunto maior. As comissões também trabalhavam reunidas em outros horários e locais definidos por seus membros.

A comissão de comunicação, considerada pelos entrevistados uma das mais importantes, é responsável pelas publicações e atualizações no *Facebook* hoje em dia. A rotatividade na comissão possibilitou que diferentes meios fossem desenvolvidos, mas, com a saída das pessoas, os usos dos meios não tiveram continuidade. Também produzia conteúdos para outros processos comunicacionais: materiais gráficos, como cartazes e panfletos, faixas de rua, cartas de opinião, *releases* para imprensa, etc..

Jorge afirma que foi importante porque todas as organizações que compunham o *Bloco de Lutas* participavam de alguma forma das comissões, possibilitando que todos fossem ouvidos e tivessem voz. A comissão era formada por aproximadamente 30 pessoas, mas apenas 10 atuavam mais quando o *Bloco* estava articulado. É importante dizer também que, nos últimos tempos, segundo Jorge, a comissão tem trabalhado em plataformas colaborativas digitais e através de conversas no *chat* do *Facebook*.

Para Zaki (2017), que fazia parte desta comissão, o processo comunicacional “não era bem desenvolvido na página, visto que, desde 2013, a página tem apenas 15.000 curtidas e que se poderia ter ampliado no decorrer dos últimos anos”. No seu ponto de vista, era a comissão mais difícil de ser trabalhada, porque não tinha uma política de comunicação definida por ser um movimento formado por diferentes atores sociais, com lógicas e perspectivas muito diferentes entre si, ainda que todos tivessem uma perspectiva da política das esquerdas (socialistas, anarquistas, comunistas, leninistas, entre outros). Acrescenta que as ações comunicacionais eram táticas e imediatistas. E esclarece:

Era feito um panfleto do *Bloco*, mas as organizações não podiam assinar, apenas o *Bloco de Lutas*. Por isso a minha organização também elaborava um material para entregar junto com o panfleto do *Bloco*. Dessa forma, todas as organizações faziam o mesmo. A política de comunicação do *Bloco* se restringia ao caráter de frente que o movimento tinha e ao grau de polémica que existia entre as organizações que compunham o *Bloco*. O *Bloco* era para ação, porque as pessoas pensavam muito diferente. Era bom para a ação, juntar as pessoas para agir, não para uma política estratégica e, por isso, se limitou a política de comunicação do *Bloco de Lutas* (ZAKI, 2017).

A comissão de autodefesa tem um caráter preventivo, mas também defensivo. Durante as marchas, a autodefesa ajudava a identificar quem os fotografava, ou perceber quando havia pessoas infiltradas para provocar brigas e desarticular as marchas. Era importante como “cordão de proteção” para proteger os sujeitos que estavam na marcha

que são sempre acompanhadas pela Polícia da Brigada Militar. Também é a comissão de autodefesa que tinha como responsabilidade perceber pessoas infiltradas nas assembleias públicas, identificar jornalistas dos meios de comunicação e convidá-los a se retirar, controlar ou retirar os celulares nas assembleias para garantir a segurança de todas as pessoas.

A comissão de organização, segundo Glória, Zaki e Camila, funcionava como uma coordenação do *Bloco de Lutas*, “era mais política, que produzia o conteúdo político” para as ações coletivas. Era essa comissão que definia os alvos para as marchas, respeitando o que foi deliberado na assembleia. A comissão, mesmo sendo composta também por sujeitos de partidos políticos, prezava pela independência e por não estar a cargo dos mesmos, enfatizou Glória em todos os nossos encontros. Nesse sentido, a participação de jovens foi uma das possibilidades de crescimento do *Bloco de Lutas*.

Todos os entrevistados entendem o *Bloco de Lutas* como um movimento social, sem um projeto de sociedade, composto por muitas percepções de sociedade, que buscam no diálogo e nas disputas a construção de uma concepção de mobilidade urbana para uma sociedade anticapitalista e anti-imperialista. As lutas, as pautas e os movimentos sociais vinculados ao *Bloco de Lutas* emergem da vida concreta, das necessidades e exclusões vivenciadas pela população no dia a dia. No entanto, Zaki avalia que o *Bloco de Lutas* poderia ter usado o ambiente digital de forma mais estratégica, menos tática, a fim de apontar caminhos possíveis para a transformação da realidade das lutas.

Ainda sobre a configuração do coletivo, não há um consenso entre os sujeitos comunicantes entrevistados se o *Bloco de Lutas* propunha uma formação de base para seus participantes. Jorge fala que o *Bloco*, como uma frente de lutas, não se preocupava com a formação de base dos sujeitos que o compunham: “esse trabalho é desenvolvido por cada organização que compõe de forma mais ampla o movimento” (JORGE, 2017). Camila lembra que há tantos conhecimentos envolvidos, que era justamente a diversidade de olhares que acirrava as disputas. Para Zaki, existiram tentativas de formações durante a ocupação da Câmara de Vereadores, “que inclusive deu origem ao Bloco de Lutas pela Educação” (ZAKI, 2017). Glória aponta que as formações ocorriam sobre o transporte. Principalmente para aqueles que se envolveram em pensar e propor um projeto de lei que repensasse o sistema de transporte público para Porto Alegre.

Sobre os inimigos do *Bloco de Lutas*, assim caracterizados pelos entrevistados, Glória, Camila e Jorge apontam que são a “grande máfia das empresas de transporte no vínculo que elas têm com a governança. Todos aqueles que têm interesse na privatização

do caráter de mobilidade urbana” (GLÓRIA, 2017). O combate e as denúncias são feitos contra um agente específico, contudo, isso é uma percepção pontual e concreta. Jorge lembra que, em todos os anos, as denúncias foram feitas em relação a eles. Afirma que os inimigos do *Bloco* são, também, meios de comunicação hegemônicos, as alas governistas mais conservadoras municipais e estaduais, vários agrupamentos de direita ou fascistas.

Camila acrescenta que não é só uma perspectiva econômica, mas da efetiva participação da sociedade civil para se pensar e organizar o transporte coletivo, a partir de uma mobilidade urbana de acesso para todas as pessoas. Ela considera que o *Bloco* “é uma frente anticapitalista e anti-imperialista que tem como inimigo todo agente que sobrepõe o seu interesse aos interesses pela qualidade de vida da população mais excluída e explorada” (CAMILA, 2017).

A análise da configuração do *Bloco de Lutas* em relação a trajetória, fluxos e reflexos, objetivos e lutas nos remete ao que entendemos que o constitui: agir de modo conjunto, consensuado, para configurar uma ação coletiva a posteriori (PERUZZO, 2007; GARRETÓN, 1995; GOHN, 2012). Durante alguns anos, o *Bloco* conseguiu ser uma força mobilizadora, de agitação sociopolítica, com discursos e confluência de diversas identidades e singularidades sociais. As falas revelam que a configuração do *Bloco de Lutas* é a própria expressão da ação coletiva decorrente da luta pelo direito à cidade, do conflito social, no qual há a opressão de grupos sobre outros que se manifestam no setor político, econômico, ideológico, entre outros.

As entrevistas nos revelam a compreensão das demandas que constituem não só os objetivos do *Bloco de Lutas* como movimento social, mas também seus adversários, suas lutas, suas redes, que permitem que formem as redes de mobilização. Seus modos de operacionalizar as ações coletivas (através das comissões) estabelecem práticas que colocam em circulação suas leituras de mundo, dando suporte a uma cultura que sustenta e encaminha suas reivindicações, denúncias, lutas, entre outros.

Ainda sobre a forma de organização estrutural do *Bloco de Lutas*, a partir da percepção dos sujeitos comunicantes entrevistados e considerando as observações realizadas, podemos dizer que as assembleias são espaços de disputas de concepções e de deliberações na construção do movimento e de suas demandas. São consideradas um espaço de soberania para a organização das ações coletivas, devendo ser observadas por todas as pessoas que compõem o coletivo. Busca ser um espaço democrático e horizontal, com o desafio de não ter um sistema representativo. Percebemos uma desconfiança a

qualquer delegação de poder, por isso as comissões de trabalho são autogestionárias, segundo o que foi identificado nas falas dos sujeitos comunicantes entrevistados.

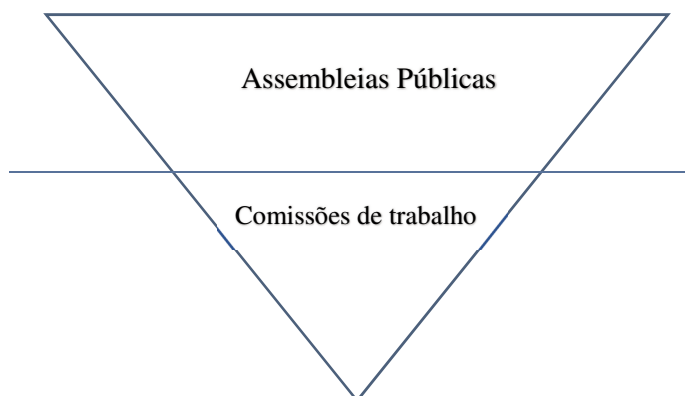
Também podemos dizer que as tensões, polarizações e disputas entre as diversas concepções e ideologias que constituem o *Bloco* são enunciadas pelas falas dos participantes e tornam o debate um espaço estratégico no interior do movimento. Possibilitam uma confluência nas diferenças em uma unidade de ação, em um sentimento comum de combate ao Estado por direitos coletivos.

Ao analisarmos as falas, aliadas às observações das assembleias, evidenciamos que o coletivo tem a intencionalidade de ser horizontal nas formas de fazer política e por não ter estruturas institucionais, porém, essa “horizontalidade” pode ser questionada, visto que não são todas as pessoas que participam nas assembleias públicas que têm acesso e participação nas comissões. Esta participação está destinada àquelas pessoas que têm caminhada na militância e estão vinculadas a uma organização da sociedade civil. Isso nos demonstra que há um tipo de hierarquização no próprio modo de fazer a política e a cultura do *Bloco*, ainda que não seja uma construção vertical.

Esse modo de organização salienta os elementos táticos das ações coletivas e inclui uma certa flexibilidade para a composição das comissões do *Bloco de Lutas*. Apesar dos participantes terem papel fundamental para a construção das ações coletivas, a responsabilidade de tarefas complexas fica a cargo de alguns poucos sujeitos, demonstrando uma certa centralidade nas diversas funções das comissões de trabalho.

Pensamos que, se fôssemos representar a forma de organização do *Bloco de Lutas*, seria numa pirâmide invertida, na qual a base (invertida) representa a assembleia pública e as comissões estariam responsáveis pela execução das ações, conforme figura que segue:

Figura 23 – Representação Organizativa do *Bloco de Lutas*.



Fonte: Elaborada pela autora.

Mesmo com essa estrutura, percebemos que os processos de organização do trabalho buscam uma unidade de ação a partir de uma concepção das esquerdas políticas, na qual as táticas estão vinculadas diretamente aos modos de concepção, realização e produção das ações coletivas. Outro elemento apontado nas falas sobre as lutas relativas ao direito à cidade, pensadas a partir da mobilidade urbana, é que as ações coletivas, em sua maioria, por acontecer em espaços centrais da cidade, demonstram que há um espaço específico para se representar as lutas, e que é afetado pela ação do *Bloco*. Neste espaço, se dão as dinâmicas e passam a circular as questões das lutas e disputas pelos bens simbólicos, políticos, econômicos, culturais e comunicacionais. Isso fica evidenciado, também, nas falas dos sujeitos comunicantes ao serem questionados sobre a ocupação do espaço público, ao apontarem que a cidade se estrutura a partir de um núcleo central e um núcleo periférico, formando cinturões de miséria (nos quais se localizam a maioria dos negros, pobres, desempregados, entre outros). Os cinturões são formados por populações que são as mais afetadas nas cidades pela ausência ou supressão de direitos. O *Bloco de Lutas* passa a problematizar a mobilidade urbana a partir do direito à cidade. Entendem que a disputa dos espaços públicos é uma disputa por esse direito. E isso inclui a mobilidade urbana, que está diretamente relacionada ao acesso a ela, aos espaços públicos de lazer, entretenimento, cultura, entre outros.

Os coletivos com essa vertente em Porto Alegre são, em sua maioria, ligados à cultura e com um caráter de denúncia e contestação. Para Glória, é preciso avançar para um caráter de ação direta como, por exemplo, “fazer um debate sobre o que significa a privatização do Cais Mauá com uma ocupação. Mas como manter uma ocupação? Qual a finalidade dessa ocupação? Que tipo de debate se faz? É super necessário num contexto de privatização das cidades, que se ocupe” (GLÓRIA, 2016).

Nesse sentido, as ocupações podem ser uma ação coletiva de luta, como foi a ocupação da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre⁹², em 2013, em que, durante oito dias, diversas pessoas do *Bloco de Lutas* debateram e produziram um projeto de lei para a Municipalização do Transporte Coletivo de Porto Alegre. Entre as várias

⁹² <http://www.sul21.com.br/jornal/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>; https://www.youtube.com/watch?v=IFoDUluX_Ik; https://www.youtube.com/watch?v=CUjphiF_EGM; Último acesso em: 30 de abril de 2016.

propostas do projeto, há a de passe livre a indígenas, a quilombolas, a estudantes e a pessoas desempregadas.

Os sujeitos comunicantes refletem que a ocupação do espaço público é uma estratégia de luta, consideram as ruas como o *locus* mais importante de se fazer política no Brasil, tanto para a esquerda, quanto para a direita. Avaliam que a direita tampouco conseguiu canalizar como gostaria as mobilizações contra a corrupção, por exemplo. Ao adotarem a bandeira do Brasil, segundo Glória “não significa que essas pessoas têm um pensamento reacionário como o Bolsonaro”. É possível perceber, nessas mobilizações da direita, que há pessoas com maior poder aquisitivo no Brasil, que não são do setor popular. Todavia, as mobilizações começaram com várias inquietações dos setores populares. Isso quer dizer que há muitas ambiguidades nesse contexto. Para os movimentos sociais, passa a ser importante que as ruas sejam um palco político porque, como esclarece Glória (2016), “sempre nos apropriamos dela para fazer política. A diferença da esquerda combativa, longe do setor governista, está na intenção de experimentar propostas de exercício de poder mais horizontal”.

Nesse sentido, vale ressaltarmos que, para a execução de todas as ações coletivas, primeiro eram nas assembleias que aconteciam as deliberações e, após, o planejamento e a organização nas comissões. As assembleias públicas eram espaços de exposição das diferentes vozes, onde muitas ideias e criações foram permitidas. Por um critério de segurança⁹³, as decisões eram tomadas nas comissões menores, que tinham como tarefas definir alvos das marchas, elaborar os textos políticos, entre outras, envolvendo as demais organizações políticas. Em casos pontuais, eram criados grupos fechados ou *chats* no *Facebook* entre os membros das comissões para definir questões.

Desde 2013, as ações coletivas, entendidas como táticas, são propostas nas assembleias públicas, nas quais são definidas as decisões, entendidas como soberanas sobre as formas de atuação do coletivo. Ações coletivas, nominadas pelos entrevistados, desenvolvidas ao longo dos anos, foram as assembleias públicas, as reuniões de comissões, as panfletagens, as marchas, colagens de cartazes, ocupações, aulas públicas, atos culturais, pula catracas, as ações descentralizadas que ocorreram fora do Centro Histórico de Porto Alegre.

Nas diversas ações coletivas, participavam centenas de pessoas, de maneira rotativa, sendo que as que mais concentravam eram os atos. Essas eram parte estruturante

⁹³ No processo jurídico que corre contra os seis militantes do *Bloco de Lutas*, um jornalista da RBS infiltrado gravou uma das assembleias. Este é testemunha de acusação.

do trabalho das comissões. A proposta de construção das ações era a partir da perspectiva da horizontalidade, nas assembleias públicas, na disputa e negociação de ideias e propostas. Na Comissão de Organização, é que as decisões finais eram definidas em articulação com as outras comissões, para garantir não só o sucesso, mas também, a segurança de cada sujeito que participava.

Para Jorge, o primeiro sentido construído para as ações coletivas era a denúncia, trazer à luz para a população de forma clara como são feitos os acordos para o aumento das passagens. Num segundo momento, também apontado por Camila como fundamental, era o diálogo com essa população. É essa população que sente não só o aumento, mas a precarização do transporte coletivo em Porto Alegre. O terceiro, mas não menos importante, Jorge fala que era incomodar o poder “afinal, só dessa forma é que podemos tentar garantir o não aumento, barrar a licitação, depende do objetivo da ação coletiva” (JORGE, 2017). Para Zaki, o sentido para as ações era mobilizar a sociedade para a luta da mobilidade urbana em torno do não aumento da passagem.

O sentido principal, para Glória, era propor uma outra forma de fazer política, abandonando a ideia de representatividade, de constituir uma política de baixo para cima, na qual as comissões funcionassem a partir das deliberações das assembleias públicas. “Exercemos um modo de participação, deliberação e decisão onde microgrupos, reunidos e negociando com outros microgrupos levavam um grupo maior” (GLORIA, 2017).

Quando questionada sobre as ações coletivas vinculadas ao processo de cidadania, Glória afirma que, para ela, estas eram constituintes importantes de um sujeito ativo, protagonista, um sujeito de direito. Para Jorge, todo ser social é um ser político, por isso, todas as pessoas que se envolvem na luta podem se reconhecer na atividade política e, por consequência, num processo de cidadania. Nessa perspectiva, há a vinculação com a necessidade de ocupar os espaços públicos. Camila afirma que isso é importante porque esses espaços são da população e, se assim não o fizermos, alguém vai ocupar e fazer dele algo que não queremos. Para Zaki, é:

[...] por onde a gente consegue apresentar os nossos projetos políticos de sociedade. A nossa democracia é muito fechada em termos de participação, nós não temos como prática os referendos populares ou plebiscitos que outras sociedades democráticas e republicanas têm. Nossa democracia está amparada na lógica da representatividade dos poderes executivo e legislativo. E nos grandes meios de comunicação que debatem os assuntos públicos, alheios aos processos de participação. A ocupação do espaço público, para nós, amplia o espaço

da discussão e participação política na sociedade. Ela autonomiza a possibilidade de intervenção política (ZAKI, 2017).

Para nós, as falas revelam desde a necessidade de ocupar os espaços públicos, até os sentidos dado a cada um dos sujeitos às ações coletivas, nos quais a perspectiva de lutas pelos direitos humanos, direitos sociais coletivos, se dão a partir do direito à cidade. Aponta para a necessidade de se pensar as fronteiras invisíveis das cidades, os sistemas de exclusões e desigualdades que, mesmo com as políticas desenvolvidas entre os governos Lula e Dilma (PT) e o governo Tarso Genro (PT/RS, entre 2010-2014), não deram conta de propor políticas públicas de mobilidade urbana e acesso de forma inclusiva, ou mesmo de criar dispositivos de participação popular nas decisões da cidade. Isso demonstra o que Boaventura de Souza Santos (2007, p.63) afirma: “cada vez mais gente passa do sistema de desigualdade ao sistema de exclusão; de estar dentro de uma maneira subordinada a estar fora, a sair do contrato social, da sociedade civil [...] e os jovens em milhares de guetos urbanos das grandes cidades”.

Ao mesmo tempo, o fato de conseguirem que a frente de lutas se formasse e permanecesse articulada, ainda que por períodos pontuais, nos leva a refletir sobre o papel dos sujeitos comunicantes na construção de um processo de cidadania que é capaz de mobilizar e unir os diferentes atores políticos para a produção de alternativas sociopolíticas, buscando dar visibilidade e potência às lutas e à tentativa de construção de uma outra realidade cotidiana.

A constituição desse sujeito sociopolítico se dá por não aceitar as condições sociais que lhe são impostas num movimento de resistência de afirmação de alteridades e de si (TOURAINÉ, 2006). Entendemos que é nessa composição coletiva, das múltiplas identidades, com suas negociações, enfrentamentos, discussões que não só o movimento social se fortalece (e articula), como os próprios sujeitos comunicantes da investigação vão se (re)compondo e se tornando mais conscientes de si, mesmo quando é preciso se defenderem contra os ataques que ameaçam a autonomia e a capacidade de perceberem-se como parte importante da sociedade e, assim, lutarem para reconhecer e serem reconhecidos como tais (TOURAINÉ, 2006).

Quando as entrevistas se voltam para as práticas comunicacionais, os entrevistados que participaram do *Bloco de Lutas* apontam que a principal estratégia era se comunicar ao máximo com a população, “pautar o tema do transporte público no debate, na cena pública, para aquele sujeito que nos interessava [o usuário do transporte

trabalhador] saber porque estávamos nas ruas e lutando, para que ele mesmo aderisse às ações coletivas” (GLÓRIA, 2017). Todos eles refletem que houve um apoio importante das mídias alternativas para trazer outra visão a partir do *Bloco de Lutas*, como *Sul 21*, *Coletivo Catarse de Comunicação*, *Manifesto POA*, *Jornalismo B*. Porém, Glória lembra que tiveram oportunidades de ocupar as mídias hegemônicas através de entrevistas em rádio, com o Juremir Machado, por exemplo, mas que prioritariamente buscavam as mídias alternativas para a cobertura das ações coletivas do *Bloco de Lutas*. Durante a ocupação da Câmara de Vereadores, em 2013, fizeram coletivas de imprensa somente com as mídias alternativas.

Os panfletos, as assembleias públicas, a simbologia relativa a como formavam a marcha são entendidos pelos entrevistados como táticas comunicacionais importantes. Glória lembra que “o carro de som tinha um papel de animar a marcha, sem ser pedante, nem fazer discurso de partido ou que os sindicatos estavam acostumados a fazer. Para nós, era a bateria, a animação e algumas falas de consigna. Era um recorte visual, faixas, bandeiras”. Jorge fala que havia uma organização visual das marchas que garantisse para que ficasse claro para a população a luta do *Bloco*.

Há uma faixa “abre alas” que traz a ideia de “não ao aumento da tarifa”, ou “catraca zero”, entre outras. É seguido por outras faixas e cartazes com a mesma ideia. Bandeiras de partidos ou outras lutas vão se “diluindo” conforme as pessoas vão se juntando e marchando com as pessoas das organizações que compõem o *Bloco*. A Comissão de Segurança e Agitação é que eram responsáveis por esse visual nas marchas (JORGE, 2017).

No entanto, todos os sujeitos comunicantes entrevistados apontam que um meio fundamental foi a página no *Facebook* e sua relação com as mídias alternativas e a página das organizações apoiadoras. Jorge destaca as páginas *Manifesto POA* e, em 2017, a *Ocupa Tudo*.

As propostas das ações de comunicação eram apontadas nas assembleias e elaboradas, coordenadas e executadas na Comissão de Comunicação. A comissão poderia se reunir presencialmente ou em conversas através de um grupo fechado no *Facebook*. Jorge fala que a comissão tinha como função operacionalizar o que foi apontado nas assembleias, bem como poderia propor coisas, ainda que tivessem limites.

Nossa preocupação com a comunicação era grande. Desde pensar a proposta de um panfleto, na qual a gente revia a linguagem que era para

militante ler e entender e transformar numa forma das pessoas entenderem. Que produzisse efeito nas pessoas. Algumas vezes, eram textos mais combativos e de denúncia (GLÓRIA, 2017).

Jorge afirma que os objetivos eram definidos pela Comissão de Comunicação a partir daqueles apontados para a ação coletiva, programando (dia e hora) para as publicações na página do *Facebook*, por exemplo. Camila e Zaki apontam como objetivos atingir o maior número de pessoas por meio da divulgação e dar visibilidade. Já Glória relata que “não tinham a preocupação de possíveis efeitos a longo prazo, nós queríamos chocar mesmo”.

Ainda sobre os processos de comunicação internos, os sujeitos comunicantes apontam que a maioria deles se dava em espaços presenciais. Somente quando extremamente necessário eram trocadas mensagens pelos aplicativos de conversação, como *WhatsApp*, *Messenger* ou grupos fechados das Comissões no *Facebook*. Segundo Camila, “não era uma prática usual, porque as assembleias eram o lugar onde as decisões eram tomadas. Nas conversas, nesses ambientes digitais, as discussões se perdiam, as disputas eram tensas e não consideravam um espaço seguro”.

As avaliações dos processos comunicacionais se davam nas assembleias e nas comissões. Jorge percebe que, em 2017, mesmo com o aumento da tarifa, as diversas propostas de ações coletivas “não surtiram o efeito desejado nem na população, nem nos inimigos. Por isso percebemos que alguma coisa estava sendo feita errada por nós na comunicação” (JORGE, 2017). E exemplifica que foi chamada uma assembleia, em fevereiro de 2017, e dois dias antes tinha apenas 10 ou 15 pessoas confirmadas. A Comissão de Comunicação, em contato com a de Organização, achou adequado transferir a data em função da baixa confirmação e audiência de manifestações na página.

Também acompanhavam o que era publicado sobre o *Bloco* nas mídias hegemônicas, mas não rearranjavam os modos de fazer a comunicação do MS. Segundo Glória, “ao contrário, isso reafirmava a necessidade das ações coletivas e os modos como eram expostos. Fizemos cartas de respostas aos meios de comunicação quando foi necessário”. Jorge lembra que entre 2013 e 2014, as mídias hegemônicas buscavam “representantes” do MS para dar entrevistas e que alguns sujeitos que tinham um perfil político e partidário facilmente falavam pelo *Bloco de Lutas*.

Os entrevistados apontam para uma militância jovem, sem os vícios das estruturas sindicais e partidárias, nas quais há uma figura pública, uma direção bem centralizada que decide e representa o coletivo. Nesse sentido, o *Bloco de Lutas* sempre priorizou ter

diferentes pessoas falando com as empresas de comunicação, trabalhando nas opiniões públicas, nas ações que combatessem o personalismo e a centralização em determinadas pessoas.

Nesse aspecto, Zaki se lembra de um momento em que foi no programa *Balanço Geral* e convocou, ao vivo, os telespectadores para o ato. Quando questionado sobre essa relação com as mídias hegemônicas, ele nos fala que pensa que “a mídia não podia não dar uma resposta plausível para a população, visto que o Ministério Público estava investigando e apontando irregularidades da forma de calcular a tarifa. E isso dava muita força às ações do *Bloco de Lutas*” (ZAKI, 2017).

Essa situação, entre outras semelhantes, foi levada para a assembleia pública e foi definido que, a partir de então, somente a Comissão de Comunicação poderia responder em nome do *Bloco de Lutas*, na tentativa de não capitalizar as ações coletivas pelos partidos políticos ou para determinados sujeitos/grupos políticos. Zaki relata que, a partir disso, os diversos movimentos sociais que compunham o *Bloco de Lutas* passaram a expor seus posicionamentos por meio dos seus espaços, sem desqualificar coletivo, porém, trazendo os seus pontos de vista, a exemplo do movimento estudantil (DCE UFRGS) que ele fazia parte durante um dos períodos em que integrou o *Bloco*, pois havia divergência política de como se relacionar com as mídias hegemônicas. Fala também que esse era um grande limite para se pensar a política de comunicação do *Bloco de Lutas* e, por isso, que “a página como o Manifesto POA cresceu tanto, por poder explorar outras posições e formas de ocupar o ambiente digital” (ZAKI, 2017).

As falas dos sujeitos comunicantes nos permitem entender que o *Bloco de Lutas*, ao se instituir como uma frente de lutas e articular-se em redes (WARREN, 2006), elabora seus processos de construção das ações coletivas e comunicacionais de forma participativa nas assembleias públicas, possibilitando a constituição de exercício de cidadania sociopolítica, cultural e comunicacional, no qual cada indivíduo é parte fundamental por ser sujeito de direitos, numa confluência política, no respeito à diversidade, complementando-se (ainda que encontre divergências) enquanto sujeito de transformação social.

Ao se proporem a dialogar com a população sobre suas lutas por meio das ações coletivas e dos processos comunicativos presenciais, os relatos nos permitem perceber não só o caráter combativo e político contestador do *Bloco de Lutas*, mas a percepção de que este modo de se comunicar é uma das principais formas de mediação, capaz de trazer à luz as violações dos direitos de cidadania e a necessidade de participação e ocupação

do espaço público como um processo político e participativo. Porque o espaço público é o lugar das disputas políticas e de construção da participação cidadã, como também dos processos comunicacionais de resistência.

Demonstram também que o *Bloco de Lutas*, nos seus diferentes momentos de articulação da Comissão de Comunicação, fez o uso de diversos meios de comunicação, ajustando-se não só às condições dadas, mas também na relação com os saberes técnicos e políticos dos sujeitos que participavam desta área de trabalho. Fica claro, desde o uso de meios tradicionais, como o panfleto e os cartazes, até os ambientes digitais, como o uso da página do *Facebook* para a mediação, bem como para negociações entre os participantes de cada organização política que fazia parte da comissão para executar as ações coletivas.

Os processos de organização do trabalho dependem mais das habilidades e competências culturais e comunicacionais dos sujeitos inseridos no *Bloco de Lutas* do que da disponibilização das ferramentas comunicacionais ou de possíveis profissionais da área. Os processos comunicacionais se fazem, em geral, de modo participativo e colaborativo a partir da Comissão de Comunicação.

Entendemos que a vinculação entre as práticas comunicacionais e as ações coletivas se dá, necessariamente, como um ponto forte para uma comunicação presencial, no espaço onde as lutas acontecem, por meio do uso dos panfletos, cartazes, faixas, entre outros, ampliando os modos de fazer circular e mediar as lutas pela construção de uma cidadania comunicativa e de participação sociopolítica e cultural na cidade. Esses processos são entendidos, por nós, como de empoderamento nos processos comunicacionais autônomos, enquanto meios que permitem fluxos e dinâmicas de mobilização e divulgação popular.

As táticas comunicacionais estão vinculadas às ações coletivas desde as assembleias até a execução. Estão todas relacionadas com a própria forma de funcionamento do *Bloco de Lutas* na relação com a sociedade, através da entrega de panfletos para a população nos atos; de conversas face a face, explicando os motivos para aquela atividade; do uso de carro de som no momento das marchas para falar com as pessoas que acompanham, ao dar o “tom” da manifestação; das faixas de rua que são carregadas, trazendo o tema da luta e o ordenamento dos corpos; das artes para serem usadas nos ambientes digitais.

A falta de uma política de comunicação para o *Bloco de Lutas*, apontada como um limite por Zaki, nos permite pensar que as diferenças políticas e as disputas internas não

permitiram a elaboração de um pensamento estratégico para os processos midiáticos, bem como para as lutas, capaz de ser mais potente para cumprir com os objetivos do *Bloco de Lutas* e provocar uma reação de revolta na população. Para nós, fica claro um entendimento dos processos comunicacionais funcionalista, tático (assim como as ações coletivas) e limitado, mesmo assumindo os usos e apropriações dos ambientes digitais. Essa percepção se dá, também, pela própria forma de organização do *Bloco de Lutas*, visto que está vinculado a um sentimento de indignação, vontade de luta e de articulação entre os diferentes atores sociais (CASTELLS, 2013).

No entanto, ainda que de maneira tática e limitada quanto aos processos midiáticos, podemos considerar um modo de exercer o direito à comunicação, de enfrentar o Estado, o controle e a repressão policial pelo *Bloco de Lutas*, não só ao se vincularem aos os meios de comunicação alternativos, como o *Jornalismo B*, *Coletivo Catarse*, *Jornal Sul 21*, entre outros, mas também na apropriação dos meios e das técnicas para se tornarem sujeitos comunicantes, produtores de conteúdos e no fazer, na ação concreta, a luta no campo da comunicação (MATA, 2006; PERUZZO, 2007), nos remetendo à noção de cidadania comunicativa. Essas práticas comunicacionais ocorrem no fazer concreto sociopolítico do *Bloco de Lutas* que se articula de forma a provocar as mobilizações e na realização das ações coletivas, modificando o cotidiano do espaço público.

Quando as entrevistas foram direcionadas para os processos midiáticos digitais, percebemos que há certo conforto nos sujeitos comunicantes em falar. Jorge lembra que o *Bloco de Lutas* teve um *blog*, um perfil no *Twitter*, um grupo fechado e a página no *Facebook*. Destes espaços, apenas a página continua ativa, ainda que só se tenha uso durante o período de articulação do MS. Todos os entrevistados apontam que o principal meio de comunicação do *Bloco de Lutas* é a sua própria página no *Facebook*.

Para Jorge, o objetivo fundamental da página é a convocação para as assembleias e ações coletivas que se dão através da criação de eventos, ou *cards* (imagens de capa). E diz: “nosso objetivo é de avisar o que vai acontecer nas ruas, ou o que aconteceu nas ruas”. A página do *Bloco* no *Facebook*, segundo Glória, era construída e gerida de alguma forma coletivamente, porque retratava aquilo que era definido nas assembleias. “Era fruto das nossas decisões coletivas”. Pensando nos processos comunicacionais da página, Zaki, avalia que esse era um fator limitador, pois “ela não conseguia aglutinar mais coisas sobre o funcionamento do movimento, como as coisas aconteciam no interior dos atos. No entanto, cumpria a sua função de deixar clara a posição política do *Bloco de Lutas*”.

Ainda sobre a página no *Facebook*, os entrevistados apontam limites e possibilidades para os seus usos. Entendem o *Facebook* como um suporte, uma ferramenta e, como tal, as possibilidades estão “em colocar em circulação rapidamente as informações para um grande número de pessoas, de uma cidade para outra, ou de situações de criminalização do movimento ou dos sujeitos” (GLÓRIA, 2016) que estão envolvidos nas ações coletivas.

Entre os limites visualizados em relação ao uso do *Facebook*, estão a exposição dos militantes que interagiram na página. Glória exemplifica que o *Facebook* possibilitou que a polícia mapeasse e vinculasse sujeitos ao MS. Esses vínculos, junto com outros, foram levados para o processo de criminalização “dos seis”. Outro limite apontado pelos entrevistados é relativo a criar a cultura de fazer mobilização social apenas nos ambientes digitais, na qual muitas pessoas se contentam em dar opinião somente pelo *Facebook* e não se engajam nas ações coletivas no espaço público. Antes desses ambientes digitais, avaliavam, as pessoas participavam nas instituições sociais, ou aderiam às manifestações nas ruas. Para Glória, é no trabalho de base que a esquerda pode se fortalecer e propiciar que as pessoas se envolvam com as questões da cidade e não se acomodem com a participação apenas no *Facebook*, por exemplo. Essas questões fazem com que os usos se modifiquem, porque também alteram a capacidade de mobilização e o ânimo político do próprio coletivo, avalia a entrevistada.

Todos os entrevistados afirmam compreender as lógicas e gramáticas dos algoritmos do *Facebook*; no entanto, não eram definidas estratégias e/ou táticas de uso do espaço para “romper a bolha”. “O que se fazia era uma convergência de ações comunicacionais, como fazer colagem de cartazes nas ruas e chamar para as ações coletivas, *linkando* a página no *Facebook* do *Bloco*”, afirma Zaki (2017). Para Glória, Jorge, Zaki e Camila, ocupar o espaço digital é importante. Glória pensa que seria um erro não trabalhar nesse ambiente: “ele está aí para ser usado. É preciso fazer uma comunicação coerente, que contribua para a vida das pessoas”. Jorge entende que, mesmo sendo um espaço vital para a existência do *Bloco de Lutas*, é um lugar de visibilidade e divulgação, “não é espaço de resistência e luta” (JORGE, 2017).

As questões de segurança sempre foram importantes para o *Bloco de Lutas*, mas não estavam concentradas no ambiente digital e sim nos ambientes presenciais, como nas assembleias, onde todas as pessoas que participavam deveriam desligar os aparelhos de celular, dispositivos móveis de gravação e de conexão com a internet. Na página, os cuidados eram de não identificar os sujeitos que participavam do MS nas fotos e imagens.

Para Jorge, mesmo sendo uma preocupação presente no MS e na própria comissão de comunicação, não foi desenvolvida nenhuma tática específica para as publicações no *Facebook*.

Outro ponto importante é a Comissão de Comunicação mencionada nas falas dos sujeitos comunicantes. Jorge deixa claro que, na comissão, por ser composta por diferentes organizações, as pessoas aderiam de forma espontânea e, por isso, não necessariamente elas tinham formação específica na área, porém todas contribuíam para o trabalho. Os sujeitos comunicantes percebem que as interações com outros coletivos, além dos diversos que compunham o próprio *Bloco de Lutas*, se davam através do uso das funcionalidades do *Facebook*, como o compartilhamento de informações de outros grupos e movimentos sociais, ou “páginas curtidas por esta página”. Estas funcionalidades foram importantes tanto para o que era produzido pelo *Bloco de Lutas*, quanto por aqueles que eram parceiros que representavam a luta contra o aumento da passagem. Trabalhavam com campanhas, como a dos seis que estão sendo julgados e criminalizados, durante o ano de 2017.

Ao analisarmos as falas e perspectivas dos sujeitos comunicantes entrevistados, podemos dizer que estes entendem a página do *Facebook* do *Bloco de Lutas* como um meio de comunicação alternativa, do ponto de vista de que este é um espaço privilegiado para exercer o direito à comunicação, desenvolver processos de “mobilização, informação e manifestação cultural do povo. É um canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida” (PERUZZO, 1998). Na relação com a cidadania comunicativa, consideramos o que nos fala Mata (2009), quando percebemos que os desenvolvimentos das táticas materializam, de certa forma, o direito à comunicação, buscando a ampliação deste direito. Questionam a ordem estabelecida, produzindo vozes legítimas com competências para se expressar publicamente por meio dos recursos que os MS dispõem para isso. Dessa maneira, demandam e decidem juntos os processos midiáticos, que são percebidos por nós como um espaço de luta para exercer a cidadania e a ação coletiva.

No entanto, essa perspectiva tradicional das mídias alternativas não consegue ir além, no que diz respeito às potencialidades dos usos e apropriações dos *sites* de redes sociais. O que percebemos é que o *Bloco de Lutas*, ao fazer uso e apropriar-se do *Facebook*, desde 2015, não tem conseguido produzir e fazer a disputa de narrativas de forma que mobilize e provoque a população na participação da luta pelo transporte público e o não aumento das passagens. As restrições se percebem, principalmente, com

o avanço das funcionalidades do próprio ambiente digital que possibilita, por exemplo, transmissões ao vivo, o que pode não só trazer à tona as lutas, mas outros modos de perceber os conflitos sociopolíticos e culturais por quem acompanha a página. O uso desse recurso potencializaria, nos curtidores/seguidores, a sensibilização, a mobilização e os afetos (um dos fatores essenciais, segundo Castells, para as mobilizações na sociedade em rede). Também seria um conteúdo que somente quem vivencia a ação coletiva e o próprio movimento social poderia produzir, indo além de apresentar o conflito. Estes também poderiam ser produzidos de forma colaborativa, passando de invisibilidades individuais para visibilidades coletivas (MALINI; ANTOUN, 2013).

Também se percebe, com as falas dos entrevistados, sobre os processos de vigilância e controle no *Facebook*, que a redução de liberdade que se tem com as medidas de cerceamento e os sistemas controlados de informação, que foram transformados em instrumentos de negócios, não impede que o *Bloco de Lutas* faça uso do ambiente digital. Entretanto, restringe-se a apropriações que não gerem riscos maiores que aqueles já definidos nas assembleias públicas. Essas restrições no remetem ao que Malini e Antoun (2013) falam sobre a expansão do medo e da aceitação dos discursos e práticas de segurança, as quais limitam a independência da ação livre.

As táticas de lutas estão vinculadas diretamente aos modos de concepção, realização, produção e circulação dos processos comunicacionais. Os usos dos ambientes digitais, hoje restritos ao *Facebook*, têm relação direta com os sujeitos que produzem o trabalho na Comissão de Comunicação e com as necessidades de vigia e proteção aos sujeitos que participam organicamente no MS.

As falas apontam que alguns sujeitos têm perfil mais funcionalista, quando no ambiente digital, por ter pouca interação entre os diversos sujeitos. Nesse sentido, as entrevistas sinalizam que o *Bloco de Lutas* demonstra pouca preocupação em manter atualizadas as redes sociais digitais e as interações, que podem ser provocadas pela característica de “desorganização”. Contudo, essa característica nos remete à própria ideia da formação destes MS, que são fragmentados e efêmeros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda investigação parte de determinados pressupostos, amparados em reflexão, tensionamentos e concepções referentes a um fenômeno, desde onde se interroga a realidade a ser pesquisada. Se aceitamos isso, os pressupostos funcionam como hipóteses; senão, funcionam como crenças. Ambas traduzem um modo de pensar a realidade a partir de paradigmas, e isso é perigoso, visto que os paradigmas tendem a se tornar normativos e a se converterem em marcos, referências e filtros conceituais, o que condiciona o modo como vemos as coisas. Nesse sentido, refletir sobre os usos e apropriações das redes sociais digitais realizados por sujeitos comunicantes dos movimentos sociocomunicacionais *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas pelo Transporte Público* e suas articulações com outras práticas comunicativas relacionadas às ações coletivas junto aos espaços públicos na perspectiva da constituição de uma cidadania comunicativa significa, também, refletir a ressignificação conceitual sobre uma forma de materializar os processos midiáticos.

As processualidades metodológicas de observação, descrição e análise, nos permitem falar de configurações, de ações comunicacionais e de um instrumento conceitual que não se baseia ou fica preso no jogo das palavras comunicadas, mas em modos de ser e fazer comunicação, vinculados às transformações contínuas do social. Dito isto, podemos dizer que nossa trilha de investigação foi marcada pelos deslocamentos, constâncias e inconstâncias, atravessamentos da trajetória das diversas dimensões da vida. Foram quatro anos de mudanças (geográficas, físicas e subjetivas), com peculiaridades, adaptações, reformulações, reordenamentos, necessários para os avanços na pesquisa a partir das reflexões, diálogos, tensionamentos, problematizações, processualidades metodológicas e relações estabelecidas na investigação.

Nesse sentido, é importante destacar que vivemos um período paradoxal, que permite a visualização de movimentos e transformações em diferentes planos comunicacionais dos movimentos sociais analisados. O primeiro plano a destacar é o fato de que não estamos visualizando dois processos separados – o objeto da pesquisa e a sujeita pesquisadora. Assim sendo, ao conectarmos duas organizações coletivas protagonistas de processos midiáticos, precisam ser explicitados os diferentes movimentos analíticos para fugir da sua aparente simplicidade.

A experiência de interpretação do sujeito social tem na descrição o modo de tornar manifestas as estruturas da inteligibilidade implícitas na ação social. E foram movimentos

necessários para um aprendizado e amadurecimento que não se dão apenas no fazer científico, mas nas relações humanas, na busca da compreensão de outros pontos de vista, outras formas de viver e perceber o mundo, a partir das lutas sociopolíticas, culturais e nos processos midiáticos.

Para nós, a caminhada iniciada neste Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, na Unisinos, ainda no mestrado, é marcada por nossa busca na problematização dos contextos sociopolíticos, culturais e comunicacionais, a partir da dimensão dos processos midiáticos digitais na vinculação com a noção de cidadania comunicativa relacionados com os movimentos sociais. Percebemos que os movimentos sociais, de uma pesquisa para outra, se diferenciam desde as suas configurações e processos midiáticos derivados de contextos, cenários e sujeitos comunicantes.

Dessa forma, a produção do conhecimento por meio dos usos e apropriações das redes sociais digitais por movimentos sociocomunicacionais necessitava aprofundamento, pois estes são constituídos por sujeitos que provocam, fomentam, intervêm, reivindicam e atuam nos processos de transformação social. O problema-objeto se deu como resultado de um processo de elaboração entre os objetivos e as demandas provocadas por reflexões, tensionamentos, problematizações, diálogos entre teorias-metodologias-empíria. Foi na articulação com as nossas aproximações aos objetos imediatos, na *fase exploratória*, que pudemos identificar, observar, mapear e, assim, na *fase sistemática*, aprofundar nossas vivências como sujeita-pesquisadora.

Analisamos os usos e apropriações do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, por meio das suas páginas no *Facebook*, realizados pelos sujeitos comunicantes articulados com outras práticas comunicativas, relacionadas às ações coletivas junto aos espaços públicos na perspectiva da constituição da cidadania comunicativa, com o interesse de produzir conhecimento numa perspectiva teórica e metodológica em diálogo com o objeto empírico.

Isso significou, dentre outras coisas, ter presente que nenhuma experiência apresenta ou apreende uma dada realidade em sua totalidade: há sempre alguma coisa a mais para ver, que escapa, algum outro modo de vê-la. Sendo assim, a partir dos fenômenos comunicacionais – e para nós a vivência concreta dos movimentos sociais –, insinua-se que sempre haverá “lados” que podem ser sugeridos pela experiência, mas que são partes desta. Cada entrevistado trouxe uma história, não apenas como acumulação de fatos e experiências passadas, mas como algo que permeia e condiciona nossa

autocompreensão que, por sua vez, condiciona os modos de se comunicar e de como esse processo é contado ao ser reconstruído pela fala.

Foi nos processos midiáticos digitais, em diálogo com a cidadania comunicativa, que entendemos que há um contexto específico para os coletivos investigados, no qual os processos comunicacionais perpassam, são produzidos e colocados em mediação.

Essa dimensão, os contextos, foi discutida no Capítulo 3, em que consideramos as relações estabelecidas na sua multidimensionalidade para problematizarmos os processos midiáticos digitais. Dessa forma, nossa busca foi de criação e elaboração de estratégias metodológicas que privilegiaram uma mirada para o entendimento e a construção dos contextos. Entendemos que esses contextos têm se modificado intensamente no decorrer dos últimos anos, devido às dimensões políticas, e algumas questões são difíceis de apreender.

A Tese não se propõe a resolvê-las, mas aponta percepções dos sujeitos comunicantes que compõem a investigação, bem como da sujeita-pesquisadora que buscou analisar e propor caminhos por meio da sustentação da nossa bagagem de contextos e teórico-metodológica. Comprendemos que está nos processos midiáticos digitais e na cidadania comunicativa propostas pelos movimentos sociocomunicacionais a fundamentação da problemática desta investigação, posto que os contextos específicos e seus desdobramentos são decorrentes, também, dos processos midiáticos.

É preciso explicitar que o desenvolvimento da trilha investigativa nos levou à construção de uma problemática de caráter multidimensional para entender os contextos de investigação por meio de seus processos políticos, sociais, culturais e comunicacionais. Nosso objeto-problema, elaborado a partir da mirada comunicacional, nos solicitou que essas dimensões fossem consideradas estruturantes, visto que são parte da organização social contemporânea e dos processos midiáticos digitais. Desse modo, criamos e desenvolvemos procedimentos metodológicos que pudessem perceber e compreender o fenômeno da comunicação na relação com as dimensões dos contextos, pensando a ciência que se está fazendo, ressaltando os aspectos plurais, estabelecendo conexões, racionalidades, complexidades para, então, produzir novos conhecimentos científicos.

Buscamos problematizar, observar, analisar, refletir sobre o momento sociopolítico em que vivemos, principalmente mirando para Porto Alegre, pois são desses contextos que se originam os movimentos sociocomunicacionais pesquisados. A cidade tem um contexto de um grande número de movimentos sociais, organizações não governamentais e agrupamentos sociopolíticos e culturais diversos. Tornou-se referência

de participação popular com a implantação do Orçamento Participativo (OP). Possibilitou a realização do Fórum Social Mundial (FSM) e suas várias edições, no qual movimentos sociais locais, globais e transnacionais apontavam para outros mundos possíveis através da luta antiglobalização, com suas articulações, redes de redes, com ações cotidianas. Foram anos de repensar e viver modos de participação, lutar por direitos humanos e pela ampliação destes. Dessa forma, Porto Alegre, assim como o Brasil, viveu um período de ascensão democrática marcada por um processo de inclusão socioeconômica e cultural na década de 2000. Contudo, foi nessa cidade que o sentimento de indignação se manifestou publicamente contra as políticas de governo adotadas, pautadas pelo direito à cidade, entre os anos de 2012 e 2013, através de diversas ações coletivas convocadas pelos coletivos *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*.

No período da pesquisa (2014-2018), o contexto sociopolítico do Brasil foi marcado por ações coletivas organizadas pelos movimentos sociocomunicacionais e convocadas pelas páginas do *Facebook*, em articulação com outras práticas comunicativas. No ano de 2014, as lutas, para além do direito à cidade e o não aumento da tarifa do transporte coletivo, e as ações protestaram contra as remoções de famílias da região central e proximidades, devido às obras da Copa do Mundo. Entre os anos de 2015 e 2016, a sociedade brasileira é marcada por uma ascensão do conservadorismo, principalmente advinda da classe média. Marilena Chauí (2016) aponta que a classe média carrega traços das estruturas autoritárias, marcada pelo predomínio dos espaços privados, fortemente hierarquizada, na qual as relações sociais são realizadas como relação entre um que manda e um que obedece. As desigualdades são naturalizadas.

Vimos muitos sujeitos vestidos de verde e amarelo saírem as ruas e pedirem o *impeachment* da Presidenta Dilma. As diversas ocupações e manifestações, chamadas por sujeitos ou agrupamentos sociais, usaram os espaços das redes sociais digitais para a convocação. Muitas foram as atividades mediadas por esses meios. Fotos e vídeos circulavam pelas linhas do tempo no *Facebook*. Foi a partir disso que se acentuou a polarização política, nos quais partidos políticos de oposição ao governo da Presidenta Dilma Rousseff (PT), apoiados pela mídia hegemônica, levantaram bandeiras contra a corrupção política e em favor do golpe de Estado para resgatar “a ordem e o progresso” (CHAUÍ, 2016).

O *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* permaneceram articulados, vinculados às lutas sociais locais, em atividade no *Facebook*, sem posicionarem-se diante da conjuntura política e do golpe. Não por seus sujeitos não terem posicionamento frente

ao que acontecia no cenário nacional, mas porque não tinham uma posição unificada para se colocarem publicamente. No entanto, tornaram-se vítimas do conservadorismo que avançou também em Porto Alegre, visto que seis participantes do *Bloco de Lutas* passaram a responder processo crime. Dessa forma, esse também é um elemento que passa a fazer parte do contexto dos movimentos sociais a partir de 2016/2017, e que também está presente no uso do *Facebook*: a luta pela não criminalização.

Entendemos que o ano de 2017 foi complexo para o *Bloco de Lutas* devido às dificuldades de articulação, ao alto nível de repressão e violência nas ações coletivas e na criminalização daqueles que compõem o movimento sociocomunicacional. O contexto sociopolítico de Porto Alegre também mostra que esses elementos foram decisivos para a constituição de novas táticas de organização coletiva, como a articulação com outros atores sociais, visto que os usos e as apropriações das páginas do *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* demonstram que, sozinhos e isolados, não é possível avançar nas lutas sociopolíticas culturais, retomando articulações necessárias em outras esferas.

É preciso dizer que percebemos fatores de convergência e divergência entre os movimentos analisados:

a) os movimentos sociocomunicacionais se constituem como agentes sociopolíticos e culturais compostos por forças heterogêneas, representando uma multiplicidade e diversidade de perspectivas de ideologias políticas de esquerda, relacionados ao direito à cidade e à defesa da cidadania;

b) suas organizações apontam para formas diferentes de fazer política; e

c) o *Defesa Pública da Alegria* se organiza em uma perspectiva horizontal de deliberação e organização das ações coletivas e comunicacionais, enquanto o *Bloco de Lutas pelo Transporte Público*, numa frente de luta organizada em assembleias públicas com o trabalho distribuído em comissões gestoras da ação política, tática e comunicacional.

Consideramos que nenhuma dessas formas organizativas está livre de conflitos ou disputas de poder; contudo, as formas de encaminhá-los são distintas. O primeiro (*Defesa Pública da Alegria*) permite o protagonismo e a participação de cada sujeito comunicante como sujeito político. Todos compartilham do mesmo lugar de poder. Há uma troca horizontal de saber. O segundo (*Bloco de Lutas*) tem um discurso de descentralização e horizontalização das decisões, todavia, percebemos que somente quem faz parte de uma “elite de intelectuais”, indicada pelas organizações que formam a frente, pode fazer parte

das comissões e tem poder de decisão nas táticas de lutas e dos processos comunicacionais.

Os diferentes modos de organização do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas*, mesmo com suas contradições, integram características importantes aos sujeitos comunicantes que atuam nesses espaços e para as suas existências:

- a) uma identidade coletiva de ação e luta que reafirma um sentimento de pertencimento;
- b) a ideia de uma unidade na diversidade e força para prosseguir na luta; e
- c) ser um espaço de empoderamento sociopolítico, cultural e comunicacional simbólico das organizações que constrói e reconstrói de forma a manter modos de atuação, mediação e participação pública.

Os movimentos sociocomunicacionais investigados buscam formar e manter relações entre redes de redes com os diversos movimentos sociais, através de uma mediação que se dá na interlocução com outras organizações, a fim de buscar um fortalecimento das lutas, visibilidade das reivindicações, entre outros. Dessa forma, as ações coletivas são táticas de lutas, nas quais as ocupações e mobilizações públicas são resultado das articulações com os diversos atores sociais, buscando na participação da população produzir um tipo de visibilidade, efeito e sentido simbólico, a fim de produzir uma pressão sociopolítica contra os adversários políticos. Também, apontam a relação com as lutas globais, pois as ações coletivas estão a nos dizer das mudanças sociais ligadas não só a lutas individuais e locais (o direito à cidade é discutido em diversos países e culturas).

É possível dizermos que as formas organizativas e as tentativas de horizontalidade estão relacionadas à crise de representação política, amparada nas teorias da democracia participativa, na qual a representação é entendida como algo negativo, destacando a necessidade de participação dos sujeitos. Essa crise apontada pelos coletivos não produziu mudanças, no entanto, são os sujeitos comunicantes, em suas potencialidades de estabelecer as lutas no espaço público, que o fazem. Os movimentos sociocomunicacionais pesquisados apontam para processos democráticos e participativos na medida em que permitem e encorajam a argumentação pública sobre as lutas, sobre os procedimentos e regras e suas aplicações. As deliberações estariam relacionadas à qualidade do processo que leva a decisão.

Entendemos que os contextos sociopolíticos e culturais de Porto Alegre propiciaram que estes movimentos sociocomunicacionais se articulassem e

desarticulassem no decorrer dos anos em que a pesquisa se desenvolveu. As temáticas a partir do direito à cidade, como o transporte público, as privatizações dos espaços públicos, os fechamentos de espaços culturais, entre outros, impulsionaram para o desenvolvimento da articulação desses diferentes sujeitos, bem como para a organização das ações coletivas. Na medida em que as lutas esvaziaram, os movimentos perderam o sentido de existência.

O próprio contexto nacional tem modificado as articulações das lutas por direitos humanos em suas várias dimensões sociais devido à sucessão de retiradas de direitos. Essas mudanças vêm solicitando a ampliação das bases de mobilização, bem como de uma militância ativa, com fôlego para repensar as formas de organização e fruição num cenário tão instável, conservador e repressor. Isso não quer dizer abrir mão de suas ideologias de uma sociedade mais justa e igualitária, a partir das perspectivas de esquerda, mas de buscar formas de participação, de criação, de produção de conhecimento, de uma cidadania solidária, na qual as organizações sociopolíticas, culturais e comunicativas tenham seus compromissos com a democracia e a inclusão, e ainda, permitam o protagonismo de cada sujeito que participa dos coletivos.

A investigação nos permite apontar que as páginas no *Facebook* do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* são espaços de compartilhar e comunicar informações vinculadas as demandas e objetivos das lutas, na vinculação com as ações coletivas. Também percebemos que os processos midiáticos vinculados ao ambiente digital estão mais articulados com a lógica de funcionamento dos movimentos sociocomunicacionais investigados. Desde essa consideração, buscamos redobrar nosso cuidado com generalizações, pois é possível apontar elementos que resultam da investigação sobre os usos e apropriações do *Facebook* pelo *Defesa Pública da Alegria* e *Bloco de Lutas* vinculados a outras práticas comunicacionais relacionadas às ações coletivas.

Para o *Defesa Pública da Alegria*, há fluidez e horizontalidade nos modos do fazer comunicacional. Não há a necessidade de estruturas e fluxos definidos, o que permite aos sujeitos comunicantes que os processos comunicacionais sejam experimentados na própria construção da luta e das ações coletivas. Ao tratar sobre a temática do direito à cidade, expressam a preocupação com o uso de uma linguagem mais “solta”, que traz, no uso das cores e do grafite, uma cultura urbana para dar sustentação às lutas, dialogando com um público jovem, que domina a gramática dos ambientes digitais e que apresenta uma atenção flutuante. Essa atenção flutuante pode ser percebida na diversidade das

temáticas que compõem o *Defesa Pública da Alegria* e como as lutas vão se constituindo, mas também, porque retrata a realidade de cada sujeito comunicante que integra o coletivo.

Para o *Defesa Pública da Alegria*, o compartilhamento de informações, notícias, eventos criados por eles ou por outros coletivos, entre outros, é um modo de produção de sentidos que questiona a mensagem, em um lugar que circula a comunicação, negociando competências a partir da informação, apontando tanto para a resistência, para uma narrativa outra daquela produzida pelos meios hegemônicos. Também entendemos que os processos comunicacionais propostos pelo *Defesa Pública* tiveram uma abrangência e visibilidade maior por proporem ações coletivas para a ocupação/manutenção dos espaços públicos.

O espaço público pode traduzir vivências e experiências de vida de forma concreta. São nesses espaços de convivência e troca que as pessoas têm a possibilidade de vivenciar uma cidadania política, cultural e comunicacional a partir da experiência na ação coletiva e na mediação nos ambientes digitais.

Em relação ao *Bloco de Lutas*, percebemos que há um duplo movimento nos processos midiáticos relacionados ao ambiente digital. O primeiro é de uso do *Facebook* dirigido para a criação, mobilização e convocação das ações coletivas. Ainda que por um período sazonal, há uma regularidade, uma lógica e uma gramática que unifica. O segundo, que é atravessado pelo contexto sociopolítico e cultural entre 2016/2017, está na mudança das ações comunicacionais, que passam a se valer do compartilhamento de notícias e postagens de apoio ao *Bloco de Lutas*, principalmente por vivenciarem a criminalização dos sujeitos que participam deste.

O compartilhamento pode ser entendido por nós, como um elemento para dar continuidade às articulações entre os diferentes atores sociais, ampliação das redes, de uma certa forma de existência que há na intencionalidade de continuidade de circulação e mediação de um determinado tipo de comunicação/informação. Também pode ser percebido como uma tradução da ação coletiva. Essa tradução está vinculada à cidadania comunicativa, que pode ser reconhecida em ambos os movimentos sociocomunicacionais, nos modos em que os sujeitos comunicantes constroem as ações coletivas e comunicacionais, o que permite o reconhecimento de si como produtor e mediador dos processos comunicacionais e da ação coletiva.

Nas análises das entrevistas, compreendemos que tanto para os sujeitos comunicantes do *Defesa pública da Alegria*, quanto do *Bloco de Lutas*, os espaços dos

movimentos são de resistência, de luta, de construção de um outro modo de ser cidadão e de fazer a comunicação. Entendemos, a partir das análises, que o domínio, o controle e a produção da informação são considerados estratégicos para a atuação política e cidadã, como um lugar de luta e resistência (MATA, 2006; SEGURA, 2010). Em outras palavras, os processos midiáticos digitais são um lugar de apropriação para a ação política e cidadã, no intuito de tentar produzir uma outra narrativa, diferente daquela produzida pelas mídias hegemônicas.

O *Facebook* é um lugar privilegiado de ação e construção para a produção e mediação da informação. Os ambientes digitais passam a ser suporte para colocar em circulação as ações coletivas. Contudo, as trocas, vivências, discussões e articulações acontecem nos espaços presenciais. Consideramos que os usos e as apropriações do *Facebook* pelos movimentos sociocomunicacionais investigados expressam as táticas sociopolíticas de acordo com as configurações que cada coletivo constitui e cria de si. Dessa forma, entendemos que está na vinculação com a cidadania comunicativa a disputa da produção de bens simbólicos, com a possibilidade de intervenção e transformação da realidade.

Vinculamos essa produção, circulação e mediação, relativas aos usos e apropriações do *Facebook* pelos movimentos sociocomunicacionais investigados, à cidadania comunicativa, ao articularem as ações coletivas sob a perspectiva do acesso à comunicação e a democratização da informação, ainda que entendendo haver restrições. O *Defesa Pública da Alegria* e o *Bloco de Lutas* possibilitam que os seguidores tenham acesso a outras leituras de mundo, a outros modos de conceber justiça social, propostas políticas, sociais e culturais a partir da vivência de militância dos sujeitos comunicantes que compartilham e fazem a mediação nas páginas no *Facebook* e nas ações coletivas. São nesses processos de apropriação que, por meio das funcionalidades e estruturas do ambiente digital, os movimentos sociocomunicacionais tem um potencial informativo e plural.

Durante a trilha investigativa, foi necessário construir caminhos para compreender como se relacionam as competências comunicacionais/digitais, culturais e políticas dos sujeitos comunicantes nas suas formas de vinculação, atuação e participação nos espaços dos movimentos sociocomunicacionais. Nesse sentido, as motivações e subjetividades pessoais são elementos que diferenciam e articulam a permanência desses sujeitos comunicantes, tanto no *Defesa Pública*, quanto no *Bloco de Lutas*, pois todos levam

consigo um questionamento e uma insatisfação com o modo como a sociedade se organiza.

Os sujeitos comunicantes encontraram nos espaços coletivos uma forma de fazer política, cultura, cidadania e comunicação, um modo de realizar e modificar essa realidade, ainda que essa possa ser individual. Dessa maneira, os sujeitos comunicantes exercem a cidadania ao expressarem suas lutas no concreto, na busca de sua emancipação individual na relação com o coletivo, reforçando assim os laços de pertencimento (WARREN, 1999; GOHN, 2010, 2014; CORTINA, 2005).

As trajetórias sociopolíticas e culturais individuais são parte de como os sujeitos comunicantes se compõem, relacionam, fruem, consomem, produzem e medeiam os usos e as apropriações do *Facebook*, relacionados às ações coletivas junto aos espaços públicos de Porto Alegre. Percebemos que nessas trajetórias há sensibilidades, que buscam na não institucionalização dos movimentos sociais, mas nas relações solidárias e abertas do cotidiano, formas de exercício da cidadania comunicativa na articulação de diversidades.

Nesse sentido, as competências culturais, sociais e políticas dos sujeitos comunicantes configuram competências comunicacionais que nutrem, explicitam e confrontam as funcionalidades, narrativas construídas que são contadas nas páginas no *Facebook* do *Defesa Pública da Alegria e Bloco de Lutas*, permitindo um tipo de reconhecimento cultural entre os grupos. Ou, como nos aponta Martín-Barbero (2009), um modo específico de se constituir.

Na pluralidade e multiplicidade das diferentes formações sociopolíticas de esquerda dos sujeitos comunicantes, encontramos a crítica aos meios de comunicação hegemônicos, e esta tem vinculação com o modo como cada um entende e tem se apropriado e se relacionado com as mídias e os processos midiáticos. Dessa forma, os usos e as apropriações do *Facebook*, concebidos pelos sujeitos comunicantes, reiteram os movimentos táticos dos processos midiáticos e das ações coletivas, visto que são os modos de lutar daqueles que não podem se retirar para o “seu” lugar e se veem obrigados a lutar no terreno do adversário (MARTÍN-BARBERO, 2009). Assim, tornam o espaço público o lugar das lutas, e as páginas no *Facebook* o potencial do desenvolvimento da própria cultura, reconfigurando a sua função. Essa é reconfigurada pelos sujeitos comunicantes, na qual têm a possibilidade das brechas, das contradições e de expressar demandas visíveis, ainda que visualizemos que há limites nesse processo.

Compreendermos que “as tecnologias não são meras ferramentas transparentes, [...] são a materialidade de uma certa cultura, de um modelo global de organização do

poder” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p.259). Estão relacionadas na investigação não só como um processo midiático digital potente, mas também, com formas de controle indireto junto aos sujeitos comunicantes e movimentos sociocomunicacionais, por meio da exploração de informações que obtêm destes (MATTELART; VITALIS, 2015), constituindo uma ameaça às liberdades individuais e coletivas. As páginas e perfis no *Facebook* são monitoradas e vigiadas sem que os usuários se inteirem, num processo invisível, no qual os “benefícios” parecem ser maiores.

Os processos de conquistas de direitos, no exercício da cidadania, vêm acompanhados de novas modalidades de controle. Percebemos isso, por exemplo, no *Facebook*: há muitas funcionalidades que possibilitam colocar em circulação informações, ampliar as redes, melhorar a possibilidade de interação, entre outros, o que também significa nutrir o “perfil” para um tipo de vigilância e controle sob a liberdade de comunicação e informação e da cidadania comunicativa. Mais liberdade de expressão, mais vigilância sobre os sujeitos. Dessa maneira, as modificações dos usos e apropriações no decorrer da investigação também têm a ver com essa percepção de vigilância.

Entendemos, assim, os limites relevantes nos usos e apropriações do *Facebook* na relação com outras práticas comunicativas. Os processos, ainda que se deem com a articulação, composta entre os diferentes saberes, apropriações sociopolíticas, culturais e comunicacionais dos sujeitos comunicantes, apontam para uma comunicação limitada e instrumental. O *Defesa Pública da Alegria* tem um processo participativo e horizontal nos modos de produção e de colocar em circulação as informações, buscando uma linguagem que o diferencie dos demais coletivos, todavia, limita-se na interação com os curtidores e seguidores da página. Essa relação é parte decisiva para a construção de outras narrativas, conforme o envolvimento das páginas, bem como a sensibilização e mobilização social que intencionam os sujeitos comunicantes. A expressão de uma cultura sociopolítica, cultural e comunicacional esbarra num traço do *Facebook* que é o fluxo contínuo e a conversação.

O *Bloco de Lutas*, por ser um movimento grande, com muitas diferenças internas e alto nível de rotatividade de sujeitos, saberes, trajetórias, entre outros, ao organizar suas dinâmicas em comissões de trabalho, centraliza os processos comunicacionais em poucas mãos. O paradoxo se dá porque, de um lado, há o risco do controle da informação e do poder, favorecendo a reprodução de padrões de dominação e uma contradição das práticas participativas. E, por outro lado, abre brechas para aqueles que não concordam com as

informações, posicionamentos, entre outros, produzirem processos comunicacionais diferentes daqueles estabelecidos pela comissão ou mesmo na assembleia pública.

Pensamos que a coprodução, com a integração de diferentes indivíduos que atuam nesses espaços coletivos, poderia dar um lugar de potência para os processos midiáticos, nos quais seguidores e curtidores enviassem materiais, como parceiros de produção e medição, desde dentro das ações coletivas. Assim, os usos e apropriações das páginas do *Defesa Pública da Alegria* e do *Bloco de Lutas* poderiam trazer uma narrativa, não só informativa, de convocação ou de compartilhamento, mas colaborativa da expressão de uma cultura sociopolítica, cultural e comunicacional que se diferenciasse das demais, na qual uma característica seria o fluxo contínuo, na medida em que as lutas acontecem no concreto.

Essa perspectiva aponta, também, para a construção de uma cidadania comunicativa que está no reconhecimento que o indivíduo adquire ao se perceber sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação e no exercício deste. Dessa forma, condiciona o espaço público e potencializa as ações coletivas ao torná-lo palco e partilha de demandas, direitos e dos processos comunicacionais (MATA, 2006; MONJE et al., 2009).

Consideramos a cidadania comunicativa como base para nossas reflexões, visto que há a vinculação da teoria com a ação: nos processos comunicacionais realizados pelo *Defesa Pública da Alegria* e pelo *Bloco de Lutas*, entendemos que há o exercício de uma cidadania comunicativa formal (os direitos consagrados juridicamente – o direito à liberdade de expressão, livre associação, entre outras), reconhecida (o reconhecimento que estes sujeitos têm dos seus direitos) e a exercida (quando há uma prática de reivindicação pelo exercício ou ampliação desses direitos). Contudo, devido às configurações dos movimentos sociocomunicacionais e ao contexto sociopolítico, cultural e comunicacional em que esses estão inseridos, entendemos que ainda há muitas lutas a serem travadas até alcançarem uma cidadania comunicativa ideal.

É importante dizer que cada movimento social reconstrói sua intenção junto aos processos comunicacionais a partir dos suportes disponíveis e dos saberes técnicos e sob os contextos em que participa. Assim, percebe-se que uma opção técnica materializa, também, uma opção política, na medida em que resulta de processos construídos por contínuos e complexos encadeamentos comunicacionais que se caracterizam por rupturas e descontinuidades.

Dessa maneira, é preciso dizer que as informações e os dados coletados, durante o processo de investigação, insinuam uma crítica epistêmica, na medida em que a construção do conhecimento está vinculada aos movimentos sociais e nos apontaram que a “escuta” da fala do subalterno permite desconstruir o léxico da dominação, por isso há “esperança”: pode-se pensar a emancipação a partir da experiência comunicacional dos oprimidos.

Percebe-se que, nos discursos dos entrevistados, os usos e as apropriações do *Facebook* têm quase sempre um desfecho favorável àquele que comunica. Fato que não se evidencia no mundo dos processos midiáticos digitais, pois a efetividade da proposta comunicacional nem sempre acontece, porque a vida das sociedades, não só é fluxo contínuo, mas plural e difuso. Outra vez, cabe insistir que as entrevistas com os sujeitos comunicantes analisadas deixam em segundo plano as propostas de comunicação individualizantes ao explicitar ideias, juízos, comportamentos que acontecem no momento da ação coletiva. Os diferentes modos de usos e apropriações do *Facebook* evidenciam que há uma proposta funcional (falar das coisas para as pessoas) ou contra factual (falar das coisas como recurso para construir uma representação do real diferenciada).

Para finalizar, a investigação para a construção desta Tese possibilitou uma visão dos processos comunicacionais (e porque não dizer de sociedade) que não é única, porém bastante próxima e articulada dialeticamente, o que permite captar, de certa forma, a opressão e a exploração convivendo no interior dos movimentos sociais populares, enquanto sujeitos de pesquisa. Situações que parecem contradizer toda a fundamentação dada pelo senso comum de que os movimentos sociais populares expressam outros modos de comunicação; pelo contrário, as possibilidades de comunicação, necessariamente, não se dão apenas pelas relações de antagonismo, geradoras de tensões e conflitos, entre sujeitos sociais, mas pela possibilidade de concertação em rede.

Os diferentes procedimentos metodológicos, as informações e dados coletados sugerem a importância de nos aprofundarmos nas pesquisas de métodos para as análises dos processos midiáticos digitais criativos e inovadores que atendam aos problemas-objetos, tendo em vista que plataformas como o *Facebook* alteram seus algoritmos em temporalidades diferentes da investigação, produzindo não só outras funcionalidades, mas, inclusive, outras possibilidades de atualização das informações. Também porque é um ambiente digital reconhecido pelos próprios movimentos sociais, permitindo a construção de uma realidade através de fluxos que apontam as contradições. Com isso,

evita-se uma formulação desta realidade como estática a partir de sua aparência, perdendo-se de vista a essência, ou a materialidade que sustenta todo processo comunicacional. Entendemos que chegar nesta perspectiva foi um trabalho de tempo que ainda não estava explicitado na ocasião em que elaboramos o projeto de investigação, mas se construiu no fazer: tensionando, problematizando, refletindo, dialogando, analisando, no ato de construir a Tese.

Precisamos continuar neste gerúndio, ou em se fazendo, em espaços como o grupo de pesquisa PROCESSOCOM, do qual faço parte, radicado nas questões de cidadania, na inter-relação entre os processos midiáticos, os movimentos sociais populares e as configurações que assume uma universidade como a Unisinos. Ainda, atentando às reflexões produzidas durante e a partir da pesquisa, estas parecem delinear um caminho que ainda não está de todo claro, mas exige estudos, pesquisas e debates para se formular e propor uma outra proposta de comunicação social, assim como outro mundo possível. Contudo, entendemos que esta proposta precisa ser construída no diálogo com os demais grupos de pesquisa seja desta universidade, ou quem sabe, contar com grupos de pesquisa de outras universidades, pois o sonho também pode ter uma dimensão político-pedagógica. O caminho se faz caminhando, até porque “cada coisa está em outra, de sua própria maneira e de maneira distinta de como está em si mesma” (GULLAR, 1975, POEMA SUJO).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea**. 2002. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/universo/acervo/biblioteca/coletaneas/o-que-ler-na->

ciencia-social-brasileira-1970-2002/volume-iv/663-monopolio-estatal-da-violencia-na-sociedade-brasileira-contemporanea/file. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

AGUIAR, Lisiane Machado. Metametodologia: concepções transmetodológicas para as ciências da comunicação. In: MALDONADO, A.E.; BONIN, J.; ROSÁRIO, Nísia (Org.). **Perspectivas metodológicas em Comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y publicaciones, 2013.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois?. In: **Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ANTOUN, Henrique. Biopolítica, cibercultura e internet das subjetividades. In: **COMPÓS**, 2015. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/compos-2015-f9215654-546b-4211-95e0-7f6090f6a172_2745.pdf. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

ARAÚJO, Fábio. Falta alguém na minha casa: desaparecimento, luto, maternidade e política. In: Robert Kant de Lima (Org.). **Antropologia e direitos humanos V**. Brasília, Booklink, 2008.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. In: MAIA, R. CASTRO, M.C.P. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

BAUER, M; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

BENEVENUTO, Fabrício; ALMEIDA, Jussara M.; SILVA, Altigran S.. Explorando Redes Sociais Online: Da Coleta e Análise de Grandes Bases de Dados às Aplicações In: **XXIX Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos**. Anais. Campo Grande, 2011.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BONIN, Jiani Adriana. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al.. **Metodologias de Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006, p. 21-40.

_____. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: Alberto Efendy Maldonado et al.. (Org.). **Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, v.1, p. 19-42.

_____. Problemáticas metodológicas relativas à pesquisa de recepção/produção midiática. In: Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre. (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca, España: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, v.1, p. 41-54.

BOSI, Eclea. Entre a opinião e o estereótipo In: **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOULOS, Guilherme. **De que lado você está?** Reflexões sobre a conjuntura política urbana no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

BOURDIEU, Pierre et al.. **A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. Epistemologia e metodologia; A ruptura; A construção do objeto. In: **O ofício do Sociólogo – Pressupostos Epistemológicos**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 9-72.

BOYD, Danah; ELLISON, N. B.. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 2007.
Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>

BRAGA, Ruy. Sob a sombra do precarizado. IN: IN: MARICATO, E. et al. (Org.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRANDÃO, Adelino. **Os direitos humanos antologia de textos históricos**. São Paulo: Landy, 2007.

BRIGNOL, Liliane. **Migrações transnacionais e usos sociais da Internet: identidades e cidadania na diáspora latino-americana**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Centro de Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010.

CABO, Ana Isabel. **Os novos movimentos sociais e os medias: os movimentos antiglobalização nas páginas do público**. Lisboa: Horizonte, 2008.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 2004.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2010.

_____. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHERESKY, Isidoro. La ciudadanía y la democracia inmediata. CHERESKY, Isidoro (Comp.). **Ciudadanía, sociedad civil y participación política**. Buenos Aires: Mino y Dávila, 2006. P. 61-108.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil society and political theory**. Cambridge: MIT Press, 1992.

CORREIA, João Carlos. **Comunicação e cidadania**: Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Lisboa: Livros Horizontes, 2004.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n17/v9n17a03.pdf>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

DAGNINO, Evelina. Concepciones de la ciudadanía en Brasil: proyectos políticos en disputa. FERRY, Jean Marc. Las transformaciones de la publicidad política. In: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique y otros. **El nuevo espacio público**. Barcelona: Gedisa, p. 13-27, 1992.

_____. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90**: Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994. Disponível em: www.portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=os_movimentos_sociais_e_a_emergencia_de_uma_nova_nocao_de_ci.pdf. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

_____. Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004. p. 195-216.

DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. 13-91.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 351 p.

DRUETTA, Delia Covi. Internet, a aposta na diversidade. In: MALDONADO, E; FRAGOSO, S. et al.. **A internet na América Latina**. São Leopoldo: Editora Unisinos; Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

EDER, Klaus. **A Nova Política das Classes**. Bauru: EDUSC, 2002.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FAUSTO NETO, Antonio. A pesquisa vista de dentro de casa. *In*: VVAA. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Compós/Sulina, 2002.

_____. **Midiatização: prática social, prática de sentido**. Paper, Bogotá: Seminário Mediatização, 2006.

FEDOZZI, Luciano. **Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre – análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008.

FERRY, Jean Marc. Las transformaciones de la publicidad política. *In*: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique y otros. **El nuevo espacio público**. Barcelona: Gedisa, p. 13-27, 1998.

FLORES NETO, Mario et al.. **Manifesto POA: a utilização das Redes Sociais na internet como propulsora de Movimentos Sociais e a prática do Ativismo Social**. Artigo apresentado no XX Prêmio Expocom, Intercom, 2013.

FOLETTI, Rafael. Na Trilha de Lugo: construindo processualidades metodológicas para investigar as representações do presidente paraguaio nas revistas semanais brasileiras. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy et al.. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **O Sujeito e o Poder**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGOSO, Suely. MALDONADO, Efendy Alberto (Org.). **A internet na América Latina**. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

FRAGOSO, Suely. RECUERO, Raquel. AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2011.

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Consumidores e Cidadãos – conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GARRETÓN, Manuel. Democracia, ciudadanía y medios de comunicación: un marco general. *In*: ALFARO, María. **Los medios: nuevas plazas para la democracia**. Lima: Calandria, 1995.

_____. La transformación de la acción colectiva en América Latina. **Revista de la CEPAL**, Argentina, n. 76, p. 7-24, 2002.

_____. Sociedad civil y ciudadanía en la problemática latinoamericana actual. **CHERESKY, Isidoro (Comp.). Ciudadanía, sociedad y participación política**. Buenos Aires: Mino y Dávila, p. 45-60, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. São Paulo: Editora Vozes, 2003.

_____. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Vozes, 2010.

_____. **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praça dos Indignados do Mundo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Racionalidad de la acción y racionalización social. Tomo I. Madrid: Taurus, 1987a.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**. Crítica de la razón funcionalista. Tomo II. Madrid: Taurus, 1987b.

_____. **La lógica de las Ciencias sociales**. Madrid: Tecnos, 1988.

_____. **Teoría de acción comunicativa: complementos y estudios previos**. Madrid: Cátedra, 1989.

_____. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

_____. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora In: Liv Sovik (Org.). **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2009.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Cidades Rebelde: o direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HINE, Cristine. Los objetos virtuales de la etnografía. In: HINE, Cristine. **Etnografía virtual**. Barcelona: UOC, 2000, p. 55-83.

JAPIASSU, H. Introdução ao pensamento epistemológico. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. **A epistemologia histórica de G. Bachelard**. p.137-158.

LACERDA, Juciano de Souza. El camino se hace al andar: una propuesta metodológica de la Webgrafía. In: PADILLA FERNANDEZ, Adrián; MALDONADO, Alberto Efendy. **Metodologías Transformadoras – Tejido la Red en Comunicación, Educación, Ciudadanía e Integración en América Latina**. Caracas: Fondo editorial CEPAT: UNESR, 2009.

_____. El proceso de digitalización y la Sociedad de la Información. In: MALDONADO, A. Efendy; VALAREZO, Alberto Pereira. **Investigación de la Comunicación en América Latina**. Quito: Fondo Editorial FACSO-UCE, 2010.

_____. Caminhos labirínticos para pensar os objetos tecnoinformacionais. In: MALDONADO, Alberto Efendy et al.. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2011.

_____. **Apontamentos sobre usos e apropriações em telecentros e lan houses comunitários**: perspectivas de uma possível cidadania cultural. In: XI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación - ALAIC 2012, 2012, Montevideo. XI Congreso de ALAIC: La Investigación en Comunicación en América Latina Interdisciplinar, pensamiento crítico y compromiso social. Montevideo: UDELAR/ALAIC, 2012. v. 1. p. 1-14.

LACERDA, Juciano de Sousa.; MAZIVIERO, Helena V. **Investigando as pesquisas sobre usos e apropriações das TICs: resultados da primeira avaliação**. Cadernos de Comunicação (UFSM), v. 17, p. 155-174, 2013.

LEMOS, André. Cibercultura. Alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (Org.). **Olhares sobre a cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LEÓN, Osvaldo. Por uma agenda social da comunicação. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização da cultura e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEVY, Pierre. Pela Cibercidadania. In: MORAES, Dênis de. **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização da cultura e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LIMA, V. A. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. IN: MARICATO, E. et al. (Org.). **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 2001.

LORITE, N. Televisión informativa y modelos de dinamización intercultural. En Martinez Lirola (Ed). **Migraciones, discursos e ideologías en una sociedad global**. Alicante: Coletiva, 2010, p. 19-42.

LORITE, N., BADET, M. Tratamiento mediático de la inmigración brasileña en España. En Solé, C., Cavalcanti, L., Parella, S. **La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica en España**. Madrid: MTIN, 2011, p.189-210.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Revista Sociologias**, n. 18, jul./dez. 2007, p. 248-285.

MAIA, R; CASTRO, M.C.P.S et al.. **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e Internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, p. 327-348, 2008c.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. A vez dos direitos sociais e discriminação dos movimentos sociais. In: MARICATO, E. et al.. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALDONADO, E. Produtos midiáticos, estratégias e recepção – a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, UFF, n. 9, 2002.

_____. Práxis teórico metodológico na pesquisa. In: MALDONADO, A.E. et al.. **Metodologias de pesquisa em comunicação**. Olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2006, p.271-294.

_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em início do século XXI. In: MALDONADO, A.E.; BONIN, J.; ROSÁRIO, Nísia (Org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação: desafios na prática investigativa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2008, p. 27-54.

_____. Premissas conformadoras de culturas científicas para a formação de investigadoras(es) em comunicação no contexto latino-americano de inícios do século XXI. In: MALDONADO, A.E; BARRETO, C.V.; LACERDA, J. (Org.). **Comunicação, Educação e Cidadania: Saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina**. 1. ed. João Pessoa/ Natal: Editora da UFPB/Editora da UFRN, 2011, v. 1, p. 25-47.

_____. A transmetodologia no contexto latino-americano. In: MALDONADO, A. Efendy; MÁXIMO, Maria Elisa; LACERDA, Juciano; BIANCHI, Graziela. (Org.). **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. 1. ed. Rio do Sul/ Natal: UNIDAVI/ UFRN, 2012, v. 1, p. 21-41.

_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudanças civilizadoras em início do século XXI. In: MALDONADO, A.E.; BONIN, J.; ROSÁRIO, Nísia (Org.). **Perspectivas metodológicas em Comunicação: novos desafios na prática investigativa**. Salamanca, Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.

_____. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade. In: Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre. (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca, Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, v.1, p. 17-40.

_____. **Epistemologías de la Comunicación**: análisis de la vertiente Mattelart en América Latina. Ecuador: Ediciones CIESPAL, 2015.

MALDONADO, Efendy; VALAREZO, Alberto Pereira (Org.). **Investigación en América Latina**. Quito: Fondo Editorial FACSU-UCE, 2010.

MALINI, F., ANTOUN, H., **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MALINOWSKI, B. Introdução: Tema, Método e Objetivo dessa Pesquisa. In: MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1977. Disponível em: <http://extensaoantropologia.files.wordpress.com/2013/02/malinowski-argonautas-introducao-objeto-metodo-e-alcance-desta-investigacao.pdf>. Último acesso em: 11 de novembro de 2014.

MARICATO, Ermínia et al.. **Cidades Rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MARQUES, Angela. C. S.; NOGUEIRA, Erika. D. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. Revista Comunicação Midiática (Online), v. 7, p. 138-161, 2012. Disponível em: <<http://migre.me/h1MMs>>MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais** – aplicação nos estudos de transferência da informação. Ci. Inf, v.30 n.1 Brasília jan./abr. 2001.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Debates políticos na internet: a perspectiva da conversação civil. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 164-187, abril/maio, 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/op/v12n1/29402.pdf. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

MARRE, Jacques. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Seminário de pesquisa do oeste do Paraná. Cascavel, outubro de 1991.

MARTELETO, Regina Maria. **Análise de redes sociais** – aplicação nos estudos de transferência da informação. Ci. Inf, v.30 n.1 Brasília jan./abr. 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo** – Travessias latino-americanas de comunicação e cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MATA, Maria Cristina. **De la cultura masiva a la cultura mediática**. Diálogos de la Comunicación, 1999. Disponível em:

http://cmapspublic2.ihmc.us/servlet/SBReadResourceServlet?rid=1131318757078_1471265778_1179. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

_____. Interrogaciones sobre el público. In: LOPES, Maria Immacolata; FUENTES NAVARRO, Raúl (Comp.). **Comunicación, campo y objeto de estudio**. Perspectivas reflexivas latinoamericanas. México: Iteso, 2001.

_____. Comunicación, ciudadanía poder. Pistas para pensar su articulación. **Diálogos de la comunicación**. Lima, n. 64, p. 65-76, 2002.

_____. et al.. **Condiciones objetivas y subjetivas para el desarrollo de la ciudadanía comunicativa**. Córdoba: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2005.

_____. Comunicación y ciudadanía: problemas teóricos: políticos de su articulación. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, jan-abr, 2006.

_____. CÓRDOBA, Liliana. Ciudadanía, información y acción colectiva: variaciones en torno a un vínculo. **Anales do Primer Congreso Nacional Protesta Social, Acción Colectiva y Movimientos Sociales**. Buenos Aires, marzo, 2009.

_____. Os silenciados e a comunicação na América Latina. Entrevista para Instituto Humanitas (IHU), Unisinos, 15 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/29743-os-silenciados-e-a-comunicacao-na-america-latina-entrevista-especial-com-maria-cristina-mata>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo: histórias das ideias e das estratégias**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. **Um mundo vigilado**. Barcelona: Paidós, 2009.

_____. **Por uma mirada-mundo**. Barcelona: Gedisa, 2014.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

MEDINA, Cremilda Celeste de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1986.

MELUCCI, Alberto. **The new social movements: a theoretical approach**. Social Science Information, vol. 19, no 2, 1980.

_____. **Um objetivo para os movimentos sociais?** Lua Nova. São Paulo. n. 17, Jun/1989, p.50-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a04n17.pdf>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

_____. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, Vozes, 2001.

MICHAUD, Y. **A violência.** São Paulo, Ática, 1989.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAYO, M.C.S et al.. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MOGLEN, Eben. El manifiesto punto Comunista. In: LAGO, Silveira (Comp.). **Ciberespacio y Resistencias:** exploración en la cultura digital. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012.

MORAES, Alana et al.. **Junho:** potência das ruas e das redes. São Paulo: Friedrich-Ebert Stiftung (FES), 2014.

MUHALE, Miguel Joaquim Justino. **Lutar, construir, poder popular:** uma perspectiva etnográfica do Bloco de Lutas pelo Transporte público em Porto Alegre. 2014. 151p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michel. **Multidão:** Guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

PARISER, E. **O Filtro Invisível:** o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PAVAN, Maria Ângela, VELOSO, Maria do Socorro. Identidades, histórias de vida e memória: um exercício de comunicação audiovisual. In: MALDONADO, A.E., BARRETO, V., LACERDA, J. **Comunicação, educação e cidadania:** saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina. Natal/João Pessoa: UFRN/UFPB, 2011, p. 325-340.

PERUZZO, Cícilia M. K. **Comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Comunicação comunitária e gestão participativa. In: KUNSCH, Waldemar L., KUNSCH, Margarida M. K. Relações Públicas comunitárias. **A comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora.** São Paulo: Summus, 2007. p.137-149

_____. A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@. In: XXI encontro anual da COMPÓS, 2012. **Anais do XXI Encontro Anual da Compós.** Juiz de Fora, MG: Compós, 2012, p.1-15.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A economia da desigualdade**. Rio de Janeiro: intrínseca, 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.

_____. A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. In: Eduardo Vizer. (Org.). **Lo que McLuhan no previó**. 1. ed. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223.

_____. Atos de Ameaças à face e à conversação em redes sociais na internet. IN: PRIMO, Alex (Org.). **Interações em Rede**. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2013.

_____. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2014.

RECUERO, Raquel, FRAGOSO, Suely; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, Raquel et al.. **Análise de Redes Sociais**. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2015.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e arte do pós-humano**: Da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

_____. **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

_____. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 191-225.

_____. **Porque é tão difícil construir uma teoria crítica?** Revista Crítica de Ciências Sociais, 54, 197-215. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Porque_e_tao_dificil_construir_teoriam_critica_RCCS54.PDF. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.

_____. **A conversação em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza. CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da USP, 2002.

SCHMALZ-BRUNS, R. Zivile Gesellschaft und Reflexive Demokratie. **Forschungsjournal**. NSB, 1/94, 18-34, 1994.

SEGURA, Soledad. Procesos políticos y comunicacionales en Latinoamérica en los 50 años. In: **Perspectivas de la Comunicación**, No 1, Vol. 1, Maestría en Ciencias de la Comunicación, Universidad de la Frontera, Chile, 2008.

_____. Las esferas públicas como lugares de disputa: Una relectura de Fraser desde las teorías y prácticas de la comunicación en Latinoamérica. In: Publicado en: MOREY, Patricia y BORJA, Adriana (Edit.) **Teoría social y género**. Polémicas en torno al modelo teórico de Nancy Fraser. Buenos Aires: Catálogos, 2010.

SILVA, Regina Helena Alves da. **Ruas e Redes: dinâmicas dos protestos BR**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, Nelson De Luca. SILVEIRA, Sérgio Amadeu (Org.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Cidadania e Redes Sociais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá, 2010.

_____. (Org.). Interações públicas, censura privada: o caso do Facebook. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, dez. 2015.

SILVEIRA, S.A; BRAGA, S.; PENTEADO, C. (Org.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

SINGER, Paul. Direitos Sociais. A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bomanezi (Org.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

SODRÉ, Muniz. **Antropologia do Espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: RJ, Editora Vozes, 2002.

SCOLARE, Carlos. **Hipermediaciones: Elementos para una Teoría de la Comunicación Digital Interactiva**. Barcelona: Gedisa, 2008.

TAYLOR, S.J; BOGDAN, R. **Introducción a los métodos cualitativos de investigación**. Barcelona: Paidós, 1996.

TIETBOEHL, Lúcia Karam. **Política na rua: modos de subjetivação e resistência nos movimentos de ocupação dos espaços públicos**. 2015. 150p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Newberry Award Records, 1978.

_____. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834**. Social Science History, no 17, 1993.

_____. Contentious repertoires in Great Britain. In: MARK, T. (Ed.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham: Duke University Press, 1995

- _____. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- TILLY, L.; TILLY, R. **The rebellious century, 1830-1930**. London: Dent, 2008.
- TOURAINÉ, Alan. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J. A. G. (Org.). **Classes médias e política o Brasil**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1977.
- _____. **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996.
- _____. Comunicación política y crisis de la representatividad. IN: FERRY, Jean-Marc; WOLTON, Dominique et al.. **El Nuevo Espacio Público**. 2. ed. Barcelona, Espanha: Editora Gedisa, 1998.
- _____. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. Vozes. Petrópolis. 2006.
- TORET, Javier. Dez ensinamentos de Javier Toret sobre Facebook e Tuíte. In: CAVA, Bruno. **UniNômade Brasil**. Disponível em: <http://goo.gl/MuLT3M>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.
- _____. Una mirada tecnopolítica sobre los primeros días del #15M. In: **Comunicación y Sociedad Civil**. 2012. Disponível em: <http://civilsc.net/node/14>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.
- UGARTE, David de. **El poder de las redes: manual ilustrado para personas colectivos e empresas abocados al ciberativismo**, 2007. Disponível em: <http://lasindias.com/indianopedia/el-poder-de-las-redes>. Último acesso em: 30 de janeiro de 2018.
- WARREN, Ilse Sherer. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- _____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 21, nº1, p. 109-130, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=en&nrm=iso%22
- _____. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- WYNKIN, Yves. **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo**. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- _____. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

ANEXO A – PANFLETO “ESCRACHO POR UM CAIS MAUÁ PÚBLICO!”

ESCRACHO
por um Cais Mauá público!

Ato político-poético contra a destruição do Cais de Porto Alegre!

Queremos que a revitalização seja pensada em conjunto com as pessoas e que faça jus à história de Porto Alegre. Temos propostas para a construção de um projeto que vai devolver o Cais Mauá aos moradores de Porto Alegre.

Vimos a Prefeitura de Porto Alegre dar um recado aos responsáveis pela venda do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico do espaço mais valioso da nossa cidade, o Cais Mauá!

Vamos dar as costas àqueles que querem implantar, de forma ilegal e sem consulta à população, a construção de torres comerciais, um shopping e 4 mil vagas de estacionamento na beira do rio, onde é o cartão postal da cidade.

Programação:
17h > Concentração, confecção de cartazes
+ Batucada com a banda Bate & Sopral
18h > Desabrigo à Prefeitura e intervenção teatral
19h > Quem dá mais? Ato de recompra do Cais

fb.com/defesadaalegria
fb.com/caismauadetodos
fb.com/ACidolegriaQueremos

ANEXO B – MANIFESTAÇÃO ABSOLVIÇÃO DOS SEIS INTEGRANTES DO *BLOCO DE LUTAS*

Data: 20 de junho de 2017.

Nesta terça-feira (20), acontecerá a segunda audiência do processo que tenta tornar criminosos seis jovens, integrantes do Bloco de Lutas de Porto Alegre. Dependendo da decisão, os seis jovens, parte das mais expressivas mobilizações de junho de 2013, podem ser condenados e presos. A campanha ‘Os seis de Porto Alegre são inocentes’ escreveu um manifesto e gravou um vídeo para denunciar esse absurdo. Não vamos permitir mais uma tentativa de criminalização brutal aos movimentos sociais.

Manifesto pela absolvição dos seis integrantes do Bloco de Lutas pelo Transporte Público

Em 2013, milhares de jovens e trabalhadores foram às ruas para reivindicar direitos básicos que segundo a Constituição Cidadã deveriam ser garantidos pelo Estado brasileiro. Na capital gaúcha, a mobilização iniciou em janeiro e no mês de abril conquistou sua primeira vitória: a derrubada do aumento ilegal das passagens de ônibus. A faísca acendida pelo Bloco de Lutas pelo Transporte Público serviu de exemplo para o país: “Façamos como Porto Alegre”, dizia uma faixa nos primeiros atos em São Paulo, onde a repressão brutal da Polícia Militar fez explodir a revolta popular nacional conhecida como Jornadas de Junho.

O Bloco de Lutas se constituiu como movimento social amplo reunindo organizações populares, estudantis, sindicais, partidos políticos, movimentos de luta contra o racismo, machismo, LGBTfobia e aderentes de distintas matizes ideológicas vinculadas a luta social. Produzimos projetos alternativos para o transporte público e o caos na mobilidade urbana; debatemos nossas ações em assembleias abertas a participação popular; nos articulamos com intelectuais universitários, artistas, advogados e juristas, veículos da mídia alternativa. Nosso intuito era dar voz a reivindicação daqueles ignorados pelas instituições políticas e o Estado.

A medida que nossas reivindicações alcançaram um amplo setor da população, nos tornamos alvo da repressão da Polícia. Desde abril de 2013 foram instaurados inquéritos contra ativistas, sedes de organizações políticas foram vasculhadas pela polícia, ameaças de policiais nas ruas tornaram-se comuns. Chegamos ao absurdo da

invasão de residências para apreensão de livros e materiais políticos, retomando práticas do regime empresarial-militar.

Até que em 16 de maio de 2014, foi aceito a denúncia do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra seis ativistas do Bloco de Lutas. A acusação é de formação de associação criminosa armada para prática de dano ao patrimônio qualificado, explosão, furto, em concurso material e de pessoas e cometimento de lesão corporal a um policial militar.

O inquérito lembra uma “colcha de retalhos”, se esforça para juntar fatos desconexos e não fornece nenhuma prova concreta da participação dos ativistas em qualquer uma das acusações imputadas. Não há fotos, vídeos, relatos, nada que comprove a participação dos ativistas nos crimes. A principal acusação é a transformação do Bloco de lutas de Porto Alegre e alguns dos seus ativistas em uma associação criminosa.

As penas somadas aproximam-se dos 20 anos de prisão. No dia 20 de junho ocorrerá uma nova audiência do julgamento iniciado em janeiro. Ironicamente, exatamente quatro anos após a prisão de Rafael Braga, jovem negro do Rio de Janeiro, preso numa manifestação portando uma garrafa de pinho-sol. O inquérito policial de Rafael assemelha-se com o nosso, pois forjam-se provas, forças policiais constituem a maioria dos depoimentos e nenhuma prática criminosa é constatada na conduta dos acusados, que também são jovens negros e trabalhadores.

A liberdade de manifestação, reunião e organização política está ameaçada com esse processo, em meio a um cenário de crise da democracia e tentativa de destruição de direitos sociais, onde a participação popular se faz necessária para discutir os rumos do país. Precisamos de liberdade para lutar hoje, mais do que ontem.

Chamamos todos os movimentos sociais, intelectuais, artistas, juristas, indivíduos e instituições comprometidas com as liberdades democráticas a somarem-se na defesa da absolvição dos jovens do Bloco e contra a perseguição aos movimentos sociais.

Alfeu Neto, Gilian Cidade, Lucas Maróstica, Matheus Gomes, Rodrigo Brizolla e Vicente Mertz: ninguém ficará para trás, liberdade para lutar!

Conforme:

<https://www.facebook.com/BlocodeLutapeloTransportePublico/posts/14995679367724>

48. Último acesso em 30 de novembro de 2017.

**APÊNDICE A – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
DAS PÁGINAS DOS COLETIVOS**

Coletivo: *Bloco de Lutas*

Períodos: janeiro a dezembro de 2015; janeiro – junho de 2016 (*Fase Exploratória*)

Julho a dezembro de 2016; janeiro – julho de 2017 (*Fase Sistemática*)

2015

Data post.	Temática por postagem	Nº curt.	Nº coment.	Nº compartilh.
24/01/15	[e] Assembleia Unificada: rearticulando o <i>Bloco</i> para barrar o aumento da passagem.	11	0	0
24/01/15	Chamamento para a assembleia.	23	0	1
27/01/15	Compartilhamento de reportagem do Jornalismo B sobre a assembleia ocorrida.	27	1	0
28/01/15	Convite para participar da panfletagem.	39	4	43
28/01/15	[e] <i>Bloco</i> na rua contra o aumento da passagem.	16	2	0
28/01/15	Chamada para o ato.	23		1
29/01/15	Convite para participar da panfletagem.	34	1	26
02/02/15	Chamada para o ato contra o aumento das passagens.	25		4
04/02/15	Chamada para o ato contra o aumento das passagens.	164	20	171
05/02/15	Chamada para o ato contra o aumento das passagens.	86	2	0
06/02/15	[e] Assembleia unificada: fortalecendo o <i>Bloco</i> para barrar o aumento da passagem	18	1	0
10/02/15	[e] 2º <i>Bloco</i> na rua contra o aumento da passagem	10	0	0
10/02/15	Chamada para o 2º ato de rua em Porto Alegre	44	0	
12/02/15	Convite para participar da panfletagem.	31	1	14
16/02/15	[e] 3ª Assembleia Geral do <i>Bloco</i> : Não vamos aceitar mais um aumento na passagem!	6	0	0
16/02/15	Chamamento para a 3ª Assembleia geral.	17	0	0
19/02/15	Chamada para o 3º ato de rua.	38	3	10
19/02/15	Chamada para a 3ª Assembleia geral	49	5	0
20/02/15	[e] 3º <i>Bloco</i> na rua contra o aumento da passagem – R\$ 3,25 é roubo!	22	2	0
20/02/15	Agenda do <i>Bloco</i> .	61	1	57
21/02/15	Nota de solidariedade a militantes do <i>Bloco</i> criminalizados.	59	0	32
21/02/15	Chamada para o 3º ato de rua.	52	1	71
22/02/15	Nota sobre a panfletagem no desfile das Campeãs do Carnaval de Porto Alegre.	47	2	9
24/02/15	Nota de posicionamento do <i>Bloco</i> sobre o aumento das passagens urbanas.	45	1	15
24/02/15	Chamada para o 3º ato de rua.	23	0	0
24/02/15	Compartilhamento de fotos e relato do Manifesto POA em atividade descentralizada contra o aumento da passagem.	43	2	0
25/02/15	[e] 4ª Assembleia Geral do <i>Bloco de Lutas</i> – 3,25 é roubo!	6	0	0
26/02/15	Compartilhamento da Nota Pública do Sindicato dos Municípios de Cachoeirinha em repúdio à repressão policial ao <i>Bloco de Lutas</i> .	30	2	0

26/02/15	[e] 4º Ato contra o aumento da passagem: em solidariedade à luta das comunidades da periferia.	9	1	0
26/02/15	Chamada para o 4º ato de rua (descentralizado).	23	5	0
28/02/15	Chamada para o 4º ato de rua (descentralizado).	23	1	23
01/03/15	Convite para participar da panfletagem.	15	3	19
03/03/15	Orientação de como chegar nos locais dos atos descentralizados.	5		5
03/03/15	Chamada para o 4º ato de rua (descentralizado).			4
04/03/15	[e] 5ª Assembleia Geral do <i>Bloco</i> : com a força do povão, vamos reduzir a passagem do busão!	9		0
04/03/15	Chamada para a 5ª Assembleia.	1		0
04/03/15	Nota de apoio aos atos descentralizados.	24		2
08/03/15	[e] 5º Ato contra o aumento da passagem: por um transporte 100% público.	5	2	0
08/03/15	Agenda do <i>Bloco</i> .	15	4	21
09/03/15	Convite para participar da panfletagem.	11	1	10
10/03/15	Chamada para o 5º ato contra o aumento da passagem.	28	0	11
15/03/15	[e] 6ª Assembleia Geral do <i>Bloco</i> : a união conquista vitórias!	12	1	0
21/03/15	[e] 7ª Assembleia Geral do <i>Bloco</i> .	2		0
21/03/15	Chamada para a 7ª Assembleia Geral do <i>Bloco</i> .	11	1	0
08/04/15	Compartilhamento de postagem de Claudia Favaro, sobre ocupação de famílias na Zona Norte de Porto Alegre.	11	1	0
29/04/15	Compartilhamento de postagem em vídeo de Ismael de Freitas, sobre a violência contra professores em greve no Paraná.	47	6	0
24/05/15	Divulgação e convite para participar da pesquisa de TCC sobre abordagens policiais marcadas por violência de gênero nas manifestações em Porto Alegre.	27	1	8
25/05/15	[e] Seminário Mobilidade, Moradia e Reforma Urbana.	3	0	0

2016 - 2017

Data post.	Temática por postagem	Nº curt.	Nº coment.	Nº compartilh.
01/02/16	Publicação do Manifesto de rearticulação do <i>Bloco de Lutas</i> .	141	4	101
01/02/16	[e] 1ª Assembleia do <i>Bloco</i> . https://www.facebook.com/events/198608337160700	9	3	0
04/02/16	[e] 1º Ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/160333574345471	16	7	0
18/02/16	Compartilhamento de publicação da Comunidade7Setembro sobre atividade político cultural para tratar do tema da mobilidade urbana.	7	0	0
18/02/16	[e] 2ª Assembleia do <i>Bloco</i> . https://www.facebook.com/events/1129524097079992	3	1	0
19/02/16	[e] 2º Ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/1276559099027700	45	13	0
20/02/16	Publicação de texto, foto e <i>link</i> para o evento do 2º Ato contra o aumento da passagem.	613	41	267
21/02/16	Publicação de texto, foto e <i>link</i> para o evento do 2º Ato contra o aumento da passagem.	106	8	56

22/02/16	Publicação de foto e <i>link</i> do evento chamando para o ato do dia.	143	7	127
22/02/16	Publicação de foto e <i>link</i> do evento chamando para o ato do dia.	58	8	2
22/02/16	[e] 3ª Assembleia do <i>Bloco de Lutas</i> . https://www.facebook.com/events/547972182036715	13	0	0
23/02/16	[e] 3º Grande ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/1651633568435386	45	1	0
28/02/16	Publicação de texto, imagem e <i>link</i> do evento chamando para o 3º Grande ato contra o aumento da passagem.	337	30	184
28/02/16	Publicação de texto, imagem e <i>link</i> do evento chamando para o 3º Grande ato contra o aumento da passagem.	82	2	47
29/02/16	Publicação de imagem chamando para o ato do dia.	15	2	0
29/02/16	[e] 4ª Assembleia do <i>Bloco de Lutas</i> . https://www.facebook.com/events/189186024783587	16	2	0
01/03/16	Publicação de texto, imagem e <i>link</i> do evento chamando para a 4ª Assembleia do <i>Bloco</i> .	21	2	5
02/03/16	[e] 4º Grande ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/1526450420989730	7	0	0
02/03/16	Compartilhou o próprio evento com texto, imagem e <i>link</i> do evento chamando para o 4º Grande ato contra o aumento da passagem.	30	2	0
03/03/16	Publicação de texto e imagem referente ao ato em frente à EPTC contra o aumento da passagem de ônibus.	41	4	2
03/03/16	Publicação de texto e fotos denunciando ação de violência e repressão contra os manifestantes (a maioria jovens secundaristas).	73	6	39
04/03/16	[e] 5º Ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/1690049017943820	249	5	0
04/03/16	Compartilhamento de publicação Das gurias – Grêmio Estudantil do Júlio de Castilhos sobre a ação violenta da Brigada Militar junto aos jovens secundaristas.	8	0	0
05/03/16	Publicação com texto, imagem e <i>link</i> do evento chamando para o 5º Ato contra o aumento da passagem.	180	6	58
06/03/16	Publicação de imagem e <i>link</i> do evento chamando para o 5º Ato contra o aumento da passagem.	11	1	7
06/03/16	Publicação de imagem e <i>link</i> do evento chamando para o 5º Ato contra o aumento da passagem.	16	2	18
07/03/16	Publicação de imagem e <i>link</i> do evento chamando para o 5º Ato contra o aumento da passagem.	10	1	17
08/03/16	Compartilhamento de evento do Ato Classista e Independente – Dia Internacional da Mulher. https://www.facebook.com/events/1027863783922371	21	0	0
10/03/16	Publicação de texto em apoio à greve dos rodoviários.	29	2	18
15/03/16	[e] 6ª Assembleia do <i>Bloco</i> . https://www.facebook.com/events/1071743726216452/	2	1	0
15/03/16	Publicação de imagem e <i>link</i> para a 6ª Assembleia do <i>Bloco</i> .	6	0	4
29/03/16	Compartilhamento de foto do Manifesto Poa referente ao anúncio do aumento da passagem.	111	2	0
29/03/16	Texto e imagem chamando para Assembleia extraordinária do <i>Bloco</i> . https://www.facebook.com/events/107145463019873	16	0	0
30/03/16	Compartilhou o próprio evento: assembleia extraordinária do <i>Bloco de Lutas</i> .	63	0	0

31/03/16	[e] 6º Ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/1718849335060890	1	0	0
31/03/16	Compartilhou com texto o próprio evento: 6º Ato contra o aumento da passagem.	73	4	0
01/04/16	Compartilhou o próprio evento.	14	0	0
03/04/16	Compartilhou o próprio evento.	29	0	0
04/04/16	Compartilhou o próprio evento.	29	0	0
04/04/16	Compartilhou o próprio evento, com chamada e <i>link</i> do evento.	22	1	11
08/04/16	[e] Assembleia do <i>Bloco de Lutas</i> . https://www.facebook.com/events/610621689104694	20	1	0
11/04/16	Publicação de texto de relato de decisão judicial de indenização a trabalhador rodoviário.	5	0	0
12/04/16	Compartilhou o próprio evento.	33	0	0
13/04/16	Compartilhou o próprio evento.	27	1	0
17/07/16	Compartilhamento de evento CEI – Comitê das Escolas Independentes, Grande ato: Protesto não é crime!, com texto de apoio aos estudantes. https://www.facebook.com/events/1253706298019063	26	0	0
18/07/16	Compartilhamento de evento CEI – Comitê das Escolas Independentes, Grande ato: Protesto não é crime!	9	1	0
26/10/16	Compartilhamento de evento do CECS Coletivo, Assembleia Unificada contra a PEC 241 https://www.facebook.com/events/1807251339522851	23	0	0
01/11/16	Publicação de reportagem da Gaúcha com o Prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Júnior, sobre a possível privatização da CARRIS. http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/marchezan-se-nao-reverter-prejuizo--carris-sera-privatizada-180837.html	271	31	38
03/11/16	Publicação de <i>Gif</i> e <i>link</i> para o evento chamando para o 2º. Ato contra a PEC 241/55. https://www.facebook.com/events/187966274991606	13	0	2
19/11/16	Compartilhamento de evento do Ocupa Tudo Brasil, Assembleia aberta contra a PEC 241/55. https://www.facebook.com/events/1768788766705690	10	0	0
24/11/16	Compartilhamento de evento do CEI – Comitê das Escolas Independentes, Fora Temer! Fora Sartori! http://www.facebook.com/events/1826492297593339	18	0	0
01/01/17	Publicação de imagem (texto) referente a possíveis mobilizações contra o aumento da passagem.	92	5	249
04/01/17	Publicação de relato de passageira que foi humilhada pelo cobrador.	33	57	8
25/01/17	[e] Panfleto: Não pode ter aumento. https://www.facebook.com/events/1180394442009898	22	1	0
25/01/17	[e] Assembleia do <i>Bloco</i> . https://www.facebook.com/events/997359040407542	2	0	0
02/02/17	[e] Semana de Luta pelo transporte 100% público. https://www.facebook.com/events/383248025368574	3	0	0
02/02/17	[e] Junção pelo transporte 100% público no Morro Santana. https://www.facebook.com/events/729002877262505	0	0	0
02/02/17	[e] Consulta popular + Panfletagem na Azenha. https://www.facebook.com/events/224919127916482	0	0	0
02/02/17	[e] Consulta popular + panfletagem no Triângulo. https://www.facebook.com/events/1208357969212379	7	0	0

02/02/17	[e] Cinedebate e panfletagem pelo transporte 100% público. https://www.facebook.com/events/258528874581371	1	0	0
02/02/17	[e] Grande ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/250736045353288	34	0	0
02/02/17	Atualização da foto de capa, com os <i>links</i> dos eventos da semana de luta pelo transporte 100% público.	6	0	7
02/02/17	Publicação de texto com imagem com a programação da semana de luta pelo transporte 100% público.	26	0	34
03/02/17	Publicação de reportagem do <i>site</i> Esquerda Diário, na qual o PMDB cria grupo no <i>WhatsApp</i> para manipular a luta contra o aumento da passagem em Caxias do Sul. http://www.esquerdadiario.com.br/PMDB-cria-grupo-de-whats-para-manipular-luta-contr-o-aumento-em-Caxias-do-Sul	7	1	0
03/02/17	Publicação de texto e <i>link</i> de vídeo sobre o projeto proposto pelo <i>Bloco</i> de transporte 100% público. https://www.youtube.com/watch?v=8BdMIM6Wqj0	1	1	1
04/02/17	Publicação de <i>link</i> do <i>site</i> Esquerda Online sobre a criminalização dos movimentos sociais e os sujeitos que participam das manifestações públicas. http://esquerdaonline.com.br/2017/02/03/bloco-de-lutas-no-banco-dos-reus-mais-um-capitulo-da-perseguido-politica-no-rs/	10	0	2
05/02/17	Compartilhou o próprio evento, com texto. Junção pelo transporte 100% público no Morro Santana.	4	0	0
05/02/17	Publicação de foto da primeira ação coletiva da Semana de Luta pelo transporte 100% público, com texto referente à atividade.	37	1	16
06/02/17	Compartilhamento de vídeo de A voz do morro e texto chamando para a consulta popular e panfletagem na Azenha naquela data.	9	1	0
06/02/17	Publicação de chamada de denuncia de erro de cálculo na tarifa de ônibus de Porto Alegre com <i>link</i> para o <i>site</i> Enquanto se luta, se samba também. https://enquanteseluta.wordpress.com/2017/02/01/novo-decreto-mantem-erros-de-calculo-na-tarifa-de-onibus-em-porto-alegre/	10	0	4
07/02/17	Publicação de texto sobre consulta popular proposta pelo <i>Bloco de Lutas</i> , com <i>link</i> para plataforma <i>online</i> : https://oasis.sandstorm.io/shared/044eK5OfVMTrzMNdU0srCxC2rpXZYdIL8GA0dPx7akK	8	2	31
07/02/17	Publicação de vídeo de atos de outros anos, chamando para o primeiro grande ato de 2017.	89	6	129
08/02/17	Compartilhou a própria publicação do dia 07/02 – conforme descrição anterior.	14	0	0
08/02/17	Compartilhou o próprio evento: Cinedebate e panfletagem pelo transporte 100% público, com <i>link</i> do evento.	3	0	0
08/02/17	Publicação de <i>link</i> do vídeo que será exibido no cinedebate para aqueles que não forem assistir. https://www.youtube.com/watch?v=omUzzvK87Vg	2	0	0
08/02/17	[e] Assembleia do <i>Bloco de Lutas</i> pelo transporte público. https://www.facebook.com/events/1805406259726603	9	0	0
08/02/17	Compartilhou a própria publicação do dia 07/02.	15	1	0

09/02/17	Publicação de chamada para o grande ato com <i>link</i> de reportagem do jornal Sul 21 sobre manifestação e dissídio dos rodoviários. http://www.sul21.com.br/jornal/bloco-de-lutas-faz-ato-contr-aumento-da-passagem-dissidio-dos-rodoviarios-segue-indefinido/	17	0	2
09/02/17	Publicação de telefone para quem participou do ato e precisa apoio jurídico.	40	0	0
09/02/17	Publicação de <i>link</i> do jornal Sul 21 sobre a repressão da BM contra os manifestantes do <i>Bloco</i> . http://www.sul21.com.br/jornal/primeiro-ato-de-2017-contr-aumento-da-passagem-termina-com-repressao-da-bm-e-ao-menos-2-detidos/	49	2	4
10/02/17	Publicação de texto de repúdio à ação violenta e repressora da BM, com fotos das agressões aos manifestantes.	69	5	24
10/02/17	Atualização de foto da capa, com imagem chamando para a assembleia do <i>Bloco</i> .	6	0	0
10/02/17	Publicação de <i>link</i> de vídeo sobre a cobertura do ato do <i>Bloco</i> feito pelo jornal Sul 21. https://www.youtube.com/watch?v=KtsT3Z6UI50	19	0	3
14/02/17	[e] 2º Grande ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/1831161203826787	8	0	0
15/02/17	[e] Comissão de Intervenção do <i>Bloco</i> chama: Organização da agitação. https://www.facebook.com/events/1266485680065760	2	0	0
15/02/17	Atualização da foto de capa com imagem chamando para o 2º Grande ato contra o aumento da passagem, com <i>link</i> do evento.	13	1	5
15/02/17	Publicação de texto denunciando os modos de ação da Prefeitura e as empresas de ônibus. Também reivindicam o transporte 100% público. Ainda repudiam a criminalização e judicialização de integrantes do <i>Bloco</i> , bem como a repressão policial nos atos.	13	0	20
15/02/17	[e] Ato contra a criminalização dos movimentos sociais. https://www.facebook.com/events/280613245689864	11	0	0
19/02/17	Publicação de foto, chamando para o ato contra a criminalização dos movimentos sociais, com o <i>link</i> do mesmo.	16	0	9
20/02/17	Publicação de vídeo e texto, chamando para o ato contra a criminalização dos movimentos sociais, com o <i>link</i> do mesmo.	22	2	8
21/02/17	Publicação de fotos e pequeno texto em apoio aos integrantes do <i>Bloco</i> que estão sendo criminalizados e respondem a processo crime.	20	0	8
21/02/17	Compartilhamento de publicação de Resistencia y Solidaridad ROE aos jovens do <i>Bloco de Lutas</i> que respondem a processo crime.	8	0	0
21/02/17	Publicação de foto do ato contra o aumento da passagem.	26	0	3
22/02/17	Compartilhamento de vídeo de XII Elaopa feb/2017 Uruguay em solidariedade aos jovens que estão sendo criminalizados, com imagens de manifestação que aconteceu em Montevideú.	6	0	0
22/02/17	Compartilhamento de álbum de fotos de Fob Rosario, em solidariedade aos jovens que estão sendo criminalizados, com	5	1	0

	imagens de manifestação que aconteceu em frente à Embaixada Brasileira em Rosário/ AR.			
01/03/17	[e] Assembleia do <i>Bloco</i> . https://www.facebook.com/events/1271477772942425	0	0	0
01/03/17	Atualização de foto de capa chamando para a assembleia do <i>Bloco</i> .	7	0	0
01/03/17	Compartilhou o próprio evento.	26	0	0
02/03/17	Publicação do <i>link</i> do Jornal Sul 21 sobre o aumento da tarifa da passagem. http://www.sul21.com.br/jornal/empresas-pedem-passagem-de-onibus-a-rdollar-426/	21	2	13
06/03/17	Compartilhamento de publicação de A Voz do povo sobre o primeiro dia do ano letivo marcado por debates referente à grade de horários proposta pela Prefeitura. https://medium.com/@avozdomorrocomunitaria/comunidade-escolar-denuncia-altera%C3%A7%C3%B5es-na-grade-de-hor%C3%A1rios-das-escolas-municipais-40479cc60d1e	14	1	0
14/03/17	Publicação de <i>link</i> do portal G1 sobre inspeção que Prefeitura passará sobre a tarifa de ônibus. http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2017/03/tce-abrira-inspecao-na-prefeitura-de-porto-alegre-sobre-tarifa-de-onibus.html	22	3	0
15/03/17	Publicação de <i>link</i> de notícia da Gaúcha sobre ação de liberação de catracas do trem como ato contra a privatização da Trensurb. http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/manifestantes-liberam-catracas-em-estacao-do-trensurb-na-capital-190838.html	51	0	5
23/03/17	Compartilhamento do evento do Grêmio Estudantil Padre Reus 2017, Ato Estudantil em Defesa da Educação, com texto de convocação para o ato. https://www.facebook.com/events/748853888613942	25	1	0
26/03/17	[e] Assembleia do <i>Bloco de Lutas</i> pelo transporte público. https://www.facebook.com/events/773499106138111	42	2	0
26/03/17	Atualização da foto de capa, com <i>link</i> e texto chamando para a assembleia do <i>Bloco</i> .	8	0	1
28/03/17	Publicação com texto informando sobre a reunião do COMTU e posicionamento em frente da EPTC da polícia BM.	20	2	2
30/03/17	Compartilhamento de vídeo de Vinícius Hoffmann de flagrante de violência policial junto a professores da rede municipal.	79	1	0
05/04/17	Atualização da capa com imagem e <i>link</i> de evento chamando para o 3º Grande ato contra o aumento da passagem. https://www.facebook.com/events/1339891572788422	4	1	0
05/04/17	Publicação de chamada e <i>link</i> para o 3º Grande ato contra o aumento da passagem.	16	2	18
	Publicação de chamada e <i>link</i> para o 3º Grande ato contra o aumento da passagem.	8	1	3
06/04/17	Compartilhamento de vídeo do <i>Defesa Pública da Alegria</i> denunciando violência e repressão policial junto aos manifestantes que participaram no 3º Grande ato contra o aumento da passagem.	12	2	0
07/04/17	[e] Assembleia do <i>Bloco</i> : contra o aumento e a repressão!	1	0	0

	https://www.facebook.com/events/453368128339301			
07/04/17	Atualização da foto de capa com imagem chamando para a Assembleia do <i>Bloco</i> .	7	0	1
12/04/17	Atualização da foto de capa com imagem chamando para “agitação contra a repressão e o aumento da passagem”.	6	0	2
12/04/17	Publicação de imagem chamando para ato que denuncia a má gestão do prefeito.	12	0	15
17/04/17	Compartilhamento de vídeo de A voz do morro, denunciando possível despejo de moradores na Vila Boa Esperança. https://www.facebook.com/avoz.morro/videos/694297817417310/	8	0	0
17/04/17	[e] Panfletão contra o aumento da passagem. Texto e agenda de mobilização. https://www.facebook.com/events/1894184824162400	5	0	0
21/04/17	Compartilhamento de nota de A voz do morro, Carta em solidariedade à Vila Boa Esperança.	2	0	0
22/04/17	Atualização da foto de capa, chamando para Assembleia do <i>Bloco de Lutas</i> .	11	0	1
22/04/17	[e] Assembleia do <i>Bloco de Lutas</i> contra o aumento da tarifa. https://www.facebook.com/events/1850413631887455	6	0	0
26/04/17	Compartilhamento de evento do Movimento Autônomo sobre a Greve Geral, contra as reformas. https://www.facebook.com/events/730610870444887	158	11	0
28/04/17	Publicação de vídeo denunciando violência e repressão da BM junto aos grevistas.	23	3	9
03/05/17	Compartilhamento de publicação de A voz do Morro com <i>link</i> de reportagem do jornal Correio do Povo sobre alteração de itinerário de algumas linhas da zona leste de Porto Alegre. http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2017/5/616657/Quatro-linhas-de-onibus-da-zona-Leste-deixarao-de-ir-ate-o-Centro-de-Porto-Alegre	14	4	0
14/05/17	[e] Plenária unificada contra as reformas do governo.	1	0	0
20/06/17	Publicação de texto de posicionamento e divulgação da campanha ‘Os seis de Porto Alegre’ que respondem a processo crime por participarem das manifestações de junho de 2013.	16	2	4
20/06/17	Atualização de foto de capa, com imagem em apoio aos seis jovens de Porto Alegre que estão sendo criminalizados e judicializados.	6	0	0

**APÊNDICE B – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO
DAS PÁGINAS DOS COLETIVOS**

Coletivo: *Defesa Pública da Alegria*

Período: janeiro – dezembro de 2015; janeiro – junho de 2016 (*Fase Exploratória*)

Julho – dezembro de 2016; janeiro – julho de 2017 (*Fase Sistemática*)

2015

Data post.	Temática por postagem	Nº curt.	Nº coment.	Nº compart.
01/01/15	Compartilhamento de postagem via Observatório da Cultura – edital para temporada de teatro para público infanto-juvenil do CAC. http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cs/default.php?p_noticia=174795	0	0	0
05/01/15	Retrospectiva das ocupações de Porto Alegre 2014, o ano de luta por moradia. http://www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-das-ocupacoes-de-porto-alegre-2014-o-ano-de-lutar-por-moradia/#comment-412324	18	0	0
09/01/15	Compartilhamento de foto de Poder Popular que problematiza a homenagem aos ditadores.	141	4	0
11/01/15	Compartilhamento de vídeo de Molotov Foto Independente, que mostra ação policial no primeiro ato contra o aumento da passagem em SP.	10	1	0
12/01/15	Compartilhamento de foto (meme) de Largo Vivo sobre o aumento da passagem de ônibus de Porto Alegre	4	0	0
13/01/15	Compartilhamento de foto de Largo Vivo chamando para ocupar o Largo com música e alegria.	14	0	0
13/01/15	Notícia da Revista Fórum sobre marcha de líderes que fazem crítica a liberdade de expressão do jornalismo do Charlie Hebdo. http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/01/charlie-hebdo-21-motivos-hipocrisia/	14	0	0
17/01/15	Compartilhamento de notícia do Sul21 sobre ocupações de moradias em Porto Alegre. http://www.sul21.com.br/jornal/para-fortunati-pl-que-beneficia-areas-ocupadas-sacramenta-invasoes/	3	0	0
19/01/15	Vídeo da retrospectiva do MST 2014. https://www.youtube.com/watch?v=OnUj72v-CAM&feature=youtu.be	1	0	0
19/01/15	Crítica ao governo municipal de SP quanto à ação violenta da polícia junto aos manifestantes contra o aumento da passagem. http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113317-haddad-defende-acao-da-pm-para-tirar-protestos-de-vias.shtml	7	0	0

27/01/15	Compartilhamento de notícia via Jornalismo B sobre a organização do <i>Bloco de Lutas</i> contra o aumento da passagem em Porto Alegre. http://jornalismob.com/2015/01/26/de-volta-as-ruas-bloco-de-lutas-realiza-assembleia-e-marca-proximo-proteto-em-porto-alegre/	16	0	0
30/01/15	Compartilhamento de notícia de Agência Pública sobre a FUNAI. http://apublica.org/2015/01/a-funai-esta-sendo-desvalorizada-e-sua-autonomia-totalmente-desconsiderada-diz-ex-presidente/	5	0	0
03/02/15	Compartilhamento de João Marcos Coimbra sobre a violência policial para com os artistas em locais públicos, o fechamento de espaços culturais.	40	1	0
04/02/15	Compartilhamento de foto / reflexão de André Coutinho Augustin sobre o percentual de aumento da passagem de ônibus de Porto Alegre e o ganho dos empresários.	19	0	0
05/02/15	Convite para o 1º ato de rua de Porto Alegre organizado pelo <i>Bloco de Lutas</i> .	2	0	0
05/02/15	Compartilhamento de vídeo de Domício Grillo chamando para o 1º ato de rua de Porto Alegre organizado pelo <i>Bloco de Lutas</i> .	11	0	0
05/02/15	Compartilhamento de chamado para o ato de rua contra o aumento das passagens de Porto Alegre organizado pelo <i>Bloco de Lutas</i> .	18	0	0
06/02/15	Compartilhamento de notícia do Sul 21 sobre o aumento das passagens de ônibus de Porto Alegre. http://www.sul21.com.br/jornal/tce-aponta-que-faturamento-das-empresas-de-onibus-de-porto-alegre-superou-rdollar-481-milhoes-em-2011/	88	2	0
07/02/15	Compartilhamento da Confederação Anarquista Gaúcha sobre o 1º ato de rua. http://www.federacaoanarquistagaucha.org/?p=1077	21	0	0
07/02/15	Compartilhamento de reportagem audiovisual do Coletivo Catarse sobre o 1º ato de rua contra o aumento das passagens. http://coletivocatarse.com.br/home/nao-aceitamos-mais-um-aumento-da-passagem/	10	0	1
09/02/15	Compartilhamento de foto de Claudia Favaro sobre sessão da câmara de vereadores de Porto Alegre referente às ocupações urbanas de Porto Alegre.	5	0	0
20/02/15	Compartilhamento de vídeo de Coro de Caracás sobre as manifestações de São Paulo, e convocando as pessoas para participarem de novas manifestações em 27/02.	4	0	0
20/02/15	Compartilhamento de Claudia Favaro denunciando a violência policial exercida em ocupações urbanas no Bairro Rubem Berta, em Porto Alegre.	48	2	0
22/02/15	Chamado para o 3º ato de rua organizado pelo <i>Bloco de Lutas</i> .	24	0	0
24/02/15	Compartilhamento de imagem do <i>Bloco de Lutas</i> chamando para as atividades de protesto contra o aumento da passagem de Porto Alegre.	10	0	0
24/02/15	Vídeo da polícia jogando bombas em ato contra o aumento da passagem na Vila São Pedro em Porto Alegre.	15	0	0

	https://www.youtube.com/watch?v=rsYN1vmfTjI&feature=youtu.be			
25/02/15	Vídeo sobre o ato de rua na Vila São Pedro em Porto Alegre. https://www.youtube.com/watch?v=6xhrgnoPN9g&feature=youtu.be	47	2	0
25/02/15	Compartilhamento de vídeo de Mídia Capoeira sobre a violência policial contra os manifestantes na Vila São Pedro em Porto Alegre. https://vimeo.com/120552108 https://we.riseup.net/hiatobr+capoeira/porto-alegre-24f	69	2	0
26/02/15	Reflexão de David Graeber sobre os curdos revolucionários na Síria.	11	0	0
27/02/15	Compartilhamento de fotos e nota de repúdio de O Povo do Clube sobre a violência policial exercida contra os torcedores do Internacional no Beira Rio.	83	5	0
05/03/15	Divulgação de sessão gratuita do documentário Sabotage, no cinema do Bourbon Country.	48	7	0
11/03/15	Divulgação da Feira Nômade: autonomia e criação.	14	1	0
13/03/15	Compartilhamento de foto de Ocupa Cais Mauá para o evento ocupação do Cais contra a privatização do espaço público e construção de <i>shopping</i> .	13	0	0
14/03/15	Convite para a Serenata Iluminada no Cais Mauá.	37	2	0
14/03/15	Compartilhamento de notícia do Sul 21 sobre evento no Cais Mauá. http://www.sul21.com.br/jornal/evento-cultural-reacende-discussao-sobre-revitalizacao-do-cais-maua/#comment-444734	19	0	0
16/03/15	Convite para evento: Serenata Iluminada do Cais Mauá.	28	1	0
17/03/15	Postagem de notícia do Sul 21 sobre o licenciamento do Prefeito Fortunati do PDT. http://www.sul21.com.br/jornal/por-meio-da-imprensa-fortunati-anuncia-licenciamento-do-pdt/	66	2	1
17/03/15	Compartilhamento de foto e reivindicação de Ocupação Saraf sobre processo de desapropriação do prédio.	5	0	0
18/03/15	Chamada para Ocupa Cais Mauá no Largo Vivo.	17	0	0
19/03/15	Chamada para Ocupa Cais Mauá.	92	0	0
22/03/15	Chamada para Ocupa Cais Mauá.	14	1	0
23/03/15	Compartilhamento via Bloco de Lutas para a 7ª Assembleia Geral do <i>Bloco de Lutas</i> .	4	0	0
26/03/15	Compartilhamento de carta aberta à população de Porto Alegre. Serenata Iluminada do Cais Mauá.	6	0	0
28/03/15	Compartilhamento de vídeo de Guerrilha GRR sobre a greve dos professores em SP. https://www.youtube.com/watch?v=30t1TBDNqVU&feature=youtu.be	34	0	0
29/03/15	Foto da manifestação e ocupação do Cais Mauá.	37	0	0
30/03/15	Compartilhamento de foto de Pepe Martini sobre a ocupação do Cais Mauá.	42	0	0
30/03/15	Divulgação de vídeo sobre a Serenata Iluminada no Cais Mauá. https://www.youtube.com/watch?v=CwW7CIkRgJs	32	1	0
29/03	Compartilhamento de notícia de Correio do Povo sobre a Serenata iluminada no Cais Mauá.	139	0	0

	http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/552518/Serenata-Iluminada-do-Cais-Maua-reune-centenas-no-Centro			
03/04/15	Compartilhamento de foto de Ocupa Cais Mauá. http://jornalja.com.br/cais-maua-estado-e-empresendedor-podem-ser-questionados/	16	0	0
03/04/15	Atualizou a foto de capa: Cais Mauá ocupado, livre e solto.	16	0	0
08/04/15	Divulgação de cinema alternativo.	2	0	0
10/04/15	Compartilhamento de publicação da Ocupação Saraí para Ocuparemos as Redes! #OcupaSaraíEuApoio sobre a reunião com o secretário estadual de obras, habitação e saneamento para tratar sobre a desapropriação do prédio Ocupa Saraí.	6	0	0
10/04/15	Compartilhamento de foto e reivindicação de Manifesto POA referente a desocupação e despejo de 350 famílias que vivem nas ocupações Progresso e Império situadas na Zona Norte de Porto Alegre.	13	0	0
10/04/15	Compartilhamento de publicação de Manifesto POA evento contra a Globo/RBS devido à operação Zelotes. E notícia do Sul 21: http://www.sul21.com.br/jornal/rbs-e-gerdau-entre-investigados-por-suspeita-de-pagamento-de-propina-e-sonogacao-fiscal/	27	1	0
13/04/15	Compartilhamento de foto de Violeta - Casa de Cultura Popular com poesia de Eduardo Galeano.	11	0	0
15/04/15	Compartilhamento de notícia do Sul 21 sobre o Cais Mauá. http://www.sul21.com.br/jornal/movimentos-pedem-participacao-popular-em-projeto-de-revitalizacao-do-cais-maua/	32	2	0
15/04/15	Compartilhamento de Baden Cafés Especiais referente à derrubada de árvores para a revitalização da cidade.	30	9	0
16/04/15	Compartilhamento de foto de Ibirá Lucas com imagem do que poderá ser a orla do Guaíba com a construção do <i>shopping</i> no Cais Mauá.	17	0	0
17/04/15	Alterou foto do perfil, com chamada para atividade Saraí Resiste.	7	0	0
18/04/15	Compartilhamento de foto de Ocupa Cais Mauá chamando para evento “Tudo pelo Cais = urbanismo+música+ativismo na Sepúlveda.	23	0	0
22/04/15	[e] Ato Fora Globo/RBS! A festa acabou: 50 anos de mentira!	12	0	0
24/04/15	Compartilhamento de foto de Ocupação Saraí chamando para ato de defesa da ocupação com atividades musicais.	10	0	0
25/04/15	Compartilhamento de notícia de Sul 21 sobre atividade de defesa/resistência da Ocupação Saraí.	27	0	0
26/04/15	Publicação de <i>link</i> de notícia do Sul 21 sobre ocupação Saraí. http://www.sul21.com.br/jornal/a-espera-de-desapropriacao-moradores-da-sarai-cobram-governo-do-estado/	14	0	0
26/04/15	Compartilhamento de álbum de fotos de Não Vai ter Festa com 7 fotos.	5	2	0
27/04/15	Compartilhamento de publicação de Juremir Machado da Silva sobre a privatização do Parque da Redenção.	18	0	0
28/04/15	Campanha de não à redução da maioridade penal, contra a criminalização da pobreza e desmilitarização da vida.	9	0	0
29/04/15	Compartilhamento de vídeo de Ismael de Freitas sobre a greve dos professores no PR e a violência policial.	55	9	0

29/04/15	Postagem sobre a sessão da Câmara de Vereadores de Porto Alegre sobre a privatização do Parque da Redenção.	7	3	0
01/05/15	Alteração de foto do perfil.	19	0	0
01/05/15	Nota sobre o dia dos trabalhadores.	11	0	0
02/05/15	Parabenização ao Comitê Latino-Americano ao completar 5 anos de existência.	19	0	0
08/05/15	Divulgação da nova temporada da Tribo Ói Nós Aqui Traveiz...	24	0	0
15/05/15	Compartilhamento de vídeo de Movimento #OcupaEstelita com denúncias aprovado na Câmara de Vereadores de Recife.	7	1	0
18/05/15	Postagem com vídeo sobre o fechamento dos bares à noite. https://www.youtube.com/watch?v=m7oRuWnT18M https://www.facebook.com/quemdesligouosom	12	3	0
22/05/15	[e] Todos pelo Cais: mobilização + conexão + cultura pelo Cais na Sepúlveda.	5	0	0
30/05/15	Compartilhamento de notícia do Ninja sobre a prisão de membros da Fifa por corrupção na Suíça. http://www.ocafezinho.com/2014/07/16/os-documentos-da-fraude-da-globo/	13	0	0
02/06/15	Postagem sobre a máfia da Fifa e a renúncia de Blatter, após 5 dias depois de ser reeleito. http://espn.uol.com.br/noticia/515118_blatter-renuncia-a-presidencia-da-fifa	1	0	0
02/06/15	Publicação de notícia sobre o plebiscito de cercamento do Parque da Redenção. http://defender.org.br/noticias/rio-grande-do-sul/porto-alegre-rs-fortunati-sanciona-plebiscito-sobre-cercamento-da-redencao/	61	0	0
03/06/15	Publicação de notícia do <i>site</i> da Câmara de Vereadores sobre projeto de lei que restringe venda de álcool em espaços públicos. http://www2.camarapoa.rs.gov.br/default.php?reg=24504&p_secao=56&di=2015-06-03	8	0	0
04/06/15	[e] Cine Violeta, cinema sobre a ditadura chilena.	6	0	0
05/06/15	[e] Ciranda Saraí.	4	1	0
05/06/15	Publicação de denúncia de demolição do Cais Mauá, com fotos.	27	1	0
07/06/15	Convite para participar com atividades na Ocupação Saraí.	5	0	0
09/06/15	Publicação sobre o desmonte do Cais Mauá. http://www.meubairropoa.com/portoalegrandojacqueline-custodio/sobre-os-guindastes-e-portas-do-cais/	40	0	0
10/06/15	Publicação sobre o processo de privatização de alguns setores públicos municipais, como a Procempa. http://www.sul21.com.br/jornal/fortunati-imita-sartori/	6	1	0
12/06/15	[e] Largo Vivo pelo Direito de ir e vir.	3	0	0
17/06/15	Publicação de vídeo sobre ato nacional contra o aumento das passagens em Porto Alegre (junho, 2013). http://www.youtube.com/watch?v=u3KcxIW2Lh4	13	0	0
20/06/15	[e] Ciranda Saraí – Dia de Leitura.	5	1	0
02/07/15	Publicação sobre a notícia do G1 pela aprovação da redução maioridade penal. http://naofo.de/5hn7	11	0	0

08/07/15	Publicação de notícia do <i>site</i> brasileiros.com.br sobre o investimento do Governo Estadual de SP na polícia e a desvalorização da educação. http://brasileiros.com.br/2015/07/alckmin-nega-aumento-professores-mas-gasta-r-44-milhoes-com-pm/	15	2	0
08/07/15	Publicação de notícia do El País sobre a substituição de nomes das ruas referentes a nomes franquistas. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/internacional/1436209340_659355.html	20	0	0
14/07/15	Publicação de notícia da Zero Hora sobre a privatização do Cais Mauá. http://naofo.de/5r1b	19	0	0
18/07/15	Divulgação da formação da Ocupação Pandorga, famílias e coletivos ocupam imóvel da Prefeitura de Porto Alegre.	13	0	0
21/07/15	Compartilhamento de foto de Ocupação Pandorga, sobre como se vive nessa ocupação.	6	0	0
29/07/15	Compartilhamento de foto de Ocupação Pandorga que chama para que as pessoas contribuam com o lugar. https://www.facebook.com/ocupapandorga https://www.facebook.com/ocupapandorga/photos/a.1640550572854631.1073741828.1640473862862302/1641723909403964/?type=1&theater	0	0	0
29/07/15	Compartilhamento de vídeo de Ocupação Pandorga com Domício Grillo, comunicador e músico de Porto Alegre, apoiando a ocupação.	0	0	0
06/08/15	Movimento de Resistência Urbana.	11	0	0
06/08/15	Compartilhamento de publicação do MTST Trabalhadores Sem Teto (texto+imagem).	2	0	0
06/08/15	Publicação de notícia do G1 sobre manifestação do MSTs: http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/08/em-protesto-grupo-poe-fogo-em-pneus-e-tranca-freeway-no-rs.html	9	0	0
09/08/15	Atualização da foto de capa: “todo apoio à Ocupação Pandorga!”.	5	0	1
11/08/15	Publicação de notícia sobre ocupação no RJ, <i>blog</i> Mídia Ninja: https://medium.com/@MidiaNINJA/mtst-ocupa-em-niter%C3%B3i-come%C3%A7a-mais-uma-nova-hist%C3%B3ria-de-luta-pela-moradia-no-rio-de-janeiro-448f397d0f63#.npj24i1kb	6	0	0
14/08/15	[e] chamando para o mutirão e festa na Ocupação Pandorga. https://www.facebook.com/events/816229118492462/	2	0	0
14/08/15	[e] Largo Vivo: https://www.facebook.com/events/667252886745655/	3	0	1
17/08/15	Compartilhamento de vídeo da Ocupação Pandorga do mutirão de sábado (evento publicado no dia 14/08/15). Chamando para as atividades no dia 20/08: https://www.facebook.com/events/1181952985151803/	9	1	0
27/08/15	Chamamento para cortejo manifesto para a arte de rua: https://www.facebook.com/events/1604019546524821/	5	0	0
29/08/15	Publicação de notícia do Portal Sul 21 sobre ato: http://www.sul21.com.br/jornal/artistas-da-capital-respondem-com-arte-e-bom-humor-a-decreto-que-limita-apresentacoes-de-rua/	33	1	0

05/09/15	[e] convite para celebrar os 2 anos da Ocupação Saraí: https://www.facebook.com/events/508922102593580/	8	0	0
	Compartilhamento de campanha de financiamento coletivo para o Cidade da Bicicleta, promovido pelo coletivo Catarse	7	2	0
16/09/15	Compartilhamento de vídeo do coletivo Cais Mauá de Todos:	16	1	0
18/09/15	Publicação de foto: “espaço público não é mercadoria” #naovaitershops #caismauadetodos #unificandopautas	20	0	0
27/09/15	Atualização de foto de capa: chamando para evento.	14	0	0
27/09/15	Convite para atividade: Defesa Pública da Cidade: por que defender a alegria? https://www.facebook.com/events/1615986758666175/	16	0	0
02/10/15	Convite para atividade: Defesa Pública da Cidade: por que defender a alegria? https://www.facebook.com/events/1615986758666175/	9	2	0
04/10/15	Publicação de foto chamando para mobilização contra o cercamento no/do Parque da Redenção.	26	0	0
04/10/15	Publicação de fotos da atividade.	68	0	0
05/10/15	Atualização da foto de capa: cartazes contra o cercamento do Parque da Redenção.	17	0	0
05/10/15	Publicação de 25 imagens pelos 3 anos de existência do <i>Defesa Pública da Alegria</i> .	7	0	0
10/10/15	Compartilhamento de vídeo: solidariedade à Ocupação Saraí. https://www.youtube.com/watch?v=FloXT9JaTps	6	0	0
19/10/15	Compartilhamento de notícia do Portal Estadão sobre o Eduardo Cunha (Presidente da Câmara de Deputados Federais) em esquemas de corrupção: http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/janot-acusa-cunha-de-usar-assembleia-de-deus-para-receber-propina/	6	0	0
25/10/15	Compartilhamento de meme sobre a redação do ENEM.	26	1	0
28/10/15	Compartilhamento de foto do coletivo Cais Mauá de Todos com notícia publicada na ZH: http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2015/10/relatorio-do-tce-aponta-irregularidades-na-revitalizacao-do-cais-maua-4888132.html	15	0	0
04/11/15	Compartilhamento da Carta Aberta do coletivo Cais Mauá de Todos: http://www.sul21.com.br/jornal/carta-aberta-a-porto-alegre-do-coletivo-cais-maua-de-todos/	3	0	49
05/11/15	Atualização da foto de capa: “Redenção sempre aberta!”.	10	0	0
05/11/15	Publicação de foto: “queremos uma Redenção sem grades. E tu?”.	39	0	0
06/11/15	Por uma Redenção sem grades (publicação de panfleto).	51	0	0
16/11/15	[e] convite para participar do ato político em apoio à ocupação Lanceiros Negros: https://www.facebook.com/events/1658360617710209/	3	0	0
17/11/15	Compartilhamento de imagem do coletivo território livre, com a lista das 37 escolas ocupadas por estudantes em SP.	32	0	0
20/11/15	[e] convite para atividade cultural para restauração da Casa Elétrica de Porto Alegre: https://www.facebook.com/events/1504556609838356/	2	0	0
23/11/15	Compartilhamento de imagem do coletivo Território Livre, com a lista de 122 escolas ocupadas por estudantes em SP.	32	0	0
02/12/15	Sobre a Virada Cultural em SP nas escolas ocupadas: http://www.viradaocupacao.minhasampa.org.br/	20	0	0

04/12/15	Publicação sobre a suspensão da reorganização das escolas estaduais proposto pelo governo de Geraldo Alckmin: (<i>link não abre. Erro</i>).	16	0	0
06/12/15	<i>Link</i> para acompanhar ao vivo a Virada Cultural contra a reorganização escolar em SP.	61	4	0
11/12/15	[e] convite para o Escracho Cais Mauá Público: https://www.facebook.com/events/965985413473929/	13	0	0
11/12/15	[e] convite para o Escracho Cais Mauá Público: https://www.facebook.com/events/965985413473929/	25	0	0
14/12/15	[e] convite para o Escracho Cais Mauá Público: https://www.facebook.com/events/965985413473929/	12	0	0
14/12/15	[e] convite para o Escracho Cais Mauá Público: https://www.facebook.com/events/965985413473929/	69	5	0
14/12/15	Publicação de imagem para agradecer os 11 mil seguidores da página.	7	0	0
14/12/15	Publicação sobre as ocupações escolares em Goiás.	26	0	0
17/12/15	[e] convite para o Escracho Cais Mauá Público: https://www.facebook.com/events/965985413473929/	6	0	0
17/12/15	[e] convite para o Escracho Cais Mauá Público: https://www.facebook.com/events/965985413473929/	8	2	0
18/12/15	Publicação sobre a reunião do coletivo A cidade que queremos, chamando para o Escracho Cais Mauá.	11	2	0
18/12/15	Publicação transferindo a atividade para o dia 21/12.	10	0	0
21/12/15	[e] convite para o Escracho Cais Mauá Público: https://www.facebook.com/events/965985413473929/	6	0	0
22/12/15	Publicação de notícia do jornal JÁ sobre a manifestação do dia 21/12: http://jornalja.com.br/manifestantes-jogam-dolares-na-prefeitura-contraprivatizacao-do-cais-maua/	54	1	0
22/12/15	Publicação de vídeo produzido pelo Coletivo Catarse sobre a manifestação do dia 21/12: http://coletivocatarse.com.br/home/escracho-por-um-cais-maua-publico/	4	0	0
22/12/15	Publicação de álbum de fotos (22): Escracho por um Cais Mauá Público. Fotos de Leonardo Melgarejo.	7	0	0
22/12/15	Compartilhamento de vídeo de Jornalistas Livres com denúncia de violência policial contra estudantes.	23	2	0
22/12/15	Publicação de notícia do Correio do Povo sobre a manifestação do dia 21/12: http://www.correiodopovo.com.br/blogs/fotocorreio/?p=6875	12	0	1
30/12/15	Compartilhamento de notícia do Portal Folha do UOL sobre o aumento das passagens em SP: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1724276-haddad-e-alckmin-vaio-subir-onibus-trem-e-metro-em-sp.shtml?cmpid=newsfolha	51	0	0

**2016/
2017**

Data post.	Temática por postagem	Nº de curt.	Nº de coment.	Nº de comp art.
-------------------	------------------------------	--------------------	----------------------	------------------------

09/01/16	Compartilhamento de vídeo de Jornalistas Livres sobre a violência policial a manifestantes que lutam contra o aumento das tarifas do transporte coletivo em SP: https://www.facebook.com/jornalistaslivres/videos/338248989632318/	30	1	0
13/01/16	Compartilhamento de notícia Click RBS sobre o tanque de guerra que foi colocado na Av. Ipiranga em homenagem ao Exército: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/01/tanque-desativado-sera-novo-monumento-de-porto-alegre-4950078.html	56	9	20
28/01/16	Compartilhamento de foto do MTST chamando para evento no Comitê Latino-Americano.	8	0	0
02/02/16	Compartilhamento de notícia do Operamundi sobre a retirada de monumentos ligados à ditadura na Espanha: http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/43105/com+governo+de+esquerda+madri+inicia+retirada+de+monumentos+ligados+a+ditadura+franco.shtml	89	1	32
19/02/16	Compartilhamento de notícia do Correio do Povo sobre o aumento da passagem dos ônibus: http://correiodopovo.com.br/Noticias/Geral/2016/02/579876/Nova-tarifa-dos-onibus-de-Porto-Alegre-passa-a-valer-na-segunda-feira	102	3	10
19/02/16	Compartilhamento de notícia da Gaúcha Click RBS sobre o aumento da passagem de ônibus em Porto Alegre: http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/tarifa-de-onibus-em-porto-alegre-ira-custar-r-375-a-partir-de-segunda-159354.html	61	3	20
20/02/16	Convite para participar do bloco de carnaval “Bloco Cais, Cais, Cais” por um Cais Mauá sem dono (publicação de foto).	2	0	0
24/02/16	[e] Audiência Pública pelo Cais Mauá Público: www.facebook.com/events/234077463598088/	6	0	1
24/02/16	Compartilhamento de foto/evento do MTST no Comitê Latino-Americano: www.facebook.com/events/1723559907857622/	2	0	0
27/02/16	Compartilhamento de foto do MTST chamando para o evento à noite.	2	0	0
02/03/16	Compartilhamento de notícia do Sul 21 sobre desmanches irregulares em terrenos da PMPA e a relação com moradias populares: http://www.sul21.com.br/jornal/por-que-dedicar-area-publica-a-desmanche-e-nao-a-habitacao-questiona-conselho-de-moradia/	20	0	2
03/03/16	Compartilhamento de notícia do <i>Bloco de Lutas</i> sobre ação de repressão e violência da polícia contra os manifestantes que lutam pelo não aumento da passagem de ônibus.	19	0	0
11/06/16	[e] Audiência pelo Cais Mauá na Assembleia Legislativa.	15	1	0
15/03/16	[e] Audiência pelo Cais Mauá na Assembleia Legislativa.	3	0	0
16/03/16	Compartilhamento de vídeo de Fernando de Almeida, chamando para a audiência pública.	3	0	0
16/03/16	Compartilhamento de foto de Cais Mauá de Todos chamando para a audiência pública.	10	1	0

17/03/16	Compartilhamento de notícia do Sul 21 sobre a audiência pública: http://www.sul21.com.br/jornal/movimentos-cobram-rescisao-de-licitacao-do-cais-maua-e-deputados-prometem-frente-parlamentar/	27	0	3
22/03/16	Compartilhamento de vídeo da Rede Socialista Comunista sobre a violência a partir de grupos neonazistas ucranianos.	8	1	0
22/03/16	Compartilhamento da publicação de O Mal Educado sobre os atos dos estudantes secundaristas em São Paulo.	14	0	0
05/04/16	[e] Abraço ao Cais Mauá www.facebook.com/events/1110153782382424/	26	0	7
06/04/16	Publicação de notícia do Jornal do Comercio sobre o Plano diretor de Porto Alegre: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/04/politica/491824-pesci-reitera-criticas-a-plano-diretor-da-capital.html	4	0	0
08/04/16	Publicação com o mapa das escolas ocupadas no RJ.	11	1	0
08/04/16	Publicação de notícia do Sul 21 sobre a Ocupação Pandorga e o ciclo de cinema a ser realizado em parceria com a Mobicidade: http://www.sul21.com.br/jornal/primeiro-bicinema-acontece-neste-domingo-10-na-ocupacao-pandorga/	8	0	2
10/04/16	Publicação de vídeo sobre as manifestações ocorridas em Paris contra a reforma trabalhista e a repressão policial.	2	0	0
11/04/16	Compartilhamento da publicação de Rede de Informações Anarquistas sobre as ocupações e assembleias na França contra a reforma trabalhista e a violência policial.	8	0	0
14/04/16	[e] Serenata Iluminada. www.facebook.com/events/576295579210349/	4	0	0
17/04/16	[e] Serenata Iluminada.	2	0	0
18/04/16	Ocupações das escolas no RJ.	4	0	0
22/04/16	Compartilhamento de <i>Gif</i> da Frente Brasil Popular - PE apontando os Deputados Estaduais do PE que votaram pelo <i>impeachment</i> .	5	0	0
25/04/16	Compartilhamento de foto da página Mouvement Inter Luttes Independant sobre a reforma trabalhista. O movimento francês chamando para a greve geral.	8	2	0
28/04/16	Compartilhamento de foto da página do MTST – RS, sobre os bloqueios das rodovias em 9 estados com o objetivo de denunciar o golpe e defender os direitos.	9	0	0
02/05/16	Publicação sobre a ocupação do Centro Paula Souza por estudantes secundaristas.	14	1	0
05/05/16	Compartilhamento de vídeo sobre estudantes secundaristas que ocuparam a secretaria de educação no Rio de Janeiro	3	0	0
06/05/16	Publicação de notícia do Jornal Já, sobre o Cais Mauá: http://www.jornalja.com.br/consorcio-cais-maua-deve-meio-milhao-prestadores-de-servico/	9	0	1
06/05/16	[e] Abraço ao Cais Mauá: https://www.facebook.com/events/1110153782382424	3	0	0
10/05/16	Compartilhamento de vídeo ao vivo, Mídia Ninja, da ocupação da secretaria de educação do RJ por estudantes secundaristas.	5	0	0
12/05/16	Publicação de <i>link</i> de <i>blog</i> , com texto sobre o ciclo de lutas de 2013, em Porto Alegre: http://uninomade.net/tenda/junho-antes-de-junho-o-ciclo-de-lutas-de-2013-em-porto-alegre-onde-tudo-comecou/	8	0	3

12/05/16	[e] Fora Temer, Cunha na cadeia! https://www.facebook.com/events/768400976593368	82	0	0
12/05/16	Compartilhamento de foto do Manifesto Poa, sobre a ocupação do Julinho.	105	0	0
12/05/16	Publicação convidando para participar de assembleia pública no Julinho.	64	3	14
12/05/16	Publicação de vídeo sobre ação de repressão da Brigada Militar na Cidade Baixa, em Porto Alegre.	436	149	2.000
13/05/16	Publicação sobre a ocupação do Julinho	64	0	5
15/05/16	Compartilhamento de foto de Arteiros da Rua – POA denunciando a Prefeitura de Porto Alegre ao reeditar um decreto proibindo a ocupação dos espaços públicos por artistas de rua.	30	1	0
16/05/16	[e] Assembleia popular contra o golpe: https://www.facebook.com/events/1119868868076051	14	0	0
16/05/16	Publicação com a lista de escolas ocupadas por estudante secundaristas no RS.	65	5	33
18/05/16	Compartilhamento de vídeo de Quebrando o tabu. O vídeo é do Deputado Ricardo Nezinho (PMDB/AL) explicando o projeto de lei: “escola sem partido”. O Defesa chama para debate que ocorrerá no Julinho sobre o tema.	4	1	0
18/05/16	Publicação sobre Escola Irmão Pedro ocupada.	34	2	8
19/05/16	Publicação de vídeo questionando a negociação dos manifestantes com a polícia.	38	45	13
20/05/16	Compartilhamento de foto de Arteiros da Rua – POA sobre reunião para discutir o decreto municipal.	4	0	0
20/05/16	Compartilhamento de foto do MTST com a lista de escolas ocupadas no RS.	16	1	0
23/05/16	Publicação de notícia do Jornal Já sobre as novas regras de ocupação dos espaços públicos por artistas de rua: http://www.jornalja.com.br/prefeitura-aborda-artistas-de-rua-na-redencao-regras-vaio-mudar/	110	21	118
23/05/16	Compartilhamento de publicação de Luciano Fetzner com denúncia de cercamento da polícia na Ocupação Lanceiros Negros.	39	0	0
24/05/16	Publicação sobre a suspensão de reintegração de posse da Ocupação Lanceiros Negros.	26	0	2
25/05/16	Compartilhamento de foto de Ocupa IP, roda de conversa com estudantes da Escola Irmão Pedro sobre a ocupação do espaço público.	6	0	0
30/05/16	Compartilhamento de foto de Arteiros da Rua POA, sobre o decreto da prefeitura que cobrará pelos espaços ocupados por artistas de rua.	16	2	0
30/05/16	Compartilhamento de foto do MTST RS sobre campanha de arrecadação para o movimento.	5	1	0
31/05/16	Compartilhamento de foto de Ocupa Cais Mauá, chamando para ocupação da câmara de vereadores durante a planária do dia.	1	0	0
01/06/16	Compartilhamento de vídeo ao vivo do Mídia Ninja, sobre a ocupação da secretaria da Presidência da República em SP.	15	0	0
04/06/16	Chamando para ato político-cultural pela garantia do direito à cidade por artistas de rua.	9	0	0
04/06/16	Compartilhamento de foto Arruaça chamando para evento de caminhada e ocupação do espaço público.	2	0	0

09/06/16	Publicação de vídeo sobre o ato independente dos estudantes secundaristas em frente ao Palácio Piratini.	216	23	120
15/06/16	Compartilhamento de publicação do Manifesto Poa, sobre a ocupação da Secretaria Estadual da Fazenda por estudantes secundaristas em protesto ao acordo firmado pela UBES, UJS e Juntos com o governo estadual.	20	0	0
15/06/16	Compartilhamento de vídeo do Manifesto POA sobre a ação da Brigada Militar na desocupação da secretaria estadual da fazenda.	53	7	0
15/06/16	Compartilhamento de publicação de ocupa Tudo Brasil sobre a remoção com violência por parte da Brigada Militar aos estudantes que ocuparam a secretaria estadual da fazenda.	25	0	0
20/06/16	[e] Largo Vivo das escolas independentes: www.facebook.com/events/1060250754055123	51	0	0
22/06/16	Publicação de reportagem da Folha sobre a vaquinha virtual que o MTST propôs para construir os protestos contra Temer: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1778913-mtst-usa-vaquinha-virtual-para-financiar-protestos-contratemer.shtml	17	0	3
23/06/16	[e] Programação do Largo Vivo das Escolas independentes Ocupadas.	9	0	0
24/06/16	Chamando para o Largo Vivo das Escolas independentes Ocupadas.	2	0	0
24/06/16	Compartilhamento de foto de Largo Vivo sobre a atividade Largo Vivo das Escolas independentes Ocupadas.	7	0	0
27/06/16	Publicação de reportagem do El país / Brasil, sobre livro: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/cultura/1466188903_152620.html	7	0	1
27/06/16	Compartilhamento de foto de Largo Vivo sobre ato político-cultural das escolas ocupadas.	6	0	0
30/06/16	Publicação de reportagem do G1 sobre a privatização dos parques estaduais de SP: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/alckmin-sanciona-projeto-que-concede-25-parques-estaduais-empresas.html	8	0	4
04/07/16	Publicação com <i>link</i> para o <i>blog</i> Proteja Petrópolis com denúncia de lei inconstitucional, proposta por vereador de Porto Alegre, ao colocar em risco o patrimônio histórico cultural dos prédios/casas da cidade. http://protejapetropolis.blogspot.com.br/2016/07/projeto-de-lei-poe-poe-risco-os.html	5	0	1
11/07/16	Compartilhamento de Ocupa Tubino com fotos dos motivos pelos quais os estudantes ocuparam a escola.	5	2	0
12/07/16	Compartilhamento de evento do Largo Vivo – contra a regulamentação do uso dos espaços públicos: www.facebook.com/events/623762404458185	11	0	0
14/07/16	Publicação de foto sobre a Ocupação do Departamento Municipal de Habitação (DEMAHB) pelo MTST RS.	7	0	0
14/07/16	Compartilhamento de publicação do MTST RS sobre a ocupação do DEMAHB.	3	0	0
14/07/16	Compartilhamento de foto da Ocupação Lanceiros Negros MLB – RS em apoio a ocupação do DEMHAB.	5	0	0
15/07/16	Publicação de reportagem do G1 sobre a ocupação do DEMHAB:	2	1	0

	http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/07/manifestantes-ocupam-sede-do-demhab-em-porto-alegre.html?utm_medium=twitter&utm_source=twitterfeed			
16/07/16	Compartilhamento de foto do MTST RS sobre as motivações da ocupação do DEMHAB.	5	1	0
17/07/16	Compartilhamento de foto do MTST RS solicitando voluntários de cirandeiros e doação de brinquedos.	5	0	0
18/07/16	Compartilhamento de foto de Pepe Martini sobre o aniversário de 1 ano da ocupação cultural Pandorga.	13	0	0
18/07/16	Publicação de vídeo da intervenção de dança na Prefeitura de Porto Alegre no Largo Vivo da Ocupação das escolas independentes.	24	1	8
19/07/16	Compartilhamento de vídeo do Mídia Coletiva.org sobre violência com a população indígena que ocupou o Museu do índio, RJ.	1	0	0
20/07/16	Compartilhamento de foto do MTST RS sobre a ocupação do DEMHAB.			
20/07/16	[e] Ocupa DEMHAB: grupo lá fora e oficina de dança www.facebook.com/events/268158356893007	5	0	0
25/07/16	Compartilhamento de foto do MTST RS sobre a carta aberta entregue ao vice-prefeito Sebastião Mello.	4	0	0
27/07/16	Compartilhamento de foto do MTST RS sobre debate proposto pelos amigos da terra sobre o Poder e Privilégios: o combate ao patriarcado na luta por justiça ambiental: /www.facebook.com/events/1560011920973142 Seguido de ato político cultural Batucada: https://www.facebook.com/events/505430696327640	5	0	0
27/07/16	Compartilhamento de evento de Arteiros da Rua POA. Audiência pública sobre o uso dos espaços públicos: www.facebook.com/events/1743214745917222	22	0	0
29/07/16	Compartilhamento de publicação do MTST RS sobre o “legado” das Olimpíadas.	3	0	0
01/08/16	Compartilhamento de publicação do MTST RS sobre a ocupação do DEMHAB.	5	0	0
02/08/16	Publicação sobre o arquivamento das acusações contra os estudantes menores que ocuparam a Secretaria Estadual da Fazenda: http://www.jornalja.com.br/mp-arquiva-acusacoes-contradolescentes-detidos-na-sefaz/	23	0	4
03/08/16	Compartilhamento de evento dos Arteiros da Rua POA: audiência pública sobre o uso dos espaços públicos.	14	0	0
09/08/16	Publicação de foto chamando para a aula pública: a periferia ocupa a cidade.	5	1	1
11/08/16	Compartilhamento de foto do MTST RS sobre um mês de ocupação do DEMHAB.	3	0	0
14/08/16	Publicação de foto de ritual dos povos indígenas da região do Xingu com “Fora Temer”.	16	0	6
26/08/16	Compartilhamento de vídeo do Conexões Globais sobre a derrubada de armazém do Cais Mauá. https://www.youtube.com/watch?v=rb42qSGOu1s&feature=youtu.be	9	0	0

30/08/16	Compartilhamento de publicação de foto do MTST RS sobre o bloqueio da Freeway em ato pelo “Fora Temer! Fora Melo!”.	13	0	0
05/09/16	Publicação de reportagem do El País, Brasil, sobre atos pelo Fora Temer: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/05/politica/1473039670_195291.html?id_externo_rsoc=FB_BR_CM	24	1	0
05/09/16	Publicação sobre as táticas Black Bloc: https://www.facebook.com/notes/pablo-ortellado/o-black-bloc-e-a-viol%C3%Aancia/1212944672104437/?fref=mentions	10	0	3
06/09/16	Compartilhamento de evento da Frente de Luta contra o Golpe: Ato contra o golpe: Fora Temer! www.facebook.com/events/294415587593867	13	0	0
10/09/16	Publicação de foto sobre o parcelamento dos salários dos servidores públicos estaduais.	13	0	1
12/09/16	Publicação de artigo de opinião do El país, Brasil, sobre as ações Black Bloc e a retirada de direitos no Brasil. http://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/12/opinion/1473693538_681813.html	17	0	0
14/09/16	Publicação de reportagem do Jornal Sul 21 sobre a luta dos moradores da zona sul para preservar área verde onde está previsto a construção de condomínio: http://www.sul21.com.br/jornal/moradores-de-belem-novo-tentam-barrar-novo-condominio-de-luxo/	7	0	0
14/09/16	Publicação sobre a Semana Acadêmica da Arquitetura e Urbanismo.	9	0	1
15/09/16	Publicação de foto sobre as manifestações na França contra a reforma trabalhista.	11	2	3
16/09/16	Compartilhamento de evento do MTST RS: Debate de Mídia Alternativa com candidatas a Prefeitura de Porto Alegre. https://www.facebook.com/events/1082351895212342	3	0	0
16/09/16	Compartilhamento de vídeo do Mídia1508 das manifestações na França contra a reforma trabalhista.	7	0	0
19/09/16	Compartilhamento de vídeo do Mídia1508 sobre manifestação no Congo contra as medidas tomadas pelo presidente em adiar as eleições.	1	0	0
25/09/16	Publicação sobre a Bienal de Cinema Indígena: http://racismoambiental.net.br/2016/09/24/a-surpreendente-bienal-de-cinema-indigena/	4	0	0
27/09/16	Compartilhamento de publicação do Arteiros das Ruas POA sobre nota em resposta a entrevista do Prefeito Sebastião Melo em entrevista ao <i>site</i> Nonada. http://www.nonada.com.br/2016/09/sebastiao-melo/	7	0	0
30/09/16	Compartilhamento de evento da Violenta - Casa de Cultura Popular: ps://www.facebook.com/events/1101597853249772	4	0	0
05/10/16	Compartilhamento de publicação de Território Livre sobre morte de estudante secundarista, dentro da escola, pela polícia. http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/10/protesto-por-morte-de-jovem-tem-bombas-e-1-detido-na-zona-sul-de-sp.html	5	0	0

05/10/16	Compartilhamento de publicação de Ingrid Vanmalli de memória de 4 anos sobre a noite do ato Defesa Pública da Alegria.	8	0	0
07/10/16	Publicação de vídeo do Parlamento Turco sobre a discussão de perder a imunidade parlamentar dos políticos: http://edition.cnn.com/videos/world/2016/05/03/brawl-turkish-parliament-nws-orig.cnn?sr=fbenni050316brawl-turkish-parliament-nws-orig.cnn0810PMVideoVideo&linkId=24115708	5	0	0
07/10/16	Publicação de movimento de estudantes contra o governo Renzi contra a precarização das condições de vida, despejos das ocupações urbanas e culturais, entre outros.	7	0	0
07/10/16	Publicação sobre as escolas de ensino médio ocupadas no Brasil contra a reforma do currículo básico.	11	3	3
18/10/16	Compartilhamento de vídeo do Ocupa Cais Mauá denunciando irregularidades de licitação.	24	0	0
19/10/12	Publicação de reportagem da Folha sobre a prisão do Deputado Eduardo Cunha: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1824199-casa-de-eduardo-cunha-e-alvo-de-busca-e-apreensao-da-pf-no-rio.shtml?cmpid=facefolha	24	1	1
24/10/16	Publicação de fotos sobre os bloqueios e protestos em Porto Alegre contra a PEC 241, conhecida como “PEC DO FIM DO MUNDO”.	8	0	0
25/10/16	Publicação de fotos das manifestações contra a PEC 241 e a repressão da polícia.	18	0	0
30/10/16	Publicação de imagem referente aos resultados do 2º Turno das eleições municipais de Porto Alegre, na qual mostra que o primeiro lugar ganhou os votos nulos/brancos.	3	0	0
31/10/16	Compartilhamento de publicação da Letras/UFRGS ocupada por estudantes em protesto a PEC 241.	24	0	0
11/11/16	Publicação de vídeo de manifestação popular contra a PEC 241.	36	0	2
17/11/16	Publicação sobre declaração de greve dos professores da UFRGS, contra a PEC 241.	45	2	0
26/11/16	Publicação de vídeo denunciando violência policial no fim do ato contra a PEC 241.	10	2	6
16/12/16	Publicação de reportagem do Jornal Já sobre o apoio de diversos artistas em apoio a Fundação Piratini, entre outros. http://www.jornalja.com.br/grupos-artisticos-se-apresentam-em-diversos-pontos-da-capital/?Nova+Publica%C3%A7%C3%A3o+%28%25TITLE%25%29+foi+feita+em+Jornal+J%C3%81+%7C+Porto+Alegre	14	0	2
19/12/16	Compartilhamento de publicação do MTST RS sobre a ocupação da Praça Matriz contra o pacote do governo Sartori.	5	0	0
19/12/16	Compartilhamento de publicação do CEPERS/Sindicato denunciando a repressão e violência da polícia junto aos funcionários públicos.	33	0	0
05/01/17	Compartilhamento de vídeo do Manifesto Poa de morador de rua sendo agredido por seguranças de uma loja da rede de supermercados em Porto Alegre.	69	2	0

08/01/17	Compartilhamento de vídeo do mídiacoletiva.org sobre as condições desumanas vividas no complexo Geniricó, em Bangú.	7	1	0
09/01/17	Publicação de matéria do Mobilize – mobilidade urbana sustentável sobre documentários que tratam do tema da mobilidade urbana. http://www.mobilize.org.br/noticias/8264/30-documentarios-sobre-mobilidade-urbana.html	4	0	0
10/01/17	Publicação de reportagem da Zero Hora sobre ação de artistas e intelectuais em apoio as fundações estaduais. http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2017/01/grupo-de-intelectuais-e-artistas-lanca-carta-contra-a-extincao-de-fundacoes-9231468.html	8	0	0
11/01/17	Compartilhamento de vídeo da A Craco Resiste sobre o processo de higienização do centro de SP.	5	0	0
18/01/17	Compartilhamento de vídeo do Slan Resistência sobre os processos de lutas e resistências nos espaços urbanos.	13	0	0
20/01/17	Compartilhamento de evento da União Carnavalesca de Popular: Grande subida da Borges. /www.facebook.com/events/845544115587237	3	0	0
22/01/17	Compartilhamento de evento do Serenata Iluminada de Porto Alegre: Parque da Redenção. www.facebook.com/events/392821871050624	10	0	0
27/01/17	Publicação de foto da Rua viva! Chamando para a Serenata Iluminada da Redenção: Rua viva!	4	0	0
30/01/17	Publicação de reportagem do jornal Sul 21 sobre indígenas que ocuparam área da Fepagro. http://www.sul21.com.br/jornal/indigenas-guarany-mbya-ocupam-area-da-fepagro-em-maquine/	18	0	
03/02/17	Compartilhamento de publicação da Floresta Memória, sobre a revitalização do 4º Distrito (Bairro Floresta), em Porto Alegre.	4	0	0
07/02/17	Publicação de reportagem da Zero Hora sobre proposta de privatização do Mercado público de Porto Alegre. http://zh.clicrbs.com.br/rs/porto-alegre/noticia/2017/02/marchezan-vai-propor-concessao-do-mercado-publico-a-iniciativa-privada-9715376.html	74	1	35
01/03/17	Compartilhamento de foto da PedalExpress solicitando apoio a comunidade indígena MBYA Guaraní.	7	0	0
15/03/17	Publicação de imagem sobre a reforma da previdência. #15M	8	0	0
28/03/17	Publicação de texto de Outras Palavras sobre os conflitos hídricos entre Iraque e Síria. http://outraspalavras.net/posts/assim-comecam-as-guerras-pela-agua/	13	0	0
06/04/17	Publicação de vídeo denunciando a repressão policial da Brigada Militar junto aos manifestantes do <i>Bloco de Lutas</i> contra o aumento das passagens.	51	6	57
27/04/17	Compartilhamento de publicação da Violeta – Casa de Cultura Popular sobre a Greve Geral (29/04). https://uniaioanarquista.wordpress.com/2015/06/26/a-primeira-greve-geral-do-brasil-a-greve-geral-de-1917/	25	0	0
28/04/17	Compartilhamento de vídeo do <i>Bloco de Lutas</i> sobre violência e repressão policial juntos aos manifestantes na Greve Geral.	9	0	0

10/05/17	Publicação de vídeo sobre o incêndio no Terminal Parobé, no centro de Porto Alegre.	13	3	3
16/05/17	Publicação de reportagem do Sul 21 sobre o processo de resistência do Quilombo dos Silva em Porto Alegre. http://www.sul21.com.br/jornal/primeiro-quilombo-urbano-resiste-prensado-por-um-dos-metros-quadrados-mais-caros-de-porto-alegre/	93	0	45
17/05/17	Compartilhamento de evento do Fórum Gaúcho em Defesa da Previdência: Ato Público Fora Temer! www.facebook.com/events/1320630614711455	54	0	0
19/05/17	Compartilhamento de evento do Ministério Público Federal do RS – Procuradoria da República: Debate Público – direito humano à cidade. www.facebook.com/events/170595610135125	5	0	0
29/05/17	Publicação de reportagem do Jornal Já sobre a Lei Antivandalismo proposta pela Prefeitura de Porto Alegre. http://www.jornalja.com.br/lei-antivandalismo-preve-multa-de-quase-r-400-mil-para-quem-trancar-ruas/	15	10	3
14/06/17	Compartilhamento de vídeo de Lisiane Zorg sobre a repressão e violência policial na desocupação da Ocupação Lanceiros Negros.	26	0	0
22/06/17	Compartilhamento de vídeo de publicação de Guilherme Dal Sasso sobre a revolta dos verdureiros/fruteiros com as apreensões da SMIC, no centro de Porto Alegre.	50	0	0

APÊNDICE C – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – FASE EXPLORATÓRIA**Nome:****Idade:****Coletivo que participa:**

Bloco 1: Coletivos

1. Como e por que se constituiu/constitui o coletivo? (trajetória)
2. Como se compõe o coletivo? (quantas pessoas ativas)
3. Como se organiza o trabalho? (há comissões de trabalho? Como são divididas as tarefas e responsáveis?)
4. Como se dão os processos de comunicação, interação e mediação internas? (e-mails? Grupo fechado no FB? *WhatsApp*? Reuniões? Outras formas)
5. Como se dão as deliberações das ações quando não há reuniões presenciais?
6. Como se definem pautas e ações coletivas?
7. Como se relaciona com outros coletivos?
8. O coletivo compreende-se como um movimento social? Há um projeto de sociedade? Como percebe os modos de transformação da sociedade?
9. Quais os objetivos do coletivo?

Bloco 2: Fluxos Comunicacionais do Coletivo

1. Quais são as estratégias de comunicação utilizadas pelo coletivo?
2. Quais são os sentidos dessas estratégias na constituição do coletivo e das suas lutas?
3. Como é organizada/definida a produção dos conteúdos para as redes sociais digitais? (dinâmicas / fluxos / técnicas)
4. Como as pessoas do coletivo participam da produção do conteúdo?
5. Há uma comissão responsável? Como se dá o trabalho?
6. Como as lutas emergem para o coletivo? (ambiente digital / presencial)
7. Como é compreendido pelo coletivo o espaço das redes sociais? É importante ocupar esse espaço digital? Por quê?
8. No FB, o coletivo tem interação com outros coletivos? De que forma isso acontece?

Bloco 3: Ocupação / Manifestações Públicas

1. Por que é importante ocupar os espaços públicos?
2. Como avaliam as manifestações públicas? (participação das pessoas / outros coletivos)?

3. Há lutas articuladas com outros grupos/coletivos? Como se dá a relação com outros coletivos que tem lutas semelhantes? Que lutas agrupam os diversos coletivos?
4. As manifestações estão apoiadas em aportes teóricos?

Bloco 4: Sujeitos comunicantes

1. Qual a tua formação educacional? (formal / informal)
2. É/foi filiado a algum partido político?
3. O que te motivou, interessou, em participar do coletivo? Por que participa deste coletivo?
4. Papeis dentro deste coletivo (ou funções)
5. Além deste coletivo, participa de algum outro coletivo ou movimento social? Qual? Por quê? Desde quando? Que funções/papeis exerce?
6. Há relação entre a trajetória de formação e atuação no coletivo? Qual a compreensão que tens dessa relação na tua prática do dia a dia?
7. Como percebes as tuas contribuições para o coletivo? E para as mudanças que luta para a sociedade?
8. Quais meios de comunicação costuma te informar? Por quê?
9. Que tipo de *sites* costuma acessar e com que objetivo? Como faz uso das redes sociais digitais? Produz conteúdo? Que tipo de conteúdo? Com que objetivo?

APÊNDICE D – ROTEIRO PARA ENTREVISTAS – FASE SISTEMÁTICA

ENTREVISTA 1 – OS COLETIVOS

Nome:

Idade:

Coletivo

Bloco 1: Configuração do coletivo

a) Trajetória

10. Como e por que se constituiu o coletivo? (trajetória)
11. O que vem mudando no MS ao longo dos últimos anos?

b) Constituição e processos organizativos

12. Como se compõe o coletivo em termos dos participantes? (tipos de pessoas)
13. Como o coletivo se organiza em relação a suas atividades e funcionamento? (há comissões de trabalho? Como são divididas as tarefas e responsáveis?)

c) Identidade, objetivos, pautas e adversário

14. Quais os objetivos do coletivo?
15. Quais são as pautas ou bandeiras do coletivo?
16. Quem são os adversários para o coletivo? Por quê?
17. O MS faz/propõe uma formação de base para os seus participantes?
18. O coletivo se compreende como um movimento social? Há um projeto de sociedade? Como percebe os modos de transformação da sociedade?
19. Compreende suas ações coletivas/lutas como processos de cidadania? Explique.

d) Constituição das lutas

20. Como as lutas emergem para o coletivo? (ambiente digital / presencial)
21. Como se dão as deliberações das ações quando não há reuniões presenciais?

Bloco 2: Ações coletivas

22. Que tipos de ação coletivas são realizadas pelo movimento?
23. Quem participa dessas ações coletivas
24. Que finalidades e sentidos tem estas modalidades de ação coletiva?
25. Como se definem as ações coletivas?

26. As ações coletivas estão apoiadas em que fundamentos? Há fundamentos teóricos que orientam as ações?
27. Como são organizadas as ações coletivas? E as ações diretas?
28. Por que é importante ocupar os espaços públicos?
29. O coletivo realiza avaliações sobre as ações coletivas públicas? (resultados, participação das pessoas / outros coletivos)?
30. Há ações coletivas articuladas com outros grupos/coletivos/MS? De que tipo? Como se realizam estas articulações?

Bloco 3 - Relação com outros coletivos

31. O coletivo se relaciona com outros coletivos?
32. Como se dá a relação com outros coletivos que têm lutas semelhantes?
33. Que lutas agrupam os diversos coletivos? Explique.

Bloco 4: Práticas de comunicação

34. Quais são as principais estratégias e táticas de comunicação utilizadas pelos coletivos (midiáticas e comunicacionais)?
35. Quais são os objetivos e o sentido dessas estratégias na constituição do MS e das ações coletivas?
36. Como são decididas as estratégias e táticas de comunicação (midiáticas e comunicacionais)?
37. Como se dão os processos de comunicação, interação e mediação internas? (e-mails? Grupo fechado no FB? *WhatsApp*? Reuniões? Outras formas)
38. Como é organizada/definida a produção dos conteúdos das estratégias comunicacionais?
39. São definidos objetivos para as práticas comunicativas dos coletivos?
40. Como avaliam os resultados dos processos comunicacionais? Estes determinam ações comunicacionais futuras? Interferem nos modos de propor as ações coletivas? Descreva. Exemplifique.
41. O MS acompanha o que sai nas empresas de comunicação hegemônica sobre suas lutas/ações coletivas? Há avaliações internas em relação a isso? Como são feitas? Essas redefinem as estratégias comunicacionais do MS?

Bloco 5: Práticas de comunicação digital

42. Que usos o coletivo realiza dos ambientes digitais e para que finalidades? (cenários digitais, modalidades de uso)

43. Como esses usos se vinculam com as ações coletivas? E com outras práticas comunicativas? Como essas vinculações acontecem?
44. Como é organizado e efetivado o trabalho de produção dos conteúdos? Há uma comissão responsável? Há funções nessa organização?
45. O coletivo define estratégias comunicacionais para os ambientes digitais - redes sociais digitais? Como? (Dinâmicas / fluxos / técnicas)
46. Como é compreendido pelo coletivo o espaço das redes sociais? É importante ocupar esse espaço digital? Por quê?
47. Nos ambientes digitais e no *Facebook* o coletivo realiza interação com outros coletivos? De que forma isso acontece? Explique. Exemplifique.
48. Como percebem os sistemas de controle e vigilância do *Facebook*? Desenvolvem alguma estratégia ou tática comunicativa de proteção?

ENTREVISTA 2 – OS SUJEITOS COMUNICANTES

Nome:
Idade:
Profissão:
Escolaridade:

Bloco 1- Formação

1. Qual a tua formação educacional? (formal / informal)
2. Tem formação de algum tipo relacionada à comunicação e às mídias digitais?
3. Há relação entre a trajetória de formação e atuação no MS? Qual a compreensão que tens dessa relação na tua prática do dia a dia?

Bloco 2- Trajetória política/de militância

4. É/foi filiado a algum partido político?
5. De que coletivos e movimentos sociais já participou e ou participa?
 - Por quê?
 - Desde quando?
 - Que funções/papeis exerceu/exerce?
 - Quais os objetivos, pautas e bandeiras desses coletivos?
6. Exerceu/exerce outras formas de militância?
 - Quais?
 - Por quê?
 - Desde quando/Em que época?
 - Que tipo de participação teve/tem?

Bloco 3 - Relações com o coletivo investigado

7. Desde quando participa deste coletivo?
8. O que te motivou a participar deste coletivo? Por que participa deste coletivo?
9. Como se dá a tua participação neste coletivo? Em que atividades participa?
10. Que sentido tem essa participação para ti?
11. Tem funções definidas no coletivo? Quais? Descreva.
12. Como avalia a tua contribuição pessoal para a constituição e as ações do coletivo?
13. Como percebe o papel social do coletivo?

Bloco 4 – Trajetória e consumo midiático

a) Mídias em geral

14. Com quais meios de comunicação mais se relacionou na tua trajetória de vida? Desde quando? Que tipos de consumos se destacam na tua trajetória com esses meios? (TV – Rádio – Jornal impresso – Revistas)
15. Que meios de comunicação massiva você utiliza cotidianamente? Que tipos de conteúdos (programas, sessões, etc.) consome nesses meios? (TV – Rádio – Jornal impresso – Revistas)
16. Em que meios costuma se informar? Por quê?

b) Mídias digitais

17. Com que frequência usa as mídias digitais?
18. Que tipo de *sites* costuma acessar e com que objetivo?
19. Quais redes sociais digitais você usa?
20. Como faz uso das redes sociais digitais? (recursos, funcionalidades/ferramentas)
21. Produz conteúdo? Que tipo de conteúdo? Com que objetivo?
22. Você se sente seguro(a) com o uso da rede social digital para as lutas sociais? Por quê? Quais estratégias de segurança você adota? Descreva. Exemplifique.

Bloco 5- Aspectos culturais

23. Nasceu em POA? Já morou em outros lugares?
24. Como é a tua rotina cotidiana? Que atividades costuma realizar e em que cenários (Trabalho, Estudo, Esportes, Lazer)
25. Que cenários sociais e grupos de convivência são parte da tua rotina (família, amigos, outros espaços)

**APÊNDICE E – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÕES DOS ESPAÇOS
PRESENCIAIS / AÇÕES COLETIVAS – FASE SISTEMÁTICA**

- Foco/motivação do encontro presencial/ações coletivas: definição das pautas/luta.
- Formas e processos de organização das ações coletivas nos espaços presenciais.
- Sujeitos que participam dos espaços presenciais / ações coletivas e formas de participação dos espaços presenciais / ações coletivas: vínculo das ações coletivas com a perspectiva da cidadania / cidadania comunicativa.
- Processos comunicacionais: temáticas, negociações, conflitos, consensos, pactos e atores envolvidos.
- Construção e realização de estratégias e táticas de comunicação nas ações coletivas e seu sentido.
- Vínculos das ações coletivas com as estratégias comunicativas / digitais.

**APÊNDICE F – PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DAS PÁGINAS DO
FACEBOOK DOS MS – FASE SISTEMÁTICA**

Fluxos de informação (tipos de postagens: produzida pelo coletivo ou compartilhada de algum outro coletivo, meio de comunicação alternativo ou hegemônico, temporalidades).

Temáticas das postagens.

Tipos de postagens em termos de finalidades comunicativas (convocações, eventos, reflexões, posicionamentos, entre outros).

Fluxos de interação (conversações, negociações, conflitos, mediações, postagens mais curtidas/compartilhadas).

Linguagens: produtos multimídias usados.